

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Maj Inf **GELSON DE SOUZA**

**Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011**



Rio de Janeiro

2012

Maj Inf **GELSON DE SOUZA**

**Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011**

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Orientador: Ten Cel Inf JAIME FLAMMARION SANTOS COSTA

Rio de Janeiro – RJ

2012

S 829 Souza, Gelson de.

Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011. / Gelson de Souza. - 2012.

295 f. ; 30cm.

Tese (Doutorado) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

Bibliografia: f. 189-198.

1. Reflexos da Política Externa Brasileira. 2. Exportações de Produtos de Defesa. 3. Condições Necessárias e Suficientes ao Ambiente Geral das Exportações. I. Título.

CDD 355.45

Maj Inf **GELSON DE SOUZA**

**Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011**

Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares.

Aprovado em 10 de outubro de 2012.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Jaime Flammarion Santos Costa - Ten Cel Inf - Dr. Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Fernando Velôzo Gomes Pedroza - Cel R1- Dr. Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Pedro Augusto de Souza Lopes Consentino - Ten Cel QEM - Dr. Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Alex Jobim Farias - Prof - Dr. Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

---

Thomas Ferdinand Heye - Prof - Dr. Membro  
Universidade Federal Fluminense

---

Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti - Ten Cel R1 - Membro  
Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

A minha esposa, Roberta, e a meus filhos, Catarine e Henrique, meus sinceros agradecimentos pelo carinho e compreensão demonstrados durante a realização deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos Excelentíssimos Senhores Embaixador Norton Rapesta, General-de-Divisão Gerson Menandro Garcia de Freitas e General-de-Divisão Aderico Visconte Pardi Mattioli que contribuíram com informações relevantes para este trabalho.

Aos entrevistados do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, das aditâncias, das indústrias de defesa e das universidades que emprestaram seu tempo e seu conhecimento em benefício desta pesquisa.

Ao Tenente-Coronel Jaime Flammarion Santos Costa meus agradecimentos pela orientação segura na reestruturação deste trabalho.

A minha esposa e filhos que compartilharam esse desafio com paciência, nestes três anos.

Aos meus pais, pela educação que permitiu a realização deste projeto.

## RESUMO

O trabalho apresenta um estudo comparativo entre os reflexos para a indústria de defesa oriundos dos três diferentes paradigmas da política externa brasileira desde 1974 até 2011, enfatizando o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa. Durante o paradigma desenvolvimentista (1974 a 1989), o Brasil se inseriu como exportador no mercado internacional de armas convencionais. No período do paradigma liberal (1990 a 2002), o país não somente deixou de ser um relevante exportador de armas como também viu sua indústria de defesa imergir em uma crise sem precedentes. Na fase atual do paradigma logístico (2003 a 2011), o Brasil, à luz da Estratégia Nacional de Defesa, tem buscado revitalizar essa indústria, bem como resgatar a condição de exportador de produtos de defesa. A importância do estudo se encontra na sistematização de uma análise comparativa qualitativa em que, de um lado, estrutura-se uma configuração controle, tendo por fundamento a combinação de condicionantes necessárias e suficientes existente nos cinco países que mais exportam produtos de defesa (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido); e, de outro, a combinação de condicionantes que atuaram no ambiente das exportações de produtos de defesa brasileiros, nos três períodos referenciados. O objetivo geral do trabalho é comparar os reflexos da política externa brasileira, de tradição pacifista, sobre as exportações de produtos de defesa, verificando, no caso brasileiro, se houve, nos períodos estudados, ambiente favorável semelhante ao dos países que mais exportam armas. A pesquisa assinala os fundamentos que orientaram a política externa brasileira nos três períodos; sistematiza, por meio da decomposição em fatores, as condições político-legais, econômicas, científico-tecnológicas e estratégico-militares que caracterizam o ambiente geral das exportações de produtos de defesa; e compara as informações obtidas junto às instituições do Estado, ao meio acadêmico e às empresas. Na conclusão, sintetizam-se as principais constatações acerca das condições existentes no Brasil, potência média de escassos recursos de poder cujos objetivos da política externa são racionalmente limitados.

Palavras-chave: Reflexos da política externa brasileira. Exportações de produtos de defesa. Condições necessárias e suficientes ao ambiente geral das exportações.

## ABSTRACT

This thesis presents a comparative study among the indirect effects on the defense industry in consequence of the three different paradigms of the Brazilian foreign affairs since 1974 until 2011, highlighting the national environment for defense products exportations. During the developmentist paradigm (1974-1989), Brazil was inserted as an exporter in the international market of conventional weapons. In the phase of liberal paradigm (1990-2002), the country not only left the condition of exporter but also faced its defense industry immersed in a crisis with no precedents. In the current time of logistic paradigm (2003 a 2011), Brazil, on the light of National Defense Strategy, has sought to revitalize its defense industry as well as the former condition of defense products exporter. The importance of this study is the systematization of a comparative qualitative analysis in which, on the one hand, one builds a control configuration, based on the combination of necessary and sufficient conditions existing on the five countries that more export defense products (United States, Russia, Germany, France and United Kingdom); and, on the other hand, the combination of conditions that affected the Brazilian exportations of defense products, during the referred three periods of time. The general aim of this work is to compare the reflects of Brazilian foreign affairs, which is traditionally pacifist, on the Brazilian defense products exportations, verifying, in the Brazilian case, if there was a favorable environment similar to the countries larger exporters, during studied phases. The research points out the cornerstone that guided Brazilian external policy during the three periods; systematizes in factors the conditions (politic-legal, economics, scientific-technologic and strategic-military) that delineate the general environment of defense products exportations; and compares information obtained from State institutions, academic centers and industry plants. In conclusion, it summarizes the main aspects about the conditions existing in Brazil, a middle power with restrict availability of power resources whose external politics goals must be rationally limited.

Key-words: Brazilian external policy reflects. Defense products exportations. Necessary and sufficient conditions for the general environment of exportations.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variáveis operacionais para o estudo comparativo.....	33
Figura 2 – Desenho do estudo comparativo.....	42

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Os cinco maiores exportadores de armas convencionais.....	29
Gráfico 2 – Distribuição das empresas por origem de capital.....	70
Gráfico 3 – Valor financeiro do comércio internacional de armamentos convencionais entre 1990 e 2007.....	78
Gráfico 4 – Participação dos diferentes tipos de sistemas de armas convencionais nas exportações brasileiras (1974-1989).....	83
Gráfico 5 – Participação dos diferentes tipos de sistemas de armas convencionais nas exportações brasileiras (1990-2002).....	85
Gráfico 6 – Participação dos diferentes tipos de sistemas de armas convencionais nas exportações brasileiras (2003-2010).....	86
Gráfico 7 – Participação dos cinco maiores países exportadores no mercado de defesa mundial .....	87

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização do ambiente geral das exportações de PRODE.....	34
Quadro 2 - As três tradições preconizadas por Martin Wight.....	50
Quadro 3 - Sistematização das observações das aditâncias.....	125
Quadro 4 - Resultado do fator 1/POL (1974-1989): realismo da PEB.....	133
Quadro 5 - Resultado do fator 2/POL (1974-1989): defesa autônoma.....	134
Quadro 6 - Resultado do fator 3/POL (1974-1989): reserva a acordos assimétricos.....	135
Quadro 7 - Resultado do fator 1/POL (1990-2002): realismo da PEB.....	137
Quadro 8 - Resultado do fator 2/POL (1990-2002): defesa autônoma.....	138
Quadro 9 - Resultado do fator 3/POL (1990-2002): reserva a acordos assimétricos.....	141
Quadro 10 - Resultado do fator 1/POL (2003-2011): realismo da PEB.....	142
Quadro 11 - Resultado do fator 2/POL (2003-2011): defesa autônoma.....	143
Quadro 12 - Resultado do fator 3/POL (2003-2011): reserva a acordos assimétricos.....	144
Quadro 13 – Condição político-legal nos três paradigmas da PEB.....	145
Quadro 14 - Resultado do fator 1/ECO (1974-1989): apoio estatal.....	147
Quadro 15 - Resultado do fator 2/ECO (1974-1989): participação da iniciativa privada.....	148
Quadro 16 - Resultado do fator 3/ECO (1974-1989): política de exportação para o setor.....	149
Quadro 17 - Resultado do fator 1/ECO (1990-2002): apoio estatal.....	151
Quadro 18 - Resultado do fator 2/ECO (1990-2002): participação da iniciativa privada.....	152
Quadro 19 - Resultado do fator 3/ECO (1990-2002): política de exportação para o setor.....	153
Quadro 20 - Resultado do fator 1/ECO (2003-2011): apoio estatal.....	154
Quadro 21- Resultado do fator 2/ECO (2003-2011): participação da iniciativa privada.....	155

Quadro 22 - Resultado do fator 3/ECO (2003-2011): política de exportação para o setor.....	157
Quadro 23 - Condição econômica nos três paradigmas da PEB.....	157
Quadro 24 - Resultado do fator 1/C&T (1974-1989): incentivo à inovação.....	159
Quadro 25 - Resultado do fator 2/C&T (1974-1989): parcerias internacionais.....	160
Quadro 26 - Resultado do fator 3/C&T (1974-1989): integração das instituições de P&D .....	161
Quadro 27 - Resultado do fator 1/C&T (1990-2002): incentivo à inovação.....	162
Quadro 28 - Resultado do fator 2/C&T (1990-2002): parcerias internacionais.....	164
Quadro 29 - Resultado do fator 3/C&T (1990-2002): integração das instituições de P&D .....	165
Quadro 30 - Resultado do fator 1/C&T (2003-2011): incentivo à inovação.....	166
Quadro 31 - Resultado do fator 2/C&T (2003-2011): parcerias internacionais.....	167
Quadro 32 - Resultado do fator 3/C&T (2003-2011): integração das instituições de P&D .....	168
Quadro 33 - Condição científico-tecnológica nos três paradigmas da PEB.....	169
Quadro 34 - Resultado do fator 1/MIL (1974-1989): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa .....	170
Quadro 35 - Resultado do fator 2/MIL (1974-1989): aquisição planejada e permanente.....	171
Quadro 36 - Resultado do fator 3/MIL (1974-1989): relevância do tema defesa para sociedade.....	172
Quadro 37 - Resultado do fator 1/MIL (1990-2002): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa .....	173
Quadro 38 - Resultado do fator 2/MIL (1990-2002): aquisição planejada e permanente.....	174
Quadro 39 - Resultado do fator 3/MIL (1990-2002): relevância do tema defesa para a sociedade.....	175
Quadro 40 - Resultado do fator 1/MIL (2003-2011): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa .....	176
Quadro 41 - Resultado do fator 2/MIL (2003-2011): aquisição planejada e permanente.....	177

Quadro 42 - Resultado do fator 3/MIL (2003-2011): relevância do tema defesa para a sociedade.....	178
Quadro 43 - Condição estratégico-militar nos três paradigmas da PEB.....	179
Quadro 44 - Condições para as exportações de PRODE.....	190

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Exportações brasileiras de armas convencionais (1974-2010).....	31
Tabela 2 – Participação no mercado mundial dos maiores exportadores.....	31
Tabela 3 – Casos e condições para a configuração controle.....	35
Tabela 4 – Casos e condições para o estudo comparativo.....	36
Tabela 5 – Relação peso-valor de alguns produtos.....	59
Tabela 6 – Exportações de produtos de defesa (1974-1989).....	76
Tabela 7 – Importações de produtos de defesa (1974-1989).....	77
Tabela 8 – Exportações de produtos de defesa (1990-2002).....	77
Tabela 9 – Importações de produtos de defesa (1990-2002).....	78
Tabela 10 - Exportações de produtos de defesa (2003-2010).....	79
Tabela 11 - Importações de produtos de defesa (2003-2010).....	79
Tabela 12 - Destinos das exportações brasileiras de armas convencionais (1974-1989).....	82
Tabela 13 - Destinos das exportações brasileiras de armas convencionais (1990-2002).....	84
Tabela 14 - Destinos das exportações brasileiras de armas convencionais (2003-2010).....	85
Tabela 15 - Produto Interno Bruto (PIB) e respectiva participação no PIB mundial.....	98
Tabela 16 - Exportações de produtos de alta tecnologia.....	108
Tabela 17 - Investimento em P&D de produtos de defesa (2004) .....	109
Tabela 18 - Presença/ausência das condições que interferem no ambiente das exportações.....	126
Tabela 19 - Discurso brasileiro de abertura das Conferências da Assembleia Geral das Nações Unidas (1974-2011) .....	129
Tabela 20 - Casos e condições para o estudo comparativo – resultado.....	180
Tabela 21 - Resumo dos resultados da pesquisa.....	185

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade de Controle de Materiais Nucleares
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
ADM	Armas de Destruição em Massa
AIAB	Agência das Indústrias Aeroespaciais do Brasil
Amb	Ambiente Geral para as Exportações de Produtos de Defesa
AVIBRAS	Avibras Indústria Aeroespacial S.A.
BID	Base Industrial de Defesa
CACEX	Câmara de Comércio Exterior
CBERS	<i>China-Brazil Earth Resources Satellite</i>
CDNU	Comissão de Desarmamento das Nações Unidas
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CS/ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
C&T	Condição científico-tecnológica do ambiente geral para as exportações de produtos de defesa
DARPA	<i>Defense Advanced Research Projects Agency</i>
DDS	Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis
DGA	<i>Delegation General pour l'Armement</i>
DEPROD	Departamento de Produtos de Defesa
DG/PNMEM	Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportações de Material de Emprego Militar
DOC	Divisão de Operações de Promoção Comercial
DPC	Departamento de Promoções Comerciais
EADS	<i>European Aeronautic, Defense and Space Company</i>
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ECO	Condição Econômica do ambiente geral para as exportações de produtos de defesa
EED	Empresa estratégica de defesa
EGN	Escola de Guerra Naval

EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME	Estado-Maior do Exército
EMGEPRON	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END	Estratégia Nacional de Defesa
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
EURAFRU	Estados Unidos-Rússia-Alemanha-França-Reino Unido
FAB	Força Aérea Brasileira
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAG	Fundação Alexandre Gusmão
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GRIP	Grupo de Pesquisa e Informação sobre a Paz e a Segurança
IBRI	Instituto Brasileiro de Relações Internacionais
IMBEL	Indústria de Material Bélico do Brasil
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
MIL	Condição estratégico-militar do ambiente geral para as exportações de produtos de defesa
MP	Medida Provisória
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTCR	Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAED	Plano de Articulação e Equipamento de Defesa
PDN	Política de Defesa Nacional
PDP	Programa de Desenvolvimento Produtivo
PEB	Política Externa Brasileira

PED	Produto estratégico de defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Política Industrial e de Comércio Exterior
PNEPROD	Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa
PNEMEM	Política Nacional de Exportações de Material de Emprego Militar
PNID	Política Nacional da Indústria de Defesa
POL	Condição político-legal do ambiente geral para as exportações de produtos de defesa
PRODE	Produto de defesa
QCA	<i>Qualitative Comparative Analysis</i>
RETID	Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa
ROE	<i>Rosoboroneksport</i>
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização
SIPRI	Instituto Estocolmo de Pesquisa da Paz Internacional
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear
UE	União Europeia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNDOA	Comissão de Desarmamento da Organização das Nações Unidas
VANT	Veículo Aéreo Não-Tripulado
VLS	Veículo Lançador de Satélites
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
2	<b>REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....	27
2.1	TIPO DE PESQUISA E MÉTODO CIENTÍFICO.....	27
2.2	SELEÇÃO DOS CASOS A SEREM COMPARADOS.....	29
2.3	SELEÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS.....	31
2.4	NATUREZA DAS INFORMAÇÕES E COLETA.....	36
2.4.1	<b>Pesquisa bibliográfica e documental</b> .....	37
2.4.2	<b>Pesquisa de campo</b> .....	38
2.5	SUJEITOS E AMOSTRA DA PESQUISA.....	41
2.6	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	42
2.7	LIMITAÇÃO DA METODOLOGIA.....	44
3	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	46
3.1	RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	46
3.2	OS PARADIGMAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	51
3.3	INDÚSTRIA DE DEFESA .....	58
3.4	PACIFISMO E DESARMAMENTO .....	61
3.5	A INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA.....	65
3.6	COMÉRCIO EXTERIOR DE PRODUTOS DE DEFESA.....	73
3.7	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS DE DEFESA.....	80
4	<b>CONFIGURAÇÃO-CONTROLE: OS CINCO MAIORES EXPORTADORES</b> .....	87
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	87
4.2	CONDIÇÃO POLÍTICO-LEGAL (POL).....	88
4.2.1	<b>Estados Unidos</b> .....	89
4.2.2	<b>Rússia</b> .....	91
4.2.3	<b>Alemanha</b> .....	93
4.2.4	<b>França</b> .....	95
4.2.5	<b>Reino Unido</b> .....	96
4.2.6	<b>Conclusão parcial</b> .....	98
4.3	CONDIÇÃO ECONÔMICA (ECO).....	98
4.3.1	<b>Estados Unidos</b> .....	99
4.3.2	<b>Rússia</b> .....	101
4.3.3	<b>Alemanha</b> .....	102
4.3.4	<b>França</b> .....	104
4.3.5	<b>Reino Unido</b> .....	106
4.3.6	<b>Conclusão parcial</b> .....	108
4.4	CONDIÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA (C&T).....	108
4.4.1	<b>Estados Unidos</b> .....	109

4.4.2	<b>Rússia</b> .....	112
4.4.3	<b>Alemanha</b> .....	113
4.4.4	<b>França</b> .....	114
4.4.5	<b>Reino Unido</b> .....	115
4.4.6	<b>Conclusão parcial</b> .....	116
4.5	<b>CONDIÇÃO ESTRATÉGICO-MILITAR (...MIL)</b> .....	117
4.5.1	<b>Estados Unidos</b> .....	117
4.5.2	<b>Rússia</b> .....	119
4.5.3	<b>Alemanha</b> .....	120
4.5.4	<b>França</b> .....	121
4.5.5	<b>Reino Unido</b> .....	122
4.5.6	<b>Conclusão parcial</b> .....	124
4.6	<b>RESULTADO DA PESQUISA COM AS ADITÂNCIAS</b> .....	125
4.7	<b>CONCLUSÃO SOBRE O AMBIENTE GERAL PARA AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NOS PAÍSES QUE MAIS EXPORTAM</b> .....	126
5	<b>AMBIENTE GERAL DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NO BRASIL</b> .....	129
5.1	<b>CONDIÇÃO POLÍTICO-LEGAL (POL)</b> .....	132
5.1.1	<b>Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)</b> .....	132
5.1.2	<b>Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)</b> .....	136
5.1.3	<b>Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)</b> .....	141
5.1.4	<b>Conclusão parcial</b> .....	145
5.2	<b>CONDIÇÃO ECONÔMICA (ECO)</b> .....	145
5.2.1	<b>Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)</b> .....	146
5.2.2	<b>Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)</b> .....	150
5.2.3	<b>Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)</b> .....	153
5.2.4	<b>Conclusão parcial</b> .....	157
5.3	<b>CONDIÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA (C&amp;T)</b> .....	158
5.3.1	<b>Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)</b> .....	158
5.3.2	<b>Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)</b> .....	161
5.3.3	<b>Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)</b> .....	165
5.3.4	<b>Conclusão parcial</b> .....	168
5.4	<b>CONDIÇÃO ESTRATÉGICO-MILITAR (MIL)</b> .....	169
5.4.1	<b>Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)</b> .....	170
5.4.2	<b>Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)</b> .....	172
5.4.3	<b>Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)</b> .....	175
5.4.4	<b>Conclusão parcial</b> .....	179
5.5	<b>CONCLUSÃO SOBRE O AMBIENTE GERAL PARA AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NO BRASIL</b> .....	180
6	<b>DISCUSSÃO</b> .....	183

7	<b>CONCLUSÃO.....</b>	192
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	195
	<b>APÊNDICE “A” - ROTEIRO DA PESQUISA SEMIESTRUTURADA (INSTITUIÇÕES DO ESTADO).....</b>	205
	<b>APÊNDICE “B” - FORMULÁRIO ELETRÔNICO REMETIDO AOS ADIDOS MILITARES.....</b>	210
	<b>APÊNDICE “C” - FORMULÁRIO ELETRÔNICO REMETIDO ÀS EMPRESAS E AO MEIO ACADÊMICO .....</b>	212
	<b>Anexo “A” - ENTREVISTA NA DIVISÃO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DOC/DPR/MRE).....</b>	217
	<b>Anexo “B” - ENTREVISTA NA DIVISÃO DE DESARMAMENTO E TECNOLOGIAS SENSÍVEIS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DDS/MRE).....</b>	223
	<b>Anexo “C” - ENTREVISTA NO DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA (DEPROD) / MINISTÉRIO DA DEFESA.....</b>	228
	<b>Anexo “D” - ENTREVISTA NA ASSESSORIA MILITAR DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SEA).....</b>	236
	<b>Anexo “E” - FORMULÁRIO ELETRÔNICO RESPONDIDO PELO VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME).....</b>	243
	<b>Anexo “F” - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS PELO MEIO ACADÊMICO (IPEA, UFF, UNB, UFSC E USP).....</b>	248
	<b>Anexo “G” - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS PELAS EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES (ABIMDE, EMGEPRON, AVIBRAS, HELIBRAS E IMBEL).....</b>	270
	<b>Anexo “H” - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS PELAS ADITÂNCIAS MILITARES.....</b>	288

## 1 INTRODUÇÃO

A indústria de defesa e, em especial, as exportações de produtos de defesa são temas mais políticos que comerciais e econômicos (LAMPREIA, 1995; ADAMS, 1998). A decisão de se tornar um produtor e exportador, neste setor, requer vontade política, disponibilidade de recursos, bem como liberdade de ação e responsabilidade internacionais.

A primeira vista, no caso brasileiro, parece haver um contrassenso entre algumas linhas mestras da política externa brasileira (Estado pacifista) e a política de defesa nacional que preconiza como um de seus objetivos desenvolver a indústria de defesa brasileira, tendo como um dos vetores o apoio estatal à exportação de produtos de defesa.

É justamente neste aparente paradoxo entre os princípios orientadores da política externa brasileira e os objetivos da política de defesa nacional que reside o foco deste trabalho.

A política é um fato natural da convivência humana. Por meio da política, a sociedade nacional estabelece os seus objetivos e, nestes apoiada, compõe uma ordem social justa, distingue o setor público do privado, estrutura o Estado<sup>1</sup>, garante os direitos individuais e insere-se no contexto internacional. Essas ações devem estar identificadas com os interesses preconizados pela Nação, buscando formular um Projeto Nacional (BRASIL, 2011b).

Os objetivos traçados pela política orientam a estratégia a ser empregada. Por meio da estratégia são delineadas as ações que, empregando as expressões do poder nacional<sup>2</sup>, permitem superar os óbices e realizar aqueles objetivos. A política, pois, deve subordinar todas as iniciativas nacionais (BRASIL, 2004).

---

<sup>1</sup> Estado é a Nação politicamente organizada (BRASIL, 2011a)

<sup>2</sup> O poder nacional é “a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional”. O poder deve ser compreendido como um meio para a produção de efeitos e não um fim em si mesmo. Ele deve ser entendido como um todo, uno e indivisível. A Escola Superior de Guerra estuda o poder, uno e indivisível, segundo suas cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científica e tecnológica (BRASIL, 2011a).

Biancheri (2005) define política externa como a escolha entre várias opções que se apresentam a um país nas suas relações internacionais. Para este autor, política externa e diplomacia não se confundem, aquela se refere às decisões políticas de um Estado e esta representa a execução técnica das decisões políticas.

Política externa, segundo o conceito de Lafer (2004), representa a política pública responsável por transformar as necessidades internas de um Estado em ação no plano internacional com a finalidade de ampliar o poder que determinada sociedade tem sobre o seu destino. A política externa estabelece objetivos gerais que guiam as atividades e relações de um Estado em suas interações com os outros atores, estatais e não-estatais. Conforme Guimarães (2006), essas relações podem ser de paz, de cooperação, de tensão ou de conflito.

A política externa do Estado brasileiro tem seus princípios delineados na atual Constituição Federal.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e
- X - concessão de asilo político (BRASIL, 2010, p.5).

Valladão (2002) assevera que o Brasil, desde a Independência, nunca se sentiu à vontade num sistema internacional assentado na relação de forças militares e no equilíbrio de potências, uma vez que o país se caracterizou, historicamente, por possuir limitados poder econômico e militar.

Brands (2010, p. 17) justifica a opção brasileira por um “perfil baixo” em suas relações exteriores, afirmando que, para as potências médias<sup>3</sup> alcançarem influência global, necessitam ampliar seu peso no cenário externo, geralmente por meio de

---

<sup>3</sup> O conceito de “potência média”, de acordo com Wight (2002, p. 48), foi estabelecido durante a Conferência de São Francisco, em 1945, quando houve alguns pedidos para que potências de segunda categoria fossem reconhecidas nas Nações Unidas pela concessão a elas de prioridade nas eleições para as cadeiras não permanentes do Conselho de Segurança, dentre elas estava o Brasil.

uma astuta diplomacia multilateral. Elas procuram forjar alianças diplomáticas com outras nações emergentes como uma forma de ampliar sua influência; utilizar as leis internacionais e organizações para restringir a hegemonia das potências; e buscar se estabelecer como líder de uma determinada região, impulsionando suas ambições ao combinar seu peso geopolítico com o dos vizinhos.

Para Goffredo Junior (2005, p. 78), o Itamaraty<sup>4</sup> é o principal formulador e articulador da política externa brasileira. As linhas mestras desta política são o não-intervencionismo, o não-confrontacionismo, o juridicionismo<sup>5</sup>, o multilateralismo e a cordialidade com os vizinhos. Para Corrêa (2007), o desarmamento geral e completo faz parte do discurso da diplomacia<sup>6</sup> brasileira porque se acredita ser esta a condição para uma paz definitiva.

Garcia (1998) afirma que o pensamento estratégico-militar influenciou a formulação da política externa brasileira no período de 1964 a 1985. De acordo com Meira Mattos (2002), nas duas primeiras décadas da segunda metade do século XX, a Escola Superior de Guerra elaborou uma doutrina voltada para o desenvolvimento e a segurança nacionais, cujos fundamentos eram: a necessidade inarredável de uma política de desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico; e a imprescindível estruturação de uma força militar de dissuasão<sup>7</sup>.

Para Meira Mattos (2002), o poder militar está essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do país. A capacidade de dissuasão e de defesa

---

<sup>4</sup> Itamaraty é o nome do palácio sede do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Também diz respeito ao quadro técnico da diplomacia que se dedica a elaborar uma política de Estado, de longo prazo, política esta que não necessariamente está alinhada com as iniciativas governamentais de curto prazo.

<sup>5</sup> O juridicionismo diz respeito à crença de que por meio da formulação e da aplicação de leis seja possível moldar e orientar o comportamento dos Estados.

<sup>6</sup> As funções básicas da diplomacia são negociar, informar, representar e proteger os compatriotas. Cada sociedade ou quem a governa, num determinado momento histórico, tem uma percepção específica dos seus interesses fundamentais representados no plano internacional pelo diplomata ou pelo soldado. Essa percepção pode variar entre dois polos, com muitos matizes intermediários. Um polo é a concepção pragmática do destino da nação, fundamentalmente estática e aberta para a diplomacia. O outro polo é o da concepção heroica do seu destino, quando se abre espaço para as armas ou à ameaça das armas (BIANCHERI, 2005).

<sup>7</sup> Dissuasão está relacionada às medidas de natureza militar capazes de desencorajar o oponente de tomar atitudes que levem a uma escalada da crise (BRASIL, 2004).

dependem das possibilidades da indústria de defesa nacional<sup>8</sup> de prover os meios adequados à expressão militar do poder nacional.

A exportação<sup>9</sup> de produtos de defesa<sup>10</sup>, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), formulada pelo Ministério da Defesa e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, é fundamental para aumentar a escala de produção da indústria de defesa nacional, garantido, assim, o aumento da quantidade produzida com a consequente redução dos custos e maior rentabilidade. Para isso, **o Estado deve ajudar a conquistar a clientela estrangeira** (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Além disso, ressalta-se que a Política de Defesa Nacional (2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008), em face de uma conjuntura de crescente inserção internacional do Brasil e dos riscos e oportunidades advindos desta situação, mencionam a indústria de defesa nacional e a exportação de produtos de defesa como dois dos temas mais relevantes para a Defesa Nacional.

Quanto às exportações de produtos de defesa nacionais, o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampréia, em 1995, durante audiência na Comissão das Relações Exteriores da Câmara de Deputados, admitiu que a análise das exportações de material de emprego militar apresenta, do ponto de vista das relações exteriores, grande complexidade por serem atos fortemente impregnados de conotações políticas. Cada pedido de autorização formulado pelos exportadores de produtos de defesa é cuidadosamente analisado do ponto de vista técnico e

---

<sup>8</sup> Indústria de Defesa Nacional refere-se às empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa (BRASIL, 2005b).

<sup>9</sup> As exportações de um país, de acordo com Samuelson e Nordhaus (1993, p. 853), referem-se a bens ou serviços que são produzidos nesse país e vendidos a outro país.

<sup>10</sup> A Medida Provisória nº 544 (MP 544), de 29 de setembro de 2011 (Brasil, 2011c), conceitua produto de defesa (PRODE) como todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizado nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo. Define, além disso, Produto Estratégico de Defesa (PED) como todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais; serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; e equipamentos e serviços técnicos especializados para a área de inteligência. Por vezes, neste trabalho as expressões “material bélico” ou “material militar” poderão ser utilizadas, elas referem-se a terminologia utilizada até o final da década de 1980 e possuem abrangência mais restrita que produtos de defesa.

comercial, tendo na devida conta a sensibilidade do assunto e a necessidade de cautela política (LAMPREIA, 1995).

Compreender a ambiguidade entre as linhas mestras da política externa e as diretrizes da política de defesa nacional e, em especial, os reflexos da política externa sobre as exportações de produtos de defesa representa o objeto deste trabalho.

O estudo destes reflexos leva em consideração o conceito de “reflexo” como uma manifestação indireta de um fato (FERREIRA, 1999). Para o presente trabalho, considerou-se que “reflexo” quer dizer a influência indireta imediata ou de médio prazo resultante da política externa brasileira sobre as exportações de produtos de defesa nacional.

Nesse contexto, o estudo dos reflexos tem como foco aquelas iniciativas da política externa que condicionam e interferem no ambiente geral das exportações de produtos de defesa. Para Hitt e Hoskisson (2002), o ambiente geral que envolve as empresas diz respeito ao conjunto de fatores, tendências e condições gerais que envolvem e afetam as empresas. No presente trabalho, considera-se que os reflexos para as exportações de produtos de defesa geram as condições que interferem no ambiente geral das exportações.

As condições que influenciam o ambiente geral são, de acordo com Hitt e Hoskisson (2002), de cunho demográfico, econômico, político-legal, sócio-cultural, tecnológico e global. Neste trabalho, foram consideradas, após algumas adaptações, as condições político-legais, econômicas, científico-tecnológicas e estratégico-militares.

Tendo como fundamento os conceitos apresentados, o trabalho desenvolvido apresenta como tema geral os reflexos da projeção internacional do Brasil no concerto das nações. Este tema foi delimitado para abranger o estudo dos reflexos dos paradigmas adotados pela política externa brasileira sobre o ambiente geral das exportações de produtos de defesa nacionais, comparando três períodos da história do Brasil, o primeiro, de 1974 a 1989, o segundo, de 1990 a 2002, e o terceiro, de 2003 a 2011.

A delimitação e a divisão dos períodos estudados observam os conceitos e definições propostos por Cervo e Bueno (2002) que dividiram o estudo das ações externas da política brasileira em quatro paradigmas: o liberal conservador (1810-

1930), o desenvolvimentista (1930-1989), o liberal (1990-2002) e o logístico (2003-...). Esse recurso foi utilizado, segundo os autores, para dar inteligibilidade aos seus estudos.

O corte temporal estabelecido pelos autores foi adaptado para esta pesquisa, considerando-se como primeiro paradigma, o Desenvolvimentista, em que o período de interesse elencado foi entre 1974 e 1989. O ano de 1974 justifica-se por ser quando o Estado brasileiro resolveu gerenciar as exportações de produtos de defesa por meio das Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (DG/PNEMEM).

O segundo paradigma elencado (liberal ou normal) apresenta, como corte temporal, o período que se estende da posse do Presidente Fernando Collor (1990) até o final do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (2002).

Por fim, o terceiro paradigma (Logístico) abrange os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro ano do mandato da Presidente Dilma Roussef, quando foi aprovada a Medida Provisória nº 544 (BRASIL, 2011c) que estabelece o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) para as Empresas Estratégicas de Defesa (EED).

Amarante (2004) afirma que o Brasil, na década de 1980, encontrava-se entre os maiores exportadores de material militar do mundo e, além disso, as Forças Armadas brasileiras eram equipadas, essencialmente, por material produzido nas indústrias nacionais. Conforme o referido autor, a partir da década de 1990, o Brasil perdeu a condição de exportador, tornando-se dependente de material oriundo de outros países.

Corroborando com a constatação de Amarante (2004), a assertiva de Guimarães (2006) de que, atualmente, uma das vulnerabilidades externas do Brasil é a sua situação política e militar decorrente da inexistência ou insuficiência da produção doméstica de material bélico e de pesquisa tecnológica na área de armamentos.

Partindo dos conceitos apresentados e das diferentes realidades de produção e de exportação de produtos de defesa nacionais formulou-se a seguinte situação-problema: *a política externa brasileira gerou reflexos que condicionaram o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa, a partir de 1974?*

A pesquisa, em essência, busca contribuir para identificar os impactos da política externa sobre o ambiente geral das exportações de produtos de defesa, exportações

estas consideradas fundamentais para a sustentabilidade das indústrias do setor. Assim, o objetivo geral deste estudo é comparar as condições para o ambiente geral de exportações de produtos de defesa oriundas da política externa brasileira do período de 1974 a 1989, quando o Brasil, de acordo com Amarante (2004), esteve entre os maiores exportadores; com as condições que são reflexos da política externa do período de 1990 a 2002, quando a indústria de defesa brasileira enfrentou uma crise sem precedentes, e, por fim, as condições que são reflexos da política externa adotada entre 2003 e 2011, momento em que o Estado procurou revitalizar o setor.

Para Sartori (1970), comparar é controlar, identificando-se de forma clara o que está sendo medido. Assim, neste estudo comparativo, como controle, foi utilizado o ambiente geral (configuração-controle) para as exportações de produtos de defesa existente nos cinco maiores exportadores mundiais (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido).

Os objetivos específicos são:

- descrever as teorias das relações internacionais e os pressupostos que influenciaram a formulação da política externa brasileira em cada período do estudo comparativo;

- descrever os paradigmas adotados pela política externa do país no período de 1974 a 2011;

- estudar as condições necessárias e suficientes para a existência de um ambiente geral favorável às exportações de produtos de defesa, tendo por base as condições político-legais, econômicas, científico-tecnológicas e estratégico-militares dos cinco maiores exportadores de produtos de defesa (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido); e

- comparar as condições político-legal, econômica, científico-tecnológica e estratégico-militar, vigentes no ambiente geral das exportações de produtos de defesa no Brasil, durante os períodos estudados, ressaltando as semelhanças e diferenças em relação às condicionantes observadas nos cinco países maiores exportadores (configuração-controle).

Para que os objetivos sejam realizados, foi empregado o método da análise qualitativa comparativa, preconizado por Charles Ragin. Este autor sistematizou o estudo comparativo estabelecendo uma relação entre casos e condições, por meio

do que é possível confirmar uma ou mais hipóteses de estudo. No presente trabalho, os casos referem-se aos diferentes paradigmas da política externa brasileira (PEB/1974-1989; PEB/1990-2002 e PEB/2003-2011). As condições, por sua vez, dizem respeito aos reflexos oriundos da PEB que geram as condições político-legal, econômica, científico-tecnológica e estratégico-militar que interferem no ambiente geral das exportações de produtos de defesa nacionais.

O método apresentado por Ragin (1987) preconiza que as condições sejam tratadas como variáveis independentes às quais, após minucioso estudo qualitativo de cada um dos casos comparados, o pesquisador atribui valores binários de acordo com a lógica da álgebra booleana. Assim, quando a condição está presente recebe valor “1” e, quando ausente, valor “0”. A partir desta simplificação, que é melhor explicada no capítulo 2, é possível, segundo Ragin (1987), realizar estudos e combinações complexas das variáveis, confirmando ou refutando hipóteses.

À luz da análise qualitativa comparativa de Charles Ragin, foi delineada a seguinte hipótese para o presente trabalho: *as condições científico-tecnológica (C&T) e estratégico-militar (MIL) constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais.* Da álgebra booleana:

$$C\&T * MIL \Leftrightarrow Amb$$

Nessa hipótese, a variável dependente refere-se ao ambiente geral para as exportações de produtos de defesa (Amb) em cada um dos períodos de estudo. As variáveis independentes relacionam-se às condições político-legais (POL), econômicas (ECO), científico-tecnológicas (C&T) e estratégico-militares (MIL) que são reflexos dos paradigmas da política externa brasileira, adotados nos períodos de 1974-1989 (paradigma desenvolvimentista), de 1990-2002 (paradigma liberal) e de 2003-2011 (paradigma logístico).

## 2. REFERENCIAL METODOLÓGICO

### 2.1 TIPO DE PESQUISA E MÉTODO CIENTÍFICO

A pesquisa realizada é, de acordo com Costa e Costa (2001), de cunho teórico-descritiva, porque busca descrever a política externa brasileira e os reflexos desta política para o ambiente geral das exportações de produtos de defesa nacionais em três períodos distintos (1974 a 1989; 1990 a 2002 e 2003 a 2011).

O método científico da pesquisa escolhido foi o comparativo. Lijphart (1971) define o método comparativo como um dos métodos utilizados para a análise política e social. De acordo com este autor, por meio do método comparativo é possível medir as variáveis ou as condições existentes em diferentes ambientes e, então, estabelecer combinações entre elas.

Para Lijphart (1971), Sartori (1970) e Collier (1993), o método comparativo é utilizado para testar hipóteses, contudo pode ter alcance mais amplo. Este método pode ser usado para o estudo de políticas nacionais, quando há poucos casos a serem estudados e muitas variáveis ou condições envolvidas.

O estudo científico para a análise política e social, de acordo com Lijphart (1971), fundamenta-se em quatro métodos: o experimental, o estatístico, o comparativo e o estudo de caso. Para o autor, o estudo comparativo é válido quando as fontes disponíveis são insuficientes para uma análise estatística mais aprofundada e, dada a escassez de tempo, a intensiva análise de poucos casos pode ser mais proficiente que uma análise superficial de muitos casos.

Para Sartori (1970), no estudo comparativo de alguns casos é necessário tratar algumas condições causais como parâmetros. O pesquisador busca identificar as condições necessárias e suficientes sob as quais uma relação ocorre. Para Collier (1993), estes parâmetros ou a relação entre eles permite identificar semelhanças e contrastes entre diferentes situações.

Charles Ragin (1987), durante seus estudos de sociologia comparada, sistematizou a análise qualitativa comparativa (QCA – *Qualitative Comparative Analysis*). Nessa análise, Ragin (1987) estabelece de 2 a 20 casos para serem estudados e define variáveis operacionais qualitativas por meio das quais efetivamente compara os casos em estudo.

A análise qualitativa comparativa de Ragin (1987) preconiza a simplificação das variáveis de estudo, à luz da álgebra booleana, utilizando-se da dicotomia “presença – ausência” pela atribuição de valores binários (0 ou 1), em que o 0 (zero) significa ausência e o 1 (um), presença. Assim, Ragin (1987) afirma ser possível, por meio de uma forma simplificada, processar as informações e obter conclusões abrangentes.

Neste trabalho, foi padronizado que, quando uma condição se fizer presente, ela é representada nas expressões textuais com a sua abreviatura em letras maiúsculas; caso a condição esteja ausente, por letras minúsculas. Assim, se a condição econômica estiver presente, ela será representada por “ECO” e, se estiver ausente, por “eco”.

De acordo com Curchod (2003), a álgebra booleana foi desenvolvida, em 1854, por George Boole e refere-se a estruturas algébricas que captam a essência das operações lógicas. Um determinado resultado, de acordo com a álgebra booleana, pode surgir em função da combinação da existência simultânea de duas proposições, neste caso, a representação se faz pela letra “E” ou pelo símbolo (\*). Quando o resultado surge, em virtude da existência de uma ou de outra proposição, a representação se faz pela expressão “OU” ou pelo símbolo (+).

A álgebra booleana depende, conforme Curchod (2003), de um conjunto de axiomas que são assumidos como verdadeiros. Nela, cada variável pode assumir um dentre dois valores. Com base nestes valores é possível estabelecer combinações entre as variáveis e organizar funções que revelam resultados complexos. Assim, por exemplo, num determinado país observou-se, no ambiente geral das exportações, a presença das condições científico-tecnológica “e” estratégico-militares; “e” a ausência das condições político-legais “e” econômicas. A combinação das condições, com base na álgebra booleana seria representada por C&T\*MIL\*pol\*eco.

Para Curchod (2003), a dicotomização de variáveis é uma forma particular de simplificação que é legítima nos estudos científicos. Entretanto, de acordo com o autor, o pesquisador que adota este método precisa ser muito transparente ao justificar sua escolha pela adoção da ausência ou da presença de determinado parâmetro.

A sequência preconizada para a realização da análise comparativa, de acordo com Liñán (2008), contempla quatro passos:

1. construir um quadro comparativo (matriz de dados) para organizar a informação qualitativa e identificar possíveis condições necessárias a partir do critério da semelhança<sup>11</sup>;

2. articular as possíveis combinações entre as variáveis e classificar os casos em função das configurações causais suficientes para gerar os resultados de interesse;

3. analisar as configurações para as quais não temos exemplos históricos, se for o caso; e

4. reduzir o número de configurações suficientes por meio de um processo de minimização lógica.

Portanto, a seleção dos casos observados, a operacionalização de variáveis e a configuração que combina as diferentes variáveis, de acordo com a lógica da álgebra booleana, permitem estruturar e sistematizar o estudo comparativo. Essas três abordagens serão definidas a seguir.

## 2.2 SELEÇÃO DOS CASOS A SEREM COMPARADOS

Inicialmente, para estabelecer a configuração que servirá de controle para o estudo comparativo dos paradigmas da política externa brasileira, foram selecionados os maiores exportadores de produtos de defesa (Gráfico 1). Com isso, foi possível delinear o ambiente geral que caracteriza as exportações de produtos de defesa nestes países, estabelecendo-se uma configuração de variáveis, conforme indica Ragin (1987).

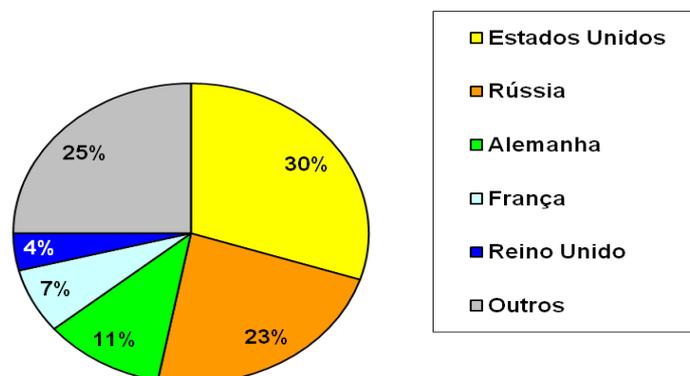


Gráfico 1- Exportações de armas convencionais (2006-2010)  
Fonte: SIPRI (2011)

<sup>11</sup> A estratégia da semelhança foi idealizada por John Stuart Mill, em meados do século XIX, e consistia em selecionar para a comparação somente os casos em que o resultado de interesse e a principal variável independente fossem coincidentes (LIÑÁN, 2008).

Ressalta-se que o escopo desta abordagem inicial do estudo não foi comparar as políticas externas dos países, mas fazer um estudo das condições que afetam o ambiente geral das exportações de produtos de defesa. Este estudo orientou a análise comparativa realizada em um segundo momento, visando a identificar semelhanças e diferenças entre as condições brasileiras oriundas da política externa brasileira. Assim, por meio da lógica booleana, estabeleceram-se as configurações, consideradas necessárias e suficientes para o ambiente geral das exportações, que oferecem, como demonstra o Gráfico 1, maior possibilidade de êxito no comércio internacional de produtos de defesa.

A seleção dos cinco maiores exportadores, de acordo com Liñán (2008), foi baseada no critério da semelhança, uma vez que estuda casos com um mesmo resultado de interesse (variável dependente): configurações favoráveis ao ambiente geral para as exportações de produtos de defesa.

Dos países selecionados, vale destacar que Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido são membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), são potências nucleares e consideradas potências militares. Já a Alemanha, não é membro do CS/ONU, não possui armas nucleares e é considerada, junto com o Japão, uma potência civil<sup>12</sup>.

Essa abordagem inicial do estudo, assim, permite identificar as configurações mais favoráveis para o ambiente geral das exportações de produtos de defesa, oferecendo uma ferramenta para controlar o estudo comparativo da segunda etapa, a mais relevante desta pesquisa.

Na segunda etapa, os casos a serem comparados foram os diferentes paradigmas da política externa brasileira, desde 1974 até 2011. O critério a ser empregado foi a da diferença. De acordo com Liñán (2008), o critério da diferença preconiza a seleção de casos em que o resultado de interesse (variável dependente) não é semelhante em todos os casos. Como pode ser observado na Tabela 1, a seguir, os resultados das exportações brasileiras, em termos de participação no

---

<sup>12</sup> Alemanha e Japão passaram a ser consideradas potências civis quando, após a Segunda Guerra, decidiram abrigar-se sob o guarda-chuva nuclear americano, dotando-se de forças armadas teoricamente aptas apenas para ações defensivas e, além disso, priorizando as preocupações com o desenvolvimento econômico sobre as preocupações de ordem militar (FONSECA JÚNIOR e CASTRO, 1997, p. 159).

mercado internacional de armas convencionais, foram diferentes nos três paradigmas ora estudados.

Tabela 1- Exportações brasileiras de armas convencionais (1974-2010)

Paradigma de Política Externa Brasileira	Volume de Exportações (em milhões US\$)	Média Anual (em milhões US\$)	Participação no mercado mundial
Desenvolvimentista (1974-1989)	2.143,00	142,87	0,334%
Liberal (1990-2002)	512,00	39,38	0,162%
Logístico (2003-2010)	444,00	55,5	0,241%

Fonte: SIPRI ([http://www.sipri.org/contents/armstrad/output\\_types\\_TIV.html](http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html))

Nota: os números referem-se ao indicativo de tendência de valor adotado pelo SIPRI (US\$ de 1990)

A lógica de inferência deste procedimento, de acordo com Liñán (2008), constitui uma extensão do critério da semelhança, uma vez que todos os casos que apresentam o resultado de interesse devem também compartilhar uma característica explicativa comum, enquanto os casos negativos devem carecer deste atributo.

A Tabela 2, a seguir, evidencia que os maiores exportadores de armas convencionais do mundo tiveram, no período de 1990 a 2002, um aumento de suas exportações, com exceção da Rússia que passava pelo processo de desconstrução da União Soviética. Na Tabela 1, verifica-se que o Brasil diminuiu em 50% suas exportações de produtos de defesa. São dados que justificam a escolha pelo critério da semelhança para a abordagem inicial e o critério da diferença para a segunda parte do estudo.

Tabela 2 - Participação no mercado mundial dos maiores exportadores

Período	Estados Unidos (%)	Rússia/ URSS (%)	Alemanha (%)	França (%)	Reino Unido (%)	TOTAL (%)
1974-1989	32	38	4,2	7	5,8	87
1990-2002	46,4	17,4	6,8	6,4	6,3	83,3
2003-2010	30,6	24,3	9,7	7,6	4,4	76,6

Fonte: SIPRI ([http://www.sipri.org/contents/armstrad/output\\_types\\_TIV.html](http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html))

## 2.3 SELEÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

A seleção das variáveis teve como fundamento a teoria da competitividade de Porter (1989) e os elementos que condicionam o ambiente geral de uma empresa,

definidos por Hitt e Hoskisson (2002). Essas condicionantes estabelecidas pelas modernas teorias de gestão empresarial foram, à luz da orientação de Ragin (1987), adaptadas e operacionalizadas para que as variáveis tivessem vínculo com os reflexos resultantes da política externa sobre as exportações. Trata-se, com efeito, de considerar como variáveis aqueles reflexos que condicionam o ambiente das exportações de produtos de defesa.

Collier (1993), na mesma linha de Ragin (1987), assevera ser necessária a redução do número de variáveis, condições ou parâmetros para que se enfatize os fatores mais relevantes. Para Curchod (2003), a confrontação de casos permite definir parâmetros que poderão estar sob a forma de variáveis operacionais. Para este último autor, a operacionalização de variáveis significa simplificar parâmetros e definir termos.

Nesse contexto, procurando simplificar os parâmetros e definir termos, as variáveis elencadas para este estudo comparativo referem-se às condições político-legais (POL), econômicas (ECO), científico-tecnológicas (C&T) e estratégico-militares (MIL) relacionadas à política externa do país.

Para Hitt e Hoskisson (2002), o ambiente geral que pode afetar uma determinada atividade organizacional depende de variáveis político-legais (estratégias, leis e políticas educacionais); econômicas (incentivos, política de produção e comércio); demográficas (taxa de crescimento vegetativo, estrutura etária, fluxos migratório e distribuição regional); sócio-culturais (hábitos e crenças, fenômenos de opinião, preferências, diversidade na força de trabalho, questões ambientais); tecnológicas (inovação, enfoque na pesquisa e desenvolvimento do governo e da iniciativa privada, parcerias, influência da tecnologia no mercado e na produção); e globais (eventos políticos internacionais importantes, globalização, atributos culturais e institucionais diferentes e países de industrialização recente).

Por sua vez, Porter (1987), ao definir as variáveis que afetam a competitividade das empresas e dos países no comércio internacional, enfatizou 04 (quatro) determinantes que atuam conjuntamente e que, por isso, foram chamados de “diamante”: a estratégia, estrutura e rivalidade das empresas; as condições de fatores; as condições de demanda; e as indústrias correlatas e de apoio.

Para Porter (1987), a estratégia, estrutura e rivalidade das empresas são as condições que governam a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas

e dirigidas e como participam da rivalidade interna do país sede. As condições dos fatores, por seu turno, consistem na posição que o país ocupa em relação à oferta de fatores de produção, como mão de obra de qualidade, recursos naturais, infraestrutura, capital financeiro e instalações. Quanto mais abundantes e mais baratos os fatores, menores são os custos de produção e mais competitivas são as empresas.

Já as condições de demanda, para Porter (1987), referem-se à natureza da demanda interna para os produtos da indústria. Países em que a demanda interna é mais exigente tendem a dispor de produtos mais qualificados, tornando-se mais competitivos internacionalmente. E, por fim, a variável indústrias correlatas e de apoio refere-se à existência de indústrias fornecedoras e parceiras que sejam competitivas internacionalmente.

Da simplificação, síntese e adaptação das variáveis apresentadas por Hitt e Hoskisson (2002) e Porter (1987), foram estabelecidas as variáveis operacionais, aqui tratadas como condições, que caracterizam o ambiente geral que afeta a atividade de exportação de produtos de defesa (Figura 1).



Figura 1 - Variáveis operacionais para o estudo comparativo  
Fonte: o autor

A ABDI (2010, p. 17) utilizou conceito semelhante para caracterizar o mercado de defesa, afirmando que ele é influenciado por fatores sócio-demográficos (beligerância e percepção de ameaça); tecnológicos (produtos de defesa normalmente utilizam padrões tecnológicos condizentes com o estado da arte científico); econômicos (orçamento governamental, custos de desenvolvimento e

mercado); e fatores políticos (restrição à transferência de armas e macroambiente diplomático dos antagonismos).

À luz destes conceitos, a sistematização do estudo empregou a lógica binária booleana que, de acordo com Ragin (1987), induz a especificar a existência ou não de determinada condição ou variável. Assim, para caracterizar se a condição é observada ou não foram estipulados 03 (três) fatores para cada uma das condições (Quadro 1).

Com a definição de um número ímpar de fatores, foi possível indicar a prevalência de determinada condição. Quando pelo menos dois dos três fatores foram observados, concluiu-se pela existência da condição, atribuindo-se valor 1 (um) para a variável.

Quadro 1 – Caracterização do ambiente geral das exportações de PRODE

<b>Condições</b>	<b>Fatores associados</b>
1. Político-Legal (POL)	1.1. Adoção de uma política externa realista, em que um dos objetivos do Estado é o de se estabelecer como polo de poder em um mundo multipolar. 1.2. Estratégia de defesa de cunho nacional, buscando a autonomia no desenvolvimento e na produção de produtos de defesa. 1.3. Apresentação de reservas ou objeções a acordos internacionais assimétricos que constrem a produção e transferência de produtos de defesa entre países.
2. Econômica (ECO)	2.1. Política de apoio à indústria de defesa nacional e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. 2.2. Participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. 2.3. Política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal.
3. Científico-Tecnológica (C&T)	3.1. Incentivo estatal à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais de componentes e produtos para o setor. 3.2. Estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias estratégicas com outros países para compartilhar tecnologias aplicáveis no setor de defesa. 3.3. Realização de atividades de pesquisa de novas tecnologias para o setor de forma integrada e coordenada entre órgãos governamentais, empresas e universidades.
4. Estratégico-Militar (MIL)	4.1. Participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. 4.2. Aquisição de produtos de defesa nacionais pelo governo local de forma permanente e planejada. 4.3. Constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa).

Fonte: o autor

Os fatores associados às condições em estudo surgiram dos conceitos de Porter (1987) observados e adaptados ao ambiente geral das exportações de

produtos de defesa em países considerados grandes exportadores. Por exemplo, as condições de demanda, estabelecidas por Porter, encontram-se inseridas na condição estratégico-militar (MIL), em termos de qualidade exigida pela demanda interna (exigência de produtos que apresentem interoperabilidade entre as forças singulares) e cultura da sociedade local (quantidade demandada de determinado produto).

Ressalta-se, ainda, que os fatores associados estudados referem-se ao ambiente interno sobre o qual, em tese, os países possuem maior poder de influência. Há que se ressaltar, contudo, a importância do ambiente e das demandas externas, não avaliadas no presente trabalho.

A sistematização adotada no Quadro 1 orientou o processo de busca por informações que permitissem atribuir valores binários às variáveis, sistematizando o estudo comparativo, de acordo com o preconizado por Ragin (1987) em sua abordagem qualitativa comparativa.

Com essas informações, foram montadas duas tabelas que sistematizam a busca e a operacionalização dos resultados da pesquisa. Uma primeira (Tabela 3) que expressou a necessidade de informações para a conclusão da abordagem inicial do estudo. Ressalta-se, mais uma vez, que esta fase serve tão somente para identificar a configuração existente nos maiores exportadores de produtos de defesa, considerando que, neles, o ambiente favorável para as exportações está presente (valor 1). Adverte-se que, neste estudo, a coluna da direita da tabela – ambiente para as exportações – foi considerado, a priori, como existente (valor 1), uma vez que estes países são os maiores exportadores. Esta configuração serviu, assim, de controle para a fase seguinte da pesquisa.

Tabela 3 - Casos e condições para a configuração controle

Condições \ Casos	Político-legal (POL)	Econômica (ECO)	Científico-Tecnológica (C&T)	Estratégico - Militar (MIL)	Ambiente para as exportações (Amb)
Estados Unidos	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1
Rússia	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1
Alemanha	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1
França	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1
Reino Unido	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	0 ou 1	1

Fonte: o autor, adaptado de Liñan (2008)

A segunda (Tabela 4) representa a organização do estudo comparativo propriamente dito, em que, de acordo com Ragin (1987), a variável dependente (ambiente favorável às exportações) aparece como última coluna da tabela e as variáveis independentes aparecem nas colunas anteriores (político-legal, econômica, científico-tecnológica e estratégico-militar).

Tabela 4 - Casos e condições para o estudo comparativo

Condições \ Casos	Político- legais (POL)	Econômicas (ECO)	Científico- tecnológicas (C&T)	Estratégico- Militares (MIL)	Ambiente para as ex- portações (Amb)
PEB/ 1974-1989	0 ou1	0 ou1	0 ou1	0 ou1	1
PEB/ 1990-2002	0 ou1	0 ou1	0 ou1	0 ou1	0
PEB/ 2003-2011	0 ou1	0 ou1	0 ou1	0 ou1	0

Fonte: o autor, adaptado de Liñan (2008)

É oportuno alertar que o período abarcado por cada um dos paradigmas é distinto, sendo, consecutivamente, 16 anos, 13 anos e 9 anos. Essa discrepância de períodos foi equacionada ao longo da pesquisa, buscando-se por números e valores proporcionais e relativos, tal como o percentual da participação brasileira no mercado de produtos de defesa, em termos mundiais.

Portanto, a pesquisa foi dividida em duas fases. Na primeira fase, buscou-se identificar as condições existentes nos cinco maiores exportadores, as quais contribuem para um ambiente geral favorável às exportações de produtos de defesa. E, na segunda fase, procurou-se estudar os diferentes paradigmas da política externa brasileira e os reflexos que trouxeram para o ambiente geral das exportações de produtos de defesa nacionais.

## 2.4 NATUREZA DAS INFORMAÇÕES E COLETA

Quanto à natureza das informações, a pesquisa é qualitativa, apoiando-se em informações quantitativas. Segundo Costa e Costa (2001),

Uma pesquisa com abordagem qualitativa se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada. Ela trabalha com o subjetivo dos sujeitos (crenças, valores, atitudes, etc.). [...]Esta abordagem também pode trabalhar com dados quantitativos, porém, o tratamento não envolve estatística avançada e seu emprego não é sofisticado.

De acordo com Sartori (1970), o método comparativo consiste no confronto entre elementos levando em consideração seus atributos. Esse método promove o exame das informações a fim de obter semelhanças e diferenças, realizando comparação entre as informações e os dados do presente, os quais podem ser relacionados com as informações e os dados do passado.

A coleta de informações foi executada em duas partes: a primeira, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e, a segunda, por intermédio de pesquisa de campo.

#### **2.4.1 Pesquisa bibliográfica e documental**

A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada nos anos de 2010 e 2011, utilizando-se das fases preconizadas por Fachin (2002):

- a. levantamento da bibliografia;
- b. seleção da bibliografia;
- c. leitura analítica da bibliografia selecionada; e
- d. fichamento (elaboração das fichas bibliográfica, de citação, de resumo e analíticas).

A coleta do material bibliográfico foi realizada mediante consulta a bibliotecas públicas, em particular, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Escola de Guerra Naval (EGN) e Escola Superior de Guerra (ESG). Também em livros, artigos e revistas disponibilizados pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores; pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI); pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI); pelo Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (Londres); pelo Instituto Americano para Estudos Contemporâneos Germânicos (Washington); pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts; pelo Centro de Economia de Defesa da Universidade de Nova York; pelo Centro de Pesquisa em Gestão da Escola Politécnica (Paris), dentre outros institutos internacionais que tratam do assunto; e páginas oficiais dos governos dos Estados Unidos, Alemanha, França, Reino Unido e Brasil.

A pesquisa documental foi fundamentada em relatórios disponibilizados pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE); pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); pelo Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio; pelo GRIP (*Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix e Sécurité* - Grupo de Pesquisa e Informação sobre a Paz e Segurança); pelo SIPRI (Instituto Estocolmo de Pesquisa da Paz Internacional); e pela Comissão de Desarmamento da Organização das Nações Unidas (UNDOA). Além disso, os livros brancos de defesa e as estratégias nacionais de defesa dos governos de Estados Unidos, França, Alemanha, Inglaterra e Rússia, disponibilizados por seus governos para a rede mundial de computadores.

Os números relativos ao comércio exterior de armas foram obtidos nos relatórios do Instituto Estocolmo de Pesquisa da Paz Internacional (SIPRI), uma organização não governamental que mantém uma base de dados sobre o comércio mundial de armas convencionais e equipamento militar, cuja fonte é a Comissão de Desarmamento da Organização das Nações Unidas. Além disso, foram pesquisados dados junto à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC), responsável pelo controle estatístico das exportações e importações brasileiras.

#### **2.4.2 Pesquisa de campo**

A pesquisa de campo foi realizada, no segundo semestre de 2011, após a seleção dos informantes. A pesquisa procurou atingir três públicos-alvo: os profissionais ligados ao Estado, especialmente das áreas de defesa e das relações exteriores; as empresas do setor (públicas e privadas); e o meio acadêmico, particularmente os intelectuais ligados à área de relações internacionais das universidades federais.

Foi estabelecida, dessa forma, uma amostragem intencional não probabilística, que, conforme Mattar (2001), é aquela na qual a seleção da amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador.

O objetivo da pesquisa de campo foi buscar, por meio do entendimento de autoridades no assunto, controlar os dados obtidos no decorrer da pesquisa bibliográfica e documental, de forma a complementar, ratificar ou retificar as informações obtidas durante a fase inicial do trabalho.

A pesquisa de campo constou de questionários (formulários eletrônicos) e entrevistas semiestruturadas. Para Alves (1996), o método qualitativo de pesquisa tem no questionário uma de suas grandes ferramentas. É pelos resultados obtidos nessa técnica de coleta de informações que são feitas as induções, que hora confirmam as suposições inicialmente levantadas e, hora, as refutam.

Os questionários contiveram, de acordo com Costa e Costa (2001), perguntas do tipo múltipla escolha (seleção de fatores), as quais permitem ao entrevistado responder mais de uma opção. As perguntas de múltipla escolha foram elaboradas, utilizando-se o Quadro 1 – Caracterização do ambiente geral das exportações de PRODE. Com isso, foi possível ao respondente indicar os fatores que foram observados ou não em cada uma das variáveis nos diferentes casos em comparação no presente estudo. Além disso, foi permitido ao respondente expor suas observações por meio de algumas questões abertas.

Fachin (2002) indica ser necessário delimitar o espaço geográfico e o tempo da pesquisa de campo. Em função disso, o trabalho de campo foi executado com duas abordagens distintas, relacionadas às restrições de tempo e de recursos para a conclusão do trabalho.

A primeira abordagem referiu-se aos informantes cujo domicílio profissional encontrava-se em Brasília - Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD) do Ministério da Defesa; Vice-Chefia do Estado-Maior do Exército (EME); Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (DDS) e Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) do Ministério das Relações Exteriores; e Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). As entrevistas foram agendadas previamente e, com estas autoridades, foram realizadas entrevistas parcialmente estruturadas, que, conforme Gil (1991), caracterizam-se por serem guiadas por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando (Apêndice “A”).

Como pode ser observada no Apêndice “A”, a entrevista semiestruturada foi concebida em duas partes: uma aberta, para colher o ponto de vista dos entrevistados, o que foi utilizado como fonte primária no relatório; e outra fechada, utilizando o processo de seleção de fatores (múltipla escolha) pelo entrevistado para determinar a presença ou ausência das variáveis de estudo, à luz do que foi preconizado no item 2.3.

Por outro lado, a segunda abordagem propôs-se a buscar dados com informantes que, pela distância ou pela agenda de compromissos, apresentavam dificuldades para ser ouvidos em uma entrevista semiestruturada. Esta abordagem caracterizou-se pelo envio para os respondentes de formulário eletrônico, via rede mundial de computadores.

O formulário utilizado para as pesquisas semiestruturadas (Apêndice “A”) foi respondido por meio de mensagem eletrônica pelo Embaixador Norton Rapesta que, até agosto de 2011 era o Chefe da Divisão de Operações Comerciais do MRE e, atualmente, é o Embaixador brasileiro junto à Finlândia. O Embaixador Norton, além da experiência profissional, redigiu, em 2007, uma tese de caráter confidencial, denominada “A exportação de produtos de defesa: importância estratégica e promoção comercial”.

Para as aditâncias militares brasileiras, junto aos Estados Unidos, à Rússia, à Alemanha, à França e ao Reino Unido, foi encaminhado o modelo de formulário com perguntas fechadas (Apêndice “B”) e, ao final, foi aberto um item para os adidos fazerem comentários. As cinco aditâncias responderam ao formulário.

Para as empresas e para o meio acadêmico foi encaminhado formulário com perguntas fechadas e algumas perguntas abertas com o objetivo de permitir que o respondente justificasse sua resposta (Apêndice “C”). Dos catorze formulários remetidos para as empresas, cinco foram respondidos (ABIMDE, EMGEPRON, IMBEL, AVIBRAS e HELIBRAS). E, dos quinze formulários remetidos para o meio Acadêmico, foram respondidos cinco: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A pesquisa de campo seguiu a seguinte sistemática, prevista por Gil (1991):

- a. elaboração dos instrumentos de pesquisa;
- b. validação dos instrumentos, por meio da aplicação de um pré-teste do questionário (formulário eletrônico), com 03 (três) militares doutorandos na ECEME; 02 (dois) diplomatas do MRE; 02 (dois) acadêmicos (IPEA e UFF) e 01 (um) adido militar. O objetivo foi avaliar a adequação do instrumento de coleta de dados;
- c. aplicação dos instrumentos na amostra selecionada; e
- d. interpretação e transcrição.

## 2.5 SUJEITOS E AMOSTRA DA PESQUISA

Os respondentes da pesquisa, conforme já descrito, foram profissionais de diferentes áreas de atuação no Estado brasileiro – militares, diplomatas, acadêmicos e industriais – ligados ao debate e ao estudo de questões referentes às relações internacionais do país, especialmente aqueles vinculados às estratégias correntes de inserção do Brasil no concerto das nações e às exportações de produtos de defesa nacionais.

A amostragem dos informantes foi intencional, baseada em critério de julgamento (MATTAR, 2001). A justificativa para esta escolha encontra-se na complexidade do tema, bem como na afirmação de Alsina Júnior (2009) sobre o longo período de ausência de um debate com a sociedade sobre o tema.

Como representantes do Estado foram selecionados os militares do Ministério da Defesa (Departamento de Produtos de Defesa/Secretaria de Produtos de Defesa) e Vice-Chefia do Estado-Maior do Exército; adidos de defesa junto às embaixadas dos Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido; diplomatas vinculados à DDS, do Departamento de Organismos Internacionais (DOI/MRE), e à DOC, do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR/MRE); e assessores de defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Como representantes das empresas foram selecionadas a Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa (ABIMDE) e empresas de defesa nacionais que exportam desde década de 1980 (Avibras, CBC, Condor, Embraer, Imbel, Emgepron, Taurus, Helibras, Britanite, Mectron, Orbisat, Optovac e Agrale).

Quanto ao meio acadêmico, foram elencados as coordenações dos cursos de relações internacionais de universidades federais e estaduais (UFRJ, UFF, UERJ, URGs, UFSM, UNB, USP, UNICAMP, UNIFESP, UFMG, UFSC, UNAMA, UNP e UEPB) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Assim, para a seleção das pessoas que foram entrevistadas ou receberam questionários (formulários eletrônicos), organizou-se uma lista com as instituições e com os profissionais que atuam na área de relações internacionais e na de comércio exterior de produtos de defesa. A intenção foi assegurar a representação dos diversos segmentos que formam essa comunidade de pensamento.

## 2.6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O tratamento das informações obtidas na pesquisa bibliográfica e documental foi predominantemente qualitativo. Conforme Gil (1991), esse tratamento pressupõe passar das informações para a interpretação, procurando-se os mais amplos significados que as informações possam ter. À luz da análise comparativa qualitativa, as informações qualitativas, após intensivo estudo, devem ser simplificadas por meio da atribuição de valores binários (0 ou 1). Essa sistemática permite a comparação dos parâmetros de per si ou a combinação de diferentes parâmetros, de acordo com a lógica da álgebra booleana.

Com a caracterização das diferentes condições existentes nos períodos comparados (Figura 2 – Desenho do estudo comparativo) e da configuração-controlé representada pelo ambiente geral existente nos cinco maiores exportadores de produtos de defesa, foi possível estabelecer uma tabela resumida dos casos e variáveis, conforme a Tabela 4, apresentada no item 2.3.

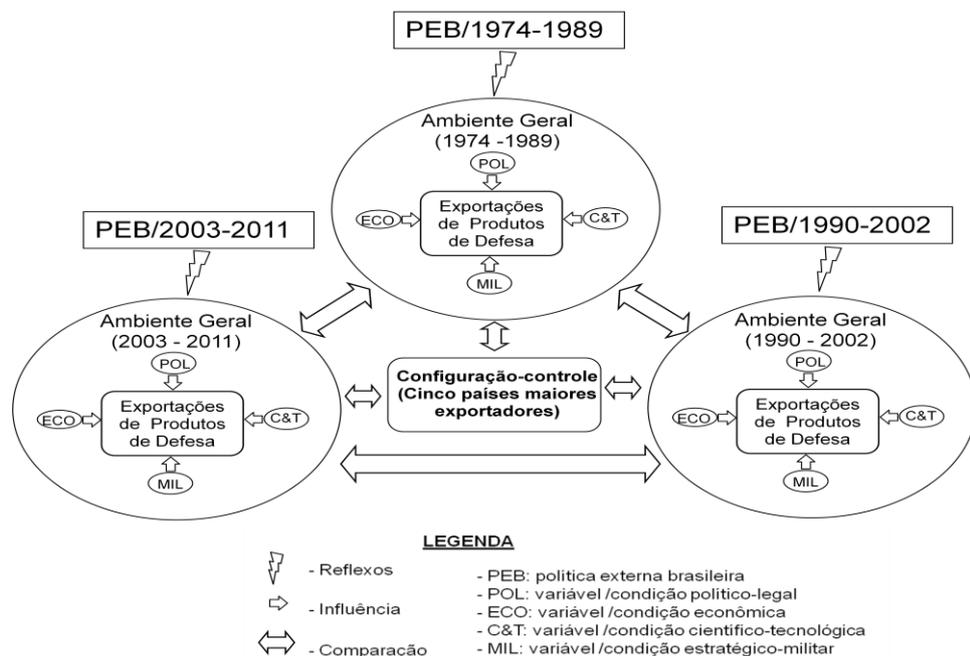


Figura 2 – Desenho do estudo comparativo

Com a Tabela 4 completa ficou viabilizada a comparação entre as condições oriundas dos reflexos dos paradigmas da política externa brasileira sobre as exportações de produtos de defesa nacional, concluindo-se sobre a existência de condições necessárias e suficientes para a atividade em nosso país, no período de 1974 a 2011.

A combinação de parâmetros comparáveis permite estabelecer as configurações necessárias e suficientes para determinado resultado. Para Liñán (2008), uma configuração é necessária quando sem ela um resultado de interesse não se reproduz em todos os casos comparados. Por exemplo, sem que as exportações de produtos de defesa estivessem autorizadas pelos organismos internacionais, esta atividade não poderia ser desenvolvida em caráter oficial pelos Estados, sob pena de serem responsabilizados internacionalmente. Assim, a legalidade da exportação de produtos de defesa é condição necessária à atividade.

Por outro lado, para Liñán (208), uma configuração é suficiente quando para ela todos os casos observados apresentam o resultado de interesse. Como exemplo, considerando que, observada a legalidade do comércio internacional de armas, vários casos dependessem tão somente das condições econômicas predominantes no país para exportar produtos de defesa. A existência da condição econômica favorável ao setor seria, nesta hipótese, uma condição suficiente.

De outro lado, uma configuração suficiente para o estabelecimento de um ambiente favorável às exportações poderia ser a presença simultânea da condição científico-tecnológica (C&T) e estratégico-militar (MIL), configurando, assim, a operação lógica “E” (\*) prevista na álgebra booleana, o que seria representado pela configuração C&T\*MIL.

Ragin (2000), como forma de processar configurações com um grande número de casos e variáveis, produziu um programa de processamento chamado *fs-QCA* para facilitar o gerenciamento das informações. Trata-se de um *software* livre que minimiza o número de considerações. No presente estudo, o uso do *fs-QCA* não foi necessário, tendo em vista o limitado número de casos e de variáveis.

O tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo, por seu turno, tendo em vista à elucidação da questão formulada, também foi eminentemente qualitativo. A natureza dicotômica das variáveis, contudo, permitiu fixar as grandes áreas de consenso e de divergências. Tanto as entrevistas semiestruturadas como os questionários fechados tiveram por objetivo buscar evidenciar os fatores que caracterizavam as variáveis operacionalizadas (político-legal, econômica, científico-tecnológica e estratégico-militar) para o estudo comparativo.

O resultado da pesquisa de campo foi fundamental para validar as informações obtidas durante a fase da pesquisa documental e bibliográfica, bem como para

ratificar ou retificar as interpretações realizadas quando da atribuição de valores binários às variáveis operacionalizadas.

Com isso, por intermédio do estudo comparativo, foi possível responder ao problema levantado: *a política externa brasileira gerou reflexos que condicionaram o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa, a partir de 1974?* Além disso, testou-se a hipótese sugerida para o presente trabalho: *as condições científico-tecnológica (C&T) e estratégico-militar (MIL) constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais.*

## 2.7 LIMITAÇÃO DA METODOLOGIA

O método comparativo empregado para a análise dos dados obtidos na pesquisa se limitou a observar os fatores de comparação mais relevantes dos parâmetros elencados como comparáveis, seguindo o preconizado por Ragin (1987), Courier (1993) e Curchod (2003). Acredita-se, contudo, que os fatores elencados sejam suficientes para caracterizar a existência ou ausência de uma determinada condição que influencia o ambiente geral e o resultado de interesse (ambiente para a exportação de produtos de defesa).

O caráter binário da avaliação dos parâmetros pode restringir a identificação da escala com que cada parâmetro se apresenta. É possível que algum parâmetro, ao se manifestar de forma limitada, algumas vezes, seja importante para a definição do ambiente geral. A abordagem comparativa proposta por Ragin (1987), utilizada como referencial metodológico para este trabalho, portanto, não permite uma avaliação mais flexível das variáveis, o que não retira os méritos do método, principalmente por sua objetividade e capacidade de simplificação lógica de um ambiente complexo.

Por fim, como limitação da metodologia, ressalta-se que, conforme Ragin (1987), em alguns contextos a ausência ou presença de certa condição pode ter significado relevante para o resultado alcançado. Para minorar esta possibilidade, os casos e as condições são comparados como um todo e, também, comparados por suas partes e combinação de partes. Assim, por exemplo, a política externa brasileira, no período de 1974 a 1989, estava inserida no contexto da Guerra Fria, enquanto que, no período de 1990 a 2002, o mundo vivia a era liberal de pós-queda

do Muro de Berlim. Esses contextos históricos distintos podem levar uma condição ou outra a ter maior relevância para o resultado final em determinado período.

Conforme Ragin (1987), nesses casos, o maior interesse é determinar os diferentes contextos nos quais as condições tem maior ou menor impacto. Neste trabalho, o objeto não são os contextos em que as condições se manifestam, mas as condições que, ao se fazerem presentes ou não, conformam o ambiente geral de exportações de um país. Esta limitação se justifica porque esta pesquisa busca por um modelo necessário e suficiente, que se situe entre a generalidade e a complexidade, e, ao mesmo tempo, seja capaz de apresentar as condições mais significativas para a existência de um ambiente geral favorável às exportações de produtos de defesa.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico adotado neste trabalho é oriundo de uma extensa revisão da literatura que buscou por bases intelectuais que proporcionassem maior lógica a pesquisa que se estruturava. Por intermédio do estudo dos fundamentos teóricos procurou-se sistematizar as relações internacionais e compreender o processo de formulação de políticas externas, particularmente, a brasileira.

Além disso, a revisão de literatura procurou abarcar as circunstâncias que envolvem a estruturação de uma indústria de defesa nacional e a inserção dos produtos de defesa no mercado internacional. Assim, o referencial teórico tem por objetivo nortear o estudo comparativo que se segue.

#### 3.1 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Um sistema, na abordagem de Pecequillo (2004), refere-se a um conjunto de relações entre atores, colocados em um meio específico, com certo grau de interdependência entre si e submetidos a certo modo de regulação.

O Sistema internacional é o cenário onde se desenvolvem as relações internacionais. Nele ocorrem as interações entre atores estatais e os atores não estatais que são as organizações internacionais, as corporações multinacionais e as organizações não governamentais (STOLBERG, 2010).

Para Stolberg (2010), se por um lado, os Estados elaboram políticas externas e de defesa para fazer face ao ambiente externo, em que surgem oportunidades de cooperação e de conflito; por outro, a comunidade internacional procura manter a ordem e evitar conflitos, criando instituições internacionais e uma série de regimes para assegurar que princípios amplamente aceitos, procedimentos, normas e regras sejam sistematizadas e positivadas para disciplinar as relações internacionais.

Os regimes internacionais, para Stolberg (2010), podem tomar forma de convenções de leis, acordos internacionais, tratados ou instituições internacionais. Eles ocupam-se de áreas relevantes tais como a econômica, a ambiental, os direitos humanos, o policiamento e o controle de armas. Regimes como a OMC, o GATT, o Banco Mundial, o FMI, o Protocolo de Kyoto, as Convenções de Genebra, os Tratados para Redução de Armas Estratégicas são todas iniciativas para especificar

padrões gerais de comportamento e identificar os direitos e obrigações dos estados signatários.

Dentre os atores que atuam no cenário internacional, os Estados são os grandes protagonistas. De acordo com Morgenthau (2003), o principal interesse dos Estados é o poder, o qual se torna o meio e o fim da ação estatal. Giddens (1998) afirma que o poder não pode ser reduzido a conceitos econômicos ou normativos. A dimensão do poder, para ele, seria muito complexa, fazendo-se presente em todas as partes e subjazendo todas as coisas.

Para Stolberg (2010), poder é a habilidade de um ator ou de alguns atores de influenciar o comportamento de outros atores – usualmente para levá-los a tomar atitudes de acordo com os interesses dos atores (Estados) que detêm maior poder. O poder não necessariamente deve ser usado para ser efetivo, basta que os outros atores reconheçam o poder alheio, implícita ou explicitamente.

Para Pecequillo (2004), há dois componentes do poder: o *hard power* (poder duro) e *soft power* (poder brando). O poder duro se refere à influência oriunda dos meios militares (para forçar um ator a agir ou deixar de agir – *sticks* ou “porrete”) e econômicos (assistência, pagamento de propinas, sanções econômicas,...- *carrots* ou “cenouras”). Por outro lado, poder brando diz respeito à influência oriunda de outros meios, tais como diplomacia, cultura e história.

Poder brando, conforme Pecequillo (2004), é a capacidade de cooptar, influenciar de maneira indireta (meios ideológicos e culturais). As fontes de poder brando são a cultura (quando atraem os outros atores), valores (quando não há hipocrisia na sua aplicação) e política externa (quando vista como legítima aos olhos dos outros atores).

Uma terceira vertente do poder recentemente mencionada, de acordo com Stolberg (2010), é o *smart power* (poder inteligente). Ele é descrito como o emprego dos meios militares e econômicos complementados com grandes investimentos em *soft power*. Nesta abordagem, o *hard power* é reconhecido como importante, mas não suficiente. Em síntese, o poder inteligente é a capacidade de combinar *hard and soft power*.

Stolberg (2010) adverte que o poder é medido em termos de habilidade para aplicar os instrumentos de poder que de fato um Estado possui. Estes instrumentos são a diplomacia, a informação, o militar, a economia, as finanças, a inteligência e a

capacidade de impor a lei. O mais importante, para este autor, é a vontade política de transformar o poder potencial em poder operacional. A vontade política está relacionada ao apoio populacional ao governo e a efetividade deste governo.

A hierarquia entre as forças existentes no sistema internacional, de acordo com Pecequilo (2004), é definida por um permanente choque de interesses entre os agentes, podendo-se identificar três tipos de ordem: a unipolar, na qual somente um poder se destaca, como à época do Império Romano; a bipolar, quando há dois polos principais, como aconteceu no período de 1947 a 1989 (Guerra Fria), com Estados Unidos e União Soviética; e a multipolar, quando há divisão de poderes entre os diversos membros do sistema, como ocorreu entre 1815 e 1915 com o Concerto Europeu, dividido entre França, Grã-Bretanha, Prússia, Rússia e Império Austro-húngaro.

A ordem internacional vigente recebeu a definição de unimultipolar por Huntington (1997), tendo em vista a caracterização do mundo no Pós-Guerra Fria. De acordo com este conceito, o sistema internacional apresenta, em termos econômicos, múltiplos atores com grande protagonismo (Estados Unidos, União Europeia, Japão e alguns países emergentes), enquanto, em termos militares, predomina o poderio esmagadoramente superior dos Estados Unidos. Nye Jr (2002) corrobora asseverando que, se no tabuleiro econômico os EUA poderiam eventualmente perder poder, no ideológico e militar, estariam à frente de seus aliados e potenciais inimigos, ou seja, em alguns tabuleiros haveria a unipolaridade, em outros, a multipolaridade.

O estudo das relações internacionais e a formulação de teorias, conforme Pecequilo (2004), representa uma tentativa de identificar os pressupostos utilizados pelos Estados, principais atores do cenário global, para definir o curso de suas ações no sistema internacional. Este estudo foi sistematizado somente no século XX e, de acordo com a autora, tem como referência inicial o surgimento do Estado Moderno, em 1648, com a Paz de Westphalia<sup>13</sup>.

Há diversas teorias em vigor, destacando-se, de forma bastante sumária, as clássicas, as novas e as alternativas. As teorias clássicas – realismo (E.H. Carr,

---

<sup>13</sup> A Paz de Westphalia refere-se a uma série de tratados que puseram fim a Guerra dos Trinta Anos, reconhecendo oficialmente as Províncias Unidas e a Confederação Suíça. Esses tratados acataram consensualmente noções e princípios como o do Estado centralizado e o de soberania estatal.

Hans Morgenthau e Raymond Aron), liberalismo (Hugo Grocio) e marxismo ou estruturalismo (Karl Marx, Antônio Gramsci, Eric Hobsbawm e Immanuel Wallerstein) – voltam-se, essencialmente, para os temas do *hard power* e do conflito entre os Estados.

As novas teorias – neorealismo (Kenneth Waltz, Robert Gilpin e Hedley Bull) e neoliberalismo (Robert Keohane e Joseph Nye Jr) -, surgidas na década de 1970, por sua vez, buscam conciliar as visões clássicas com as novas preocupações ligadas à economia, à cultura, à política e à sociedade.

Finalmente, as abordagens alternativas – teoria crítica (Robert Cox) e construtivismo (Friedrich Von Kratochwil, Nicholas Oluf, Alexander Wendt e John Ruggie) – focam a teoria social e buscam explicar a estrutura internacional assimétrica em que, com efeito, os agentes (estatais e não estatais) e a estrutura constroem-se mutuamente, num permanente diálogo que conforma identidades.

Neste estudo, como forma de sintetizar a abordagem teórica, foi utilizada a visão clássica. Tal escolha deveu-se à objetividade do enfoque tradicional e à presença dele, em certa medida, nas diversas teorias, por vezes fundamentando conceitos e, em outras, servindo como contraponto.

Assim, adotou-se a teoria internacional clássica que, de acordo com Wight (2002), é precipuamente uma teoria da sobrevivência. Sendo soberanos, os Estados existem numa condição de anarquia e, em última análise, dependem de si mesmos para sobreviver.

Wight (1991) identificou três modelos clássicos de comportamento dos estados: o realismo, o racionalismo e o revolucionismo. Estes termos denotam as idéias contrastantes do autointeresse nacional e da diplomacia prudente (Maquiavel), direito internacional e civilização (Grocio) e da comunidade política global (Kant). São modelos de pensamento categoricamente diferentes, com sua própria lógica e linguagem. Por vezes são nomeados como tradições maquiavélica, grociana e kantiana. Esses conceitos de Wight serão utilizados, pois, ao longo deste trabalho.

O realismo, segundo Wight (1991), concebe as relações internacionais como definidas predominantemente, se não exclusivamente, pela razão de Estado (*raison d'état*). O direito político é o bem do Estado e a soberania é a palavra final nessas questões. O sistema internacional é a arena na qual os Estados perseguem seus interesses e periodicamente chegam a conflitos que podem ameaçar a sobrevivência

de alguns. O problema fundamental das relações internacionais é prevenir tais conflitos, através da diplomacia, da defesa nacional, de alianças militares, do equilíbrio de poder e outros. A imagem realista é a de Estados soberanos livres, competitivos e, algumas vezes, egoístas e combativos: o individualismo internacional.

O racionalismo, ao contrário, conforme Wight (1991), é a concepção das relações internacionais à semelhança de uma sociedade, definida pelo diálogo entre Estados e pela regra da lei. A sociedade internacional é, assim, uma sociedade civil de membros estatais que têm interesses legítimos que podem ser conflituosos. Os Estados, no entanto, estão sujeitos a um corpo comum de direito internacional que procura regular esses conflitos. A teoria internacional é ainda uma teoria da sobrevivência, mas os meios de sobrevivência são tanto sociais quanto individuais.

O revolucionismo é o terceiro paradigma da teoria internacional, sugerido por Wight (1991) e refletido na Reforma Protestante, na Revolução Francesa e na Revolução Comunista. Os revolucionistas rejeitam o sistema de soberania existente, na convicção de que o Estado westphaliano é um obstáculo para ultimar os valores da humanidade. A imagem revolucionista predominante é a da comunidade humana (*universitas*). Os homens têm precedência sobre as instituições e conseqüentemente o Estado soberano tem que estar subordinado a uma autoridade superior de alguma forma (*civitas máxima*).

Quadro 2 : As três tradições preconizadas por Martin Wight

	<b>Tradição Realista</b>	<b>Tradição Racionalista</b>	<b>Tradição Revolucionista/Idealista</b>
<b>Atores</b>	Estados	Estados e Organizações Internacionais	Homem
<b>Situação do sistema</b>	Conflito	Cooperação	Paz
<b>Universo em foco</b>	Relações de Poder	Relações de cooperação	Interesses comuns
<b>Noção de Ordem</b>	Anarquia e equilíbrio na balança de poder	Tratamentos nos foros internacionais	Governo Mundial
<b>Referência Filosófica</b>	Nicolau Maquiavel; Thomas Hobbes	Hugo Grócio	Immanuel Kant; Jean-Jaques Rousseau

Fonte: GOFFREDO JUNIOR (2005, p. 30)

Para Aron (2002), na sociedade internacional, os Estados materializam suas ações por meio da guerra e da diplomacia, sendo os soldados e os diplomatas os representantes dos Estados nas relações internacionais. A diplomacia e a guerra,

para esse autor, são dois lados da mesma moeda, uma vez que tem por objetivo defender o interesse nacional<sup>14</sup>.

Para Wight (2002), a diplomacia é a instituição para negociar. As alianças são instituições para efetivar um interesse comum. O arbitramento é uma instituição para a resolução de pequenas divergências entre os Estados. A guerra é a instituição para a decisão final a respeito das divergências.

Em resumo, no sistema internacional interagem diversos atores. Os Estados têm prevalência porque representam interesses da sua coletividade nacional. A interação entre os Estados é, na história da humanidade, aquela que trouxe reflexos mais significativos, seja por meio da cooperação seja por meio da guerra. A conduta de um Estado varia conforme as circunstâncias, podendo ele adotar três diferentes abordagens clássicas, individualmente ou conjugadas, a realista, a racionalista ou a revolucionista. Os Estados, no entanto, sempre buscam, de forma incontestada, influenciar o sistema internacional em benefício próprio.

### 3.2 OS PARADIGMAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Antes de abordar os paradigmas da Política Externa Brasileira (PEB) para o período em estudo, convém elucidar dois conceitos ligados a identidade do Brasil perante a comunidade internacional: o conceito de potência média e o de nação grociana.

O conceito de “potência média”, de acordo com Wight (2002, p. 48), foi estabelecido durante a Conferência de São Francisco, em 1945, quando houve alguns pedidos para que potências de segunda categoria fossem reconhecidas nas Nações Unidas pela concessão a elas de prioridade nas eleições para as cadeiras não-permanentes do Conselho de Segurança. As nações consideradas potências médias eram Canadá, Austrália, Brasil, México, Polônia, Holanda e Bélgica.

---

<sup>14</sup> De acordo com Wight (2002, p. 87), "interesse nacional" é um termo que só se tornou usual na última parte do século XIX. A expressão antiga era "a dignidade, a honra e os interesses de tal e tal coroa". Mas honra é uma palavra ambígua. Ela pode significar lealdade a padrões aceitos de conduta (como na tradição inglesa), ou pode querer dizer orgulho e consciência de status (como é seu significado na tradição alemã). A honra das potências nas relações internacionais tende a ser desse último gênero. Intimamente ligada à idéia de "honra" está a idéia de "prestígio". A honra gira em torno dos interesses; o prestígio gira em torno do poder. **O prestígio é a influência derivada do poder (grifo nosso).**

As potências menores (incluindo-se as potências médias) somente possuem os meios de defender interesses limitados e é bem verdade que a maioria delas, de fato, somente possuem interesses limitados (WIGHT, 2002, p. 50).

Foi justamente esta limitação externa que induziu o Brasil a adotar uma visão racionalista, portanto grociana, nas suas relações internacionais. Corrêa (2007), ao estudar o discurso brasileiro na ONU, afirma:

“No caso de um país como o Brasil, cuja capacidade de se expressar na esfera internacional por meios de poder é limitada, o discurso diplomático passa a ser o meio por excelência de definição de políticas, de mobilização de coalizões de interesses, de transação e de busca de equilíbrios”.

Goffredo Junior (2005, p. 70) afirma que o respeito ao Direito Internacional, que é parte integrante do modelo grociano dentro da teoria das relações internacionais, é uma tradição da política externa brasileira constituída com base nos fatos importantes do período em que o Barão do Rio Branco foi figura proeminente dentro do panorama das relações internacionais do país. Para este autor (*ibidem* 2005, p. 78), o Itamaraty é o principal formulador e articulador da política externa brasileira.

Com efeito, para Goffredo Junior (2005), o Itamaraty conjuga as tradições realista e racionalista na condução das relações exteriores do Brasil:

“Uma breve reflexão a respeito do cumprimento das normas internacionais merece ser feita. De um lado, o Itamaraty ressalta a importância do respeito às obrigações contraídas nos fóruns internacionais, uma vez que elas são a base da estabilidade, constância e previsibilidade das relações interestatais. De outro, o limite do respeito a essas obrigações é justamente aquele que se impõe por conta dos princípios da soberania e da não-intervenção, estes também alicerces do Direito Internacional. Na verdade, serão aceitas as obrigações que não forem consideradas intervenções nos assuntos internos dos Estados” (*ibidem*, p. 87).

Tendo em conta a condição de potência média e, em consequência, a prevalência do modelo grociano nas relações exteriores do país, passamos a explorar os paradigmas da PEB, elaborados por Cervo e Bueno (2002), em que é possível perceber doses maiores e menores de realismo na elaboração e implementação das ações externas brasileiras.

Cervo e Bueno (2002) dividiram o estudo das ações externas da política brasileira em quatro paradigmas: o liberal conservador (1810-1930), o desenvolvimentista (1930-1989), o liberal (1990-2002) e o logístico (2003-...). Esse recurso foi utilizado, segundo os autores, para dar inteligibilidade aos seus estudos. Esses paradigmas, portanto, apresentam-se vinculados às estratégias para o

desenvolvimento nacional, as quais, somente a partir da década de 1970, trouxeram efetivos reflexos para as exportações da indústria de defesa nacional. Assim, o paradigma liberal conservador não será explorado neste trabalho.

O Estado desenvolvimentista (1930-1989), de acordo com Cervo e Bueno (2002), reforçou o aspecto nacional e autônomo da política exterior, fortalecendo, em especial, a expressão econômica do poder, por intermédio da industrialização baseada no processo de substituição de importações<sup>15</sup>. Esse paradigma encontra-se representado pelo Estado empresário, que arrasta a sociedade rumo ao desenvolvimento, por meio da superação de dependências econômicas estruturais e, também, pela autonomia da segurança.

A industrialização implementada pelos governos Vargas, Kubitscheck e militares é exemplo emblemático desse modelo. Trata-se de um paradigma que orienta o investimento estatal em setores estratégicos que garantam a independência tecnológica e industrial, superando a deterioração dos meios de troca<sup>16</sup> característicos de um mundo assimétrico, em que as economias centrais monopolizam a produção e o comércio dos bens com maior valor agregado, tais como as armas mais sofisticadas.

De acordo com Cervo e Bueno (2002), o governo do Presidente Costa e Silva, no final da década de 1960, optou pela nacionalização da segurança, abandonando a segurança coletiva<sup>17</sup>. Uma das iniciativas previstas para a nacionalização da segurança foi o incentivo do Estado às empresas para que produzissem material de defesa com tecnologia nacional.

---

<sup>15</sup> O processo de substituição de importações preconizava o incentivo à indústria doméstica nascente, por meio de subsídios aos produtores nacionais e restrição à entrada de produtos estrangeiros, assegurando o mercado interno aos produtos nacionais e proporcionando condições para a indústria brasileira se desenvolver (GREMAUD *et al.*, 2007).

<sup>16</sup> A deterioração dos meios de troca foi indicada pelo economista argentino Raúl Prebisch, responsável por coordenar os trabalhos da CEPAL/ECOSOC/ONU na década de 1950, como a situação em que os países industrializados induzem os países periféricos à produção primária, com baixo valor agregado. Devido ao avanço da tecnologia, os produtos industrializados ganham cada vez mais valor, ao contrário dos bens primários. Quando da realização das trocas comerciais externas, os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos tornam-se cada vez mais dependentes em função do déficit comercial (Teoria da Dependência) (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 335).

<sup>17</sup> Segurança coletiva é a limitação das Forças Armadas dos Estados, tendo em vista a possibilidade de se formar uma força internacional sob o controle das Organizações Internacionais para garantir a segurança dos países individualmente (CERVO e BUENO, 2002).

Foi nesse período, conforme os autores em tela, que a segurança foi nacionalizada em quatro momentos<sup>18</sup>, dos quais vale ressaltar a definição de uma Política de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM , 1974), porque a produção de armas portáteis, munição, aviões e carros de combate pretendia eliminar a dependência e ampliar a segurança nacional. Essa indústria somente seria viável com a inserção no mercado externo, proporcionando condições para a produção em escala<sup>19</sup>. A segurança, para Cervo e Bueno (2002), era considerada, antes de tudo, como uma consequência do desenvolvimento econômico autossustentado, provedor de meios e recursos necessários à defesa dos interesses nacionais.

Durante o paradigma desenvolvimentista, com efeito, a hiperinflação característica do período contribuiu para a redução dos custos de produção, tornando os produtos brasileiros mais competitivos, em termos de preço, no mercado internacional.

O discurso pronunciado pelo Presidente Ernesto Geisel quando da sanção da Lei 6.227/75, que criou a Indústria de Material Bélico (IMBEL), sintetiza as circunstâncias mundiais em que tal política foi aplicada:

“O Brasil é uma Nação tradicionalmente pacífica. Nos foros internacionais, embora inutilmente, sempre pugnou pelo desarmamento geral. No século em que o mundo vive, têm sido repetidos, infelizmente, os conflitos bélicos, sem que as organizações internacionais – notadamente a ONU – conseguissem preveni-los ou eliminá-los. Do mesmo modo, em todos os quadrantes, cresce o poderio bélico, a tal ponto que a indústria de armamentos, hoje em dia, é uma das mais rentáveis, com amplo mercado internacional, capaz de gerar vultosas divisas para muitos dos países industrializados. Nessa conjuntura e apesar dos sentimentos de paz que nos animam, não pode o Governo descurar da segurança nacional. A posição geográfica que ocupamos, a vastidão de nosso território, grande parte do qual tem uma ocupação rarefeita, as extensas fronteiras terrestres e marítimas, as regiões altamente desenvolvidas, o imenso potencial de riqueza ainda por explorar, e, principalmente, a população superior a 100 milhões de habitantes, em busca de um desenvolvimento integrado, necessitam que, não somente lhes seja garantida adequada defesa contra

---

<sup>18</sup> Os quatro momentos foram o estabelecimento da Política Nacional para Exportação de Material Militar (PNMEM), em 1974; o acordo nuclear com a Alemanha, em 1975; a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos, em 1977; e o desenvolvimento do programa nuclear paralelo, em 1979

<sup>19</sup> Produção em escala é aquela que organiza o processo produtivo de maneira que se alcance a máxima utilização dos fatores produtivos envolvidos no processo, buscando como resultado baixos custos de produção e o incremento de bens e serviços (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 121).

ações agressivas que possam vir do exterior, mas também a preservação contra ações subversivas que visam, na sua generalidade, à convulsão social” (GONÇALVES, 1989)

O segundo conceito, utilizado por Cervo e Bueno (2002), é o paradigma do Estado Liberal (1990-2002) que revela uma invenção latino-americana dos anos 1990. Sua denominação foi estabelecida pelo argentino Domingo Cavallo, Ministro das Relações Exteriores do Governo Menem. A experiência desse paradigma envolve três parâmetros de conduta: Estado subserviente, que se submete às coerções do centro hegemônico do capitalismo (Consenso de Washington<sup>20</sup>); Estado destrutivo, que dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda para o exterior (desnacionalização da produção e corte de subsídios estatais à indústria estratégica); e Estado regressivo, que reserva para a Nação as funções da infância social (subdesenvolvimento e economia primária). Trata-se de uma política que conduz ao aprofundamento de dependências estruturais e ao empobrecimento nacional, na visão dos autores.

Convém ressaltar que a abordagem feita pelos autores é taxativa e, de certa forma, desqualifica qualquer política de cunho liberal. No final da década de 1980, com efeito, o Estado brasileiro viveu um período de completa falta de perspectivas. O neoliberalismo, à época, era, aos olhos dos tomadores de decisão, a melhor ou, talvez, a única opção.

Ainda conforme Cervo e Bueno (2002), esse foi um período em que o pensamento político brasileiro aplicado às relações internacionais deixou de ser homogêneo, prevalecendo o processo decisório externo ao Ministério das Relações Exteriores, em termos de economia. As decisões nas áreas alfandegárias, das finanças externas e da abertura empresarial foram deixadas para as autoridades técnico-econômicas que aplicavam diretrizes monetaristas<sup>21</sup> e liberais.

---

<sup>20</sup> Receituário estabelecido pelos países desenvolvidos, no final da década de 1980, o qual deveria ser implementado pelos países em desenvolvimento em crise para garantir apoio financeiro internacional. Dentre as medidas destacam-se: rigidez fiscal, privatização e abertura do mercado interno (GREMAUD *et al.*, 2007, p. 514).

<sup>21</sup> O monetarismo é uma teoria econômica que afirma ser possível manter a estabilidade (inflacionária) de uma economia capitalista por meio de instrumentos monetários, pelo controle do volume de moeda disponível e de outros meios de pagamento.

Além disso, conforme os atores em referência, as estratégias de segurança foram delineadas pelo MRE, sem a participação das Forças Armadas, uma vez que se imaginava um mundo pacífico, cuja segurança seria garantida pelas organizações multilaterais. Esse foi um momento de transição, quando o Estado nacional, em crise, adotou o receituário dos países desenvolvidos, reduzindo sua intervenção na economia, alinhando-se a interesses exógenos e assumindo compromissos assimétricos, como a adesão ao Tratado de Não-Proliferação (TNP).

Assim, para Cervo e Bueno (2002), nos anos 1990, o Itamaraty cedeu para as autoridades econômicas de vertente hayekiana<sup>22</sup> as decisões do Estado brasileiro relativas à área das relações econômicas internacionais. Ou seja, as decisões econômicas passaram a ser tomadas por um corpo técnico de economistas desvinculados das políticas de Estado<sup>23</sup>, restringindo os subsídios estatais a setores considerados estratégicos. No que se refere às doutrinas de segurança<sup>24</sup> e de política de defesa, verificou-se a apropriação destas pelo Ministério das Relações Exteriores, com sua inspiração idealista de vertente grociana<sup>25</sup> e kantiana<sup>26</sup>, o que determinou uma participação decrescente das Forças Armadas nessa área.

Erber (2007) corrobora com Cervo e Bueno (2002), ao afirmar que a estrutura de exportações brasileiras encontra-se, desde a década de 1990, enviesada para produtos de baixa e média intensidade tecnológica, cujo dinamismo no mercado internacional é relativamente baixo e sujeito a ciclos, ao passo que a estrutura de importações está concentrada em bens de média e alta intensidade tecnológica, cuja demanda tem a propensão a crescer mais do que a renda.

---

<sup>22</sup> Friedrich Hayek foi um economista liberal austríaco que desenvolveu a teoria monetarista, durante a década de 1950. Esta teoria foi aplicada nas políticas de abertura e desregulamentação econômica (neoliberais) do final do século XX.

<sup>23</sup> Campos (2001) define políticas de Estado como aquelas que são estabelecidas por estadistas e, empregando um aforismo de Winston Churchill, conceitua estadista como aquele que pensa nas próximas gerações. Por outro lado, define político como o que pensa tão somente nas próximas eleições (CAMPOS, 2001, p. 238).

<sup>24</sup> Segurança, para Cervo e Bueno (2002), diz respeito a um conceito mais amplo, do qual faz parte a defesa.

<sup>25</sup> Refere-se a Hugo Grocio (ou Grotius), jurista holandês, do Sec XVII, que preconizava a adoção de um direito internacional, baseado em leis capazes de regular as relações entre os Estados, evitando as guerras.

<sup>26</sup> Refere-se ao filósofo idealista Immanuel Kant que imaginava a possibilidade do estabelecimento de uma paz perpétua nas relações sociais e internacionais.

Por fim, a partir de 2003, foi implementado o paradigma do Estado logístico, o qual, conforme Cervo e Bueno (2002), fortalece o núcleo nacional. Uma espécie de reinvenção da visão cepalina<sup>27</sup> dual de mundo - dividido em centro e periferia -, de acordo com essa visão, o Brasil deveria aliar-se aos países emergentes da periferia para se contrapor à criação de um ordenamento mundial que não lhes interessasse.

Para isso, o Estado transfere à sociedade responsabilidades empreendedoras e, ao mesmo tempo, apoia os investidores nacionais para que possam operar no exterior. Dessa forma, é possível equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção “madura” no mundo globalizado. Esse modelo foi adotado pelo Chile na década de 1970, de acordo com os atores, quando foram criadas empresas de matriz nacional em setores em que a competitividade sistêmica era possível, como a mineração, a siderurgia, a indústria aeronáutica e espacial. A diplomacia empresarial, com base nas aspirações de empresários e trabalhadores, fixou o grau de abertura dos mercados e as opções de formação de blocos econômicos e das negociações entre o Mercosul e outros blocos.

Ressalta-se que o termo ‘logístico’, utilizado por Cervo e Bueno, não é completamente aceito no meio acadêmico. Alguns preferem o conceito de neodesenvolvimentismo, outros indicam que ainda não há uma qualificação adequada para esta nova fase da história nacional. Neste trabalho, contudo, a abordagem de Estado logístico dos referidos atores foi adotada para permitir sistematizar algumas iniciativas implementadas pelo governo federal no período.

Nesse paradigma, conforme Cervo e Bueno (2002), são recuperadas algumas estratégias de desenvolvimento: a) reforço a capacidade empresarial do país; b) a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; c) a abertura dos mercados do Norte em contrapartida ao nacional; d) mecanismos de proteção diante de capitais especulativos; e e) uma política de defesa nacional, lançada em 1996. Essa política de defesa nacional instiga a retomada da indústria de defesa nacional, iniciativa corroborada pela Política de Defesa Nacional (2005) e pela Estratégia Nacional de Defesa (2008).

---

<sup>27</sup> Refere-se à CEPAL (Comissão para Estudos da América Latina e Caribe), órgão ligado ao Conselho Econômico e Social da ONU, responsável por buscar estratégias para o desenvolvimento regional.

Por outro lado, segundo Alsina Júnior (2009), a política externa brasileira manteve-se homogênea devido à histórica debilidade do poder nacional. O Brasil é, assim, um dos poucos países com potencial para se tornar uma potência mundial que se submeteu aos inúmeros acordos auspiciados pela Organização das Nações Unidas que visam a controlar ou, mesmo, desarmar os Estados, em especial, os subdesenvolvidos e os em desenvolvimento.

### 3.3 INDÚSTRIA DE DEFESA

A humanidade constrói armas desde os tempos remotos, em que os homens das cavernas aprendiam a utilizar ossos de animais para a caça, defesa pessoal ou para combater tribos inimigas. A perspectiva de conflitos, segundo Brauer (2004), induz as pessoas, como indivíduos ou como coletividades organizadas em Estados, a adquirir armas. Essa aquisição pode ser por meio da produção local, pelo comércio oficial e, também, por transferências ilegais. A indústria de produtos de defesa tornou-se, atualmente, uma atividade especializada e tem um propósito político claro: a defesa por meio da ameaça de violência contra possíveis inimigos e, se necessário, pelo emprego da violência, observando-se as limitações vigentes.

Essa indústria, segundo o referido autor, convive com restrições aos seus insumos básicos e forte controle às exportações, o que inviabiliza, muitas vezes, a produção nacional, seja pelo crescimento insustentável dos custos, seja pela pressão política exterior. O tipo e a quantidade de armas a serem produzidas depende, em grande medida, de circunstâncias econômicas e políticas.

Os Estados com maior inserção no cenário internacional e com maior renda per capita, historicamente, investiram mais na indústria de material militar, proporcionando meios para a consolidação do seu poder. Além disso, o domínio do vetor científico-tecnológico garantiu aos países desenvolvidos não somente a superioridade de meios durante as guerras, mas também a possibilidade de aplicar a tecnologia militar no desenvolvimento de produtos para o emprego civil.

O século XX presenciou o maior salto tecnológico do setor, em especial durante as duas guerras mundiais. A Tabela 5 revela o elevado valor agregado que caracteriza os produtos de defesa, demonstrando que aqueles países que possuem

uma indústria de defesa desenvolvida também dominam as tecnologias mais avançadas.

Tabela 5 - Relação peso-valor de alguns produtos

Segmento	US\$/Kg
Mineração (fero)	0,02
Agrícola	0,3
Aço, celulose	0,3-0,80
Automotivo	10
Eletrônico (áudio, vídeo)	100
Defesa (foguetes)	200
Aeronáutico (aviões comerciais)	1.000
Defesa (mísseis)/Telefonia celular	2.000
Aeronáutico (aviões militares)	2.000-8.000
Espaço (satélites)	50.000

Fonte: OCDE apud ABDI (2010, p. 9)

Uma questão latente durante esta pesquisa, e alvo de infindáveis debates entre os acadêmicos, é se os maiores produtores e exportadores de armas possuem elevada capacidade tecnológica porque dispõem de um complexo industrial-militar forte ou se possuem uma indústria de defesa forte porque possuem elevada capacidade tecnológica? Subjaz a este debate a viabilidade da tecnologia militar, altamente especializada, ser utilizada em produtos civis.

De acordo com Brzoska (2007), os governos adotam diferentes estratégias para desenvolver a interação civil-militar no processo de pesquisa e desenvolvimento dos produtos de defesa. Este autor sistematizou quatro estratégias, admitindo, contudo, que os governos frequentemente apóiam uma mescla delas para o desenvolvimento de novas tecnologias: *spin-off*, *warfare and welfare*, uso dual e integração civil-militar.

A estratégia do *spin-off* foi, de acordo com Brzoska (2007), muito comum durante o período da Guerra Fria, as pesquisas militares eram a atividade central em termos de ciência e tecnologia em diversos países, incluindo Estados Unidos, França, Reino Unido e, acima de tudo, a União Soviética. A tecnologia militar dominava os avanços, enquanto os governos e, especialmente, as empresas procuravam obter aplicação civil para as novas tecnologias militares desenvolvidas. Os exemplos são abundantes, particularmente no setor aeroespacial e ciência dos

materiais. Esta estratégia ainda é utilizada, entretanto, perdeu relevância com o final da Guerra Fria, deixando de ser prevaiente.

Já a estratégia do *warfare and welfare*, conforme Brzoska (2007), foi empregada quando os países procuraram desenvolver simultaneamente as tecnologias civis e militares, por meio da cooperação. O objetivo era apoiar as indústrias, com perspectivas de inserção nos mercados civil e militar, usando para isso recursos civis e militares destinados à pesquisa e ao desenvolvimento. Por exemplo, na França de meados da década de 1960, o desenvolvimento de armas nucleares foi coordenado com o desenvolvimento da tecnologia nuclear para produção de energia e para aplicação medicinal. Também outros países que procuram combinar o desenvolvimento industrial com o poder militar independente desenvolvem esta estratégia.

A estratégia do uso dual, por seu turno, para Brzoska (2007) objetiva desenvolver conhecimentos e tecnologias genéricas a serem utilizadas por civis e militares. A pedra fundamental desta estratégia é o apoio governamental para a alta tecnologia que poderá ser empregada tanto no setor militar como no civil. Esta estratégia foi utilizada pelos Estados Unidos na década de 1990, contudo, devido a pressões do Congresso e da indústria de defesa norte-americana, o uso dual deixou de ser a estratégia predominante naquele país.

Por fim, a estratégia da integração civil-militar, de acordo com Brzoska (2007), a mais utilizada atualmente, preconiza que as pesquisas civis e militares devem ser crescentemente integradas. A pesquisa civil lidera a atividade, contudo a pesquisa militar produz importantes tecnologias, em especial aquelas de alto-risco. Na Alemanha, por exemplo, desde meados da década de 1950, a maior parte das pesquisas militares ocorrem em empresas privadas que também possuem papel relevante para a pesquisa civil, tais como a Siemens e a Daimler-Benz. Tanto para os produtos militares como para os civis, as capacidades tecnológicas desenvolvidas sob contratos militares de pesquisa foram combinados com tecnologias desenvolvidas para propósitos civis, **na medida em que as exigências de segredo permitiam** (grifo nosso).

O diagnóstico sobre a base industrial de defesa brasileira (BID) conduzido pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), revela que a

controvérsia existente entre a possível relação gastos militares-crescimento econômico, notadamente em países em desenvolvimento, é antiga e inconclusa. Para a ABDI (2010, p. 10), é preciso ter em mente que a decisão de se ter uma BID forte ou competitiva é, eminentemente, uma decisão política: nenhuma nação jamais investiu em sua indústria de defesa visando apenas aos seus benefícios econômicos. As exportações e os possíveis efeitos *spin-off* são posteriores à decisão de se fortalecer a BID. Há estudos, ressalta-se, que apontam não haver correlação entre gasto militar e desenvolvimento econômico.

Com o fim da Guerra Fria, a interdependência entre os Estados cresceu e, conforme Brauer (2004), essa característica também é percebida na produção de armamentos. Não há atualmente, de acordo com esse autor, nenhum Estado autossuficiente em termos de produtos de defesa. Para Markuse (2004), nos dias atuais, o comércio de componentes e serviços relacionados a sistemas de armas tornou-se mais importante do que o próprio comércio do sistema de armas. São, com efeito, ideias e tecnologias, antes do que armas, que fluem através das fronteiras.

O complexo militar industrial, para Markuse (2004), tornou-se internacional. Como exemplo é referenciado o caça americano F-16 que é montado nos Estados Unidos, na Coreia do Sul, em Taiwan e na Turquia com componentes de alta tecnologia oriundos da Alemanha, Israel, Japão e Rússia, bem como com outros insumos, sensíveis aos preços do comércio internacional, originários de Brasil, Polônia, Espanha e África do Sul.

### 3.4 PACIFISMO E DESARMAMENTO

Por pacifismo, conforme Bobbio (2003, p. 156), entende-se toda teoria (e o movimento correspondente) que considera uma paz duradoura, ou, simplesmente para usar a expressão de Kant, perpétua e universal, como bem altamente desejável, tão desejável que qualquer esforço para atingi-lo é considerado digno de ser perseguido.

A tragédia das duas grandes guerras mundiais e das explosões nucleares, no século XX, instigou a formação de entidades supraestatais que pudessem exercer algum controle sobre a vontade dos Estados. A Organização das Nações Unidas

(ONU) representa a mais importante destas organizações, tornando-se a principal responsável pela paz e segurança internacionais. Sua carta de fundação foi assinada por 51 países, em 26 de junho de 1945, e, por meio do artigo 2º, a ONU proscreeve a guerra como meio de resolução de conflitos. A ONU manteve, entretanto, o direito de legítima defesa dos Estados, conforme previsto no artigo 51 de sua Carta.

Com efeito, a ONU preconiza a segurança multilateral baseada na ação integrada dos Estados membros para impor e manter a paz onde esta seja ameaçada. Em tese, a segurança dos Estados deveria ser coletiva. Assim, outra forma legítima de emprego da força é a ação concertada de forças ligadas à ONU para restabelecer a segurança internacional, extinguindo conflitos em curso, conforme previsto no capítulo 7 da Carta.

Quanto à instrumentalização da força a ser empregada pelos Estados, em 1952, a Assembleia Geral das Nações Unidas, pela resolução 502, criou a Comissão do Desarmamento das Nações Unidas (CDNU), subordinada ao Conselho de Segurança, com a finalidade de tratar do tema do desarmamento. À época, especial atenção foi dada à corrida nuclear, com a intenção de eliminar a produção e desarmar os países possuidores de artefatos nucleares.

Conforme Cervo e Bueno (2002), o Brasil e o México foram escolhidos pela ONU para integrar a Comissão de Desarmamento, representando os respectivos segmentos continentais. Essa conferência foi realizada em Genebra, no ano de 1962, e o senador Afonso Arinos foi o chefe da delegação brasileira. Naquela oportunidade, conforme os autores, o Brasil propôs o trinômio desarmamento, inspeção e reconversão econômica. Esta última com a finalidade de utilizar os recursos empregados na produção de armas, em especial as atômicas, na promoção do desenvolvimento e do bem-estar.

Nesse contexto, para Schneider (2009, p. 20), o pacifismo possui três abordagens: a instrumental, a institucional e a finalista. O pacifismo instrumental caracteriza-se, numa primeira etapa, pela paz sendo alcançada, senão pela eliminação, pelo menos pela redução numérica e pela limitação da capacidade de destruição das armas. Nessa corrente, o primeiro passo diz respeito à teoria e à prática do desarmamento e, o segundo passo, à teoria e à prática da não-violência.

Com relação ao pacifismo institucional, de acordo com Schneider (2009), a

solução para a paz pode ser buscada por dois caminhos, conforme a percepção da ordem internacional. Se predominar a ideia de que a guerra resulta da inexistência de um governo mundial que monopolize a violência (o uso da força), a solução seria o caminho do “pacifismo jurídico”, por intermédio da instituição do Estado-mundial, pois seria preciso introduzir hierarquia no sistema de Estados baseado na igualdade soberana, mediante a criação de um supraestado. Contudo, se a visão da ordem internacional resultar do pensamento de que a guerra é fruto da aplicação na política internacional de uma determinada arquitetura de Estado, a solução seria o “pacifismo social”, cujo remédio é a transformação da ordem social capitalista na socialista. Caminho que se mostrou mal sucedido com o desmoronamento do Estado soviético.

A terceira abordagem, de acordo com Schneider (2009), é o pacifismo finalista, em que a verdadeira paz seria obtida com a ação voltada para a mudança da natureza do homem, que é quem realmente faz a guerra. Abordagem difícil de se realizar na prática.

O debate acerca do desarmamento como forma de garantir a paz tem sido tema recorrente na história, Wight (2002) lembra os bastidores da Conferência do Desarmamento, em 1932, no período entre guerras:

“Quando Litvinov repetiu a proposta soviética de abolição total de armas na Conferência do Desarmamento, em 1932, Madariaga, o delegado espanhol, pediu permissão para narrar uma fábula em resposta, o que se tornou parte da antologia dos correspondentes diplomáticos nos dias da Liga e no início das Nações Unidas. "Os animais se reuniram para se desarmar. O leão, olhando de lado para a águia disse: 'as asas têm de ser abolidas'. A águia, olhando para o touro, declarou: 'os chifres têm de ser abolidos'. O touro, olhando para o tigre, disse: 'as patas, e especialmente as garras, têm de ser abolidas'. O urso, por sua vez, disse: 'todas as armas têm de ser abolidas; tudo o que é preciso é um abraço universal'" (*ibidem*, p. 238).

Para Wight (2002, p. 269), tradicionalmente se considera que o desarmamento seja o remédio contra a corrida armamentista. "Desarmamento" não é uma palavra precisa. Pode significar a abolição das armas, ou a redução de sua quantidade, ou limites sobre seu crescimento, ou ainda a restrição a determinados tipos ou usos. O termo "controle de armas" é utilizado desde 1945 para descrever esses dois últimos sentidos.

A 51ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, de 1º de julho de 1996, compilou todas as diretrizes emanadas pela ONU acerca do controle sobre transações de armas. Para a ONU, o objetivo de longo prazo deveria ser a implementação

coordenada de um abrangente programa de desarmamento, com vistas a alcançar o completo desarmamento sob efetivo controle internacional, para prevenir o perigo da guerra e criar condições para a paz e segurança internacionais, bem como estabelecer uma nova ordem econômica internacional.

Nesse mesmo documento, são estabelecidas as seguintes metas:

1. Para as armas nucleares:
  - devem cessar os trabalhos de pesquisa para o desenvolvimento de armas nucleares;
  - deve cessar a produção de armas nucleares; e
  - devem ser reduzidos os atuais arsenais e meios de lançamento até a completa eliminação, o mais cedo possível.
2. Para as armas de destruição em massa:
  - proibição do desenvolvimento, produção e uso de armas químicas, biológicas e radiológicas, que causem destruição em massa.
3. Para as armas convencionais:
  - cessar a corrida armamentista;
  - incentivo ao controle e redução das armas convencionais; e
  - proibição de certas armas convencionais que causam desnecessário sofrimento humano (ONU, 2010).

Wight (2002, p. 270) alerta que o desarmamento imposto e unilateral nunca foi mais do que temporariamente bem-sucedido, a não ser quando imposto sobre estados muito fracos, e, às vezes, foi o prelúdio para sua anexação. Para o autor, o desarmamento bilateral é uma conveniência, pois permite a pacificação de disputas locais. E, por fim, o desarmamento multilateral permanece, ainda, como **um ideal político** (grifo nosso).

Para Wight (2002, p. 283), durante toda a história internacional, o desarmamento multilateral tem sido em geral impossível de ser obtido. O autor elenca quatro motivos principais:

- “1) a razão mais simples é o egoísmo nacional;
- 2) a dificuldade de se comparar potências. Seus potenciais, interesses vitais e necessidades de defesa variam muito. Isso necessitaria, em teoria, de um acordo universal de desarmamento;
- 3) o fato de limitar ou reduzir os armamentos tenderia a consolidar o *status quo* e a petrificar o equilíbrio do poder; e
- 4) se o equilíbrio de poder for artificial, no sentido de que as armas não correspondem ao potencial de guerra, as potências satisfeitas podem declarar que são incapazes de se desarmar sem terem garantias para sua segurança” (*ibidem*, p. 238).

De acordo com Goffredo Junior (2005, p. 75), o Embaixador Araújo Castro foi o grande formulador da política externa brasileira para as décadas de 1960 e 1970. Em seu discurso de abertura da XVIII Assembleia Geral da ONU, em 1963, ele defendeu o desarmamento, o desenvolvimento e a descolonização (“Discurso dos três Ds”).

No que se refere ao desarmamento, de acordo com o autor, era clara a orientação do Brasil, balizada pelas ideias de Araujo Castro, de compor grupos de negociação para redigir tratados setoriais sobre testes nucleares e sobre a disseminação de armas atômicas, ao mesmo tempo em que se tentava firmar o compromisso entre as grandes potências com o objetivo de concluir um tratado geral sobre o desarmamento. Mais uma vez, tentava-se garantir uma certa previsibilidade à política internacional por meio do Direito Internacional para buscar diminuir os efeitos da assimetria entre os Estados por conta do desnível existente na repartição dos recursos de poder.

Verifica-se, com o exposto, que o desarmamento convencional está muito distante de acontecer. A tendência é que se ampliem os mecanismos de controle, entretanto, o direito à legítima defesa continuará a instigar os Estados a produzir os seus próprios meios de defesa (autonomia estratégica), uma vez que o "aliado-fornecedor" de hoje pode ser o inimigo de amanhã.

### 3.5 A INDÚSTRIA DE DEFESA BRASILEIRA

Não é intenção deste trabalho realizar um apanhado histórico do desenvolvimento da indústria de defesa brasileira. Assim sendo, serão abordados apenas os aspectos mais relevantes em termos de empresas, produção e políticas para o setor, bem como de críticas enfrentadas por este segmento da indústria.

Em termos de Brasil, desde a década de 1960, conforme Freeman (2004, p.187), o governo implementou uma estratégia para viabilizar a indústria bélica nacional. Havia dois grandes propósitos. O primeiro considerava a indústria de defesa doméstica fundamental para a segurança nacional e para dar garantias ao projeto Brasil-potência. O segundo era reduzir a dependência de produtos norte-americanos de defesa. Ademais, a industrialização militar era vista como uma ação central para o desenvolvimento das demais indústrias. Isso conduziu a um duradouro esforço governamental para estabelecer a indústria de defesa brasileira, baseado em um forte apoio à indústria civil e na busca pela transferência de tecnologia externa.

De acordo com Becker e Egler (2003), a Doutrina de Segurança Nacional (décadas de 1950/60/70), explicitada nas obras do General Golbery do Couto e Silva, preconizava a perspectiva de um país subdesenvolvido com vistas a acelerar o desenvolvimento e alcançar um novo *status*, sob a tutela do Estado. O

desenvolvimento da indústria de defesa fazia parte deste escopo. Por isso, de acordo com a ABDI (2011, p. 18), o processo de expansão e diversificação da indústria de defesa brasileira, ao longo das décadas de 1970 e 1980, não pode ser considerado aleatório, mas resultado de uma política industrial-militar não declarada.

No ano de 1970, conforme Rodrigues (1993), o Grupo Permanente de Mobilização Industrial da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo divulgou diretrizes que revelavam a preocupação em aproveitar a capacidade industrial instalada no território nacional para prover os produtos necessários à Segurança Nacional e à soberania do Brasil. À época, ocorreu uma mobilização conjunta de governo, Forças Armadas e indústria. Algumas indústrias de produção de itens civis foram convertidas para a produção de itens militares.

Para Markuse (2004), é plausível considerar que a crescente produção de material bélico, entre 1950 e 1980, por países cuja renda não era considerada alta, como o Brasil, foi resultado do aperfeiçoamento das capacidades domésticas de produção industrial e, principalmente, foi consequência das exigências dos anos de Guerra Fria, os quais encorajaram a produção interna, ainda que fosse economicamente ineficiente.

O elemento crucial para o desenvolvimento da indústria de defesa brasileira, entretanto, foi, e continua sendo, de acordo com Freeman (2004), a aquisição de tecnologia militar de países industrializados por meio de licenças, coprodução, empreendimentos conjuntos e, mais recentemente, a partir de 1992, com os acordos de *offsets*<sup>28</sup>.

Essa estratégia estaria em conformidade com os “cinco passos” necessários ao desenvolvimento de uma indústria de defesa, preconizados por Brzoska (1995): montagem; produção de componentes; produção licenciada; desenho e produção nacionais; e, finalmente, produção independente com poucos componentes importados.

Nesse contexto, algumas empresas destacaram-se no Brasil. De acordo com a ABDI (2011, p. 19), dentre as empresas privadas tiveram maior evidência a Engesa e a Avibras. A Engenheiros Especializados SA (Engesa), fundada em 1963, passou a se dedicar com maior ênfase ao mercado militar, na década de 1970, com a produção de

---

28 *Offsets*: acordos em que os países/empresas vendedores de armas comprometem-se em comprar componentes, transferir tecnologia, investir e adquirir bens e serviços dos países/empresas compradores (BRAUER, 2004, p. 69).

veículos blindados (EE-9 Cascavel e EE-11 Urutu), além de utilitários leves e caminhões militares. A Avibras Indústria Aeroespacial SA, fundada em 1961, por sua vez, atuou inicialmente nos setores aeronáutico e espacial, concentrando-se na indústria de defesa, na década de 1970, e destacando-se com a fabricação do Astros II (1983), um sistema de artilharia que emprega foguetes para saturar área.

Além destas empresas privadas, muitas empresas estatais e mistas foram criadas ou consolidadas. Segundo a ABDI (2011, p. 18), em 1969, surgiu a Empresa Brasileira de Aeronáutica SA (Embraer) como um braço produtivo do Centro Tecnológico da Aeronáutica que, em 1968, já havia produzido a aeronave C-95 (Bandeirante). No segmento militar, a Embraer iniciou produzindo os jatos de treinamento Xavante sob licença da italiana Aermacchi (1971); em seguida desenvolveu e produziu os aviões de treinamento Tucano (1978); e voltou a produzir sob licença das italianas Aeritalia e Aermacchi o caça subsônico AMX (1981).

Destaca-se ainda entre as iniciativas estatais, conforme ABDI (*ibidem*, p. 9), o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) que produziu as fragatas classe Niterói sob licença do estaleiro britânico Vosper Thornycroft (1970) e o programa nuclear da Marinha, visando à propulsão naval (1979). Em termos de Marinha, em 1982, foi criada a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) com a finalidade de gerenciar projetos e promover a indústria militar naval, além de fabricar munições.

Em 1975, o Exército Brasileiro reuniu suas cinco unidades produtivas em uma única empresa, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), tornando-se esta responsável pela produção de munições e explosivos, armamentos individuais – fuzis, pistolas e outras armas leves – e aparelhos de comunicação portáteis.

A década de 1990, conforme Erber (2007), foi marcada pelo fundamentalismo de mercado, em que a ação do Estado foi severamente reduzida. Essa nova abordagem teve repercussões sobre a Indústria de Defesa Brasileira. A Política de Defesa Nacional (PDN, BRASIL, 1996), concebida três anos antes da criação do Ministério da Defesa, representou um documento genérico que trazia como grande novidade a busca pela participação civil nos assuntos de defesa e a subordinação dos militares ao poder civil.

Esse documento apresentava como orientação estratégica, o fortalecimento equilibrado da capacitação nacional no campo da defesa, com o envolvimento dos setores industrial, universitário e técnico-científico. O desenvolvimento científico e

tecnológico era considerado fundamental para a obtenção de maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das Forças Armadas. A indústria de defesa nacional, entretanto, não foi citada de forma direta nessa política.

No início do século XXI, os atentados terroristas contra os Estados Unidos, no dia 11 de setembro de 2001, e a consequente estratégia norte-americana de ataque preventivo a possíveis inimigos (Doutrina Bush) transformaram o panorama mundial, renovando o caráter nacional da segurança em detrimento das iniciativas multilaterais e coletivas, lideradas em especial pela ONU. A Política Militar Terrestre (BRASIL, 2002), alinhada com essas novas circunstâncias, preconizava como objetivo a redução do hiato tecnológico em relação aos exércitos mais modernos e da dependência bélica do exterior, bem como a manutenção de uma base mínima de produção nacional de material de defesa.

As diretrizes iniciais da PND/1996 foram complementadas e aperfeiçoadas pela Política Nacional de Defesa de 2005, a qual, nas orientações e diretrizes, resgatou a importância da indústria militar ao asseverar que “o desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa”.

Em 2008, com a Estratégia de Defesa Nacional, foi lançado um programa estruturante do Complexo Industrial de Defesa, sob a gestão do Ministério da Defesa e sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, como parte do Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP). Tal programa tinha por objetivo “recuperar e incentivar o crescimento da base industrial instalada, ampliando o fornecimento para as Forças Armadas brasileiras e as exportações”. O PDP estabelece quatro desafios para a consecução do objetivo: aumentar os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; promover isonomia tributária em relação a produtos/materiais importados; expandir a participação nos mercados interno e externo; e fortalecer a cadeia de fornecedores no Brasil.

Finalmente, em 29 de setembro de 2011, foi editada, pela Presidência da República, a Medida Provisória nº 544 (BRASIL, 2011c) que estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.

A MP 544 garante uma série de incentivos à indústria nacional, por meio do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) que beneficia as Empresas Estratégicas de Defesa (EED). O conceito de EED refere-se a toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa mediante o atendimento cumulativo das seguintes condições:

- a) ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de PED no País [...];
- b) ter no País a sede, a sua administração e o estabelecimento industrial ou equiparado a industrial;
- c) dispor, no País, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico próprio ou complementarmente, por meio de acordos de parceria com Instituição Científica e Tecnológica para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo [...]; e
- d) assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto de sócios ou acionistas e grupos de sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer em cada assembleia geral, número de votos superior a dois terços do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes (BRASIL, 2011c).

A MP nº 544/2011 foi convertida na Lei nº 12.598/2012, em 22 de março de 2012. As consequências desta lei para as exportações de produtos de defesa, pois, não se fizeram presentes no período abrangido por esta pesquisa (1974-2011). A lei, no entanto, representa um marco para a Indústria de Defesa, uma vez que o incentivo estatal às empresas de defesa brasileiras torna-se oficial e sistematizado.

Em termos atuais, a ABDI (2011, p. 21) organizou as empresas em sete setores:

- a. Armas e Munições Leves e Explosivos (Setor 1): Imbel, Taurus, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e Condor.
- b. Armas e Munições Pesadas (Setor 2): Imbel, Emgepron (Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Müller de Campos – FAJCMC), CBC, Britanite SA e Avibras.
- c. Sistemas Eletrônicos e Sistemas de Comando e Controle (Setor 3): Atech (recentemente adquirida pela Embraer); Mectron (recentemente incorporada pela *joint venture*<sup>29</sup> formada por Odebrecht e a europeia Cassidian-grupo EADS); Orbisat (recentemente adquirida pela Embraer); Omnisys (capital predominantemente francês – Thales) e AEL-Aeroeletrônica (subsidiária da israelense Elbit).
- d. Plataforma Naval Militar (Setor 4): AMRJ; Indústria Naval do Ceará SA

---

<sup>29</sup> *Joint venture* é uma forma de aliança entre duas ou mais entidades juridicamente independentes com o fim de partilharem o risco de negócio, os investimentos, as responsabilidades e os lucros associados a determinado projeto.

(INACE); Estaleiro da Ilha SA (EISA) e Consórcio Baía de Sepetiba (CBS – *joint venture* entre a francesa DCNS e Odebrecht).

e. Plataforma Aeroespacial Militar (Setor 5): Embraer; Santos Lab; Flight Solutions; Helibras (subsidiária da Eurocopter – grupo EADS); Mectron; Avibras; Opto Eletrônica; Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/CTA).

f. Plataforma Terrestre Militar (Setor 6): Agrale; Avibras e Iveco Brasil (subsidiária da Fiat).

g. Propulsão Nuclear (Setor 7): Programa Nuclear da Marinha (PNM) e Indústrias Nucleares do Brasil (INB).

Percebe-se, na distribuição anterior, a participação significativa de empresas estrangeiras, particularmente francesas, bem como a envolvimento de grandes conglomerados no setor, como é o caso da Odebrecht.

A distribuição das indústrias de defesa brasileiras, por origem do capital, pode ser observada no Gráfico 2 . Nele se constata que as empresas com capital privado nacional são predominantes.

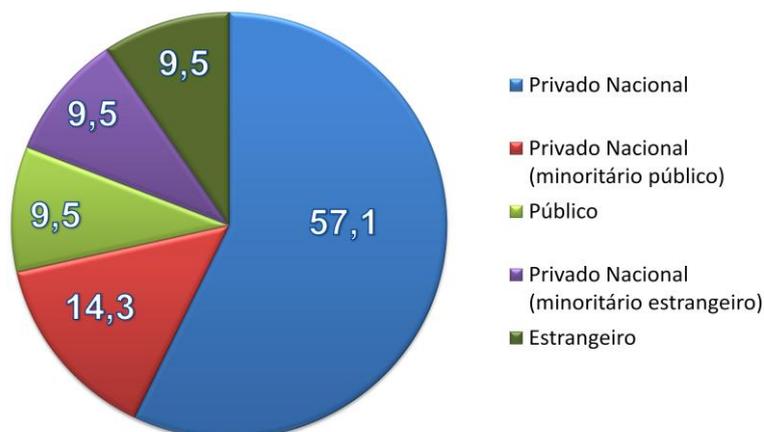


Gráfico 2 – Distribuição das empresas por origem de capital  
Fonte: ABDI (2011, p. 34)

De acordo com a ABDI (2011, p. 7), as indústrias com participação no setor de defesa organizaram-se em associações para potencializar suas ações e fortalecer suas posições junto ao Estado. Assim, em 1984, foram criadas a ABIMDE<sup>30</sup> e a AIAB<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE): entidade civil, sem fins lucrativos, congrega as empresas do setor de material de emprego militar com a finalidade de patrocinar, promover, e representar seus interesses e objetivos comuns, visando ao engrandecimento social e econômico do país. Atua no relacionamento entre as Indústrias e os órgãos

Cabe ressaltar que há fortes críticas quanto à legitimidade e à validade da retomada dos incentivos estatais à indústria de defesa brasileira. O economista de defesa, Professor Renato Dagnino, é um dos críticos mais ativos. Ele afirma que se, por um lado, há quatro concordâncias com relação à indústria de defesa: a) o direito das nações e deveres dos governos em relação à defesa; b) a possibilidade de uma ação coercitiva dos grandes exportadores de armamento sobre o nosso país; c) a evidência de que a indústria de defesa sempre funciona de maneira deficitária; e d) a absoluta necessidade de exportar (DAGNINO, 2010, p. 39); por outro lado, os argumentos da indústria para justificar os investimentos no setor não se sustentam.

De acordo com Dagnino (2010,p. 37), os cinco principais argumentos para justificar os investimentos na indústria da defesa são:

- efeitos de *spin-off* (transbordamento do resultados tecnológicos e econômicos para o setor civil);
- uso dual (tecnologias desenvolvidas pelos militares teriam aplicações para a produção civil);
- ganhos de comércio exterior por meio das exportações;
- substituição de importações, tornando as forças armadas autossuficientes; e
- vantagens geopolíticas.

Com relação ao uso dual, Dagnino (2010, p. 102) afirma que a idéia de que a pesquisa militar poderia produzir impacto positivo para as tecnologias do setor civil (*spin off*), fez com que a produção e desenvolvimento de produtos de defesa fossem fortemente estimulados, apesar do custo de oportunidade crescente e dos elevados custos social, econômico e moral que causavam. O referido impacto positivo para o setor civil, de acordo com o autor, não passa de um mito, principalmente no Brasil, onde a tecnologia militar, ainda que pudesse ser aplicada para fins civis, é adquirida, quase inteiramente, no mercado internacional.

---

governamentais, procurando agilizar e incentivar a comercialização, o desenvolvimento e a qualidade dos produtos brasileiros. Endereço eletrônico: <http://www.abimde.org.br/>

<sup>31</sup> Agência das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB): é a entidade de classe nacional que congrega e representa as empresas brasileiras do setor aeroespacial, promovendo e defendendo seus interesses e objetivos comuns, tanto no país, como no exterior. A AIAB articula a ação conjunta das empresas do Setor junto ao Governo Brasileiro, a sociedade do país e as entidades internacionais, sendo também membro ativo do ICCAIA - International Coordinating Council of Aerospace Industries Associations. Endereço eletrônico: <http://www.aiab.org.br/>

Quanto aos ganhos de comércio exterior, Dagnino (2010, p. 65) assevera que o Brasil, por ser um exportador de produtos de defesa com tecnologias intermediárias, dificilmente tem condições de ampliar o mercado para suas exportações. Além disso, para o autor, as informações de que o país foi um grande exportador de armas, na década de 1980, foram manipuladas, uma vez que o país sempre foi um importador líquido de produtos de defesa.

Em termos de substituição de importações, para Dagnino (2010, p. 70), as atuais importações de armamentos feitas pelas Forças Armadas brasileiras apresentam um patamar de sofisticação tecnológica superior àquele que a Indústria de Defesa Nacional era e é capaz de oferecer.

Por fim, quanto às vantagens geopolíticas, Dagnino (2010, p. 55) argumenta que a situação atual é bastante distinta daquela que vigorava no contexto da Guerra Fria, em que o comércio de armas era generalizado. Naquela época, para esse autor, as manchas na imagem externa do país e algumas ameaças de retaliação por parte dos Estados Unidos não foram suficientes para interromper a prática de estabelecer relações preferenciais baseadas naquele comércio.

Para Dagnino (2010, p. 176), atualmente, o melhor a se fazer em face da hierarquização do poder mundial é aceitá-la. Os países periféricos que se rebelam contra o estado de coisas são penalizados. Com relação aos países produtores de armas, não há muitas opções senão acatar as preferências e exigências dos Estados Unidos, país que detém as tecnologias mais avançadas do setor, além de influência política e econômica, direta e indireta, no comércio e produção de armas.

A ABDI (2010, p. 10) corrobora com algumas afirmações do Professor Dagnino, inferindo que se deve considerar que a manutenção da competitividade da indústria de defesa, a despeito do benefício da independência e capacidade de mobilização, pode representar custos econômicos significativos em termos de eficiência alocativa. Tudo porque, de forma geral, o produto de defesa é mais complexo, produzido em pequena escala, exige um tempo de desenvolvimento longo (geralmente financiado pelo único comprador – o Estado) e produzido em firmas consoantes com o estado-da-arte científico e tecnológico, em mercados não-competitivos.

Smith e col. (1989) asseveram que os governos que desejem manter a capacidade doméstica de produção de armas devem introduzir várias barreiras formais e informais para proteger a indústria de armas nacional e **pagar acima do**

**preço mundial médio pelas armas e equipamentos nacionais que eles compram** (grifo nosso).

Em resumo, verifica-se que as iniciativas para desenvolver a indústria de defesa brasileira foram decisões político-estratégicas com base na vontade política dos governos, o que se repete na tentativa atual de revitalização. Os críticos normalmente empregam argumentos econômicos, pacifistas e, por vezes, conformistas. Com efeito, a indústria de defesa é tema essencialmente político, em que, tanto produção quanto consumo, são fortemente controlados e influenciados pelos Estados, os principais atores do sistema internacional e que têm, como objetivos fundamentais, a própria sobrevivência e a defesa do interesse nacional.

### 3.6 COMÉRCIO EXTERIOR DE PRODUTOS DE DEFESA

Conforme a ABDI (2010, p. 6), o mercado de produtos de Defesa apresenta diversas imperfeições do ponto de vista da estrutura de concorrência. Por exemplo, há diversas barreiras à entrada<sup>32</sup> e rendimentos crescentes de escala. Em geral, tratam-se de produtos de alto conteúdo tecnológico, por isso, muitos governos consideram as compras militares uma oportunidade de acesso tecnológico. São comuns nos acordos de compras militares cláusulas referentes à transferência de conhecimento e tecnologia, os chamados *offsets* tecnológicos.

A ABDI (2010, p. 32) define outros tipos de *offsets* previstos na comercialização de produtos de defesa entre países:

1. Quanto aos tipos de compensação:
  - a. Compensação direta: quando a compensação envolve bens e serviços diretamente relacionados ao equipamento importado;
  - b. Compensação indireta: quando a compensação envolve bens e serviços não diretamente relacionados ao equipamento importado.
2. Quanto às modalidades:
  - a. Produção sob licença;
  - b. Coprodução;
  - c. Produção sob subcontrato;
  - d. Investimentos;
  - e. Transferência de tecnologia; e
  - f. Contrapartida (*countertrade*): troca (*barter*) ou contra-compra.

---

<sup>32</sup> Considera-se barreira de entrada a dificuldade de novas empresas adentrarem no mercado devido aos elevados custos de investimento, às restrições impostas pelos fornecedores e pelas empresas concorrentes, impedindo que a concorrência seja ampliada.

3. Compensação (*buy - back*): o país vendedor aceita como pagamento total ou parcial produtos derivados do produto originalmente importado.

De acordo com Smith e col. (1989, p. 242), o governo exportador é que provê os recursos necessários para as atividades de pesquisa e desenvolvimento, que avaliza o crédito e os acordos de compensação, que é o grande responsável por promover e divulgar os produtos de defesa, e que deve fornecer a aprovação oficial para a exportação. Uma vez que é o governo o grande responsável pelos recursos financeiros envolvidos na atividade de exportação, o interesse maior é o retorno para o país como um todo. Entretanto, para esses autores, o retorno para as empresas exportadoras é muito maior do que o retorno para o Estado.

Quanto à competitividade exportadora dos produtos em geral, segundo Porter (1989), o ambiente próximo às empresas é que condiciona o êxito competitivo delas. Para ele, no mercado internacional, são as empresas e não as nações que competem, mas cabe às nações proporcionar estímulo à melhoria competitiva e à inovação. As nações, portanto, criam as condições necessárias para que as atividades produtivas e comerciais de suas empresas sejam exitosas.

Conforme a ABDI (2010, p. 12), o comércio de produtos de defesa é restrito e altamente regulado, vários países desenvolvem política tecnológica e industrial voltada para a sua indústria de defesa e as compras governamentais se pautam não apenas por questões técnicas e econômicas. Com efeito, este mercado está longe de uma situação de concorrência perfeita: ele é, ao mesmo tempo, um monopólio/oligopólio<sup>33</sup> e um monopsônio, visto que o Estado é o único comprador dos equipamentos. Então, a interação entre demanda e oferta não ocorre via “mão invisível”, mas através de um intrincado processo de negociação e barganha, que ao seu final reflete o poder relativo de ambas as partes.

Para a ABDI (2011, p. 9), a demanda por equipamentos militares obedece à lógica da disputa geopolítica e não à determinação do mercado. Isto explica o fato do comércio internacional de equipamentos militares não ser regulado pelas normas

---

<sup>33</sup> Monopólio é uma situação de mercado caracterizada pela existência de um único produtor e fornecedor de determinado produto. Já no oligopólio há um número restrito de produtores e fornecedores. Monopsônio, por sua vez, é quando existe um único comprador para determinado produto.

da Organização Mundial do Comércio (OMC), defensora do livre-comércio internacional.

Smith e col. (1989) corroboram com essas constatações, afirmando que, em termos puramente comerciais, a exportação de armas por um país não é uma atividade lucrativa. Por que então os governos têm promovido as exportações? Os autores em referência concluem que, inicialmente, a promoção comercial de produtos de defesa tem motivos estratégicos e políticos. Posteriormente, entretanto, as motivações passam a ser econômicas, pois aquelas empresas vinculadas à indústria de defesa e que se tornaram fortemente dependentes deste segmento passam a exercer um *lobby* muito forte para que os governos apoiem suas vendas.

Os motivos estratégicos que levam um país a exportar armas, conforme Smith e col. (1989), são que os governos desejam manter uma indústria doméstica a fim de assegurar o suprimento de armas que atendam exatamente os requisitos nacionais; além disso, a autonomia nacional, em termos de suprimento de armas e acessórios; e o acesso a tecnologias de ponta (estado da arte). Assim, ainda que a margem de lucro seja muito pequena, as exportações permitem diluir os custos domésticos para manter esta indústria estratégica.

Os motivos políticos, por sua vez, de acordo com Smith e col. (1989), referem-se à influência política nas relações internacionais. Ao fornecer armas, uma Nação pode dar assistência a seus amigos reforçando a posição militar deles e, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de influenciar o comportamento deles. Por isso, inúmeras transferências de armas fazem parte de acordos e tratados mais abrangentes que incluem outras obrigações, restrições no tipo de arma transferida ou como ela pode ser usada, ou, ainda, indicações de que as armas não podem ser usadas para repressão interna. Em caso de conflito, a recusa em fornecer peças de reposição pode gerar alguma influência.

Por fim, os motivos econômicos para que os governos apoiem as exportações de armas, de acordo com Smith e col. (1989), surgem em um segundo momento. Para eles, as razões estratégicas contribuem para viabilizar a estruturação de um setor específico da economia nacional. Este segmento, após estar estruturado, especialmente com as firmas que se beneficiaram das exportações promovidas e subsidiadas pelo governo, passa a incentivar as negociações governamentais por meio do *lobby* e, mesmo, pagamento de propinas. Os empregados, dependentes da

atividade do setor, pressionam os governos com os sindicatos. Essas motivações de caráter econômico passam a ser, assim, prevaletentes no médio e longo prazos.

No longo prazo, de acordo com Smith e col. (1989), parece haver uma relação positiva entre as aquisições domésticas e as exportações. Um elevado número de aquisições domésticas levam a economias de escala, efeitos de aprendizado e diluição dos custos de produção, dando ao país vantagens para expandir suas exportações. Por outro lado, no curto prazo, para uma determinada capacidade de produção, há uma relação competitiva entre as aquisições domésticas e as exportações. O aumento das encomendas domésticas traz reflexos para o número de exportações. Ou seja, se aumenta o dispêndio governamental com a defesa cresce o consumo interno o que pode dificultar as exportações.

Quanto ao volume e ao tipo de transações, de acordo com Smith e col. (1989), durante a década de 1970, os mais modernos sistemas de armas produzidos é que eram comercializados. Na década de 1980, iniciou-se a tendência de busca por “tecnologias apropriadas”, mais baratas e mais adequadas às necessidades do terceiro mundo, frequentemente fornecidas pelos novos países industrializados, como o Brasil. Os importadores, além disso, buscavam diversificar os fornecedores para não ficar dependentes de um único. Não obstante esta mudança, verifica-se na Tabela 6 que os maiores exportadores permaneceram os mesmos.

Tabela 6 – Exportações de produtos de defesa (1974-1989)

<b>Ordem no ranking</b>	<b>País</b>	<b>Valor (em bilhões de US\$ de 1990)</b>	<b>Participação nas exportações mundiais</b>
1º	União Soviética	235,973	36,7 %
2º	Estados Unidos	206,328	32,2 %
3º	França	44,912	7,0 %
4º	Reino Unido	36,973	5,7 %
5º	Alemanha	26,817	4,2 %
<b>16º</b>	<b>Brasil</b>	<b>2,143</b>	<b>0,33%</b>

Fonte: SIPRI

O Brasil tinha pequena participação no comércio mundial, mesmo sendo este um período em que o país era considerado um dos principais exportadores de armas do mundo. Ademais, como pode ser observado na Tabela 7, o valor das importações brasileiras superou a das exportações no período.

Tabela 7 – Importações de produtos de defesa (1974-1989)

Ordem no ranking	País	Valor (em bilhões de US\$ de 1990)	Participação nas importações mundiais
1º	Índia	40,249	6,3 %
2º	Iraque	38,276	6,0 %
3º	Irã	29,203	4,5 %
4º	Líbia	28,612	4,4 %
5º	Síria	25,239	3,9%
6º	Japão	24,634	3,8 %
7º	Arábia Saudita	21,029	3,3%
8º	Egito	15,724	2,4 %
9º	União Soviética	15,614	2,4%
10º	Israel	15,453	2,4%
<b>41º</b>	<b>Brasil</b>	<b>5,056</b>	<b>0,8 %</b>

Fonte: SIPRI

Conforme a ABDI (2011, p. 19), o início da década de 1990 marcou uma reversão na trajetória de expansão da indústria de defesa mundial e nacional, em decorrência das retrações do mercado externo e interno. O cenário internacional do Pós-Guerra Fria era de paz e de otimismo, indicando a redução dos orçamentos militares e das aquisições de armas. Além disso, as antigas economias do leste europeu entraram no mercado, aumentando a oferta de produtos e, em consequência, reduzindo os preços internacionais e o lucro das empresas.

Esta realidade pode ser observada na Tabela 8, a seguir, quando comparados, em termos relativos, os valores exportados em cada um dos períodos. Houve, conforme, Brauer (2004), uma redução de 40% no comércio mundial. Entretanto, os cinco maiores exportadores mantiveram-se na liderança das vendas. Os países maiores exportadores adotaram medidas para ajustar suas empresas à nova realidade, passando a incentivar fusões e constituir *joint ventures* para reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade.

Tabela 8 – Exportações de produtos de defesa (1990-2002)

Ordem no ranking	País	Valor (em bilhões de US\$ de 1990)	Participação nas exportações mundiais
1º	Estados Unidos	147,149	46,4 %
2º	União Soviética/Rússia	55,060	17,4 %
3º	Alemanha	21,410	6,7 %
4º	França	20,197	6,3 %
5º	Reino Unido	19,898	6,2 %
<b>28º</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,512</b>	<b>0,16%</b>

Fonte: SIPRI

O Brasil neste período reduziu sua participação nas exportações mundiais ainda mais, por outro lado, observando-se a Tabela 9, constata-se que a participação das importações brasileiras cresceu, em termos mundiais.

Tabela 9 – Importações de produtos de defesa (1990-2002)

Ordem no ranking	País	Valor (em bilhões de US\$ de 1990)	Participação nas importações mundiais
1º	Turquia	20,118	6,3 %
2º	Japão	18,447	5,8 %
3º	Taiwan	18,420	5,8 %
4º	Arábia Saudita	17,882	5,6 %
5º	Índia	17,265	5,4 %
6º	China	16,267	5,1 %
7º	Coréia do Sul	15,799	4,9 %
8º	Egito	12,561	4,0 %
9º	Grécia	12,270	3,8 %
10º	Reino Unido	9,726	3,0 %
<b>25º</b>	<b>Brasil</b>	<b>3,550</b>	<b>1,1 %</b>

Fonte: SIPRI

Por fim, de acordo com a ABDI (2011, p.10), a segunda metade da década de 2000 foi marcada por uma rigorosa retomada do crescimento do comércio de armas (Gráfico 3), sustentada por um cenário internacional marcado pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, as guerras no Afeganistão e no Iraque e inúmeros outros conflitos localizados.

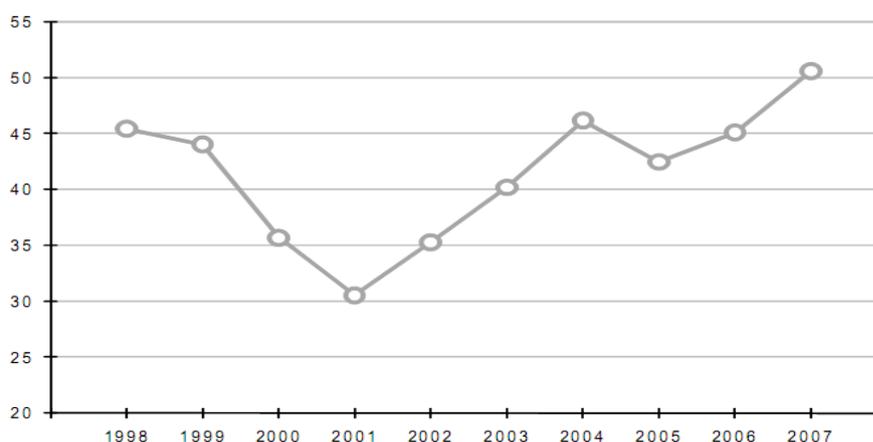


Gráfico 3 – Valor financeiro do comércio internacional de armamentos convencionais – 1998 a 2007 (em bilhões de dólares ao preço de 2007)

Fonte: GRIP. Disponível em [http://www.grip.org/fr/siteweb/dev.asp? N=simple&O=813](http://www.grip.org/fr/siteweb/dev.asp?N=simple&O=813).

Nesse período, os principais exportadores ainda foram Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido (Tabela 10).

Tabela 10 – Exportações de produtos de defesa (2003-2010)

Ordem no ranking	País	Valor (em bilhões de US\$ de 1990)	Participação nas exportações mundiais
1º	Estados Unidos	56,307	30,1 %
2º	Rússia	44,637	24,4 %
3º	Alemanha	17,930	9,7 %
4º	França	14,056	7,6 %
5º	Reino Unido	8,026	4,4 %
<b>21º</b>	<b>Brasil</b>	<b>0,444</b>	<b>0,24 %</b>

Fonte: SIPRI

O Brasil, entre 2003 e 2010, ampliou sua participação nas exportações mundiais, embora ainda não tenha atingido os 0,33% obtidos entre 1974 e 1989. Por outro lado, observando a Tabela 11, constata-se que a participação das importações brasileiras no mercado mundial reduziu-se, atingindo os patamares das décadas de 1970 e 1980.

Tabela 11 – Importações de produtos de defesa (2003-2010)

Ordem no ranking	País	Valor (em bilhões de US\$ de 1990)	Participação nas importações mundiais
1º	Índia	17,244	9,4 %
2º	China	16,634	9,0 %
3º	Coréia do Sul	10,048	5,5 %
4º	Grécia	9,124	4,9 %
5º	Emirados Árabes Unidos	8,939	4,8 %
6º	Paquistão	7,147	3,9 %
7º	Austrália	5,838	3,2 %
8º	Estados Unidos	5,659	3,1 %
9º	Cingapura	5,413	2,9 %
10º	Israel	5,102	2,7 %
<b>30º</b>	<b>Brasil</b>	<b>1,501</b>	<b>0,8 %</b>

Fonte: SIPRI

Do exposto, verifica-se que as transferências de armas entre os Estados é atividade essencialmente política, em que as leis da economia de mercado não se aplicam. As empresas do setor de defesa, em função disso, necessariamente, precisam manter vínculos com os governos e governantes para influenciar algumas decisões políticas.

É preciso que os governos compreendam a peculiaridade do mercado de defesa (oligopólio) e saibam estabelecer políticas públicas para o setor, as quais devem ser coerentes com os objetivos nacionais de médio e de longo prazo. A

política externa e a política de defesa representam, pois, duas referências fundamentais aos tomadores de decisão que tratam com o tema da indústria defesa.

### 3.7 EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE PRODUTOS DE DEFESA

As exportações de produtos de defesa nacionais de maior vulto tiveram início em meados da década de 1970. Cervo e Bueno (2002) destacam que o paradigma desenvolvimentista, na década de 1970, estabeleceu ações com vistas a alcançar a autonomia estratégica do país, como, por exemplo, a já referenciada PNEMEM.

A PNEMEM foi classificada, à época (1974), como documento “Confidencial”. Sabe-se que ao expor o conteúdo de um documento confidencial em um trabalho acadêmico, este trabalho deve ser também classificado como confidencial. Esta não é a intenção. Assim, apesar de ter obtido acesso a tal documento, durante a pesquisa, neste trabalho, as abordagens referentes à PNEMEM utilizam como referência a exposição do Embaixador Luiz Felipe Lampréia, Ministro das Relações Exteriores, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 22 de novembro de 1995, cujo conteúdo é ostensivo.

Para Lampréia (1995), a PNEMEM é uma diretriz geral e não uma política aprovada por meio de projeto de lei. De acordo com esta autoridade, as primeiras tentativas de ingresso do Brasil no clube de exportadores de material bélico não suscitaram preocupações no âmbito governamental. Os documentos legais sobre o assunto dispunham sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos e materiais correlatos, mas não contemplavam as implicações políticas relevantes presentes nas vendas externas desses produtos. Não consideravam, enfim, que sua comercialização no exterior deveria submeter-se não somente às normas já vigentes no campo das exportações, como também a controles de ordem logística, tecnológica e, sobretudo, política.

De acordo com Lampréia (1995), o crivo político acabaria sendo visualizado como preliminar excludente na análise de quaisquer transações. Por essas razões, o Itamaraty, que já vinha apoiando e orientando os exportadores do setor de forma casuística e qualificada, de acordo com as peculiaridades das situações surgidas, propôs, em maio de 1973, a constituição de um grupo interministerial para estudar e propor diretrizes sobre o assunto. Assim :

“O relatório do grupo, assinado em 9 de outubro do ano seguinte por representantes dos Ministérios da Aeronáutica, da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria e do Comércio, do Estado-Maior das Forças Armadas e da então Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, serviu de base para a elaboração das Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar, baixadas pelo Presidente da República, em 12 de dezembro de 1974, para fixar as medidas essenciais de orientação, coordenação e controle da exportação de produtos daquela natureza e precisar a participação de órgãos públicos e entidades privadas nessas atividades”. (LAMPREIA, 1995).

Percebe-se que a PNEMEM tinha por objetivo orientar e controlar as exportações, definindo responsabilidades. Não foi, portanto, uma política pública destinada a promover as exportações, sua finalidade era, em vez disso, disciplinar a atividade.

A indústria de defesa, à época, visava a obter fontes locais de abastecimento para as Forças Armadas do país, bem como a aproveitar o nicho de mercado existente no Oriente Médio que carecia de produtos de defesa de média tecnologia (CERVO E BUENO, 2002). A produção local de material de defesa não poderia ser absorvida inteiramente no país, em função das reduzidas quantidades adquiridas pelas Forças Armadas brasileiras. As exportações representavam, desta forma, a oportunidade de reduzir os custos, viabilizando o negócio.

De acordo com a ABDI (2010, p. 25), a indústria de defesa brasileira já foi a 8ª maior exportadora do mundo. Segundo essa agência, é consenso entre burocratas, militares e especialistas que, o auge da indústria de defesa brasileira, aconteceu nos anos 80, quando o Brasil foi um relevante exportador de equipamentos militares para o Oriente Médio. Destacavam-se os carros blindados da Engesa e os lançadores de foguete “Astros” da Avibras, principalmente pelas vendas para o Iraque e para a Arábia Saudita.

Para Moraes (2010, p. 64), o Iraque foi, no período 1980-1988, o maior importador de armas do mundo, respondendo por 8,1% do total mundial importado (o segundo foi a Índia, com 7,3% do total importado). Durante aquele período, o Brasil foi o quarto maior fornecedor de produtos militares para aquele país. Do total importado pelo Iraque, a União Soviética foi responsável por fornecer 59,3%, a China 16,6%, a França 14,7% e o Brasil apenas 1,9%.

A Tabela 12 demonstra qual o destino das exportações brasileiras de armas convencionais. Verifica-se que o Brasil mantinha fortes relações comerciais com a

América do Sul, mas, com efeito, era o Oriente Médio a região que mais importava. Ressalta-se que, no presente trabalho, a ênfase será dada para os produtos de defesa com maior valor agregado, como veículos blindados, aeronaves, navios, peças de artilharia, radares e sensores que se constituem em sistemas de armas.

Tabela 12 – Destino das exportações Brasileiras de Armas Convencionais (1974-1989)

Destino	Qtd Países	Países
América do Sul	11	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela
Oriente Médio	9	Arábia Saudita, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Irã, <b>Iraque</b> , Jordânia, <b>Líbia</b> e Tunísia.
Ásia	1	Coreia do Sul
África	4	Angola, Gabão, Togo e Zimbábue
Europa	3	Chipre, França e Reino Unido
América Central	1	Honduras

Fonte: SIPRI

Moraes (2010, p. 66) assevera que, em meados dos anos 1980, a indústria de defesa brasileira era o setor industrial que mais dependia do mercado externo. A Engesa exportou 78% dos blindados Cascavel que produziu, 76% dos blindados Urutu e todas as unidades do blindado Jararaca. As vendas dos sistemas ASTROS II, da Avibras, até o final dos anos 1990, foram todas realizadas no mercado externo. Apenas em 1999, o Exército Brasileiro adquiriu as primeiras unidades deste sistema. Em relação à aeronave Tucano, fabricada pela Embraer, a Força Aérea Brasileira (FAB) adquiriu 133 unidades e 455 foram exportadas ou fabricadas sob licença em outros países, o que corresponde a 77% do total produzido.

Destacam-se, no período de 1974 a 1989, dentre as vendas de veículos blindados, 680 para a Líbia, 880 para o Iraque, 196 para a Colômbia, 172 para o Chipre e 120 para o Chile. Além disso, dentre as exportações de aeronaves, destacam-se 80 para o Iraque, 43 para a França, 41 para a Argentina, 40 para o Egito, 31 para a Venezuela, 30 para a Coreia do Sul e 25 para o Irã. Tais números confirmam a relevância do Oriente Médio como mercado, além disso, revelam a importância do mercado sul-americano e a diversificação de países compradores. O Brasil, no período em referência, exportou para 29 diferentes países.

O Gráfico 4 demonstra que os veículos blindados, no período de 1974 a 1989, lideravam as vendas internacionais do Brasil, seguidos pelas aeronaves.

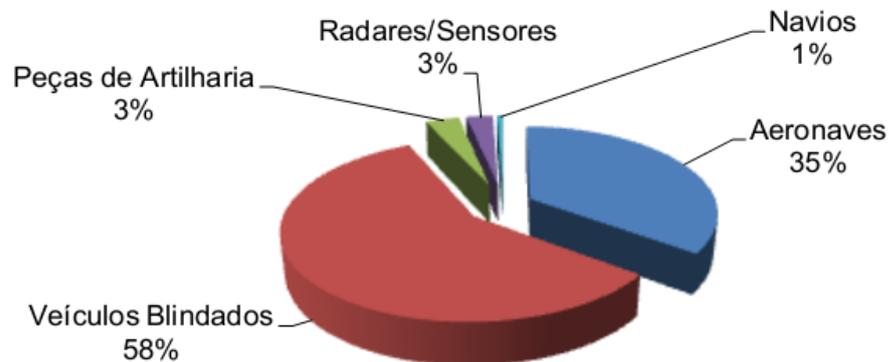


Gráfico 4 - Participação dos diferentes tipos de armas convencionais nas exportações brasileiras do setor (1974-1989)  
Fonte: SIPRI

Entre 1989 e 1996, entretanto, o comércio de armas diminuiu substancialmente (BRAUER, 2004). As empresas brasileiras do setor, altamente dependentes das exportações, entraram em crise. Sem o apoio do Estado brasileiro que aderiu à economia liberal; sem as compras internas, tendo em vista as crescentes restrições orçamentárias; e com os mercados externos desarticulados, as fábricas tiveram de diversificar seus produtos, reduzindo a pesquisa e a produção da linha bélica. Algumas, no entanto, não se adaptaram. A Engesa, por exemplo, entrou em concordada e teve de fechar suas portas.

De acordo com a ABDI (2011), as condições mercadológicas para os equipamentos militares brasileiros nos anos 80 foram muito especiais. É muito difícil deixar de creditar a crise da BID brasileira ao colapso das compras do Oriente Médio, sobretudo do Iraque.

Nas economias mais desenvolvidas, diante da implosão de vendas do setor, algumas firmas criaram parcerias (fusões e *joint-ventures*), atravessando as fronteiras nacionais, especialmente na Europa. Brauer (2004) cita os exemplos da norte-americana *Lockheed-Martin* e da britânica *British Aerospace* que se uniram para produzir o caça (JSF/F 35 - *Joint Strike Fighter*); a parceria entre a britânica *Raytheon* e a francesa *Thales* (até recentemente, *Thomson-CSF*) e, principalmente, a ambiciosa EADS (*European Aeronautic, Defence and Space*

*Company*), formada pela francesa *Aerospatiale-Matra*, a alemã *Dash* e a espanhola *Casa*.

No período de 1990 a 2002, cresceram as limitações e os controles sobre as transferências de armas. Lampréia (1995) destaca a aprovação da lei 9.112, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados, em vigor desde 11 de outubro de 1995, e que visa ao controle da exportação de bens sensíveis, passíveis de terem aplicação bélica, especialmente bens utilizados na indústria de mísseis e nas áreas nuclear, química e biológica. Ou seja, bens que contribuem para a fabricação de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas) e bens que podem ser utilizados seja em veículos lançadores de satélites, seja em mísseis militares de longo alcance, capazes de transportar armas de destruição em massa.

A Tabela 13 demonstra a retração dos mercados. Se no período de 1974 a 1989, o Brasil exportou para 29 países; por outro lado, entre 1990 e 2002, exportou somente para 13 países, sendo que os tradicionais mercados do Oriente Médio e da América do Sul foram os que mais se retraíram.

Tabela 13 – Destino das exportações Brasileiras de Armas Convencionais (1990-2002)

<b>Destino</b>	<b>Qtd Países</b>	<b>Países</b>
América do Sul	3	Bolívia, Colômbia e Peru
Oriente Médio	4	Arábia Saudita, Catar, Egito e Irã
Ásia	1	Malásia
África	3	Angola, Cabo Verde e Nigéria
Europa	2	França e Reino Unido

Fonte: SIPRI

Com relação aos produtos que mais se destacaram nas exportações, encontram-se as aeronaves (Gráfico 5). Os principais mercados foram Reino Unido (130 Tucanos), França (50 Tucanos), Irã (25 Tucanos) e Colômbia (13 Tucanos). Com relação às peças de artilharia, destacam-se as vendas do “Astros” com 76 unidades para a Arábia Saudita, 18 para a Malásia e 18 para o Catar. Quanto aos veículos blindados, em 1993, seguiu a última remessa da ENGESA de 75 cascavéis para a Nigéria, num quadro completamente distinto daquele verificado entre 1974 e 1989.

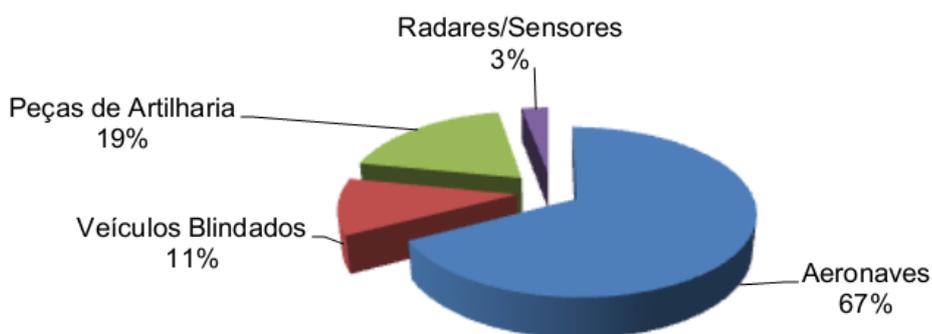


Gráfico 5 - Participação dos diferentes tipos de armas convencionais nas exportações brasileiras do setor (1990-2002)  
Fonte: SIPRI

De acordo com a ABDI (2011, p. 10), neste início de século XXI, o crescimento econômico ampliou a capacidade de investimento do Estado nas diversas áreas, incluindo a defesa. A política externa passou a buscar uma maior inserção brasileira no cenário internacional. Assim, como consequência, enquanto o PIB entre 2006 e 2010 cresceu 16%, o orçamento do Ministério da Defesa cresceu 23%, incluindo um aumento dos recursos destinados ao investimento, trazendo impactos diretos sobre a indústria de defesa nacional.

A Tabela 14 revela, entretanto, que, em termos de exportações, o Brasil pouco ampliou o número de países compradores, passando de 13, existentes no período da crise, para 15 países nesta nova etapa. Além disso, o Oriente Médio deixou de ser destino para os produtos de defesa brasileiros. Mais uma vez, verifica-se a importância da América do Sul como mercado para as exportações brasileiras. E, finalmente, percebe-se que a Ásia passa a ter mais países compradores.

Tabela 14 – Destino das exportações Brasileiras de Armas Convencionais (2003-2010)

Destino	Qtd Países	Países
América do Sul	7	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai
Ásia	4	Índia, Indonésia, Malásia e Paquistão
África	1	Namíbia
Europa	1	Grécia
América Central	1	República Dominicana
América do Norte	1	México

Fonte: SIPRI

Com relação aos tipos de equipamento exportados, verifica-se pelo Gráfico 6 que as aeronaves passam a ser o produto mais destacado e relevante para as exportações brasileiras de produtos de defesa. Observa-se, também, que o país passou a exportar mísseis. As exportações mais significativas, em termos de aeronaves, foram 25 Tucanos para a Colômbia, 18 para o Equador e 12 para o Chile, além de 4 EMB 145 (tipo R 99) para a Grécia. Quanto às peças de artilharia, 18 Astros foram vendidos para a Malásia. Em termos de mísseis, 100 antirradares foram comprados pelo Paquistão. E, finalmente, 2 navios foram negociados com a Namíbia.

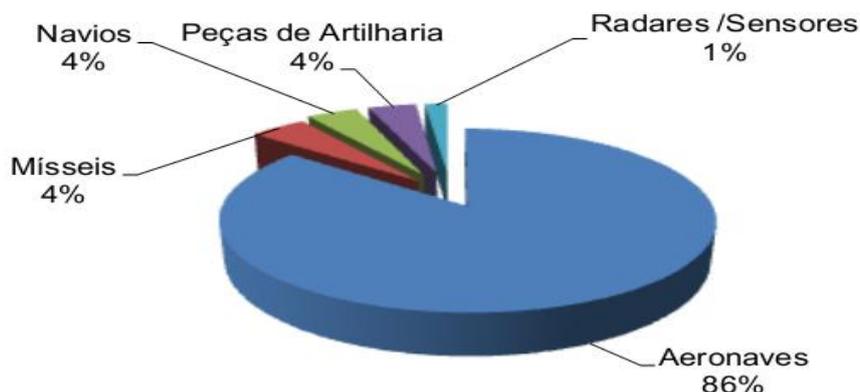


Gráfico 6 - Participação dos diferentes tipos de armas convencionais nas exportações brasileiras do setor (2003-2010)

Fonte: SIPRI

Em suma, embora o Brasil não tivesse uma expressiva participação nos valores exportados de produtos de defesa (0,33% das exportações mundiais), não há como deixar de destacar a diversificação dos mercados compradores e dos produtos ofertados, alcançada no período de 1974 a 1989. Atualmente, mesmo com a recuperação, o Brasil exporta para pouco mais da metade do número de países para os quais exportava. Além disso, sua pauta de exportações ficou reduzida, sendo predominantemente de aeronaves. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos da exportação de armas é influenciar os países compradores, o Brasil atualmente mantém influência apenas regional, uma vez que a América do Sul, que já era um grande mercado consumidor dos produtos de defesa brasileiros, constitui-se, hoje, incontestavelmente, no seu principal mercado.

## 4 CONFIGURAÇÃO-CONTROLE: OS CINCO MAIORES EXPORTADORES

### 4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo do ambiente que envolve a indústria de defesa, particularmente, as exportações de produtos de defesa dos cinco maiores exportadores visa a determinar as condições predominantes nos Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido, neste capítulo denominado grupo EURAFRU, em termos político-legais, econômicos, científico-tecnológicos e estratégico-militares. O Gráfico 7 revela que estes países foram os maiores exportadores de produtos de defesa durante o período de tempo abrangido pela pesquisa (1974 a 2011).



Gráfico 7: Participação dos cinco maiores exportadores no mercado de defesa mundial  
 Fonte: SIPRI ([http://www.sipri.org/contents/armstrad/output\\_types\\_TIV.html](http://www.sipri.org/contents/armstrad/output_types_TIV.html))

Seibertz e col. (2010, p. 10) afirmam que quanto maiores o poder econômico e o poder político de um país, normalmente, maiores são os gastos com a defesa e com os investimentos em indústria de defesa. Para esses autores, atualmente, assim como o poder econômico se move para o Oriente, também o poder militar. O gráfico 7 revela que a participação no mercado internacional de produtos de defesa de outros países, diferentes do grupo EURAFRU, é crescente. Contudo, este grupo é ainda responsável por três quartos das exportações mundiais e tem bases predominantemente ocidentais.

Com relação a uma possível coincidência de políticas entre os três Estados-membros da União Europeia (Alemanha, França e Reino Unido), de acordo com Seibertz e col. (2010, p. 9), há, no âmbito regional, pouca integração em termos de política para a indústria de defesa, particularmente nos produtos destinados aos poderes terrestre e naval. As fusões de empresas europeias aconteceram na área aeroespacial e na área de tecnologia da informação, no entanto, conforme os autores, persiste a redundância e há pouca integração em pesquisa e

desenvolvimento, demonstrando a vontade dos países de manter a autonomia em muitas tecnologias militares.

Seibertz e col. (2010, p. 19) admitem que oitenta e cinco por cento (85%) das compras governamentais de equipamento militar na Europa são feitas nas indústrias locais, havendo ainda pouca integração entre os Estados membros.

Tal assertiva é confirmada pelo Livro Branco de Defesa francês que afirma:

“Alguns setores da defesa, especialmente o aeronáutico e o eletrônico, presenciaram a emergência de grandes grupos europeus. Entretanto, os grupos industriais são fundados nas organizações internas e refletem a lógica nacional. Esta lógica conduz a uma repartição das capacidades tecnológicas e industriais em função não de uma estratégia econômica, mas conforme a vontade dos Estados de conservar em seus territórios as capacidades de pesquisa e desenvolvimento, de produção e de manutenção julgadas estratégicas. Esta tendência representa um freio importante à integração e à especialização industrial”<sup>34</sup> (FRANÇA, 2008, p. 263, tradução livre).

A seguir, serão apresentadas as condições existentes para a indústria de defesa e para as exportações de produtos de defesa em cada um dos países, concluindo-se sobre a “presença” ou “ausência” das condições propostas para controle do ambiente geral das exportações de produtos de defesa, tendo em vista preencher a “Tabela Verdade” proposta por Ragin (1987).

#### 4.2 CONDIÇÃO POLÍTICO-LEGAL (POL)

A condição político-legal (POL), uma das variáveis independentes deste estudo comparativo, foi analisada à luz de três fatores, ressalta-se que estes fatores serão também empregados para a análise do ambiente:

- fator 1: adoção de uma política externa realista, buscando estabelecer-se como polo de poder mundial;
- fator 2: estratégia de defesa de cunho nacional ou regional, em detrimento da segurança coletiva; e

---

<sup>34</sup>“Certains secteurs, essentiellement l’aéronautique et l’électronique de défense, ont vu l’émergence de grands groupes européens. Mais les rapprochements industriels sont fondés sur des organisations internes qui reflètent les logiques nationales. Ces logiques ont conduit à une répartition des capacités technologiques et industrielles en fonction non d’une stratégie économique, mais de la volonté des États de conserver sur leur territoire des capacités de R&D, de production et de maintenance jugées stratégiques. Cette tendance a représenté un frein très important à l’intégration et à la spécialisation industrielles” (FRANÇA, 2008, p. 263).

- fator 3: rejeição a acordos internacionais que constriam a produção e transferência de produtos de defesa entre países.

A atribuição de valores a esta variável qualitativa, obedeceu ao método da análise qualitativa comparativa, sugerida por Charles Ragin (1987), sendo considerada como “presente” a condição, quando o país em análise, apresentou pelo menos dois dos fatores acima elencados, observando-se o processo de minimização lógica proposto por Ragin. Assim, quando a condição não revelou nenhum dos fatores ou revelou tão somente um dos fatores, considerou-se que estava “ausente”.

#### **4.2.1 Estados Unidos**

De acordo com Saraiva (2001, p. 22), a atuação diplomática dos Estados Unidos, na segunda metade do século XX, caracterizou-se, em essência, pela fusão dos interesses da indústria e do comércio norte-americano na busca pela hegemonia mundial.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos passaram a agir de forma mais independente no cenário internacional, desenvolvendo sua preeminência estratégica e atuando mesmo à revelia do Conselho de Segurança da ONU, como em 2003 quando, com o apoio de alguns aliados, invadiu o Iraque (GARCIA, 2008, p. 277).

Os Estados Unidos lideram a Organização do Tratado do Atlântico Norte, aliança militar do Ocidente, criada em 1949 para se contrapor à ameaça comunista. Hoje, com o fim do comunismo, a aliança se mantém para defender os interesses comuns de seus membros, ainda que seja em outros estados. Tal contexto, revela que os Estados Unidos apresentam uma estratégia de defesa eminentemente nacional, apoiada em uma aliança militar coordenada e dirigida pelo interesse norte-americano.

O orgulho e o sentimento de liderança mundial dos norte-americanos podem ser percebidos nas palavras do Presidente Barack Obama quando do lançamento da Estratégia Nacional de Segurança, em 2010.

“Muito embora estejamos lutando muitas guerras, nós devemos ver o horizonte que se apresenta – um mundo em que a América é mais forte,

mais segura, e hábil para superar nossos desafios ao tempo que recorre à esperança das pessoas ao redor do mundo. Para chegarmos lá, nós devemos perseguir uma estratégia nacional de renovação e liderança global – uma estratégia que reconstrói os fundamentos do poder e da influência norte-americana”. (ESTADOS UNIDOS, 2010, tradução nossa)<sup>35</sup>

Conforme Seibertz (2010), a tecnologia é o fator crucial para o sucesso da Indústria de Defesa. Na atual era da informação, os armamentos e os produtos de defesa em geral tornaram-se mais complexos e caros, requerendo atividades de pesquisa e desenvolvimento mais intensas com custos cada vez maiores em face da redução dos orçamentos.

Os Estados Unidos são os grandes detentores de tecnologia militar e restringem o acesso a esta tecnologia como forma de evitar que seja de domínio de inimigos, bem como para reduzir o número de países que dominam certas tecnologias sensíveis. Saraiva (2001) assevera que os parceiros detentores destas tecnologias sensíveis são instigados a adotar mecanismos excludentes de vigilância e controle, naquilo que chama de “*apartheid tecnológico*”. Portanto, os Estados Unidos não circunscrevem nenhum tratado que impeça a transferência de tecnologia, mas os impõem como forma de garantir sua segurança e, também, hegemonia.

De acordo com Ritzmann (2001, p. 26), os sistemas de armas e as tecnologias norte-americanas estão sujeitas ao controle de exportação. As exportações de produtos de defesa dependem de uma licença de exportação emitida pela Diretoria de Controle de Comércio de Produtos de Defesa, vinculada ao Departamento de Defesa. A burocracia é um peso que reduz a possibilidade de acordos com aliados e parceiros.

À luz da visão realista proposta por Morgenthau (2003), o principal interesse dos Estados é o poder, o qual torna-se o meio e o fim da ação estatal. Os Estados Unidos exercem uma política realista em essência, fazendo uso de seu poder duro (*hard power*), representado pela “alta política” (diplomacia, poder e guerra), bem

---

<sup>35</sup> “Yet as we fight the wars in front of us, we must see the horizon beyond them – a world in which America is stronger, more secure, and is able to overcome our challenges while appealing to the aspirations of people around the world. To get there, we must pursue a strategy of national renewal and global leadership – a strategy that rebuilds the foundation of American strength and influence” (ESTADOS UNIDOS, 2010).

como de seu poder brando (*soft and cooperative power*), denominado “baixa política” (economia e cultura).

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (2010, p. 15) indica que as forças armadas americanas devem manter sua superioridade convencional e, enquanto as armas nucleares existirem, a capacidade dissuasória nuclear. Além disso, devem ampliar sua capacidade de derrotar as ameaças assimétricas.

As respostas ao formulário remetido à aditância de defesa brasileira junto aos Estados Unidos revelam que este país possui política externa realista, apresenta estratégia de defesa autônoma e, normalmente, não aceita acordos internacionais que possam restringir o desenvolvimento de meios necessários à defesa nacional. Portanto, os três fatores elencados para caracterizar a condição político-legal são evidenciados pelos Estados Unidos.

#### **4.2.2 Rússia**

Com a dissolução do império soviético, de acordo com Saraiva (2001, p. 179), a Rússia surgiu com sua antiga autonomia, sem perder de vista os desígnios do império czarista e a influência a exercer sobre a Europa Oriental. Para esse autor, o pensamento geopolítico russo encontra-se dividido em três correntes: europeístas que advogam a aproximação com a Europa por verem nela um modelo; os pan-eslavistas que reivindicam a liderança russa do mundo eslavo; e os eurasistas que sugerem a união de Europa e Ásia, apontando os Estados Unidos como grande inimigo.

A Rússia, malgrado os problemas econômicos, mantém-se como uma potência singular detentora de um grande arsenal nuclear. O país exerce liderança regional, controlando por meio da força os conflitos regionais, no âmbito da Comunidade dos Estados Independentes, criada em 1991 (SARAIVA, 2001).

Para Barros (1999, p. 165), a multipolaridade circunscreve-se a campos específicos, onde alguns países poderiam rivalizar com o poder norte-americano, como é o caso da Rússia no campo militar. Gonchar (2000, p. 14) afirma que a estratégia de segurança nacional russa repousa na dissuasão nuclear e na possibilidade de uso da força nuclear em caso de agressão. Além disso, a Rússia

prioriza as forças estratégicas, as capacidades de mobilização e o desenvolvimento de forças convencionais para prevenir conflitos locais.

Quanto às restrições impostas pelo sistema internacional à transferência de armas, de acordo com Blank (2007, p. 31), a Rússia procura seguir alguns controles mas, muitas vezes, “Moscow evidently prefers to go it alone, maintaining freedom to sell its own weapons to countries like Syria”<sup>36</sup>. Além disso, conforme esse autor, a venda de armas e material de defesa se tornou a principal fonte de divisas para o investimento em pesquisa e desenvolvimento, tendo um papel fundamental na tentativa russa de reequipar suas forças armadas, bem como conquistar novos aliados e ampliar sua influência externa. A Rússia, portanto, observa os controles de transferência de armas, tendo em conta o interesse de sua indústria de defesa.

No que se refere à política externa, segundo Saraiva (2001), a Rússia vive uma difícil transição de exercício de uma política externa de “império” para uma política externa de uma nação-estado. Predomina ainda na Rússia de hoje, de acordo com Barros (1999, p. 170), a visão conservadora e nacionalista partidária de um Estado forte, com identidade ortodoxa euro-asiática em detrimento da aproximação com o Ocidente.

A doutrina militar russa (2010) prevê em sua estratégia de defesa a dissuasão de potenciais conflitos, bem como a preparação das suas Forças Armadas para defender os seus interesses e os interesses de seus aliados.

“A política militar russa tem por objetivo prevenir uma corrida armamentista, dissuadir e evitar conflitos militares, e aperfeiçoar a organização militar, as formas e os métodos de utilização das forças armadas e de outras tropas e, também, os meios de ataque cujo propósito é defender e salvaguardar a segurança da Rússia e de seus aliados” (RUSSIA, 2010).<sup>37</sup>

A Rússia, pois, em termos de ambiente geral das exportações de produtos de defesa, possui uma condição político-legal favorável, proporcionando liberdade de

---

<sup>36</sup> Moscou evidentemente prefere agir de forma autônoma, mantendo sua liberdade para vender armas para países como Síria (BLANK, 2007, p. 31).

<sup>37</sup> “The Russian Federation's military policy is aimed at preventing an arms race, deterring and preventing military conflicts, and improving military organization, the forms and methods of the utilization of the Armed Forces and other troops, and also means of attack for the purpose of defending and safeguarding the security of the Russian Federation and also the interests of its allies” (RUSSIA, 2010).

ação para as empresas ligadas à indústria de defesa. O país apresenta uma estratégia de defesa de cunho nacional, buscando manter a independência em tecnologias e produtos estratégicos, bem como não se submete aos controles internacionais que contrariam o interesse de suas empresas e, por fim, mantém uma política externa realista, alinhada a sua história de liderança como polo de poder regional e mundial.

#### 4.2.3 Alemanha

A Alemanha mantém uma política de segurança baseada em suas alianças regional (UE) e transatlântica (OTAN), conforme, preconizado em seu Livro Branco:

“A parceria transatlântica permanece como fundamento para a segurança comum da Alemanha e da Europa. A aliança do Atlântico Norte continuará a ser o alicerce da política de defesa e segurança da Alemanha.[...] No longo prazo, as ameaças globais à segurança alemã não podem ser enfrentadas sem uma efetiva aliança transatlântica que é baseada na confiança mútua entre os Estados-membros. [...] Os laços com os Estados Unidos devem ser continuamente cultivados e aprofundados por meio da consulta mútua e ação coordenada” (ALEMANHA, 2006, tradução nossa)<sup>38</sup>.

Ainda de acordo com o Livro Branco alemão, as capacidades da indústria de defesa são fundamentais para que as Forças Armadas alemãs (Bundeswehr) possam cumprir suas missões no âmbito interno e nas alianças externas. As Forças Armadas alemãs e a indústria de defesa devem ser flexíveis e adequar-se às novas exigências. Ressalta ainda que o papel da indústria de defesa nacional é servir às Forças Armadas alemãs. Destaca que somente nações com uma forte indústria de defesa têm uma apropriada influência nas alianças militares (ALEMANHA, 2006).

Portanto, a estratégia de defesa alemã é regional, contudo o Estado germânico não abre mão de possuir uma indústria de defesa própria, ainda que com tecnologias compartilhadas com os aliados. Ressalta-se que essa indústria deve ser capaz de, em primeiro lugar, fornecer o equipamento e o material para as forças

---

<sup>38</sup> “Die nordatlantischen Beziehungen bleiben die Grundlage deutscher und europäischer gemeinsamer Sicherheit. Die Nordatlantische Allianz bleibt auch in Zukunft der stärkste Anker der deutschen Sicherheits- und Verteidigungspolitik. [...]. Die globalen Herausforderungen für die deutsche Sicherheit sind ohne ein leistungsfähiges und auf gegenseitigem Vertrauen der Mitgliedstaaten beruhendes transatlantisches Bündnis dauerhaft nicht zu bewältigen. [...]. Die deutsch-amerikanischen Bande bedürfen jedoch der stetigen Pflege und Vertiefung durch gegenseitige Konsultation und abgestimmtes Handeln“ (ALEMANHA, 2006).

armadas nacionais. Somente em um segundo momento, as exportações ganham importância.

Adams (1998, p. 32) admite que as questões ligadas à aquisição de produtos de defesa referem-se a decisões políticas que superam qualquer lógica racional baseada no mercado<sup>39</sup>. Em 1998, a Alemanha assinou o Código Europeu de Conduta para a Exportação de Armas, um acordo que homogeneizou as regulações entre os Estados-membros europeus e estabeleceu princípios gerais para a transferência de armas e de tecnologia militar (RITZMANN, 2010, p. 31).

Conforme Ritzmann (2010, p. 31), o governo federal alemão mantém um estrito controle sobre as exportações de armas. Diferentemente de inúmeros países, a Alemanha não trata a exportação de armas como um instrumento de política externa. As decisões ligadas à exportação de armas são tomadas após uma cuidadosa análise das considerações externas, da segurança e de aspectos ligados aos direitos humanos.

Ainda de acordo com Ritzmann (2010, p. 32), a política de controle de exportações de armas é administrada pelo Ministério das Relações Exteriores germânico, o qual fornece as licenças para a exportação de material militar e de itens de uso dual. As licenças normalmente incluem um restritivo certificado de usuário-final, em conformidade com o Código de Conduta de exportação de armas da União Europeia. O Ato de Controle de Armas de Guerra germânico restringe em alto grau a exportação de armas para países não pertencentes à UE, à OTAN e países associados à OTAN (Austrália, Nova Zelândia, Suíça e Japão).

Do exposto, pode-se inferir que, na Alemanha, a condição política-legal, não favorece o ambiente geral das exportações. Dentre os fatores avaliados, verificou-se que a estratégia de defesa está voltada para a aliança e depende da proteção dos Estados Unidos. Além disso, no que se refere à legislação de exportação, a Alemanha restringe fortemente suas exportações, priorizando o fornecimento para as forças armadas nacionais e aliadas. Por fim, sua política externa evidencia traços do *Soft Power*, em que a baixa política (economia e cultura) é predominante.

---

<sup>39</sup> “No one would deny that defense procurement is a highly political game, or that any defense-industrial policy as more political content than business rationale. How can it be otherwise when the state is inevitably the dominant customer, employer and paymaster?” (ADAMS, 1998, p. 32).

#### 4.2.4 França

A França adota, historicamente, uma estratégia de defesa autônoma, baseada em um poder militar próprio, como pode ser observado na abertura do Livro Branco francês, quando são delineados os dois grandes objetivos estratégicos de defesa:

“[...]dois objetivos: o primeiro refere-se a manter nosso país como uma potência militar e diplomática maior, pronta a enfrentar os desafios conferidos por nossas obrigações internacionais; e o segundo que se trata de o Estado assegurar a independência da França e a proteção de todos os franceses”<sup>40</sup> (FRANÇA, 2008, p. 9, tradução nossa).

Esta postura é reconhecida pela avaliação realizada pelo congresso norte-americano:

“No pós-guerra, a França tem buscado se manter uma potência militar forte e independente. As forças militares francesas têm como papel político: confirmar o inserção internacional da França como uma potência, preservar a sua independência em termos de política externa e de segurança, e restaurar o sentimento de orgulho nacional” (U.S. CONGRESS, 1992)<sup>41</sup>

De acordo, ainda, com o Livro Branco francês, a política de exportação de produtos de defesa se apoiará em três princípios:

“assegurar, no seio do Estado, e em todos os níveis – interministerial e ministerial – a separação das funções de controle e de fomento das exportações, o que garante a ausência de conflito de interesses; - prosseguir com o rigor e a racionalidade em seus procedimentos de controle; e dinamizar suas exportações de armamento, com o reforço das ações de apoio e fomento às empresas, por meio de operações previamente autorizadas, respeitando as regras partilhadas com seus parceiros europeus e internacionais”<sup>42</sup> (FRANÇA, 2008, p. 280, tradução nossa).

Por fim, a política externa francesa é eminentemente realista, como pode ser observado na abordagem realizada pelo Livro Branco francês em matéria de dissuasão nuclear:

---

<sup>40</sup> [...] “deux objectifs: celui que notre pays reste une puissance militaire et diplomatique majeure, prête à relever les défis que nous confèrent nos obligations internationales, et celui que l’État assure l’indépendance de la France et la protection de tous les Français” (FRANÇA, 2008, p. 9).

<sup>41</sup> “Throughout the post-war era, France has sought to remain a strong and independent military power. French military forces serve a political role: to confirm France’s international status as a major power, to preserve its independence in foreign and security policy, and to restore a sense of national pride”. (ESTADOS UNIDOS, 1992).

<sup>42</sup> “assurer, au sein de l’État, et à tous les niveaux – interministériels et ministériels – la séparation des fonctions de contrôle et de soutien des exportations, laquelle garantit l’absence de conflit d’intérêts; poursuivre dans la voie de la rigueur et de la rationalisation de ses procédures de contrôle; et dynamiser ses exportations d’armement, en renforçant les actions de soutien aux entreprises, pour les opérations préalablement autorisées et dans le respect des règles partagées avec ses partenaires européens et internationaux” (FRANÇA, 2008, p. 280).

“A dissuasão nuclear permanece como um fundamento essencial da estratégia da França. Ela é a última garantia de sua segurança e independência. Ela tem um único objetivo: impedir uma agressão de origem estatal contra os interesses vitais do país, de onde quer venha e sob qualquer forma. [...] Isso implica modernizar os seus dois componentes, míssil balístico e míssil aéreo. Ainda que nenhuma ameaça de agressão direta se apresente atualmente, a capacidade de nosso país de conservar sua liberdade de ação em face a todas as formas de chantagem contra nossos interesses vitais deve ser garantida. A França disporá de meios para perenizar sua capacidade nuclear no longo prazo, enquanto este tipo de arma seja necessária à segurança francesa. Com efeito, a França será particularmente ativa na luta contra a proliferação das armas nucleares, biológicas e químicas, bem como dos mísseis suscetíveis de portá-las”<sup>43</sup> (FRANÇA, 2008, p. 315, tradução nossa).

Portanto, a França evidencia os três fatores contemplados para a condição político-legal do ambiente geral das exportações de produtos de defesa. Com efeito, o país apresenta uma estratégia de defesa de cunho nacional. Além disso, apesar de observar as regras de controle e limitação de transferência de armas e tecnologias, possui uma política de exportação específica e fundamental para a sustentabilidade de sua indústria de defesa. E, em termos de política externa, demonstra uma postura clara de defesa da multipolaridade mundial, sendo que percebe a si mesma como uma potência capaz de influenciar as decisões mundiais.

#### 4.2.5 Reino Unido

De acordo com a Estratégia Nacional de Segurança britânica, o Reino Unido beneficia-se do sucesso de uma segurança coletiva, baseada em um amplo espectro de alianças e parcerias. Seu relacionamento com os Estados Unidos é essencial para empreender as ações necessárias a garantir a segurança e a prosperidade, uma vez que os Estados Unidos permanecem como a maior potência do mundo, em termos militares e econômicos. Por meio da OTAN, da UE e de outras alianças, o

---

<sup>43</sup> “La dissuasion nucléaire demeure un fondement essentiel de la stratégie de la France. Elle est la garantie ultime de sa sécurité et de son indépendance. Elle a pour seul objet d’empêcher une agression d’origine étatique contre les intérêts vitaux du pays, d’où qu’elle vienne et quelle qu’en soit la forme.[...]. Cela implique de moderniser les deux composantes, missile balistique et missile aéroporté. Même si aucune menace d’agression directe ne pèse aujourd’hui sur la France, la capacité de notre pays à conserver sa liberté d’action face à toute forme de chantage contre nos intérêts vitaux doit être garantie. La France disposera des moyens de pérenniser ses capacités aussi long-temps que les armes nucléaires seront nécessaires à sa sécurité. Pour autant, la France sera particulièrement active dans la lutte contre la prolifération des armes nucléaires, biologiques et chimiques, ainsi que des missiles susceptibles de les emporter” (FRANÇA, 2008, p. 315).

Reino Unido alega compartilhar suas necessidades de segurança e ganha com os benefícios advindos da segurança coletiva (REINO UNIDO, 2010, p. 15).

“A segurança de nossa Nação é a primeira missão do governo. Ela é o alicerce de nossa liberdade e de nossa prosperidade”<sup>44</sup> (REINO UNIDO, 2010, p.9, tradução nossa).

O Reino Unido, de acordo com o Livro Branco da Indústria de Defesa (2005, p. 47), apresenta-se como um dos líderes da promoção internacional por um maior controle das exportações de produtos de defesa. As exportações britânicas de produtos devem observar o Código Europeu de Conduta para Licenciamento de Exportações de Armamento. O objetivo deste controle é observar os compromissos legais assumidos e outras políticas mais abrangentes. As exportações levam em consideração as sanções e embargos, o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, a situação interna do país destinatário, riscos de instabilidade regional e riscos de desvios para o terrorismo (REINO UNIDO, 2005, p. 47).

Para Chalmers (2001, p. 2), os mais amplos benefícios produzidos pelas exportações britânicas de produtos de defesa incluem a sustentabilidade de uma indústria de defesa nacional necessária por razões estratégicas, bem como para fortalecer a possibilidade da defesa coletiva contra as ameaças, de acordo com o direito à legítima defesa preconizado pela Carta das Nações Unidas.

Quanto à política externa e de defesa, o Reino Unido apresenta postura realista, demonstrando acreditar no equilíbrio do poder mundial com múltiplos atores, bem como reconhecendo o seu próprio papel como relevante para o mundo globalizado.

“A fim de proteger nossos interesses em nosso solo, nós devemos projetar nossa influência em outras partes do mundo. Como o balanço do poder mundial constantemente muda, evidentemente essa será uma tarefa muito difícil. Contudo, nós não podemos nos iludir admitindo que nosso interesse nacional não requer nosso contínuo e ativo engajamento na política externa. Isso exige que nossa economia possa competir com as mais fortes e melhores e que o nosso governo faça um esforço por todo o mundo para promover nosso comércio, o oxigênio de nossa economia. Nosso papel no cenário internacional, entretanto, vai muito além do que a balança de comércio, por mais vital que ela seja”<sup>45</sup> (REINO UNIDO, 2010, p. 5, tradução nossa).

---

<sup>44</sup> “The security of our nation is the first duty of government. It is the foundation of our freedom and our prosperity” (REINO UNIDO, 2010, p.9).

<sup>45</sup> “In order to protect our interests at home, we must project our influence abroad. As the global balance of power shifts, it will become harder for us to do so. But we should be under no illusion that

Dessa forma, é possível concluir que a condição político-legal não é observada no Reino Unido. O país adota uma estratégia de defesa baseada na segurança coletiva, em que os aliados crescem de importância. Além disso, adota uma política de restrição ao comércio e transferência de armas, restringindo a oferta de seus produtos para os aliados “responsáveis”. Com relação à política externa, verifica-se que sua postura é realista, fundamentando-se na balança de poder mundial. A observância do último fator, entretanto, não afeta o resultado dos fatores anteriores o que determina que, esta condição, no Reino Unido, está ausente.

#### 4.2.6 Conclusão parcial

Com o estudo realizado, pode-se preencher a tabela de comparação (Tabela 3, do Capítulo 2) no que se refere à condição ou variável político-legal (POL). Constatou-se que, dos cinco maiores exportadores, a condição político-legal favorável ao ambiente geral para a exportação de produtos de defesa mostrou-se “presente” (valor 1, da lógica booleana) nos Estados Unidos, Rússia e França e, por outro lado, mostrou-se “ausente” (valor 0) no Reino Unido e na Alemanha.

#### 4.3 CONDIÇÃO ECONÔMICA (ECO)

Inicialmente, vale destacar a força econômica, em termos de Produto Interno Bruto (PIB), dos países do grupo EURAFRU que sozinhos responderam por 40,4% de todo o PIB mundial no ano de 2009 (Tabela 15).

Tabela 15 – PIB e respectiva participação no PIB mundial

Continua

PAÍS	PIB (BILHÕES DE US\$) / PERCENTUAL NO PRODUTO MUNDIAL			
	1995	2000	2005	2009
BRASIL	768,9 / 2,58%	644,7 / 2,00%	882,2 / 1,93%	1.573,4 / 2,70%
ESTADOS UNIDOS	7.359,3 / 24,78%	9.898,8 / 30,70%	12.579,7 / 27,56%	14.119,0 / 24,28%

our national interest requires our continued full and active engagement in world affairs. It requires our economy to compete with the strongest and the best and our entire government effort overseas must be geared to promote our trade, the lifeblood of our economy. But our international role extends beyond the commercial balance sheet, vital though it is”. (REINO UNIDO, 2010, p. 5).

Tabela 15 – PIB e respectiva participação no PIB mundial

PAÍS	Conclusão			
	PIB (BILHÕES DE US\$) / PERCENTUAL NO PRODUTO MUNDIAL			
	1995	2000	2005	2009
RÚSSIA	395,5 / 1,33%	259,71/ 0,80%	764,0 / 1,67%	1.231,9 / 2,11%
ALEMANHA	2.522,8 / 8,48%	1.900,2 / 5,89%	2.745,2 / 6,01%	3.330,0 / 5,72%
FRANÇA	1.569,9 / 5,28%	1.327,9 / 4,12%	2.146,5 / 4,70%	2.645,4 / 4,55%
REINO UNIDO	1.157,1/ 3,89%	1.477,6 / 4,58%	2.280,1 / 4,99%	2.174,5 / 3,74%

Fonte: Banco Mundial (2010)

Nota: Dados trabalhados pelo autor e referenciados em dólares correntes

A condição ou variável econômica (segunda variável independente deste estudo comparativo) foi analisada à luz de três fatores:

- fator 1: política estatal de apoio à indústria de defesa e às indústrias correlatas (incentivos fiscais, subsídios, ...);
- fator 2: participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de produtos de defesa; e
- fator 3: política de exportação específica para o setor com promoção comercial por parte do governo.

#### 4.3.1 Estados Unidos

Deutch (2001, p. 138) afirma que, diante da redução da demanda por produtos de defesa, nos anos 1990, o governo norte-americano, por meio do Departamento de Defesa, encorajou as indústrias de produtos militares a realizarem fusões e reduzir o seu capital físico (propriedades, fábricas e máquinas) destinado à defesa. Das cinquenta grandes empresas restaram cinco (Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamic e Raytheon).

Nesse período, o governo exigiu, como contrapartida à redução de impostos e dos juros, que as empresas redimensionassem sua produção. De acordo com Deutch (2001, p. 146), “once the government agrees to pay a portion of the interest charge, the effective cost of capital declines. The financial incentive must be linked to a requirement to reduce assets.”

Esse processo de fusões passou a ser considerado nocivo à competitividade da indústria de defesa norte-americana pelo Departamento de Defesa. A partir de 1998, as solicitações para fusão de empresas passaram a não ser mais aceitas. Com efeito, uma excessiva quantidade de fusões conduziria a um sistema de produção com um único fornecedor sem a competição para encorajar novas ideias, inovação e menores custos. Por outro lado, uma indústria de defesa desconcentrada e diversificada em excesso significa custos muito elevados e baixa produção em escala (DEUTCH, 2001, p. 141).

A indústria de defesa norte americana encontra-se principalmente em mãos do setor privado, uma vez que o governo enfatiza os mecanismos de mercado. O Departamento de Defesa reúne as demandas das forças armadas norte-americanas e coordena a pesquisa e desenvolvimento com a indústria local (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Ritzmann (2010, p. 8 e 26) assevera que os Estados Unidos tradicionalmente não investiam em produtos de defesa tipo exportação ou em cooperação internacional. Sua produção visava, em essência, a atender as necessidades das forças armadas nacionais. Após o atentado terrorista de 11 de setembro e o consequente aumento dos gastos com defesa, os Estados Unidos protegeram ainda mais sua indústria de defesa, restringindo fortemente as exportações e evitando inclusive compartilhar tecnologias com os seus aliados.

Em 2010, entretanto, em função da crise fiscal e dos cortes orçamentários, de acordo com Ritzmann (2010, p. 27), o governo Obama foi pressionado a reduzir as restrições às exportações de produtos de defesa, lançando o Regulamento para a Transferência Internacional de Armas (ITAR), passando, por vezes, a apoiar de forma deliberada as negociações.

As respostas fornecidas pela aditância militar brasileira junto aos Estados Unidos indicam que o país evidencia dois fatores: a participação da iniciativa privada nacional no setor de defesa e uma política de exportação específica. Estes dois fatores permitem inferir que, nos Estados Unidos, a condição econômica encontra-se presente no ambiente geral das exportações.

Do exposto, conclui-se parcialmente que os Estados Unidos observam dois dos fatores elencados. Há uma política de Estado, coordenada pelo Departamento de Defesa, que busca incentivar, orientar e conduzir as atividades da indústria

tornando-as sustentáveis. Além disso, a iniciativa privada, sob coordenação do Estado, é predominante nas atividades de pesquisa desenvolvimento e produção de sistemas de armas. Portanto, a condição econômica está “presente” no ambiente geral das exportações de produtos de defesa dos Estados Unidos, ainda que o país evite exportar e compartilhar algumas tecnologias militares sensíveis.

#### **4.3.2 Rússia**

De acordo com Gonchar (2000, p. 14), o estado russo busca desenvolver uma infraestrutura geral, baseada nos interesses da segurança, bem como um processo independente de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias nacionais para sistemas militares estratégicos.

Gonchar (2000, p. 28) afirma que no início da década de 1990, muitas indústrias de defesa russas foram privatizadas, a participação do Estado neste setor chegou a cair, em 1995, para 30%. Blank (2007) assevera que, no início da década de 2000, após a crise econômica russa de 1998 e o início do governo de Vladimir Putin, a situação se reverteu, as empresas foram nacionalizadas e, atualmente, todas as empresas do setor são dominadas pelo estado russo que incentiva o desenvolvimento das exportações, desde que as necessidades internas tenham sido atendidas.

A Rosoboroneksport (ROE) é a agência governamental responsável pelas exportações russas. Conforme Blank (2007, p. 66), a ROE trabalha com o Ministério da Defesa para aumentar o controle sobre a transferência de armas convencionais; para obter recursos para as atividades de pesquisa e desenvolvimento com vistas às exportações; para fornecer novas tecnologias; e para construir um sistema de segurança efetivo com outros membros da Comunidade dos Estados Independentes (CEI), por meio de cooperação técnico-militar subsidiada.

Os proprietários privados detentores de firmas ligadas à defesa, assim como em outros setores estratégicos, têm sido substituídos pelo controle e gerenciamento estatal, conforme acontecia antes do final da Guerra Fria. O Estado quer criar grandes corporações industriais que possam produzir em escala e competir globalmente (BLANK, 2007, p. 8).

As exportações tornaram-se, em face da crise econômica russa, fundamentais para sustentabilidade da indústria de defesa.

“A venda de armas tornou-se a principal fonte de receitas e terá um papel fundamental na iniciativa russa para tentar regenerar suas Forças Armadas, ao mesmo tempo em que busca atrair novos parceiros e influenciar externamente. Além disso, a venda de armas é uma das maiores fontes de recursos para a pesquisa e desenvolvimento e aquisição de armas”<sup>46</sup> (BLANK, 2007, tradução nossa).

Com efeito, o Estado russo acredita que deve investir no seu complexo industrial de defesa para que ele funcione como um setor de desenvolvimento de altas tecnologias em múltiplas áreas, capaz de atender às necessidades das Forças Armadas russas, bem como assegurar a presença russa no mercado mundial de produtos e serviços de alta tecnologia (RÚSSIA, 2010).

Portanto, a Rússia é um caso peculiar, em que a condição econômica do ambiente geral das exportações está “presente” e é proporcionada pelo Estado que controla e coordena todas as atividades de pesquisa, desenvolvimento, produção e exportação de produtos de defesa, proporcionando incentivos e promovendo as exportações. O fator que não é observado pela Rússia é a participação da iniciativa privada a qual, após um breve domínio do setor no início da década de 1990, perdeu sua preeminência no início do século XXI.

#### **4.3.3 Alemanha**

De acordo com Seibertz (2010, p. 23), a Alemanha tem nas exportações sua principal fonte de receitas para a indústria nacional de defesa. Mais de 50% da produção alemã de material de defesa é exportada. É um caso de indústria de defesa sustentada, em grande medida, pelas exportações. Conforme Ritzmann (2010, p. 9), a Alemanha dobrou sua participação no mercado externo nos últimos dez anos.

Tradicionalmente, entretanto, o governo alemão não promove as exportações de sua indústria de defesa e de seus produtos, diferentemente do que vem ocorrendo com os governantes de Estados Unidos, Rússia e França.

---

<sup>46</sup> “Arms sales have become the main source of its revenue until the present and will play a key role in Russia’s ongoing attempt to regenerate its armed forces while winning friends and influence abroad. Arms sales also are a major, if not the major, source of funding for all research and development (R&D) and procurement”. (BLANK, 2007, tradução nossa).

“A Alemanha envia seu Ministro da Economia e seu Ministro de Relações Exteriores para a Índia, um país que provavelmente irá investir cerca de \$80 bilhões entre os anos de 2012 e 2022 para reaparelhar suas Forças Armadas. Enquanto isso, a França é representada pelo Presidente Sarkozy, os Estados Unidos pelo Presidente Obama e a Rússia pelo Presidente Dmitry Medvedev, fazendo aqueles governos muito mais exitosos na busca por comparadores para as suas indústrias de defesa”<sup>47</sup> (RITZMANN, 2010, p. 30, tradução nossa).

Seibertz (2010, p. 24) afirma que a produção de material de defesa na Alemanha encontra-se confinada ao setor privado. Não há estatais envolvidas na produção de material de defesa. Com efeito, 85% dos recursos da defesa que são direcionados para pesquisa e desenvolvimento, compras e manutenção são gerenciados pelo Ministério da Defesa e terminam em mãos privadas. A Divisão de Armamento do Ministério da Defesa é responsável por planejar, controlar e supervisionar a indústria de defesa alemã.

Ainda de acordo com este autor, vinculada à Divisão de Armamentos há uma Agência Federal de Tecnologia Militar e Aquisição, a qual gerencia 07(sete) centros de pesquisa e testes ligados à iniciativa privada. Os projetos internacionais, voltados para a OTAN e a UE, representam 70% dos projetos em andamento. Os produtos alemães têm a qualidade de oferecer sistemas de armas completos, proporcionando alta-tecnologia e interface entre os diversos sistemas e atendendo aos requisitos das operações militares correntes.

Do exposto, pode-se inferir que a condição econômica não é favorável ao ambiente geral das exportações de produtos de defesa alemão. Verificou-se que a iniciativa privada é predominante, atendendo ao segundo fator estabelecido, neste estudo, para a condição econômica, contudo esta iniciativa privada não conta com o apoio governamental para produção (subsídios e incentivos) e para a promoção comercial dos produtos de sua indústria de defesa. Na Alemanha, pois, a condição econômica do ambiente geral para as exportações de produtos de defesa está “ausente”.

---

<sup>47</sup> “Germany sent its Minister of Economics and Minister of Foreign Affairs to India, which is expected to spend \$80 billion between 2012 and 2022 to upgrade its military. Meanwhile France was represented by President Sarkozy, the U.S. by President Obama, and Russia by President Dmitry Medvedev, making those governments that much more successful in procuring defense contracts for their industries” (RITZMANN, 2010, p. 30).

#### 4.3.4 França

A França por intermédio do Ministério da Defesa, mais especificamente pela Diretoria Geral do Armamento (DGA), exerce controle sobre toda a estrutura produtiva da indústria de defesa francesa. De acordo com o relatório do congresso norte-americano sobre a indústria de defesa francesa (ESTADOS UNIDOS, 1992, p. 1), aproximadamente quatro quintos (80%) da indústria de defesa francesa era controlada e gerenciada pelo Estado.

“O governo francês se engaja em planejamentos de longo prazo para sua indústria de defesa, com orientações administrativas para assegurar a saúde financeira e tecnológica desta indústria. Em contraste, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos confia, primeiramente, nos mecanismos de mercado, em vez de proporcionar investimentos governamentais”<sup>48</sup> (ESTADOS UNIDOS, 1992, tradução nossa).

A vantagem das empresas controladas pelo governo francês é que não enfrentam a mesma pressão por retornos de curto prazo como acontece com a indústria privada. Além disso, as empresas ligadas ao governo obtêm empréstimos e subsídios que as empresas privadas não receberiam (ESTADOS UNIDOS, 1992, p. 8).

O Livro Branco de Defesa francês (FRANÇA, 2008, p. 281) afirma que já não se justifica uma lógica de empresas estatais e que, naturalmente, o Estado evoluirá, de acordo com as necessidades, em direção a uma lógica de influência sobre as empresas. Com efeito, o Estado francês dispõe de inúmeros instrumentos que permitem fazer valer suas orientações estratégicas, especialmente por ser ele, Estado, o principal cliente.

Outra proposta existente no Livro Branco francês é a ampliação das parcerias no âmbito da União Europeia, para isso sugere que “a harmonização das necessidades militares dos países europeus condicionará a racionalização da indústria europeia.”<sup>49</sup> (FRANÇA, 2008, p. 265, tradução nossa).

---

<sup>48</sup> “The French Government engages in long-term planning and various forms of administrative guidance to ensure the financial and technological health of the defense industry. In contrast, the U.S. Department of Defense relies primarily on market mechanisms rather than government intervention” (ESTADOS UNIDOS, 1992).

<sup>49</sup> “l’harmonisation des besoins militaires des pays européens conditionnera la rationalisation de l’industrie européenne”. (FRANÇA, 2008, p. 265)

Quanto à pesquisa e ao desenvolvimento, o Livro Branco de Defesa francês revela que ela representa de 10 a 20 % dos recursos dos dez maiores grupos da indústria de defesa francesa, os quais empregam em suas áreas de pesquisa cerca de vinte mil pesquisadores. Das pesquisas financiadas pelo Ministério da Defesa, aproximadamente 60% são direcionadas para as empresas civis (FRANÇA, 2008, p. 262 e 270).

Além disso, o Livro Branco de Defesa francês orienta o Estado a definir com antecedência suas estratégias de aquisição no longo prazo, permitindo as empresas planejar sua inserção no mercado mundial. Para elaborar estas estratégias, o Ministério da Defesa deve contar com técnicos e economistas que conheçam a indústria (FRANÇA, 2008, p. 272).

Com relação às exportações, a Indústria de Defesa francesa depende amplamente delas para amortizar os custos e permitir a produção de armas. A DGA é dividida em dois setores: a Delegação de Programas de Armas (DPA) e a Delegação de Relações Internacionais (DRI). A DPA estabelece os requisitos e o planejamento para ciclos orçamentários de cinco anos. A DRI, por sua vez, negocia a venda internacional de armas e os acordos para produção e desenvolvimento de armas em colaboração com outros países. A fim de facilitar as exportações, a DRI providencia crédito financeiro para os compradores estrangeiros, garante empréstimos e provê seguro para as empresas e os bancos, em face do elevado risco representado pelo comércio de produtos de defesa (ESTADOS UNIDOS, 1992).

O Livro Branco francês, de seu lado, reconhece a dificuldade atual do mercado internacional de armas, especialmente com o surgimento de novos exportadores, e estabelece que é necessária uma política pública de apoio às empresas da área de defesa para que possam exportar. Assim, o documento afirma que, em se tratando de exportações, a França promoverá a presença e a oferta das empresas nacionais nos mercados exteriores (FRANÇA, 2008, p. 279 e 280).

Portanto, a França apresenta uma política ostensiva de apoio à sua base industrial de defesa, por meio de incentivos e subsídios, além da orientação às empresas para o planejamento da produção. Há uma predominante participação da iniciativa privada na pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa, com forte incentivo estatal. E, por fim, o Estado francês avoca a si a promoção e abertura de

mercados no exterior para as suas empresas. Na França, portanto, a condição econômica do ambiente geral das exportações de produtos de defesa está “presente”, com a observância dos três fatores elencados para caracterizá-la.

#### 4.3.5 Reino Unido

De acordo com a estratégia para a indústria de defesa britânica (REINO UNIDO, 2005, p. 5), o Estado fornece o apoio necessário para que as empresas nacionais desenvolvam suas potencialidades e sejam competitivas internacionalmente.

“O governo proporciona as condições para que ambiente empresarial seja atrativo, incluindo:

- estabilidade política e econômica;
- liderança em ciência e tecnologia, inclusive com investimentos direcionados pelo Ministério da Defesa;
- forte apoio industrial com recursos financeiros, serviços e promoção comercial;
- mão de obra altamente especializada e flexível; e
- **apoio específico para a Indústria de Defesa, incluindo Organização e Serviços para as Exportações de Defesa**”<sup>50</sup> (REINO UNIDO, 2005, p. 5, grifo e tradução nossos).

Além disso, a estratégia britânica contempla a possibilidade de receber investimentos de outros países, bem como utilizar componentes estrangeiros, uma vez que as necessidades do Ministério da Defesa não são totalmente preenchidas pela indústria nacional (REINO UNIDO, 2005, p. 7).

Este documento também admite que as empresas são cada vez mais transnacionais, por isso orienta o governo britânico a atrair e reter investidores estrangeiros, forçando uma crescente eficiência, reestruturando e racionalizando a estrutura da produção industrial britânica. A estratégia para a indústria de defesa destaca que “a própria indústria de defesa do Reino Unido, tendo sido incentivada a

---

<sup>50</sup> “The Government helps sustain an attractive overall business environment, including:

- a stable macro-economic and political environment;
- leadership in science & technology, including by targeted MOD investment;
- strong support industries in finance, business services, design and marketing;
- a highly skilled and flexible labour force; and
- **specific support to the Defence industry, including the Defence Export Services Organisation** (REINO UNIDO, 2005, p. 5, grifo nosso).

ampliar sua produtividade no mercado doméstico, obteve sucesso em se inserir no mercado internacional de armas”<sup>51</sup> (REINO UNIDO, 2005, p. 15, tradução nossa).

A estratégia britânica para sua indústria de defesa tem como um dos objetivos ampliar o acesso de produtos britânicos ao mercado internacional. O governo pode auxiliar essa meta, criando um marco regulatório adequado, bem como investindo no desenvolvimento de produtos que atendam aos requerimentos de outros países, o que poderá facilitar a inserção no mercado externo. Além disso, a estratégia preconiza que as empresas britânicas devem estar atentas às oportunidades de investimento em outros mercados como já ocorre com algumas empresas britânicas nos Estados Unidos, onde são fornecedoras de subsistemas para as gigantes norte-americanas, tendo acesso a novas tecnologias (REINO UNIDO, 2005, p. 17).

Apesar de induzir a indústria local à internacionalização, a estratégia britânica deixa claro sua política de preservar o domínio de tecnologias críticas.

“Nós devemos manter um apropriado grau de soberania sobre as habilidades, capacidades, conhecimentos e tecnologias para assegurar a independência operacional e fazer face àquelas operações para as quais devemos estar aptos a conduzir”<sup>52</sup> (REINO UNIDO, 2008, p. 17, tradução nossa).

O governo britânico presta, segundo a estratégia britânica para a indústria de defesa, ativo apoio às exportações, incluindo as ações do Departamento para Garantia de Créditos para as Exportações (“Export Credits Guarantee Department”) e da Organização e Serviços para as Exportações de Defesa (“Defence Export Services Organisation”). Além disso, encoraja a inovação por meio de incentivos fiscais, reduzindo os impostos das firmas pesquisadoras (REINO UNIDO, 2005, p. 35).

À luz da Estratégia Britânica para sua Indústria de Defesa, conclui-se que a condição econômica do ambiente geral das exportações está “presente”. Há uma política de apoio à indústria de defesa, por meio de incentivos à pesquisa e às exportações. O Ministério da Defesa coordena as requisições e o planejamento de

---

<sup>51</sup> “UK industry itself, which having been incentivised to increase productivity in the domestic market has been so successful in winning business abroad” (REINO UNIDO, 2008, p. 15).

<sup>52</sup> “We must maintain the appropriate degree of sovereignty over industrial skills, capacities, capabilities and technology to ensure operational independence against the range of operations that we wish to be able to conduct” (REINO UNIDO, 2008, p. 15).

pesquisa e desenvolvimento das indústrias privadas, proporcionando melhores condições de competitividade local e internacional.

#### 4.3.6 Conclusão Parcial

Com o estudo realizado, pode-se continuar o preenchimento da tabela de comparação (Tabela 3, do Cap 2) no que se refere à condição ou variável econômica (ECO) do ambiente geral para as exportação de produtos de defesa. A condição mostrou-se “presente” (valor 1) nos Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido, e , por outro lado, mostrou-se “ausente” ( valor 0), na Alemanha.

#### 4.4 CONDIÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA (C&T)

A condição ou variável científico-tecnológica que afeta o ambiente geral das exportações de produtos de defesa, no presente trabalho, foi caracterizada por três fatores:

- fator 1: incentivo governamental à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais do setor;
- fator 2: estabelecimento de parcerias estratégicas com outros países para compartilhar tecnologias; e
- fator 3: integração dos setores de pesquisa e desenvolvimento ligados ao Ministério da Defesa, às empresas e às universidades.

Ressalta-se que, em termos de produtos de alta tecnologia, de acordo com o Banco Mundial, o grupo dos EURAFRU era responsável, em 2005, por 31% das exportações mundiais (Tabela 16).

Tabela 16 – Exportações de produtos de alta tecnologia

PAÍS	EXPORTAÇÕES E PARTICIPAÇÃO MUNDIAL				
	1990 (US\$ Bi)	2000		2005	
		(US\$ Bi)	Part (%)	(US\$ Bi)	Part (%)
BRASIL	1,16	5,94	0,5	8,03	0,5
ESTADOS UNIDOS	90,92	196,70	17,1	190,86	12,1
RÚSSIA	-	4,19	0,4	3,70	0,2

Continua

Tabela 16 – Exportações de produtos de alta tecnologia

PAÍS	EXPORTAÇÕES E PARTICIPAÇÃO MUNDIAL					Conclusão
	1990 (US\$ Bi)	2000		2005		
		(US\$ Bi)	Part (%)	(US\$ Bi)	Part (%)	
ALEMANHA	39,21	82,71	6,38	142,45	9,0	
FRANÇA	25,96	58,04	5,0	69,66	4,4	
REINO UNIDO	34,58	69,92	5,4	82,84	5,3	

Fonte: Banco Mundial (2010)

Nota: Dados trabalhados pelo autor e referenciados em dólares correntes.

Refere-se ao setor aeroespacial, computação, farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas elétricas.

Quanto aos investimentos nacionais em pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa, conforme a Tabela 17, verifica-se que a participação da iniciativa privada é muito relevante, particularmente na Alemanha, França e Reino Unido.

Tabela 17 - Investimento em P&amp;D de produtos de defesa (2004)

PAÍS	Investimento total em P&D (Bilhões US\$)	Investimento total em P&D em defesa (Bilhões US\$)	Investimento Público em P&D em defesa (%)	Investimento Privado em P&D em defesa (%)
Estados Unidos	312,5	54,1	56	44
Rússia	16,5	4,0	40	60
Alemanha	58,7	1,0	6	94
França	39,7	3,5	23	77
Reino Unido	33,7	3,4	32	68

Fonte: SIPRI (Yearbook 2006)

#### 4.4.1 Estados Unidos

A liderança norte-americana em ciência e tecnologia é uma realidade reconhecida mundo afora e, de acordo com a Estratégia de Segurança Nacional daquele país, o governo deve dar continuidade na expansão das parcerias e da cooperação nesta área. O documento também afirma que o governo estadunidense restabelecerá os programas de assistência externa e desenvolverá uma estratégia para o desenvolvimento científico internacional (ESTADOS UNIDOS, 2010, p. 31).

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos possui uma agência vinculada à Secretaria de Aquisições, Tecnologia e Logística, a DARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançados para a Defesa – *Defense Advanced Research Projects*

Agency). Ela foi estabelecida em 1958 com o objetivo de manter a superioridade tecnológica das Forças Armadas norte-americanas. Para atingir este objetivo, a agência desenvolve projetos nos campos da biologia, medicina, ciência da computação, química, física, engenharia, matemática, ciência dos materiais, neurociência, entre outras, coordenando e integrando os centros de pesquisa de defesa do governo, das universidades e das indústrias para evitar a duplicação desnecessária de esforços (DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS, 2011).

A Estratégia de Segurança dos Estados Unidos prevê, ainda, que o país trabalhará com parcerias que abrangem desde o setor privado, passando por organizações não lucrativas e alcançando as universidades, de forma a promover a educação e as carreiras ligadas à área de ciência e tecnologia (ESTADOS UNIDOS, 2010, p. 29).

De acordo com Gansler (2001, p. 7), para que se possa aproveitar todos os avanços tecnológicos que ocorrem no mundo comercial, e que se espalham rapidamente, não pode haver barreiras para a integração civil-militar, bem como para a globalização do setor de defesa. Entretanto, o autor reconhece que algumas áreas críticas e estratégicas devem ser protegidas.

A cooperação para a pesquisa e desenvolvimento também ocorre em nível internacional como exemplifica Brauer (2004) ao citar a união da norte-americana *Lockheed-Martin* e da britânica *British Aerospace* para produzir o caça (JSF/F 35 - *Joint Strike Fighter*). Essa política de busca por parcerias internacionais é confirmada pelas palavras do Dr. Jacques Gansler, antigo Subsecretário de Defesa para Aquisições, Tecnologia e Logística: “Hoje não há uma única arma dos Estados Unidos que não tenha componentes estrangeiros – e eles são selecionados não por ser mais baratos, mas por serem melhores”<sup>53</sup> (RITZMANN, 2010, p. 34, tradução nossa).

As respostas ao formulário enviado à aditância militar dos Estados Unidos revelaram que nos Estados Unidos há incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Além

---

<sup>53</sup> “Today there is not a single U.S. weapons system that doesn’t have foreign parts in it—and they are selected because they are better, not because they are cheaper” (RITZMANN, 2010, p. 34).

disso, as atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades<sup>54</sup>.

Assim, pode-se inferir que os Estados Unidos possuem política de incentivo governamental à inovação e à melhoria no setor de defesa. Para tal há uma coordenação dos esforços de todos os setores de pesquisa e desenvolvimento, civis e militares, o que evita a duplicidade e a dispersão de forças. Além disso, ressalta-se a busca por parcerias estratégicas com outros países no sentido de aperfeiçoar a qualidade e a competitividade dos produtos de defesa norte-americanos. Portanto, a condição científico-tecnológica, no ambiente geral das exportações de produtos de defesa norte-americano, está “presente”.

#### **4.4.2 Rússia**

De acordo com Blank (2007, p.55), a indústria de defesa russa incorpora, hoje, os principais projetos de alta tecnologia do país. Cerca de 75% da pesquisa e desenvolvimento russa ocorre no setor de defesa, considerado o ponto inicial do processo e da política de inovação no país. Além disso, o autor ressalta que os russos depositam a esperança de reviver o desenvolvimento econômico do passado na capacidade de inovação do setor de defesa.

Gonshar (2000, p. 38) afirma que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento das indústrias de defesa russas dependem, em grande medida, das exportações. Este mesmo autor indica que a integração e a cooperação entre os setores civil e militar na Rússia, no que se refere à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias militares, não são comuns. As empresas civis que participam da atividade são controladas pelo Estado.

Blank (2007, p.1), de seu lado, considera que as empresas que desenvolvem projetos estratégicos para o setor de defesa russo são subsidiadas pelo governo federal. Contudo, elas também dependem das exportações para dar continuidade aos projetos de pesquisa e desenvolvimento com vistas a modernizar seus produtos.

A agência estatal Rosoboroneksport (ROE) tornou-se, durante a administração do Presidente Vladimir Putin, uma espécie de articuladora da base industrial para o Ministério da Defesa russo. A ROE centraliza todo o processo de coordenação de

---

<sup>54</sup> Respostas enviadas ao autor via Formulário Eletrônico respondido em 30 de janeiro de 2012.

pesquisa e desenvolvimento, produção e exportação, para isso tem a liberdade de buscar por recursos em instituições financeiras nacionais e internacionais (BLANK, 2007, p. 63).

A estratégia militar russa, divulgada em 2010, determina que o complexo industrial de defesa deve aperfeiçoar o sistema de cooperação interestatal na esfera de desenvolvimento, produção e manutenção de armamentos e equipamentos militares (RÚSSIA, 2010, p. 18). Blank (2007, p. 42) assevera que China e Índia possuem empresas conjuntas com a Rússia, sendo ambos os países parceiros russos em inúmeros projetos, como o míssil nuclear fabricado pela Brahmos, empresa indiana que absorveu tecnologia russa.

Um dos fundamentos do complexo industrial de defesa russo é o da preservação do controle estatal sobre organizações estratégicas do setor. Para isso, a estratégia militar russa preconiza o desenvolvimento de tecnologias críticas, tanto no âmbito militar como no civil, com a finalidade de melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos de defesa russos, contudo tais atividades devem ser controladas pelo Estado (RÚSSIA, 2010, p. 39).

De acordo com a aditância militar junto à Embaixada brasileira na Rússia<sup>55</sup>, os russos só agora estão começando a perceber a importância do desenvolvimento de tecnologias com emprego dual. Sob a égide soviética, viam-se equipamentos militares sofisticados e a população sem ter acesso aos "confortos tecnológicos modernos". Hoje, o sistema de navegação russo Glonass pode ser considerado um exemplo dessa tentativa de se fazer tecnologias de emprego dual.

Portanto, em termos de condição científico-tecnológica do ambiente geral das exportações de produtos de defesa, pode-se concluir que, na Rússia, a condição está "presente". Há incentivo, coordenação e controle governamental para o desenvolvimento de novas tecnologias militares. A agência Rosoboroneksport, vinculada ao Ministério da Defesa, controla todas as empresas civis e militares que operam no setor de defesa. Existem, ainda, parcerias estratégicas com outros países, em especial Índia e China, o que permite o intercâmbio na área de pesquisa e desenvolvimento, bem como produção de material de defesa competitivo internacionalmente.

---

<sup>55</sup> Respostas concedidas ao autor via formulário eletrônico em 30 de dezembro de 2011.

#### 4.4.3 Alemanha

Schmoch (2006, p. 273) afirma que, na Alemanha, o diversificado e amplo conhecimento científico-tecnológico já desenvolvido pelas empresas proporciona a possibilidade do governo federal reduzir os investimentos diretos em pesquisa, esta atividade ocorre normalmente financiada pelas próprias empresas privadas. Portanto, o governo alemão pouco incentiva o investimento no setor de defesa, uma vez que a cultura empresarial germânica garante investimentos suficientes para manter o país dentre os líderes no desenvolvimento de tecnologias de ponta.

Quanto a parcerias com outros países, Seibertz (2010, p. 9) admite que a cooperação europeia em termos de pesquisa e desenvolvimento na área de tecnologia militares é pequena. Há inúmeras redundâncias que diluem os recursos escassos disponibilizados para o setor. Conforme o autor, não raro, há uma dúzia de indústrias europeias envolvidas em determinados projetos e todas tentam desenvolver a mesma nova tecnologia.

Hartley (2001), por seu lado, afirma que as indústrias de defesa europeias, após a Guerra Fria, responderam à ameaça competitiva das gigantes norte-americanas, executando fusões para criar grupos maiores. Um dos grupos que surgiu foi a EADS (European Aeronautic, Defense and Space Company), a empresa é uma fusão da Aerospatiale-Matra (França), Daimler-Chrysler Aerospace Agency (Dasa: Alemanha) e Construciones Aeronauticas SA (CASA: Espanha) e uma *joint venture* com a Finmeccanica (Alenia Aeronautics: Itália). O grupo EADS é integrado horizontalmente, sendo que em termos aeroespaciais representa amplos interesses civis e inclui, ainda, empresas estatais.

Para Brzoska (2007, p. 22), a Alemanha é um exemplo da integração dos setores civil e militar na pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa. Segundo este autor, desde a década de 1950, a maior parte das pesquisas militares acontecia em empresas privadas como já foi exemplificado com as fábricas Siemens e Daimler-Benz. As capacidades tecnológicas desenvolvidas sob contratos militares de pesquisa foram combinadas com tecnologias desenvolvidas para propósitos civis, na medida em que as exigências de confidencialidade permitiam.

O papel da pesquisa militar, neste país, de acordo com Brzoska (2007), decresceu ainda mais, após o fim da Guerra Fria. A pesquisa militar tem por

finalidade cobrir a falta de eventuais tecnologias de interesse militar e que não estejam disponíveis no mercado.

De acordo com Ritzmann (2010, p. 29), o ministério da defesa germânico define os requisitos que constituem o *core* de capacidades mais apropriadas. Isto proporciona uma orientação para o planejamento das indústrias que produzem material de defesa.

Na Alemanha, portanto, a condição científico-tecnológica que caracteriza o ambiente geral das exportações está presente. Não obstante o governo não estimular ostensivamente a pesquisa e o desenvolvimento de produtos de defesa, a iniciativa privada é responsável por 90% dos investimentos no setor, conforme apresentado na Tabela 17, no item 4.4. O país possui parcerias, particularmente, no âmbito da União Europeia. E, por fim, a Alemanha adota como estratégia para a pesquisa a integração civil-militar para o desenvolvimento de novas tecnologias, o que ocorre de forma coordenada pelo Ministério da Defesa.

#### **4.4.4 França**

A Delegação Geral para o Armamento (DGA - *Delegation Generale pour l'Armement*), instituição vinculada ao Ministério da Defesa francês, é responsável por fornecer os requisitos necessários à indústria francesa e também por negociar com outros países projetos de produção. Este objetivo vem sendo perseguido por meio da colaboração em programas de pesquisa e desenvolvimento, alianças estratégicas, aquisição de firmas estrangeiras e fusões internacionais (ESTADOS UNIDOS, 1992).

De acordo com a aditância de defesa junto à Embaixada brasileira na França, o governo francês não oferece incentivos diretos para a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias na área de defesa<sup>56</sup>. Entretanto, há uma coordenação federal das ações de pesquisa.

Diferente da Alemanha, onde a pesquisa de novas tecnologias é conduzida por ministérios civis, na França a pesquisa na área de defesa tem como principal responsável a Diretoria de Pesquisa, Estudos e Técnicas (DRET/DGA). Esta

---

<sup>56</sup> Informações concedidas ao autor por meio de formulário eletrônico (questionário), em 12 de dezembro de 2011.

organização é análoga à DARPA norte-americana (U.S. Defense Advanced Research Projects Agency) (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Quanto às parcerias com outros países, o Livro Branco francês destaca a necessidade de a Agência Europeia de Defesa<sup>57</sup> levantar os requisitos comuns aos Estados-membros da União Europeia e coordenar um processo integrado de pesquisa e desenvolvimento. A França se compromete a apresentar à agência projetos mobilizadores, inclusive aumentando o orçamento destinado à pesquisa (FRANÇA, 2008, p. 271).

Um aspecto importante para incentivar a integração civil-militar é que o governo francês não impõe barreiras legais, regulatórias ou contábeis para combinar atividades civis e militares em uma mesma instalação. O cuidado que é tomado se refere às restrições de segurança e às especificações militares (ESTADOS UNIDOS, 1992).

De acordo ainda com o relatório do Congresso norte-americano, o governo francês apresenta uma visão ampla acerca da defesa nacional, compreendendo as forças militares, a defesa civil e suas estruturas econômica e industrial. Além disso, a política para a Indústria de Defesa encontra-se integrada com as políticas industriais, econômicas e sociais.

Portanto, a condição científico-tecnológica para o ambiente da indústria de defesa está “presente” na França. O governo francês busca estabelecer parcerias com outros países por intermédio da DGA, particularmente com Estados-Membros da União Europeia. Além disso, possui um órgão responsável por orientar e coordenar o esforço de pesquisa realizado pelas empresas para que as necessidades de defesa francesas sejam atendidas.

#### **4.4.5 Reino Unido**

A Política Industrial de Defesa britânica (REINO UNIDO, 2002, p. 18 e 19) aponta que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias são fator crítico para a prosperidade da indústria de defesa. Assim, cabe ao governo

---

<sup>57</sup> A Agência Europeia de Defesa foi criada em 2004 e apresenta quatro objetivos: desenvolver capacidades europeias; promover a cooperação entre os Estados membros; promover a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na área de defesa; e desenvolver ferramentas para uma base industrial competitiva que terá como principal mercado a Europa (RITZMANN, 2010, p. 22).

e às empresas especializarem-se, fazendo escolhas difíceis, quando necessário, para canalizar os recursos disponíveis para aquelas áreas de maior importância militar, auxiliando a indústria a competir globalmente.

Esta política também estabelece que o Ministério da Defesa desenvolva propostas para novas tecnologias estratégicas e uma política de parceria com a indústria com o objetivo de gerenciar o esforço industrial. Os britânicos consideram que a indústria e a universidade são fundamentais, uma vez que o Ministério da Defesa possui apenas uma pequena capacidade interna de pesquisa e desenvolvimento, o Laboratório de Ciência e Tecnologia de Defesa (DSTL - *Defence Science and Technology Laboratory*).

Quanto ao estabelecimento de parcerias com outros países, a Política Industrial de Defesa britânica prioriza a União Europeia e a Aliança Atlântica com os Estados Unidos. De acordo com esta política, a colaboração é um importante meio de preencher lacunas na base tecnológica nacional. Para isso, em termos de Europa, a política britânica sugere que se deve evitar a duplicação e redundância nas pesquisas para maximizar os recursos regionais. Quanto aos Estados Unidos, o Reino Unido admite a superioridade norte-americana e busca, por meio da aliança, obter tecnologias fundamentais para a competitividade da indústria de defesa nacional.

Assim, conclui-se que no Reino Unido a condição científico-tecnológica encontra-se “presente”. O Ministério da Defesa tem papel fundamental na articulação dos investimentos, na integração das diversas instituições nacionais de pesquisa e na busca por parcerias internacionais.

#### **4.4.6 Conclusão Parcial**

Do exposto, a continuação do preenchimento da tabela comparativa (Tabela 3, do Cap 2), no que se refere à condição ou variável científico-tecnológica (C&T) do ambiente de exportação de produtos de defesa, revela que ela se mostrou “presente” (valor 1) nos cinco países em estudo.

#### 4.5 CONDIÇÃO ESTRATÉGICO-MILITAR (MIL)

De acordo com o Manual de Estratégia (BRASIL, 2001a), a estratégia estabelece o caminho para atingir os objetivos fixados pela política. Em termos gerais, ela se ocupa dos caminhos a seguir e dos meios que vai dispor, cria a forma de traduzir e de impor a vontade política, define opções, propõe a mais favorável, considerando para tanto: recursos, prioridades e riscos a correr na implementação da decisão tomada.

A condição estratégico-militar, para este trabalho, foi analisada à luz de três fatores:

- fator 1: a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as Forças Singulares;

- fator 2: a aquisição de produtos da indústria de defesa nacional pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial; e

- fator 3: a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa).

##### 4.5.1 Estados Unidos

Seibertz (2010, p. 23) acredita que a habilidade para oferecer sistemas de armas complexos é particularmente importante quando se planeja o desenvolvimento de novos equipamentos. A tecnologia deve ser compatível e ter interface com outros sistemas de armas para suprir as demandas atuais como, por exemplo, os conflitos centrados em rede ou as operações internacionais.

Adams (1998, p. 14) afirma, de seu lado, que é improvável que a indústria de defesa torne-se uma indústria normal.

Deutch (2001, p. 147) assevera que o Departamento de Defesa norte-americano deve estabelecer uma clara política para dimensionar a indústria de defesa nacional às reais necessidades sob pena de que os recursos destinados à defesa sejam insuficientes para a sustentabilidade do setor. Gansler (2007, p. 14) corrobora com a assertiva, afirmando que o Departamento de Defesa, depois das despesas extraordinárias que marcaram o período pós 11 de setembro, precisa

ter uma visão muito clara das reais necessidades de produtos de defesa para manter a segurança do país.

O Departamento de Defesa norte-americano coordena e controla todo o sistema de aquisições, delineando os novos requisitos, para o desenvolvimento, teste e manutenção de produtos, serviços e sistemas de defesa (DEUTCH, 2001, p. 149).

Com relação aos testes de qualquer novo equipamento, o Departamento de Defesa norte americano, de acordo com Gansler (2007, p. 7), adota como um dos parâmetros críticos de desempenho: a interoperabilidade. O sistema apresentado deve, com efeito, permitir a interação com os outros sistemas em uso. Além disso, o autor lembra que o ciclo de pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa que atualmente é de 15 a 20 anos, precisará sofrer um processo de transformação para que o período de tempo dedicado ao ciclo seja reduzido, podendo, até mesmo, ser executado em alguns meses.

Em termos de aquisição planejada e permanente para garantir previsibilidade à indústria, Deutch (2001, p. 144) atesta que o Congresso norte-americano toma parte da decisão sobre o orçamento destinado à defesa, em particular para o investimento na indústria de defesa. Para o autor, o enfraquecimento da indústria de defesa nacional não é do interesse nacional.

Para Deutch (2001, p. 146), o debate acerca do redimensionamento da base industrial de defesa implica a definição das ameaças, bem como da natureza e da organização das forças necessárias para se contrapor a elas, garantindo a defesa nacional. Critérios financeiros e de mercado, defende o autor, não podem ser utilizados para definir a base industrial de defesa mais apropriada.

As respostas fornecidas ao formulário eletrônico pela aditância militar brasileira nos Estados Unidos confirmam que o Departamento de Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares<sup>58</sup>. Além disso, o governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Também se verifica que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos

---

<sup>58</sup>Informações concedidas ao autor por meio de formulário eletrônico (questionário), em 31 de janeiro de 2012.

setores da sociedade norte-americana que apresenta uma destacada cultura de defesa.

Portanto, a condição estratégico-militar encontra-se presente nos Estados Unidos. O Departamento de Defesa é protagonista na orientação ao desenvolvimento de novos produtos, priorizando a interoperabilidade em suas avaliações técnicas. O Congresso, leia-se a sociedade norte-americana, é o responsável por aprovar os orçamentos de defesa, buscando manter uma base industrial de defesa compatível com as ameaças ao país. Além disso, no Congresso, têm sido debatidos os procedimentos para desenvolvimento e aquisição de armamentos pelos Estados Unidos, demonstrando a maturidade da cultura de defesa no âmbito da sociedade norte-americana.

#### **4.5.2 Rússia**

Gonchar (2000, p. 13) destaca que o Ministério da Defesa russo é responsável por centralizar as aquisições para as forças armadas russas. Para Blank (2007, p. 48), a Rosoboroneksport (ROE) é mais do que uma vendedora de armas. Ela monopoliza o controle estatal sobre a indústria de defesa russa, uma vez que o setor de defesa, assim como o setor de energia, é vital para a economia russa. Uma das reformas implementadas pelo ex-presidente Vladimir Putin foi a centralização em uma única agência do levantamento dos requisitos para os novos produtos de defesa russos.

A aditância militar junto à Embaixada brasileira na Rússia corrobora com esta informação, afirmando que o Ministério da Defesa russo possui o Serviço Federal de Encomenda Estatal, cuja função é justamente definir o quê se pretende adquirir para as Forças Armadas russas<sup>59</sup>.

Blank (2007, p. 40) afirma que a excessiva dependência do Estado e a militarização das estruturas tornam o sistema pouco funcional e competitivo. Com isso, a indústria de defesa russa pode permanecer competitiva apenas em setores tradicionais: nuclear, laser e tecnologia espacial e satelital.

---

<sup>59</sup> Resposta concedida ao autor por meio do preenchimento de formulário eletrônico em 29 de dezembro de 2011.

Gonchar (2000, p. 20) indica que é normal os russos afirmarem que a indústria de defesa traz externalidades positivas para a sociedade, particularmente em termos de novas tecnologias, tornando-se um dos motores do desenvolvimento. Contudo, havia na década de 1990, uma sensação de que a produção era excessiva e que uma reestruturação era necessária.

A aditância militar brasileira na Rússia ressalta, ainda, que o tema “defesa” é bastante explorado na imprensa local, demonstrando a relevância e a importância do assunto para a sociedade russa.

A condição estratégico-militar encontra-se, pois, “presente” no ambiente geral para as exportações de produtos de defesa na Rússia. O Ministério da Defesa controla todo o processo de obtenção de novos produtos. A aquisição local de produtos de defesa é considerada fundamental para a sustentabilidade da economia russa, uma vez que a defesa é um dos pilares desta economia. A maioria da sociedade russa apoia essa particularidade.

#### **4.5.3 Alemanha**

De acordo com Ritzmann (2010, p. 29), o Ministério da Defesa germânico inclui como critério para a definição dos requisitos operacionais conjuntos, algumas capacidades de defesa consideradas como capitais. Isto oferece à indústria de defesa nacional uma orientação para o planejamento e desenvolvimento de novos produtos. Seibertz e col. (2010, p. 24) corroboram, afirmando que a Divisão de Armamento do Ministério da Defesa é responsável por planejar, controlar e supervisionar as indústrias de defesa alemãs.

Ritzman (2010, p. 10) ainda assevera que o governo federal alemão procura identificar e selecionar aquelas empresas consideradas estratégicas. Para elas, há o apoio orçamentário. Já para as indústrias de defesa não consideradas estratégicas, o governo alemão determina que estejam abertas à concorrência do mercado, buscando a cooperação internacional, quando possível, para ampliar e diversificar seus mercados.

Ritzmann (2010, p. 8) afirma também que as forças armadas alemãs têm sido o principal e mais importante cliente da indústria de defesa local. O Estado tem dado,

há mais de vinte anos, diretrizes daquilo que ele quer da indústria de defesa, em termos de produtos e dimensão.

As exportações, segundo Ritzmann (2010, p. 9), são essenciais à indústria alemã. Entretanto, a indústria considera que as aquisições pelas forças armadas alemãs representam uma referência importante para que outros potenciais clientes tenham interesse nos produtos alemães. Para o autor, a Alemanha é altamente competitiva em submarinos não nucleares, sistemas de armas terrestres, mísseis, armas leves e munição.

Para Adams (1998, p. 39), qualquer país que tenha uma indústria de defesa competitiva percebe ela como uma parte importante de sua soberania. Por outro lado, a aditância de defesa brasileira na Alemanha afirma que a indústria alemã tem uma política agressiva de exportação de produtos de defesa, em especial nestes tempos de crise com o esvaziamento do setor militar europeu e redução das forças armadas de diversos países. Na contramão de fabricantes, entretanto, existe forte pressão da sociedade civil para restringir a exportação de armas, em particular para nações que não sejam consideradas democráticas<sup>60</sup>.

Pode-se inferir que, na Alemanha, não obstante a sociedade ser contrária as exportações de produtos de defesa para certos países, a condição estratégico-militar para o ambiente geral das exportações encontra-se presente. O Ministério da Defesa centraliza todo o processo de orientação às empresas do setor para o desenvolvimento de novos produtos, bem como a aquisição por parte do governo local é percebida como uma forma de alavancar as exportações alemãs.

#### **4.5.4 França**

O livro Branco de Defesa francês (FRANÇA, 2008, p. 286) revela que, não obstante o Ministério da Defesa ter um planejamento detalhado para o orçamento de defesa, a execução orçamentária tem sido aquém do que foi identificado como prioridade para a modernização dos produtos de defesa.

A França, entretanto, procura dar ênfase à identificação e à preservação de projetos e capacidades produtivas consideradas essenciais e estratégicas. De

---

<sup>60</sup> Informação prestada ao autor por meio de formulário eletrônico respondido em 16 de dezembro de 2011.

acordo com relatório norte-americano (ESTADOS UNIDOS, 1992, p. 10), os franceses consideram a indústria de defesa um tema de importância central para a postura independente do país em termos de políticas de defesa e de tecnologia.

A estrutura da base industrial de defesa francesa inclui todos os serviços e organizações dentro do Ministério da Defesa que é responsável pela pesquisa, desenvolvimento e produção dos equipamentos de defesa. Os programas de aquisição e de exportação de armas são de responsabilidade da Delegação Geral do Armamento (DGA), uma agência que centraliza os requisitos operacionais conjuntos no âmbito do Ministério da Defesa. A DGA atua como intermediária entre as autoridades políticas, a indústria de defesa e os militares (ESTADOS UNIDOS, 1992).

De acordo ainda com o relatório, o objetivo político nacional francês é manter a autonomia no desenvolvimento de produtos de defesa para o país. Tal política resulta na aquisição de quase todos os sistemas de armas em uso nas forças armadas francesas de fontes domésticas ou de *joint ventures* que comportam empresas francesas, mesmo quando alternativas superiores e mais baratas encontram-se disponíveis no mercado estrangeiro (ESTADOS UNIDOS, 1992).

Conforme a aditância de defesa brasileira na França, o governo francês procura delinear um plano de aquisições para proporcionar o mínimo de previsibilidade para as empresas nacionais<sup>61</sup>.

Deste modo é possível concluir que a condição estratégico-militar encontra-se “presente” no ambiente para exportação de produtos de defesa franceses. O Ministério da Defesa coordena toda a produção da indústria de defesa, garantindo a interoperabilidade e priorizando os projetos estratégicos à defesa do país. A aquisição para as Forças Armadas é planejada, priorizando a indústria francesa e fornecendo previsibilidade às empresas. Além disso, a sociedade francesa possui uma política de defesa que prioriza a indústria nacional do setor.

#### **4.5.5 Reino Unido**

---

<sup>61</sup> Informação concedida ao autor por meio de formulário eletrônico respondido em 21 de dezembro de 2011.

A Estratégia para a Indústria de Defesa britânica (REINO UNIDO, 2005, p. 31) preconiza três formas de o governo alavancar o setor: atuando como investidor, como planejador e como cliente.

Como investidor, o Estado prioriza a pesquisa de tecnologias estratégicas para desenvolver as capacidades necessárias à defesa nacional. Como planejador, o Estado deve identificar o ambiente estratégico e o mercado futuro para os produtos de defesa, contribuindo para que as empresas possam melhor delinear seus planos de negócios. E, como cliente, deve indicar com oportunidade quais os produtos e serviços de defesa que irá adquirir, proporcionando previsibilidade à indústria.

Além disso, a Estratégia britânica assevera que o governo, por intermédio dos Ministérios da Defesa, da Indústria e Comércio e da Fazenda, deve apoiar financeiramente a indústria de defesa nacional, garantindo a sustentabilidade do setor (REINO UNIDO, 2005, p. 32).

O Ministério da Defesa, assim, é responsável pela análise de cenários, o que inclui análise de inteligência, análise de ameaças atuais e futuras, análise operacional para estruturar as forças futuras, planos, formulação de políticas e decisões de aquisição de equipamentos. O Ministério admite que, sendo mais transparente sobre as futuras aquisições, ajuda a indústria a planejar em termos de longo prazo e a realizar investimentos mais acertados, trazendo benefícios para as Forças Armadas e para as empresas (REINO UNIDO, 2005, p. 39 e p.52).

Conforme a aditância de defesa brasileira no Reino Unido, o Estado, de forma integrada, gerencia a produção de material de defesa por meio de uma política planejada e de acordo com os objetivos nacionais. Estes objetivos são previamente analisados e divulgados mediante a elaboração de estudos individuais ou coletivos promovidos pelo Estado, em consonância com o nível político e coordenados pelo Secretário de Defesa<sup>62</sup>.

A aditância também afirma que o Ministério da Defesa atua como órgão integrador do poder militar, coordena a produção dos equipamentos necessários ao atendimento das necessidades de defesa em suas três vertentes (terra, mar e ar). Todo o processo é precedido de acurado estudo cientificamente embasado,

---

<sup>62</sup> Informação concedida ao autor por meio de formulário eletrônico respondido em 16 de dezembro de 2011

conduzido pelas universidades e órgãos privados de promoção de conhecimento, com o devido acompanhamento do setor público.

O Estado e as Forças Armadas são, conforme a aditância, patrocinadores da indústria de defesa britânica. Os contratos de terceirização de serviços militares para as Forças Armadas, quer seja em arsenais quer seja em oficinas de manutenção, são exemplos desta realidade.

A Estratégia Nacional de Segurança britânica (REINO UNIDO, 2010, p.5) afirma que qualquer estratégia para a segurança nacional deve começar com o papel que o país pretende representar no mundo moderno. Para proteger os interesses nacionais do próprio país, os britânicos asseveram ser indispensável projetar sua influência no mundo. Uma das formas elencadas para influenciar no mundo, é a manutenção de uma indústria de defesa capaz de desenvolver tecnologias avançadas que forneçam as capacidades essenciais às Forças Armadas britânicas.

A defesa é considerada pela sociedade e governos britânicos uma prioridade. A assertiva, contida na Estratégia Nacional de Defesa, demonstra esta percepção: “The security of our nation is the first duty of government. It is the foundation of our freedom and our prosperity” (REINO UNIDO, 2010, p. 9).

Portanto, a condição estratégico-militar encontra-se “presente” no Reino Unido. O Ministério da Defesa (Secretary of Defence) britânico coordena todo o processo de aquisição de produtos de defesa, garantindo a interoperabilidade e a adequação dos requisitos às capacidades elencadas por meio de estudo científico pormenorizado. O governo britânico esforça-se em planejar as aquisições de produtos de defesa para dar previsibilidade à indústria nacional. E, por fim, a sociedade britânica apresenta elevada percepção da importância da defesa e da indústria de defesa para o país.

#### **4.5.6 Conclusão Parcial**

Os dados permitiram inferir, parcialmente, que a condição estratégico-militar (MIL) do ambiente geral das exportações de produtos de defesa, assim como acontece com a condição Científico-Tecnológica (C&T), se faz “presente” nos cinco países que mais exportam PRODE.

#### 4.6 RESULTADO DA PESQUISA COM AS ADITÂNCIAS

As respostas das aditâncias brasileiras dos Estados Unidos, da Rússia, da Alemanha, da França e do Reino Unido tornaram possível colher o ponto de vista de profissionais militares que atuam junto aos maiores exportadores de produtos de defesa. Por meio de formulário eletrônico, foi solicitado que os adidos expusessem seu ponto de vista quanto à presença ou à ausência das condições analisadas nos itens de 4.2 a 4.5. A sistematização das respostas dos adidos encontra-se no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Sistematização das observações das aditâncias

AMBIENTE GERAL DAS EXPORTAÇÕES DE PRODE		PAÍSES				
Condições	Fatores associados	EUA	RUS	ALE	FRA	RU
1. POL	1.1. Realismo na política exterior	1	1	0	1	1
	1.2. Defesa Nacional (autônoma)	1	1	1	1	0
	1.3. Reservas a acordos assimétricos	1	0	0	0	1
<b>Presença/ ausência da condição político-legal (POL)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
2. ECO	2.1. Apoio estatal	1	1	0	1	1
	2.2. Participação da iniciativa privada	1	0	1	0	1
	2.3. Política de exportação específica para o setor	0	1	0	1	1
<b>Presença/ ausência da condição econômica (ECO)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
3. C&T	3.1. Incentivo à inovação no setor	1	0	0	0	1
	3.2. Parcerias com outros países	0	1	1	1	1
	3.3. Integração na P&D entre as diversas instituições	1	1	1	1	1
<b>Presença/ ausência da condição científico-tecnológica (C&amp;T)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
4. MIL	4.1. Diretriz para a interoperabilidade oriunda do MD	1	1	1	1	1
	4.2. Aquisição nacional planejada e previsível	1	1	1	1	1
	4.3. Percepção de ameaças pela sociedade (cultura)	1	1	0	1	1
<b>Presença/ ausência da condição estratégico-militar (MIL)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: o autor, baseado nas respostas dadas ao formulário eletrônico.

Notas: a marcação "X" significa que o fator está presente no país, quando a marcação for "-" quer dizer que o fator está ausente no país.

A informação dos adidos corrobora com a avaliação feita dos itens 4.2 a 4.5. Por meio da minimização lógica chegou-se a combinação de condições POL\*ECO\*C&T\*MIL, que, em termos de equação booleana, significa a presença simultânea das quatro condições no ambiente geral das exportações de produtos de defesa de Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido. Para a Alemanha, verificou-se a combinação de condições pol\*eco\*C&T\*MIL (não POL "e" não ECO "e" C&T "e" MIL). Portanto, o ambiente às exportações (Amb) nos países que mais

exportam, conforme o ponto de vista dos adidos configura-se com as seguintes equações:  $Amb = POLECO \& TMIL + poleco \& TMIL$  (onde “+” significa “ou”).

Outra constatação relevante é que cinco dos fatores, empregados para caracterizar as condições existentes, são comuns aos cinco países que mais exportam: a estratégia de defesa nacional (autônoma); a definição, por um órgão central, de requisitos a pesquisar; a busca pela interoperabilidade entre os produtos; a aquisição planejada e previsível de produtos de defesa pelo governo local; e a percepção de ameaças pela sociedade.

#### 4.7 CONCLUSÃO SOBRE O AMBIENTE GERAL PARA AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NOS PAÍSES QUE MAIS EXPORTAM

Tomando por referência o modelo comparativo de Charles Ragin, ao observar a Tabela 18 (“Tabela Verdade”), que teve por base as informações da pesquisa documental e bibliográfica, verifica-se que, ocorre ausência (0) da condição político-legal (pol) na Alemanha e no Reino Unido e, além disso, a Alemanha apresenta ausência (0) da condição econômica (eco).

Tabela 18 - Presença/ausência das condições que interferem no ambiente das exportações.

Condições Ranking/Casos	Político- legais (POL)	Econômicas (ECO)	Científico- Tecnológicas (C&T)	Estratégico -Militares (MIL)
1º Estados Unidos	1	1	1	1
2º Rússia	1	1	1	1
3º Alemanha	0	0	1	1
4º França	1	1	1	1
5º Reino Unido	0	1	1	1

Fonte: o autor, adaptado de Liñan (2008)

Já de acordo com o Quadro 3, formulado com base no ponto de vista das aditâncias, a ausência das condições político-legal e econômica somente é caracterizada na Alemanha. A análise conjunta dos cinco maiores exportadores de

produtos de defesa, empregando a parcimônia prevista por Ragin (1987), para simplificação da análise, permite concluir que, no grupo EURAFRU, existem três combinações diferentes de condições, todas elas contribuindo para um ambiente favorável às exportações de produtos de defesa. Pela fórmula booleana, as observações dos adidos ficariam assim representadas:

- Amb (Estados Unidos, Rússia e França) = POL\*ECO\*C&T\*MIL

- Amb (Alemanha) = pol\*eco\*C&T\*MIL

- Amb (Reino Unido) = POL\*eco\*C&T\*MIL

A combinação ideal de condições mais adequada ao ambiente geral de exportações de produtos de defesa, levando-se em consideração que Estados Unidos e Rússia, juntos, são responsáveis por 53% das exportações é representada pela fórmula: Amb=POLECOC&TMIL.

À luz da Tabela 18 (“Tabela Verdade”), constatou-se que as condições científico-tecnológicas (C&T) e estratégico-militares (MIL) estão presentes (1) nos cinco países estudados. De acordo com Ragin (1987), significa que ambas as condições são necessárias ao sucesso exportador neste setor (Amb=C&TMIL). Além disso, a ausência da condição político-legal (POL) na Alemanha e no Reino Unido e da condição econômica (ECO) no Reino Unido não impediu que estes países se destacassem nas exportações do setor. As condições POL e ECO, pois, não se mostraram necessárias, **quando há as condições C&T e MIL** (grifo nosso).

A Alemanha tem alcançado elevados níveis de exportação apresentando, em seu ambiente geral de exportações de PRODE, somente as condições C&T e MIL. Isso significa, conforme o método comparativo proposto por Ragin (1987), que a referida combinação de condições, além de necessária, é, também, uma configuração suficiente para um ambiente geral favorável às exportações do setor. Ou seja, quando, em um país, houver a combinação das condições C&T e MIL, ainda que as condições POL e ECO não estejam presentes, este país apresenta circunstâncias favoráveis para se tornar um dos grandes exportadores mundiais de PRODE.

Dessa forma, para a sequência do trabalho a combinação a ser utilizada como controle terá duas representações, uma ideal - Amb=POLECOC&TMIL - e uma necessária e suficiente - Amb=C&TMIL. De posse destas duas configurações-controle, no próximo capítulo, será possível analisar comparativamente as condições

existentes no Brasil, durante os períodos elencados para o estudo. Assim, poder-se-á confirmar ou refutar a hipótese deste trabalho: *as condições científico-tecnológica (C&T) e estratégico-militar (MIL) constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais.* Da álgebra booleana:

$$\boxed{C\&T * MIL \Rightarrow Amb}$$

## 5 AMBIENTE GERAL DAS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NO BRASIL

O estudo das condições que afetam as exportações de produtos de defesa, neste trabalho, vale lembrar, pretendem representar os reflexos dos paradigmas da política externa brasileira (PEB) que condicionam o ambiente geral das exportações de produtos de defesa. Assim, no capítulo 2, foram elencados os fatores que caracterizam essas condições e, no capítulo 3, estabeleceu-se uma configuração-controle. Convém, entretanto, antes de iniciar a análise qualitativa comparativa, proposta por Ragin (1987), para o caso brasileiro, rememorar os traços mais relevantes da PEB e das exportações de produtos de defesa nacionais.

As linhas mestras que orientam a PEB, de acordo com Cervo (2008, p. 27-31), são a busca pela solução pacífica das controvérsias; a adesão à paz internacional; o juridicionismo; a promoção da cooperação regional; a não intervenção nos assuntos internos; e a soberania dos Estados. Estas linhas mestras, para Brigagão (2002, p. 336), representam um acumulado histórico da diplomacia brasileira que legitima e determina os padrões de conduta brasileira em sua política externa.

Procurou-se, na tabela 19, confirmar as assertivas anteriores por intermédio da sistematização dos discursos brasileiros realizados na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, desde 1974 até 2011. Para isso, foi feita uma análise sumária dos discursos, buscando-se por ideias-força que se repetiam ao longo do tempo. Assim, determinou-se o percentual de vezes que determinadas ideias-força foram utilizadas pela diplomacia brasileira com vistas a influenciar o sistema internacional a favor dos interesses do país.

Tabela 19 – Discurso brasileiro de abertura das conferências da Assembleia Geral das Nações Unidas (1974-2011)

Continua

ABORDAGEM	Nº DE DISCURSOS / PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA		
	1974-1989 (15 discursos)	1990-2002 (13 discursos)	2003-2011 (9 discursos)
- <b>Defesa coletiva</b> deve ser reforçada	8 / 53%	11 / 84%	6 / 66%
- Defesa nacional é realidade em face da ineficiência da segurança coletiva	6 / 40%	1 / 7%	2 / 22%
- Faltam ações <b>para desarmamento nuclear / não-proliferação</b>	14 / 93%	11 / 84%	5 / 55%
- Alerta para a corrida armamentista / necessidade de desarmamento convencional	7 / 46%	4 / 36%	0 / 0%

Tabela 19 – Discurso brasileiro de abertura das conferências da Assembleia Geral das Nações Unidas (1974-2011)

Conclusão

ABORDAGEM	Nº DE DISCURSOS / PERCENTUAL DE INCIDÊNCIA		
	1974-1989 (15 discursos)	1990-2002 (13 discursos)	2003-2011 (9 discursos)
- Os países desenvolvidos deveriam transferir tecnologia para os países em desenvolvimento	13 / 86%	6 / 46%	3 / 33%
<b>- Necessidade de revisão da Carta da ONU/ reforma do CSNU</b>	14 / 93%	11 / 84%	9 / 100%

Fonte: CORRÊA (2007) e Ministério das Relações Exteriores

Nota: dados trabalhados pelo autor

A Tabela 19 revela que a PEB busca reforçar a necessidade de defesa coletiva, em detrimento de uma maior autonomia em termos de defesa (defesa nacional). O discurso brasileiro também tem sido incisivo em defender o desarmamento e a não proliferação nuclear. E, finalmente, a terceira ideia-força que aparece com maior frequência no discurso brasileiro é a necessidade da reforma do Conselho de Segurança da ONU. O país apresenta-se como candidato a ocupar um assento de membro permanente, arcando com todas as responsabilidades, sejam elas políticas, econômicas ou militares. Em que medida essas ideias-força da nossa política externa trazem reflexos para a indústria de defesa brasileira, em especial, para suas exportações, representa uma das questões a ser respondidas no presente capítulo.

Quanto à indústria de defesa brasileira, conforme foi observado no capítulo 3, a decisão de implementá-la e apoiá-la é eminentemente política, uma vez que os Estados são os grandes incentivadores, investidores, planejadores e os principais consumidores. Além disso, tendo em vista ser esta uma atividade industrial deficitária, somente por meio das exportações o país produtor consegue repor parcela dos recursos investidos no setor (ABDI, 2011).

Dagnino (2010, p. 99), em sua análise baseada no viés econômico do setor, faz uma crítica áspera ao asseverar que, no caso brasileiro, além de insignificante, do ponto de vista da produção e do emprego, o setor merece ser considerado um enclave econômico porque seus produtos dependem de insumos e componentes estrangeiros. De acordo com o autor, de cada 100 dólares de produto, 53 referem-se à importação de componentes e apenas 40 dólares serão exportados, no final do processo.

Não obstante os argumentos críticos dos analistas econômicos, o Brasil decidiu, na década de 1970, ampliar sua base industrial de defesa, buscando autonomia estratégica em alguns produtos de defesa. Buscar por novos mercados internacionais foi, desde logo, uma das ações estratégicas brasileiras, à semelhança do que acontecia nos países com maior participação no mercado internacional de armas.

De acordo com Vizentini (1998, p. 223), a política nacional para a indústria de defesa, nas décadas de 1970 e 1980, permitiu que o Brasil chegasse a produzir 80% dos seus meios de defesa, sendo importados os 20% restantes, com ínfima participação norte-americana.

No início da década de 1980, o Brasil ganhou as páginas da imprensa internacional pelo êxito alcançado em seu ingresso no negócio da exportação de armas. Entretanto, no final da mesma década, as circunstâncias da indústria de defesa brasileira e de suas exportações começaram a mudar drasticamente, atingindo, na década de 1990, uma situação de crise sem precedentes (ABDI, 2010).

Em 2003, de acordo com Dagnino (2010, p. 15), o governo recém-eleito, atendendo a uma antiga reivindicação dos militares, resolveu tratar a questão da indústria de defesa no âmbito dos assuntos de defesa e segurança. Foi organizado um Ciclo de Debates em Matéria de Defesa e Segurança que deu início a um processo que culminaria com a formulação da END, publicada em 2008. A END representou um marco no processo de revitalização do setor. A indústria de defesa retomou sua condição de projeto estratégico do governo federal.

Tendo como pano de fundo esta rápida leitura da PEB e da indústria de defesa brasileira, passamos a analisar os reflexos desta política externa para as exportações. Neste capítulo estão sintetizadas informações que pretendem obter respostas ao problema levantado para este trabalho: *a política externa brasileira gerou reflexos que condicionaram o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa, a partir de 1974?* Além disso, objetiva confirmar ou refutar a hipótese de que *as condições científico-tecnológica (C&T) e estratégico-militar (MIL) constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais.*

## 5.1 CONDIÇÃO POLÍTICO-LEGAL (POL)

Para o estudo comparativo da condição político-legal em cada um dos paradigmas da PEB, neste trabalho, foram considerados os mesmos três fatores empregados no estudo dos cinco países que mais exportam: adoção de política externa realista (mundo multipolar); política de defesa nacional (autônoma); e apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor. A condição foi considerada “presente” quando pelo menos dois dos fatores fizeram-se presentes.

A interpretação dos resultados da pesquisa de campo considerou três segmentos da sociedade: a amostra das instituições do Estado – MD (DEPROD e EME), MRE (DDS e DOC) e SAE-; a amostra das empresas (ABIMDE, AVIBRAS, IMBEL, ENGEPRON e HELIBRAS); e a amostra do meio acadêmico (cursos de relações internacionais da USP, UFF, UnB e UFSC, bem como o IPEA). Para concluir acerca da “presença” ou “ausência” de um dos fatores, em determinado período, foi considerado que pelo menos dois dos segmentos apontam um determinado resultado.

### 5.1.1 Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)

#### 5.1.1.1 Fator 1: adoção de política externa realista (crença em um mundo multipolar)

Em meados da década de 1970, vigorava no país o chamado “pragmatismo responsável”, do período presidencial do General Geisel, de acordo com Bueno (2008, p. 30):

“O pragmatismo, evolução e estado avançado do realismo, demonstra a prevalência da esperteza diplomática sobre as forças profundas da economia e da sociedade, bem como sobre o processo decisório de outros governos, embora nesses elementos se assente e seja limitado pela escassez de poder disponível”.

O Brasil estava comprometido com uma política pragmática antidependência que objetivava ampliar a autonomia da infraestrutura nacional e aumentar a influência do Brasil no hemisfério ocidental. Para o país, a industrialização militar era uma importante pré-condição para a execução desta política (NEUMAN, 1994, p. 106).

Não obstante a analogia, proposta por Bueno (2008), entre o pragmatismo e o realismo, a pesquisa de campo revelou que os profissionais das instituições representativas do Estado e o meio acadêmico consideraram que tal fator esteve “ausente” no período, já o segmento empresarial do setor de defesa considerou que o fator se fez “presente” (Quadro 4).

Assim, pela proposta da parcimônia e da minimização lógica de Ragin (1987), o país não apresentou uma política externa realista entre 1974-1989, mantendo sua tradição racionalista e, por vezes, idealista em suas relações exteriores.

Quadro 4 – Resultado do fator 1/POL (1974-1989): realismo da PEB

Público-alvo		Resposta	Minimização
<b>Instituições do Estado</b>	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	1	
	EME	1	
<b>Meio acadêmico</b>	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	1	
	UNB	0	
	UFSC	1	
	USP	0	
<b>Empresas</b>	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 1/condições político-legais (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

#### 5.1.1.2 Fator 2: política de defesa nacional (autônoma)

De acordo Brigagão (2002, p. 336), o pressuposto da política de segurança brasileira, entre 1967 e 1989, consistia em reconhecer a necessidade de ampliar seu poder para alcançar resultados na política externa.

A nacionalização da segurança, para Bueno (2008), significava atenuar as vulnerabilidades e a dependência externa. Ela teve quatro momentos significativos, conforme já explorado no Cap 3, o estabelecimento da Política Nacional para Exportação de Material Militar (PNMEM), em 1974; o acordo nuclear com a Alemanha, em 1975; a denúncia do acordo militar com os Estados Unidos, em 1977; e o desenvolvimento do programa nuclear paralelo, em 1979.

De acordo com Brands (2010, p. 7), a “autonomia pela distância” buscada pelos governos militares gerou desconfiança e levou o Brasil a um certo isolamento internacional, em virtude, principalmente, da recusa em renunciar o desenvolvimento da arma nuclear.

A preocupação de dispor de meios próprios para a defesa nacional, inclusive a intenção de produzir a arma atômica, demonstrou uma política de defesa nacional e autônoma. Informação que foi corroborada pelos três segmentos alvos da pesquisa de campo (Quadro 5), o que permite concluir que, entre 1974-1989, o fator 2 (política de defesa nacional autônoma) esteve presente.

Quadro 5 – Resultado do fator 2/POL (1974-1989): defesa autônoma

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições político-legais (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.1.3 Fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela pressão internacional, em especial das potências nucleares, para que o Brasil aderisse ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). De acordo com Brigagão (2002, p. 276), cientistas, militares, políticos, intelectuais, jornalistas e acadêmicos, liderados pelo Itamaraty, eram todos adversários ferrenhos à assinatura do TNP, considerado injusto e discriminatório.

O principal argumento utilizado pelo país para não assinar o TNP era que, em termos regionais, o Tratado de Tattleloco (1967) garantia a proscrição das armas atômicas no subcontinente americano. Além disso, o TNP representava o

“congelamento do poder mundial”, uma vez que os detentores desta tecnologia continuariam, perenemente, como grandes potências, impedindo que a tecnologia nuclear, mesmo para fins pacíficos, fosse de domínio dos demais países.

Ressalta-se também, em 1977, a já referenciada denúncia do Acordo de Assistência Militar, assinado com os EUA em 1952. Além disso, houve a extinção da Comissão Militar Mista, da Comissão Naval e da Comissão Cartográfica, todas com os Estados Unidos (CERVO, 2008).

Apesar do Brasil não ter aderido ao TNP, ele ratificou outros tratados que foram universalmente aceitos e considerados legítimos. Destacam-se a Convenção sobre Armas Biológicas (CPAB), assinada em 1972 e ratificada pelo Brasil em 1973; o Tratado sobre a Proscrição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa no leito do mar e no fundo do oceano, assinado em 1971 e ratificado pelo Brasil em 1988 (BRASIL, 2012); e, também, o estabelecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986, por iniciativa do Brasil.

Na pesquisa de campo, o fator foi considerado presente pelos profissionais do meio acadêmico. Os profissionais ligados ao Estado forneceram posições equilibradas, fazendo-se prevalecer a opinião da DDS/MRE, órgão que trabalha diretamente com o tema do desarmamento. Já os profissionais ligados às empresas, acreditam que o fator esteve ausente. Dessa forma, empregando-se a parcimônia e a minimização lógica preconizadas por Ragin (1987), concluiu-se que o fator “apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor” esteve “presente” no período de 1974 a 1989 (Quadro 6).

Quadro 6 – Resultado do fator 3/POL (1974-1989): reservas a acordos assimétricos  
Continua

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	1	

Quadro 6 – Resultado do fator 3/POL (1974-1989): reservas a acordos assimétricos  
Conclusão

Público-alvo		Resposta	Minimização
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	-	
<b>Resultado para o fator 3/condições político-legais (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.2 Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)

#### 5.1.2.1 Fator 1: adoção de política externa realista (crença em um mundo multipolar)

O discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 2002, realizado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, afirmou que “como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento”. Além disso, ressaltou que o Brasil estava empenhado “em fazer avançar o desarmamento nuclear e convencional” (CORRÊA, 2007, p. 694).

O discurso do então Embaixador Celso Amorim, na abertura da XLVIII Assembleia Geral da ONU, em 1993, enfatizou que a agenda internacional se estruturava novamente em torno de “3 D’s” que agora eram democracia, desenvolvimento e desarmamento, com seus desdobramentos nas áreas de Direitos Humanos, do Meio Ambiente e da Segurança Internacional (CORRÊA, 2007). O país adotava, portanto, uma visão racionalista das relações exteriores, acreditando que, pelo poder do argumento e da negociação, os interesses nacionais poderiam ser alcançados.

Desde o início dessa década (1990), o Itamaraty chamou a si a responsabilidade de definir a política de segurança, subtraindo das Forças Armadas uma incumbência que havia sido exercida no passado. A política de segurança foi subordinada, assim, a estratégia de relações exteriores do MRE (CERVO, 2008, p. 145).

A ausência do realismo na política externa brasileira do período foi confirmada pela opinião dos três segmentos pesquisados (Quadro 7), os quais de maneira quase unânime asseveraram que, no período de 1990 a 2002, o fator esteve ausente.

Quadro 7 – Resultado do fator 1/POL (1990-2002): realismo da PEB

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições político-legais (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

#### 5.1.2.2 Fator 2: política de defesa nacional (autônoma)

Para Brigagão (2002), após o fim da Guerra Fria, o pensamento brasileiro com relação à defesa mudou. O multilateralismo passou a ser defendido como o indutor do ordenamento mundial de segurança, mediante medidas de confiança de alcance universal. Esta diretriz trouxe duas consequências. A primeira foi a adesão do Brasil a todos os acordos de desarmamento em vigor. A segunda consequência foi o início do desmonte da segurança nacional. A política de segurança foi, com efeito, assumida por diplomatas.

Para Garcia (1998, p. 107), houve restrição à participação dos militares na questão nuclear, terminando com o encerramento do programa nuclear paralelo, caracterizado pelo fechamento do poço para testes nucleares existente na Base de Cachimbo, em 1991.

O discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 1995, realizado pelo então Ministro das Relações Exteriores de 1995 a 2001, Embaixador Luiz Felipe Lampréia, por outro lado, criticava a situação assimétrica em termos de poder militar, asseverando que o desarmamento era um objetivo fugaz e que as promessas de desarmamento haviam desaparecido como nuvens (CORRÊA, 2007, p. 579).

Em termos de América do Sul, no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 1997, o Embaixador Lampréia afirmou que:

“...não existe o perigo de uma corrida armamentista na região porque não existem condições políticas, econômicas ou estratégicas para isso. Assim,

não se justifica uma iniciativa regional de autolimitação de armas convencionais. Seria o equivalente a defender o desarmamento dos desarmados” (CORRÊA, 2007, p. 628).

No discurso na ONU em 1998, o Ministro Lampréia asseverou que a segurança de cunho nacional é fundada na desconfiança em relação ao outro e na insegurança do outro (CORRÊA, 2007, p. 641). No discurso de 1999, o Embaixador Lampréia defendeu que o uso da força e o unilateralismo eram a velha ordem. A nova ordem caracterizava-se por aceitar instituições multilaterais como fonte de legalidade e legitimidade dos atos que garantem a paz e a solução pacífica de controvérsias (CORRÊA, 2007, p. 659).

O pensamento racionalista prevalecente na PEB, no início da década de 1990, foi aos poucos sendo questionado internamente, e, conseqüentemente, foi perdendo força. Três circunstâncias marcaram o início da retomada de algum realismo no pensamento brasileiro, duas de caráter interno e uma de caráter externo. A primeira de caráter interno foi o estabelecimento da Política de Defesa Nacional, de 1996, que preconizava, por um lado, a relevância da diplomacia para a solução de conflitos e, por outro, a necessidade de dotar o país de capacidade militar suficiente para gerar efeitos dissuasórios.

A segunda de caráter interno foi a criação do Ministério da Defesa, em 1999, devolvendo a prevalência da elaboração da política de defesa a uma burocracia civil e militar, mais vocacionada para pensar a defesa nacional.

A terceira, por fim, de caráter externo, foram as sucessivas ações militares unilaterais iniciadas por potências e que mostraram que a defesa coletiva multilateral ainda permanecia como um discurso distanciado da prática.

A pesquisa de campo revelou a unanimidade dos entrevistados em caracterizar a inexistência de uma política de defesa nacional que buscasse a autonomia dos meios (Quadro 8). Portanto, o fator autonomia na defesa nacional, no período de 1990-2002, esteve “ausente”.

Quadro 8 – Resultado do fator 2/POL (1990-2002): defesa autônoma

Continua

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	

Quadro 8 – Resultado do fator 2/POL (1990-2002): defesa autônoma

Conclusão

Público-alvo		Resposta	Minimização
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições político-legais (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.2.3 Fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor

Para Bueno (2008), os formuladores da PEB utilizaram, como um dos pressupostos, a necessidade de superar o déficit de credibilidade do país perante a comunidade internacional. Uma corrente de pensamento majoritariamente grociana temperada com aspectos kantianos<sup>63</sup>, acreditava que poderia defender o interesse nacional ao receber um convite para sentar à mesa de negociação.

“... o Itamaraty apropriou-se, nos anos 1990, com sua inspiração idealista de vertente grotiana e kantiana, da doutrina de segurança e da política de defesa, deprimindo o papel das Forças Armadas nessa área. Ao separar os dois campos estratégicos, o que nunca fizeram as grandes potências, distanciou-se do realismo e embarcou na utopia” (CERVO e BUENO, 2002, p. 468-469).

Schneider (2009) afirma que, durante o Governo FHC (1995-2002), havia a percepção de que a formulação dos regimes seria facultada a um número maior de países. Caberia ao Brasil, pois, tornar-se um membro confiável da comunidade internacional. Dessa forma, o governo FHC abandonou os últimos resquícios da

<sup>62</sup> A leitura grociana do sistema internacional aponta a existência de um potencial de sociabilidade e solidariedade no plano internacional, que parte do pressuposto de que a racionalidade e a reciprocidade dos interesses levariam a uma cooperação entre Estados. A pitada kantiana ficaria por conta da crença de que a ONU acabaria por desempenhar um papel de governança numa espécie de república mundial combinada, ainda, com a tese incluída por Kant no seu Projeto de Paz Perpétua, escrito em 1795, que baseado na tese do Suave Comércio de Montesquieu, considerava que o poder civilizador do comércio suaviza os costumes, tornando as pessoas e os povos menos belicosos.

“autonomia pela distância”, que nortearam a PEB até o final do governo Sarney e aderiu à “autonomia pela participação”<sup>64</sup>.

Foi na década de 1990, com efeito, que o Brasil aderiu e tomou parte de praticamente todos os tratados relacionados às limitações e ao controle dos meios de defesa, conforme informações da Divisão de Atos Internacionais (MRE, 2011):

- no ano de 1991, foi estabelecida a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC);

- em 1995, o país declarou que aderiria ao Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR), estabelecido em 1987;

- também em 1995, ratificou a Convenção sobre proibição e restrição ao emprego de certas armas convencionais, assinado em 1980;

- no ano de 1996, ratificou a Convenção de Armas Químicas (CPAQ), assinada em 1993;

- em 1996, aderiu ao Grupo de Supridores Nucleares, estabelecido em 1974;

- em 1998, o Brasil ratificou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) em vigor desde 1970;

- em 1999, ratificou a Convenção sobre Proibição de Minas Terrestres, assinada em 1997; e

- também em 1999, ratificou a Convenção interamericana contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, munição, explosivos e outros materiais correlatos, assinada em 1997.

A ONU, desde o ano de 1991, passou a exercer um maior controle sobre a transferência de armas convencionais entre os países (*United Nation Register of Conventional Arms*). De acordo com a ONU, até 2011, cerca de 170 países enviaram seus relatórios. A ONU acredita que a transparência sobre os armamentos pode ajudar a determinar se há um acúmulo excessivo de armas capaz de desestabilizar a paz mundial. Além disso, a Organização acredita que essa abertura em termos de transferência de armas pode encorajar a restrição do comércio e produção de armas, bem como contribuir para a diplomacia preventiva (ONU, 2011).

---

<sup>64</sup> [...] a autonomia [...] não significa mais “distância” dos temas polêmicos para resguardar o país de alinhamentos indesejáveis. [...] A autonomia se traduz por “participação”, por um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que exprimem a tradição diplomática brasileira (FONSECA JUNIOR, 1998, p. 368).

Ressalta-se, também, que, em 2001, com a concordância do Brasil, teve início a tramitação do Tratado para Comércio de Armas na Assembleia Geral da ONU, com vistas a aumentar o controle sobre a transferência de armas, em especial as armas de pequeno porte (*small arms*). Esse processo encontra-se em tramitação na ONU e, no ano de 2012, está prevista uma nova rodada de negociações.

A pesquisa de campo corroborou com as informações anteriores (Quadro 9). Os três segmentos pesquisados concordam que o fator, relacionado à reserva a acordos assimétricos ao setor, esteve ausente, no período de 1990 a 2002.

Quadro 9 – Resultado do fator 3/POL (1990-2002): reserva a acordos assimétricos

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições político-legais (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.3 Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)

#### 5.1.3.1 Fator 1: adoção de política externa realista (mundo multipolar)

Para Cervo (2008, p. 149), as circunstâncias atuais induzem o equilíbrio entre a tendência multilateralista dos diplomatas e a tendência realista dos militares no delineamento da política de segurança. Sem aproximar os dois segmentos do processo decisório, a legitimidade democrática das instituições é cerceada.

Brands (2010, p. 4) afirma que o Brasil enfrenta, e continuará a enfrentar, um relativo déficit de poder econômico e militar. Por isso, a estratégia brasileira é ainda a das “potências médias”, países que acreditam no multilateralismo, na construção

de coalizões e em outros métodos que contribuam para alcançar influência no sistema internacional, reduzindo o papel dos países hegemônicos.

Brands (2010, p. 3) define, também, o principal objetivo da grande estratégia brasileira:

“O objetivo fundamental da grande estratégia brasileira tem sido, assim, procurar acelerar a transição do domínio do mundo desenvolvido para uma ordem multipolar em que o maior equilíbrio na distribuição do poder internacional e as instituições internacionais são mais favoráveis para os interesses do Brasil”<sup>65</sup> (tradução nossa).

O Brasil, assim, em virtude de suas próprias limitações de poder, parece não ter outra alternativa. O racionalismo grociano torna-se a opção mais coerente. A ausência do realismo na PEB, no período de 2003 a 2011, foi confirmada pela pesquisa de campo (Quadro 10).

Quadro 10 – Resultado do fator 1/POL (2003-2011): realismo da PEB

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições político-legais (2003-2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.3.2 Fator 2: política de defesa nacional (autônoma)

Segundo Brands (2010, p. 14), o Brasil, na primeira década de 2000, procurou fortalecer seu poder militar. Além de comprar equipamentos, o país negocia acordos

<sup>65</sup> “The fundamental goal of Brazilian grand strategy has thus been to hasten the transition from the dominance of the developed world to a multipolar order in which international power balances and institutions are more favorable to the assertion of Brazil’s interests”.

que permitam desenvolver sua base industrial de defesa e, assim, eliminar a dependência de fornecedores estrangeiros.

A constatação de Brands baseia-se na mudança da postura brasileira evidenciada pela Política Nacional de Defesa (PND/2005); pela lei nº 11.631, de 27 dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB); e o decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END/08) e dá outras providências. Os documentos referenciados revelam a iniciativa do Estado brasileiro para buscar autonomia em sua defesa nacional, em particular, pela reestruturação da indústria de defesa nacional.

A pesquisa de campo confirmou as assertivas anteriores. Os três segmentos pesquisados assinalaram que o fator defesa nacional autônoma fez-se “presente” no período de 2003-2011 (Quadro 11).

Quadro 11 – Resultado do fator 2/POL (2003-2011): defesa autônoma

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 2/condições político-legais (2003-2011)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.3.3 Fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor

A partir de 2003, o Brasil manteve sua postura aberta às negociações para o controle de armas. Entretanto, a não ratificação da convenção sobre munição tipo “cluster”, que foi assinada em 2008 e se encontra em vigor desde 2010, demonstra que o país avalia, com maior cuidado, os acordos internacionais que limitam a posse

e a produção de armas convencionais aptas a contribuir para o efeito dissuasório das forças militares nacionais. Esta munição, ressalta-se, pode ter emprego relevante na defesa da Amazônia.

Em 2004, foi aprovada a Resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU. Vale lembrar que toda a decisão do CS/ONU é obrigatória aos países que integram a ONU. Ela determinou que os Estados-membros devem estar atentos e prevenir a apropriação de armas de destruição em massa (ADM), seus meios de lançamento e materiais conexos por atores não estatais, particularmente terroristas. O Brasil, com efeito, controla as vendas de bens sensíveis desde 10 de outubro de 1995, quando foi aprovada a lei nº 9.112, que disciplina as operações relativas à exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados. São considerados bens sensíveis, aqueles de uso dual (civil e militar) e os bens de uso nas áreas nuclear, química e biológica.

O país comprometeu-se em manter a transparência da posse, transferência e produção de armas convencionais ao ratificar a Convenção Interamericana sobre Transparência nas aquisições de armas convencionais em 1999 (MRE, 2011).

A pesquisa de campo demonstrou que as instituições do Estado, destacando-se a DDS/MRE, e o meio acadêmico concordam que o fator em tela encontra-se presente (Quadro 12). Já os empresários acreditam que o fator esteve ausente no período de 2003-2011. Por meio da minimização foi possível determinar que, de maneira geral, o fator “reserva a acordos assimétricos” esteve “presente”.

Quadro 12 – Resultado do fator 3/POL (2003-2011): reservas a acordos assimétricos

Público-alvo		Resposta	Minimização
<b>Instituições do Estado</b>	DOC/MRE	-	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	0	
	EME	0	
<b>Meio acadêmico</b>	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	0	
<b>Empresas</b>	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o Fator 3/condições político legais (2003-2011)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor (baseado nas informações da pesquisa de campo)

### 5.1.4 Conclusão parcial

As informações obtidas na pesquisa de campo, aliadas àquelas obtidas na pesquisa documental e bibliográfica, permitem inferir que a condição político-legal (POL), esteve “presente” no período de 1974 a 1989 (paradigma desenvolvimentista) e 2003 a 2011 (paradigma logístico). E, por outro lado, mostrou-se “ausente” no período de 1990 a 2002 (paradigma liberal) (Quadro 13).

Quadro 13 – Condição político-legal nos três paradigmas da PEB

Condição e fatores Paradigmas	Condição Político-Legal (POL)			Resultado (Ragin, 1987)
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Ausência/ Presença
1974/1989	0	1	1	1
1990/2002	0	0	0	0
2003/2011	0	1	1	1

Fonte: o autor

As informações sistematizadas no Quadro 13 possibilitam concluir ainda, de forma parcial, que a política externa brasileira no período estudado manteve um viés essencialmente racionalista, não evidenciando em nenhum dos períodos inspiração realista (Fator 1).

Além disso, o período de 1990 a 2002 apresentou, à luz desta pesquisa, condição político-legal amplamente desfavorável ao ambiente geral das exportações de produtos de defesa nacionais. Nenhum dos três fatores utilizados para caracterizar a condição foi observado. O país não evidenciou política externa realista; a política de defesa não buscava a autonomia (Fator 2) e o país não apresentou reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor defesa (Fator 3).

### 5.2 CONDIÇÃO ECONÔMICA (ECO)

Para o estudo comparativo da condição econômica que caracteriza o ambiente geral das exportações de produtos de defesa, rememorando, foram considerados três fatores: apoio estatal ao setor, participação da iniciativa privada e política de exportação específica para o setor. Neste estudo, o fator foi considerado “presente”

se pelo menos dois dos segmentos selecionados pela pesquisa assinalaram a existência dele.

## 5.2.1 Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)

### 5.2.1.1 Fator 1: apoio estatal ao setor

A participação do Estado no desenvolvimento da indústria de defesa nacional, no período em tela, revelou-se por meio de políticas, investimentos e intermediação de negócios. A ENGESA, por exemplo, recebeu forte apoio estatal:

“Também em meados daquela década (1970), o BNDES adquiriu cerca de 80 milhões de cruzeiros (cerca de US\$ 22 milhões, atualmente) em ações da Engesa, elevando seu capital em torno de 400%. Esse aporte de capital possibilitou à empresa ampliar suas instalações físicas e dar prosseguimento à produção destinada à exportação, referente aos contratos de vendas externas estabelecidos em anos anteriores...” (DAGNINO apud. DEGL'IESPOSTI, 2006, p.80)<sup>66</sup>.

De acordo com O´ de Almeida Júnior (2008, p. 186), o Estado também intermediou negócios e financiamentos. Com a queda das vendas externas, em junho de 1981, a Engesa atrasou os salários, bem como o pagamento de seus fornecedores. Como solução para o problema, a empresa obteve, via Câmara de Comércio Exterior (CACEX), do Banco do Brasil, financiamentos da ordem de US\$ 35 milhões, provenientes de um consórcio de bancos europeus.

Schneider (2009, p. 52) afirma que o governo do Gen Figueiredo (1979-1985) manteve uma política externa com o objetivo de alcançar a autonomia estratégica. Foi criada a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), em junho de 1982, destinada ao projeto de armamento naval. Consolidou-se, então, o projeto iniciado no Governo Costa e Silva (1967-1972), pois a Emgepron completou com a Imbel (1975) e a Embraer (1969), ambas estatais, e mais Engesa (1963) e Avibrás (1961), ambas privadas, o nascente complexo industrial-militar brasileiro, que ainda era formado por várias outras empresas de menor porte.

O apoio estatal ao setor, no período em estudo, foi confirmado pela pesquisa de campo (Quadro 14), em que os três segmentos pesquisados evidenciaram-no.

---

<sup>66</sup> Essa aquisição de ações do BNDES levou a empresa a ser caracterizada como de economia mista.

Portanto, o fator apoio estatal se fez “presente” no decorrer do paradigma desenvolvimentista.

Quadro 14 – Resultado do fator 1/ECO (1974-1989): apoio estatal

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	1 (presente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições econômicas (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.2.1.2 Fator 2: participação da iniciativa privada

Franko-Jones (1992, p. 42) enfatiza a intervenção estatal na indústria de defesa brasileira, destacando a cooperação entre a iniciativa privada e o Estado na viabilização dos esforços produtivos, comerciais e, principalmente, científico-tecnológicos. Ela aponta que o regime militar combinou a transferência e a aquisição de tecnologia com o desenvolvimento autônomo.

Para Brigagão (2002, p. 275), a indústria de armamento brasileira foi resultado de uma parceria entre os setores público e privado, tendo o Estado ocupado papel decisivo. A história desta indústria deve ser entendida como parte do projeto civil e militar que, à época, acreditava que as estratégias da segurança e do desenvolvimento eram mutuamente dependentes, sem uma delas a outra não aconteceria. Sendo o sistema internacional percebido como um espaço de competição, acumular recursos de poder e influência constituía-se na possibilidade mais concreta de remover os obstáculos ao desenvolvimento nacional.

A pesquisa de campo corroborou com as observações de Franko-Jones e Brigagão e indicou que houve, no período em tela, participação da iniciativa privada

no setor (Quadro 15), desta forma o fator esteve “presente” durante o paradigma desenvolvimentista.

Quadro 15 – Resultado do fator 2/ECO (1974-1989): participação da iniciativa privada

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	0	
	EME	1	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições econômicas (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.1.3 Fator 3: política de exportação específica para o setor

Para Dagnino (2010, p. 99), o Brasil apresentou um alto coeficiente de exportação de produtos de defesa, na década de 1980. Havia uma considerável capacidade de influência política no mercado externo, principalmente por parte do corpo diplomático. Além disso, o governo disponibilizava recursos para viabilizar as exportações.

De acordo com Degl'iesposti (2006), a Guerra Irã-Iraque (1979-1988) foi a principal responsável pelo estímulo e promoção das exportações brasileiras de equipamentos de defesa. O Iraque (cujo relacionamento diplomático com o Brasil era bastante intenso) adquiriu vários produtos provenientes de empresas brasileiras, desde armamentos leves até veículos blindados de combate, mísseis e aeronaves, geralmente oferecendo o petróleo como contrapartida (*counter trade*).

Nesse contexto, durante os anos 1970, a disponibilidade de petrodólares estimulou um rápido crescimento no mercado, provendo vantagens ao balanço de pagamentos dos fornecedores internacionais. Este estímulo fez com que novos fornecedores aparecessem, perturbando o oligopólio existente (SMITH *et al.*, 1989, p. 241).

Conforme Brigagão (2002, p. 274), o Brasil nunca foi um grande exportador de armamentos, muito embora tenha conquistado um nicho significativo de mercado, baseado em produtos confiáveis, competitivos e de média sofisticação tecnológica. A política brasileira para a exportação de produtos de defesa não discriminava país, região ou regime político, baseava-se na necessidade de conquistar mercados (contrapartida à dependência de importação petróleo), sem atentar para a dimensão política das exportações de armamento.

O argumento de desatenção à dimensão política é fortemente contestado pelo Ministério das Relações Exteriores que, por meio da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), em entrevista ao autor, assevera ter executado, desde 1974, as diretrizes de controle de exportação de produtos de defesa constantes nas Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (DG/PNEMEM, 1974). De acordo com a DOC, a PNEMEM foi criada para disciplinar as exportações de armas.

Entrevista na Secretaria de Assuntos Estratégicos revelou um ponto de vista segundo o qual o incentivo às exportações, no período dos governos militares, tinha objetivos macroeconômicos, no sentido de reduzir o déficit da balança comercial brasileira que, à época, sofria pressão das importações de petróleo. A proposta de apoiar as exportações com o objetivo de desenvolver a Indústria é recente, particularmente a partir de 2008, com a Estratégia Nacional de Defesa (END).

A pesquisa de campo revelou que, durante o paradigma desenvolvimentista, o fator “política de exportações específica para o setor” com o objetivo de incrementar as vendas externas não foi evidenciado. A maior parte das instituições do Estado e das empresas do setor assinalou que o fator esteve “ausente”, apenas o meio acadêmico sinalizou que a política esteve “presente” (Quadro 16). Assim, considerando a minimização (RAGIN, 1987), conclui-se que, no período, o fator esteve “ausente”.

Quadro 16 – Resultado do fator 3/ECO (1974-1989): política de exportação para o setor  
Continua

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	

Quadro 16 – Resultado do fator 3/ECO (1974-1989): política de exportação para o setor  
Conclusão

Público-alvo		Resposta	Minimização
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	1	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições econômicas (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

## 5.2.2 Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)

### 5.2.2.1 Fator 1: apoio estatal ao setor

De acordo com Figueiredo (2006), a década de 1990 foi de reformas estruturais. Foi formalizado o fim do processo de substituição de importações que era um regime industrial protecionista em vigor, no Brasil, desde os anos 1950. A Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), de 1990, desregulamentou a indústria e o comércio brasileiros, liberando as forças de mercado (livre comércio). O Plano Nacional de Desestatização foi implementado e inúmeros projetos estratégicos foram abandonados pelo Estado, tudo com a finalidade de sanear as contas públicas.

Para Schneider (2009, p. 63), o contexto era completamente desfavorável à indústria de defesa nacional. De um lado, eram escassos os recursos para que as Forças Armadas brasileiras adquirissem produtos, viabilizando o funcionamento das empresas. De outro, a orientação neoliberal do governo impossibilitou qualquer ajuda estatal para o setor.

Moraes (2010, p. 67) assinala que a indústria de defesa brasileira era muito dependente das exportações e, em face da perda dos mercados internacionais pela Engesa, Avibras e Embraer, o governo brasileiro poderia ter apoiado economicamente as empresas até que novos contratos externos pudessem ser assinados, fosse por meio de uma garantia de compra dos produtos por elas fabricados, fosse por meio de apoio financeiro ou fiscal. Esta opção não foi adotada,

a Engesa não pôde manter-se viável e a Embraer e a Avibras apenas mantiveram-se sustentáveis por meio das vendas de outros produtos.

A pesquisa de campo revelou resultado unânime dos três segmentos. Todas as instituições respondentes enfatizaram que o fator “apoio estatal ao setor”, durante o paradigma liberal, esteve “ausente” (Quadro 17).

Quadro 17 – Resultado do fator 1/ECO (1990-2002): apoio estatal

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições econômicas (1990/2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.2.2 Fator 2: participação da iniciativa privada

Durante a década de 1990, a indústria de defesa brasileira passou por sua maior crise. As três principais indústrias de armamentos privadas, que chegaram a responder por 95% das exportações, enfrentaram sérias dificuldades. A Engesa, fabricante de blindados, entrou em concordata em 1990, vindo a falir mais tarde. A Avibras, que produzia foguetes e sistemas de artilharia antiaérea, reduziu sua força de trabalho de 6.000 para 300 funcionários e diversificou sua produção. A Embraer, bastante endividada, foi privatizada em 1994 (GARCIA, 1998, p. 115). As fábricas de produtos de defesa tiveram, pois, de se adaptar às novas circunstâncias, diversificando seus produtos e adotando novas gestões.

As respostas da pesquisa de campo revelaram que os três segmentos concordam que, não obstante a crise, o setor privado manteve sua participação relativa no setor. Dessa forma, o fator “participação da iniciativa privada” esteve “presente” no período do paradigma liberal (Quadro 18).

Quadro 18 – Resultado do fator 2/ECO (1990-2002): participação da iniciativa privada

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	0	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições econômicas (1990/2002)</b>			<b>1 (presentes)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.2.3 Fator 3: política de exportação específica para o setor

Durante os governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-994) e FHC (1994-2002), de acordo com Lamaziere (1998, p. 148), o Brasil procurou adotar uma política de aderir aos regimes de desarmamento (pacifismo instrumental) e, simultaneamente, mostrar-se como um país responsável, autocontendo suas exportações de armamentos.

Segundo Proença Júnior (1993, p. 130), no início da década de 1990, os diplomatas afirmavam desconhecer qualquer política governamental de fomento para a indústria de defesa. O Itamaraty não teria qualquer papel de fomento em relação a esta indústria. Para os diplomatas, os programas que existiam eram apenas procedimentos de regulamentação do setor, que não podiam ser entendidos como um conjunto especial e coordenado de investimentos.

Proença Júnior (1993, p. 130) afirma ainda que, de acordo com os diplomatas, a indústria bélica não teria passado de um grande negócio gerado pela existência de um mercado irregular de armas para países igualmente irregulares no cenário internacional. O comércio exterior era, para os diplomatas, um processo obscuro e nem sempre legal, no qual o Itamaraty só entrou de forma auxiliar, após realizados os negócios. O papel da diplomacia em relação à indústria bélica seria meramente o de referendar as vendas.

Proença Júnior (1993, p. 135) revela também que alguns políticos discordavam das exportações de produtos de defesa, pois elas padeceriam da ausência de controles éticos. Não havia estudos sobre o impacto dessas armas sobre a vida dos países importadores ou sobre a opinião que os outros países tinham do Brasil.

A pesquisa de campo demonstrou opinião unânime do meio acadêmico e das empresas, indicando que não houve política de exportação para o setor, no período de 1990 a 2002 (Quadro 19). Houve a manutenção da PNEMEM que disciplinava as exportações, mas nenhuma política pública com vistas a incrementar as exportações foi evidenciada. Portanto, o fator em estudo esteve “ausente” no período abrangido pelo paradigma liberal.

Quadro 19 – Resultado do fator 3/ECO (1990-2002): política de exportação para o setor

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições econômicas (1990/2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.3 Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)

#### 5.2.3.1 Fator 1: apoio estatal ao setor

A partir da estruturação do Ministério da Defesa, a retomada da indústria de defesa passou a ser debatida de forma mais contundente. Um dos resultados foi a aprovação, pelo Ministério da Defesa, da Política Nacional da Indústria de Defesa - PNID (BRASIL, 2005b), um documento simbólico que exprimiu as principais correções a serem implantadas pelo Estado para tornar os produtos de defesa nacionais competitivos. Nesse documento foi evidenciada a necessidade de

incentivar a exportação de produtos de defesa para obter o máximo aproveitamento da capacidade industrial instalada.

Outro aspecto enfatizado pela PNID era a necessidade de desonerar a cadeia de produção de materiais de defesa. Estas iniciativas foram ratificadas pela END (2008) e ganharam importância com a MP nº 544, editada pela Presidência da República em 29 de setembro de 2011. Esta medida, naturalmente, teve pouca participação no resultado desta pesquisa que abarca o período de 1974 a 2011. A MP nº 544/2011, lembrando, foi convertida na Lei nº 12.598/2012, em 22 de março de 2012.

A pesquisa de campo revelou esta percepção (Quadro 20). Somente o empresariado acredita que o fator “apoio estatal” se fez presente entre 2003 e 2011, para os outros dois setores, instituições do Estado e meio acadêmico, o apoio do Estado ainda não foi efetivado. Portanto, o fator em estudo esteve “ausente”, de 2003 até o ano de 2011.

Quadro 20 – Resultado do fator 1/ECO (2003-2011): apoio estatal

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	0 (ausente)
	UFF	1	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 1/condições econômicas (2003/2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.3.2 Fator 2: participação da iniciativa privada

Para a ABIMDE (2011), a Política de Defesa Nacional - PDN, a Estratégia Nacional de Defesa – END, o Livro Branco de Defesa Nacional - LBDN, a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP e a Política Nacional da Indústria de Defesa – PNID têm como um de seus objetivos a reestruturação e o fortalecimento da Base

Científica, Tecnológica, Industrial e Logística Nacional de Defesa. Contudo, para que este objetivo seja atingido, medidas viabilizadoras precisam ser tomadas pelo governo, pelo legislativo, pelos militares e pela sociedade em geral.

As medidas viabilizadoras são consideradas imprescindíveis para ampliar a participação da iniciativa privada. Elas se referem a ações para aperfeiçoar o mercado interno; o mercado externo; a área tributária; a área financeira; os recursos humanos; a ciência, tecnologia e inovação; a cadeia produtiva; as salvaguardas; e a logística e mobilização.

A pesquisa de campo mostrou que apenas as instituições do Estado consideraram que o fator “participação da iniciativa privada” esteve “presente”, no período de 2003 a 2010. Para o meio acadêmico e para as empresas, as condições presentes até 2011 não favoreciam a participação da iniciativa privada. Assim, embora no capítulo 3 se tenha apresentado as aquisições de pequenas indústrias de defesa por grandes conglomerados como Odebrecht e Embraer, o presente estudo evidencia que o fator esteve “ausente” (Quadro 21).

Quadro 21 – Resultado do fator 3/ECO (2003-2011): participação da iniciativa privada

Público-alvo		Resposta	Minimização
<b>Instituições do Estado</b>	DOC/MRE	0	1 (presente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	1	
<b>Meio acadêmico</b>	IPEA	1	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
<b>Empresas</b>	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 2/condições econômicas (2003/2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.2.3.3 Fator 3: política de exportação específica para o setor

Até a aprovação da MP nº 544, em 29 de setembro de 2011, com efeito, não havia uma política específica para a exportação de produtos de defesa. A PNID (Brasil, 2005b) já evidenciava a necessidade de haver esta política.

Em 05 de outubro de 2005, a Portaria nº 730, do Comandante do Exército, aprovou as Instruções Gerais à Base Industrial de Defesa Brasileira (IG 20-21). Essas instruções visavam ao Estágio de Preparação dos novos Adidos, organizado pelo Estado-Maior do Exército. Ela tinha como objetivo orientar os adidos na atividade de promoção e inteligência comercial para a indústria de defesa nacional.

Art. 7º Os Adidos Militares deverão, sempre que possível, realizar as seguintes atividades:

I – divulgar as possibilidades e os produtos de defesa das empresas da base industrial de defesa brasileira;

II – levantar as necessidades de Materiais de Emprego Militar (MEM) dos países, que possam ser supridas por produtos de defesa das empresas brasileiras, bem como outras informações julgadas do interesse dessas;

III – identificar empresas estrangeiras que sejam potenciais parceiras de empresas da base industrial brasileira de defesa;

IV - interagir com as organizações estrangeiras que mantenham parceria com as empresas brasileiras, por solicitação dessas;

V – participar de eventos comerciais do setor de MEM, por solicitação e com orientação específicas de empresas brasileiras;

VI – apoiar as delegações das empresas brasileiras em visita aos países onde estiverem acreditados;

VII – apresentar as sugestões que julgarem pertinentes no tocante à atuação das empresas brasileiras nos países em que estiverem acreditados; e

VIII – manter contato direto com as empresas credenciadas no Estado-Maior do Exército, a fim de prestar-lhes o apoio necessário, nas condições estabelecidas nas presentes Instruções Gerais (BRASIL, 2005c).

De acordo com O’De Almeida (2008, p. 139), uma das principais demandas do setor era uma ação mais incisiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disponibilizando linhas de crédito às empresas do setor para as exportações.

O Departamento de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa revelou que a DG/PNEMEM será substituída pela Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa (PNEPROD)<sup>67</sup>. Já existe uma minuta desta política, elaborada pelo MD e pelo MRE. Esta política conterá a Diretriz de Controle de Exportação de Produto de Defesa (DECEPRODE) e o Programa de Apoio às Exportações de Produtos de Defesa (PEXPRODE). Em princípio, diferentemente da DG/PNEMEM, a PNEPRODE será um documento ostensivo.

A pesquisa de campo revelou que para o meio acadêmico e para as empresas o fator “política de exportação específica para o setor” esteve “presente” no período

---

<sup>67</sup> Entrevista concedida ao autor em 29 de novembro de 2011.

de 2003 a 2011. Para as instituições do Estado, contudo, ainda não há uma política de exportação específica. Tal percepção deve ser superada com a entrada em vigor da MP nº 144 e o estabelecimento da PNEPRODE. Portanto, durante o paradigma logístico, pelo emprego da minimização, o fator pode ser considerado “presente” (Quadro 22).

Quadro 22 - Resultado do fator 3/ECO (2003-2011): política de exportação para o setor

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 3/condições econômicas (2003-2011)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.2.4 Conclusão parcial

O estudo dos fatores selecionados neste trabalho para caracterizar a condição econômica do ambiente geral das exportações de produtos de defesa revelou que a condição somente esteve “presente” no período do paradigma desenvolvimentista. Portanto, a condição esteve “ausente” nos períodos mais recentes dos paradigmas liberal e logístico (Quadro 23).

Quadro 23 – Condição econômica nos três paradigmas da PEB

Condição e fatores Paradigmas	Condição Econômica (ECO)			Resultado (Ragin, 1987)
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Ausência/ Presença
1974/1989	1	1	0	1
1990/2002	0	1	0	0
2003/2011	0	0	1	0

Fonte: o autor

O quadro permite, ainda, inferir de forma parcial que o fator “política de exportação específica para o setor” somente aparece efetivado recentemente, em virtude da Estratégia Nacional de Defesa e seus desdobramentos, tais como a Lei nº 12.598/2012 e a PNEPRODE. Além disso, a participação da iniciativa privada, curiosamente, sob o ponto de vista dos entrevistados, deixou de ser enfatizada no período recente. Com efeito, os grandes exportadores eram as empresas privadas (95% das exportações brasileiras de produtos de defesa). A queda das exportações nacionais do setor, conforme observado no capítulo 3, coaduna com a opinião dos pesquisados de que a iniciativa privada diminuiu sua participação; entretanto, as maiores empresas ligadas ao setor da defesa são incontestavelmente privadas.

### 5.3 CONDIÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA (C&T)

O estudo comparativo da condição científico-tecnológica (C&T), para lembrar, considerou três fatores: incentivo estatal à inovação no setor, parcerias internacionais e integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento. Para a interpretação das respostas dos três segmentos participantes da pesquisa de campo, a conclusão acerca da “presença” ou “ausência” de um dos fatores, em determinado período, considerou que, para haver “presença”, pelo menos dois dos segmentos deveriam apontar para o resultado proposto.

Ressalta-se que a hipótese do presente trabalho considera a condição C&T, juntamente com a condição estratégico-militar, suficiente para um ambiente geral favorável às exportações de produtos de defesa.

#### 5.3.1 Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)

##### 5.3.1.1 Fator 1: incentivo estatal à inovação no setor

De acordo com O’ De Almeida Filho (2008, p. 130), em 1973, foi divulgado o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT). Este plano previa investimentos para todos os ministérios.

Dagnino (2007) assevera que, durante os anos 1970, houve grande disponibilidade de fundos para pesquisa proporcionados por instituições públicas de financiamento. O governo federal elencou setores estratégicos que passaram a

contar com o apoio do Estado para que desenvolvessem tecnologia nacional, como, por exemplo, a energia nuclear, o veículo lançador de satélites, o submarino, a fibra de carbono e a informática.

Em termos de pesquisa de campo, tanto o segmento das instituições do Estado como o das empresas indicaram que o fator “apoio estatal à inovação no setor de defesa” esteve “presente” no período do paradigma desenvolvimentista. Este resultado foi contestado pelo meio acadêmico (Quadro 24), mas fazendo-se uso da minimização lógica de Ragin (1987), conclui-se que o fator esteve “presente”.

Quadro 24 – Resultado do fator 1/C&T (1974-1989): incentivo à inovação

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	1	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 1/condições científico-tecnológicas (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.1.2 Fator 2: parcerias internacionais

Schneider (2009, p. 52) revela que, em face da impossibilidade de conseguir tecnologia militar norte-americana sem comprometer a autonomia, o governo brasileiro buscou na Europa as tecnologias ainda necessárias. Os projetos do avião AMX, com a Itália, e a construção de submarinos convencionais, de tecnologia alemã, exemplificam esta decisão estratégica.

Além disso, pode-se citar o projeto sino-brasileiro envolvendo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e a CAST (Academia Chinesa de Tecnologia Espacial) para o desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, denominado Programa CBERS (*China-Brazil Earth Resources Satellite*), acordado em 1988.

A pesquisa de campo demonstrou que a busca por parcerias internacionais diversificadas foi um dos fatores que caracterizaram as condições científico-tecnológicas do período do paradigma desenvolvimentista (Quadro 25). Portanto, o fator “parcerias internacionais” esteve “presente” no período.

Quadro 25 – Resultado do fator 2/C&T (1974-1989): parcerias internacionais

Público-alvo		Resposta	Minimização
<b>Instituições do Estado</b>	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
<b>Meio acadêmico</b>	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	1	
<b>Empresas</b>	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 2/condições científico-tecnológicas (1974-1989)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.1.3 Fator 3: integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento

Para Dagnino (2010, p. 186), os Planos Nacionais de Desenvolvimento implementados, na década de 1970, pelos governos militares estabeleceram uma política científica e tecnológica descolada da política econômica e industrial. De um lado, a política científica e tecnológica objetiva instalar uma estrutura nacional de pesquisa e desenvolvimento capaz de lograr, no longo prazo, certo grau de autonomia tecnológica; e, por outro, as políticas econômica e industrial tinham por meta o rápido crescimento econômico, baseado no aporte de capital e tecnologia estrangeiros. O resultado, conforme o analista, foi que o setor científico e tecnológico jamais impactou o setor produtivo.

Ressalta-se, ainda, conforme já descrito no capítulo 3, que a iniciativa privada brasileira apresenta um nível muito baixo de investimento para desenvolver novas tecnologias, sendo o Estado o grande fomentador da pesquisa e desenvolvimento.

A proposição de Dagnino (2010) é confirmada pelas informações obtidas junto aos três segmentos pesquisados (Quadro 26). De acordo com a abordagem comparativa em estudo, as instituições de pesquisas não se integraram ao setor produtivo. Portanto, o fator “integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento” esteve “ausente” no período do paradigma desenvolvimentista.

Quadro 26 - Resultado do fator 3/C&T (1974-1989): integração das instituições de P&D

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições científico-tecnológicas (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.2 Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)

#### 5.3.2.1 Fator 1: incentivo estatal à inovação no setor

De acordo com Gremaud e col. (2007, p. 514), a década de 1990 foi de adaptação brasileira ao receituário estabelecido pelos países desenvolvidos (Consenso de Washington), o país, em crise, teve de implantar medidas como rigidez fiscal, privatização e abertura do mercado interno. Com isso, garantiu o apoio financeiro internacional para solucionar a crise.

Conforme Erber (2007), a década de 1990 foi marcada pelo fundamentalismo de mercado. A ação do Estado foi severamente reduzida. Esta restrição teve repercussão sobre o apoio estatal a projetos estratégicos ligados à área de defesa.

Para Cervo e Bueno (2002, p. 460), a alienação da Embratel, o coração do sistema brasileiro de comunicações, fechou a escola de aprendizagem e aplicação de conhecimentos na área. Para os autores, nesse e em outros domínios, a

capacitação da inteligência brasileira que havia alcançado níveis de países desenvolvidos e amplitude social em alguns setores, tornou-se ociosa e inútil.

O Estado passou a acreditar que, caso se alinhasse às orientações dos países desenvolvidos, receberia em contrapartida conhecimento tecnológico. Essa percepção pode ser constatada no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 1993, realizado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em que se enfatizou que o Brasil havia assumido grandes compromissos em termos de desarmamento e, agora, gostaria de obter, como compensação, maior acesso ao estado da arte tecnológico (CORRÊA, 2007, p. 545)

De outro lado, o Estado, sem recursos para investir, procurou incentivar a participação do setor privado nas atividades de pesquisa e desenvolvimento. Para O' De Almeida (2008, p. 132), a lei nº 8661/93 é exemplo desta iniciativa federal, uma vez que previa incentivos fiscais para a capacitação tecnológica das indústrias que executassem Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI), bem como incentivos fiscais às empresas. Nesse mesmo contexto, a lei nº 10.176/2001 dispunha sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, estabelecendo que as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação, que investissem em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação, fariam jus a benefícios como redução de IPI.

Não obstante as tentativas do governo federal, a pesquisa de campo revelou que o fator “incentivo do Estado à inovação” no período de 1990 a 2002 (paradigma liberal) esteve “ausente”. O Quadro 27 revela a quase unanimidade dos pesquisados em afirmar que o Estado não incentivou a inovação, especialmente de produtos de defesa.

Quadro 27 – Resultado do fator 1/C&T (1990-2002): incentivo à inovação

Continua

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	

Quadro 27 – Resultado do fator 1/C&amp;T (1990-2002): incentivo à inovação

Conclusão

Público-alvo		Resposta	Minimização
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições científico-tecnológicas (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.2.2 Fator 2: parcerias internacionais

De acordo em Garcia (2008, p. 255), o Brasil procurou aderir aos regimes internacionais de controle de armas e tecnologias sensíveis com a expectativa de que os países desenvolvidos permitissem o acesso às tecnologias que eles já haviam desenvolvido. Na década de 1990, como foi visto no item 5.1.2.3, o Brasil anunciou a ratificação e adesão a vários tratados e acordos internacionais, considerados assimétricos.

Proença Júnior (1993, p. 40) criticou a postura brasileira ao afirmar que as ambições nacionais de um desenvolvimento tecnológico autônomo, de independência, através da aquisição seletiva de tecnologia estrangeira estavam cada vez mais controladas, uma vez que a possibilidade de impacto real no campo tecnológico militar avançado passou a ser objeto de proibição ou, no mínimo, de negociação, causando forte dependência internacional.

Portanto, durante o paradigma liberal, pode-se afirmar que o Brasil adotou, em alguns temas, o viés do “realismo periférico”, denominação criada pelo cientista político argentino Carlos Escudé (Cervo, 2000, p. 10), o qual afirmava que os países em desenvolvimento, as potências médias, sem poder de barganha, deveriam se inclinar às diretrizes dos países desenvolvidos na expectativa de ter acesso a recursos e tecnologias existentes somente em países mais ricos. Em vez de parcerias, o Brasil procurou se alinhar e se aproximar dos países desenvolvidos para receber deles novas tecnologias.

A pesquisa de campo corroborou com essa percepção e revelou que, de acordo com o meio acadêmico e as empresas, o fator “parcerias internacionais” esteve “ausente” no período em estudo (Quadro 28). Não obstante o posicionamento das instituições do Estado pesquisadas, considerando-se a abordagem da análise comparativa qualitativa (Ragin, 1987), conclui-se pela ausência do fator durante o paradigma liberal.

Quadro 28 – Resultado do fator 2/C&T (1990-2002): parcerias internacionais

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições científico-tecnológicas (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.2.3 Fator 3: integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento

A integração das instituições de pesquisa e de desenvolvimento, que esteve “ausente” durante os governos militares (item 5.3.1.3), não evoluiu sob a perspectiva do paradigma liberal, em que se buscou pelo alinhamento internacional.

Proença Júnior (1993, p. 322) revela, por meio do discurso do embaixador Francisco Rezek, que o Brasil enfatizou a aquisição de tecnologias junto aos grandes centros, abandonando projetos estratégicos que tinham por objetivo produzir tecnologia nacional de ponta.

“Se o governo norte-americano – cuja completa compreensão dos projetos brasileiros é importante para o desenvolvimento de nossa tecnologia – “briga” com a construção de um submarino nuclear, teremos de negociar e talvez desistir do projeto, dependendo do relacionamento de custo-benefício. Devemos analisar, contudo, **se vale insistir na construção do submarino contra a vontade de um país que pode transferir alta tecnologia para nós a preços razoáveis.** Eu acredito que nos beneficiaríamos mais dos outros aspectos da alta tecnologia. Eu pondero se um método específico de mover um submarino justifica renunciar a outros

tipos de assistência tecnológica que esperamos receber a curto prazo” (PROENÇA JÚNIOR, 1993, p. 322, grifo nosso).

A pesquisa de campo apontou de forma unânime que, no período de 1990 a 2002, o Brasil não buscou integrar suas instituições de pesquisa e de desenvolvimento (Quadro 29). Com efeito, o país parecia ter abandonado a possibilidade de produzir tecnologias nacionais sofisticadas, principalmente no setor de defesa. Portanto, durante o chamado paradigma liberal, o fator “integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento” esteve “ausente”.

Quadro 29 – Resultado do fator 3/C&T (1990-2002): integração das instituições de P&D

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições científico-tecnológicas (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.3 Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)

#### 5.3.3.1 Fator 1: incentivo estatal à inovação no setor

De acordo com o relatório da ABDI (2010, p. 43), dentro de uma amostra de 13.433 projetos apoiados pelos Fundos Setoriais nos últimos 8 anos (2002-2010), foram encontrados 258 projetos relacionados com o setor de Defesa. Esses projetos somaram R\$ 479 milhões (em valores correntes) e representaram cerca de 11% dos desembolsos dos Fundos Setoriais nesse período.

De acordo com a ABDI (2010, p.46), a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)<sup>68</sup> realizou investimentos no navio polar de apoio à pesquisa; no desenvolvimento do processo de fabricação de hexafluoreto de urânio; no desenvolvimento de radar compacto 3D de busca e vigilância aérea (SABER 60); nos sistemas inerciais para aplicação aeroespacial; em novas tecnologias em estruturas metálicas; no laboratório nacional embarcado; no avião virtual; no sistema de comando de vôo *fly-by-wire* e em sistemas computacionais embarcados; na viatura blindada de transporte de pessoal - média sobre rodas; e no satélite geoestacionário brasileiro.

O resultado da pesquisa de campo também demonstrou que, no período de 2003 a 2011, o fator “incentivo estatal à inovação no setor de defesa” foi incrementado e passou a se fazer “presente” (Quadro 30). O meio acadêmico, ressalta-se, contesta parcialmente o posicionamento dos segmentos ligados às instituições do Estado e às empresas. Ao se empregar a orientação de Ragin (1987), conclui-se que o fator esteve “presente” no período do paradigma logístico.

Quadro 30 – Resultado do fator 1/C&T (2003-2011): incentivo à inovação

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
esas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições científico-tecnológicas (2003-2011)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

<sup>68</sup> A FINEP é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e tem como missão promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, institutos tecnológicos, centros de pesquisa e outras instituições públicas ou privadas, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país.

### 5.3.3.2 Fator 2: parcerias internacionais

A primeira década de 2000 caracterizou-se por acordos com outros países para o desenvolvimento de projetos combinados na área de defesa. Por exemplo, em 2004, foi firmado o acordo entre Brasil (Exército Brasileiro) e Argentina (Exército Argentino) para a fabricação de um veículo sobre rodas leve (Gaucho). Ainda em 2006, estabeleceu-se um acordo entre o Brasil (Ministério da Ciência e Tecnologia e Comando da Aeronáutica) e a África do Sul, com valor total de US\$ 104 milhões (US\$ 52 milhões para cada parte). O acordo visa a fabricar o míssil sul-africano ar-ar de 5ª geração “A-Darter”, que deve entrar em operação até 2015 e substituir o míssil nacional Piranha. Este míssil possuirá guiagem infravermelha, propelente sólido e raio de ação de 360°. Participam da produção o CTA, a Avibrás, a Mectron e a ATech (O’DE ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 206).

Entrevista no Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD/MD) revelou que o Ministério da Defesa tem participado de algumas negociações dos chamados contratos de “offset”, em que as grandes empresas estrangeiras, fornecedoras de produtos de defesa para as Forças Armadas brasileiras, comprometem-se em compartilhar certas tecnologias consideradas fundamentais para o desenvolvimento de nossa indústria de defesa.

As informações anteriores foram confirmadas pela opinião dos entrevistados. A pesquisa revelou, de forma quase unânime, que o fator “estabelecimento de parcerias internacionais” esteve “presente” no período em estudo (Quadro 31).

Quadro 31– Resultado do fator 2/C&T (2003-2011): parcerias internacionais

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	1 (presente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	1	
Meio acadêmico	IPEA	1	1 (presente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições científico-tecnológicas (2003-2011)</b>			<b>1 (presente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.3.3 Fator 3: integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento

O Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD), do Ministério da Defesa, revelou em entrevista concedida ao autor que há uma crescente busca pela integração das diferentes instituições de pesquisa e de desenvolvimento. De acordo com informações deste departamento, o projeto conjunto para produção do helicóptero EC-725 (Projeto H-X BR) pela Helibras, que atenderá as três forças (Marinha, Exército e Aeronáutica), prevê a intermediação da Universidade de Itajubá a qual absorverá as tecnologias transferidas pela Eurocopter, bem como participará do desenvolvimento de novas tecnologias com a Helibras.

Embora haja uma incipiente integração de alguns setores, em especial o aeronáutico, a regra é a falta de integração e de projetos comuns. A pesquisa de campo revela que a opinião dos três segmentos encontra-se dividida (Quadro 32). Porém, empregando a abordagem da análise comparativa qualitativa, conclui-se que o fator “integração das instituições de pesquisa e desenvolvimento” esteve “ausente” no período em estudo.

Quadro 32 – Resultado do fator 3/C&T (2003-2011): integração das instituições de P&D

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 3/condições científico-tecnológicas (2003-2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.3.4 Conclusão parcial

A análise dos resultados obtidos na pesquisa de campo para caracterizar a condição científico-tecnológica do ambiente geral das exportações permite concluir

parcialmente que os fatores, incentivo estatal à inovação no setor de defesa e parcerias internacionais, fizeram-se “presentes” nos paradigmas desenvolvimentista e logístico, permitindo, desta forma, inferir que a condição científico-tecnológica esteve “presente” nestes períodos (Quadro 33).

Quadro 33 - Condição científico-tecnológica nos três paradigmas da PEB

Condição e fatores Paradigmas	Condição Científico-Tecnológicas (C&T)			Resultado (Ragin, 1987)
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Ausência/ Presença
1974/1989	1	1	0	1
1990/2002	0	0	0	0
2003/2011	1	1	0	1

Fonte: o autor

Os resultados obtidos também revelam que, na história recente do Brasil, não houve integração entre as instituições de pesquisa e de desenvolvimento ligadas ao setor de defesa o que traz consequências para a inovação científica e tecnológica do país.

Por fim, o Quadro 33 demonstra que, durante o período de 1990 a 2002, nenhum dos fatores que caracterizam a condição científico-tecnológica se fez presente. Portanto, no ambiente geral para as exportações de produtos de defesa, durante o paradigma liberal, a condição científico-tecnológica não era observada.

#### 5.4 CONDIÇÃO ESTRATÉGICO-MILITAR (MIL)

A condição estratégico-militar do ambiente geral das exportações, lembrando, foi caracterizada, neste estudo, pelos fatores: desenvolvimento orientado de produtos de defesa; aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

A hipótese deste trabalho, vale lembrar, considera que as condições *científico-tecnológica (C&T)* e *estratégico-militar (MIL)* constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais. Com a análise que será feita se pretende evidenciar em qual período da história recente do Brasil, a condição estratégico-militar se fez “presente”.

### 5.4.1 Período de 1974-1989 (Paradigma Desenvolvimentista)

#### 5.4.1.1 Fator 1: desenvolvimento orientado de produtos de defesa (ênfase na interoperabilidade)

Dagnino (2010, p. 75) afirma que foi a dinâmica das exportações que determinou a produção de sistemas de armas brasileiras. A indústria nacional se adaptou às necessidades dos principais mercados (países árabes) e desenvolveu produtos que teriam inserção naqueles mercados.

Entrevista concedida por profissionais do Departamento de Produtos de Defesa indica que as Forças Armadas atuam, tradicionalmente, de forma singular nesta área – em resumo, a Marinha era e é responsável pelo gerador nuclear; o Exército pelo “tanque de guerra” e a FAB pelo VLS e o caça. As forças mantiveram os projetos, nas décadas de 1970 e 1980, com orçamentos próprios.

A pesquisa de campo apresentou resultados que se coadunam com as opiniões anteriores. Os três segmentos alvos da pesquisa indicaram que o fator “orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa que apresentem interoperabilidade” esteve “ausente” no período de 1974 a 1989 (Quadro 34).

Quadro 34 – Resultado do fator 1/MIL (1974-1990): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	0 (ausente)
	DDS/MRE	-	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	1	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições estratégico-militares (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.1.2 Fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa

De acordo com Dagnino (2010, p. 76), a entrada no mercado internacional dos diferentes modelos de produto que cada empresa ia desenvolvendo ao longo do tempo era precedida pela aquisição de um lote importante desse produto pelas Forças Armadas nacionais.

A entrevista na Secretaria de Assuntos Estratégicos indicou que a aquisição planejada e permanente de produtos de defesa pelo governo federal não ocorreu e não ocorre. Mesmo no período dos governos militares, a prioridade era o desenvolvimento econômico e não a defesa e a segurança.

As respostas da pesquisa de campo revelaram que os três segmentos respondentes sinalizam para a “ausência” do fator aquisição planejada e permanente de produtos de defesa pelo Estado (Quadro 35).

Quadro 35 - Resultado do fator 2/MIL (2003-2011): aquisição planejada e permanente

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	1	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	1	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 2/condições estratégico-militares (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.1.3 Fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade

Em entrevista no Departamento de Produtos de Defesa, o General Mattioli, Chefe do Departamento, enfatizou que o pensamento de Estado, em termos estratégico-militares, é voltado para possuir capacidade operacional. Os Estados possuem necessidades, dentre elas, dispor de algum poder militar, isso leva os

países a adquirirem produtos de defesa. Essa capacitação tem um custo. A sociedade nacional, de acordo com o General, percebe e compreende isso.

A entrevista realizada na Secretaria de Assuntos Estratégicos indicou que o período da Guerra Fria apresentava outra realidade, à época do conflito Leste-Oeste, de acordo com os profissionais da SAE, havia uma maior percepção de ameaças ao País, mas ela se restringia aos quadros governamentais, não sendo, portanto, compartilhada por amplos setores da sociedade.

A sistematização das respostas à pesquisa de campo (Quadro 36) apresentou como resultado a ausência do fator “percepção de possíveis ameaças externas compartilhada por amplos setores da sociedade (relevância do tema defesa)”. Assim, mesmo durante o período do paradigma desenvolvimentista, predominantemente de governos militares, o fator em tela esteve “ausente”.

Quadro 36 – Resultado do fator 3/MIL (1974-1989): relevância do tema defesa para a sociedade

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	1	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	1	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições estratégico-militares (1974-1989)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.2 Período de 1990-2002 (Paradigma Liberal)

5.4.2.1 Fator 1: desenvolvimento orientado de produtos de defesa (busca pela interoperabilidade)

A entrevista com o Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD/MD) apontou que a participação do Ministério da Defesa na definição dos produtos a serem desenvolvidos pela indústria é fundamental, pois muitas vezes as empresas trazem soluções para problemas que as Forças Armadas não têm. Contudo, o MD, criado em 1999, é órgão ainda incipiente que começou a se estruturar melhor no final da década de 2010. O Ministério da Defesa, por meio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, busca, de forma embrionária, estabelecer requisitos operacionais conjuntos para ampliar a interoperabilidade dos meios.

A pesquisa de campo revelou respostas unânimes dos três segmentos respondentes, indicando que o fator “orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa com ênfase na interoperabilidade” esteve “ausente” no período de 1990 a 2002 (Quadro 37).

Quadro 37 - Resultado do fator 1/MIL (1990-2002): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	0 (ausente)
	DDS/MRE	-	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 1/condições estratégico-militares (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.2.2 Fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa

Entrevista com o Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD/MD) sinalizou que, no caso do Brasil:

“Isso não ocorre. Sempre houve contingenciamentos orçamentários, a prioridade não é o investimento no setor de defesa que, em geral, sofre cortes para reduzir as despesas públicas. Projetos de aquisição de médio prazo, por vezes, sofrem contingenciamentos ao longo do processo, devido a cortes orçamentários ocorridos em determinados anos em que o contrato

previa o repasse de recursos. Não há garantias. Contrato em vigor não é garantia de recebimento de recursos”<sup>69</sup>.

A pesquisa de campo demonstrou que os três segmentos respondentes concordaram com essas observações (Quadro 38). A sistematização dos resultados denotou que, no período de 1990 a 2002, o fator “aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa” esteve “ausente”.

Quadro 38 – Resultado do fator 2/MIL (1990-2002): aquisição planejada e permanente

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	1	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições estratégico-militares (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.2.3 Fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade

Brigagão (2002, p. 123), ao analisar a importância dada ao tema da defesa nacional na década de 1990, critica:

“A Indústria Bélica Nacional é um bom exemplo da pouca atenção que o poder público e a sociedade civil atribuem à defesa. Nos países mais desenvolvidos, ela é tratada como um bem estratégico de primeira necessidade, gozando de benefícios e incentivos que permitem sua sobrevivência econômica e garantem a independência do fornecimento externo. No Brasil, são comuns manifestações contrárias de alguns acadêmicos, normalmente alegando a necessidade de atendimento prioritário aos investimentos sociais ou preocupados com uma possível militarização do país. A lucidez que a realidade político-estratégica exige, até mesmo para contar com uma política de defesa, é a definição no nível aceitável de autonomia e de independência de material bélico, por se tratar de uma séria questão de soberania”

<sup>69</sup> Entrevista concedida ao autor em 29 de novembro de 2011.

O autor referenciado comenta sobre uma possível “esquizofrenia contra os militares”. Para ele, a sociedade brasileira, de forma geral, acredita que a ideia de uma indústria de defesa autônoma é só do interesse dos militares, tendo poucas consequências para a sociedade.

A pesquisa de campo revelou que a opinião dos três segmentos entrevistados é unânime com relação ao fator “relevância do tema defesa nacional” no período de 1990-2002 (Quadro 39). As respostas enfatizaram a “ausência” deste fator durante o paradigma do Estado Liberal.

Quadro 39 – Resultado do fator 3/MIL(1990-2002): relevância do tema defesa nacional

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	0	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	0	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições estratégico-militares (1990-2002)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

### 5.4.3 Período de 2003-2011 (Paradigma Logístico)

#### 5.4.3.1 Fator 1: desenvolvimento orientado de produtos de defesa

A portaria nº 1.065/MD, de 28 de junho de 2010 (DOU nº 123, de 30 de junho de 2010) dispõe sobre a Diretriz para a coordenação de programas e projetos comuns às Forças Armadas, versa sobre o estabelecimento das instruções para a implementação das ações relativas a projetos comuns às Forças, afetos ao Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED).

Entrevista com o DEPROD ressaltou que a coordenação no âmbito do Ministério da Defesa entre o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA),

responsável por definir os requisitos operacionais conjuntos, e a Secretaria de Produtos de Defesa, ainda é muito incipiente. As atividades de ciência e tecnologia ainda estão muito no âmbito das Forças singulares e de seus centros de tecnologia. A tendência é que, no longo prazo, a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) tenha uma participação mais relevante neste processo.

Para a Secretaria de Assuntos Estratégicos, atualmente, temos o exemplo do projeto do veículo aéreo não-tripulado (VANT), que tem sido coordenado pelo MD, desde o início. Os requisitos do VANT devem atender às necessidades das três forças. Outro exemplo é o Projeto H-X BR que definiu requisitos conjuntos para o helicóptero EC 725 que atenderá as três forças.

As respostas à pesquisa de campo revelaram que a percepção das instituições representantes do Estado é de que há uma incipiente orientação e coordenação com vistas à interoperabilidade. Contudo, os segmentos representados pelo meio acadêmico e pelas empresas sinalizam que o fator em tela encontra-se, ainda, “ausente” (Quadro 40). Destarte, à luz da análise comparativa qualitativa preconizada por Ragin (1994), o fator encontrava-se “ausente”, no período.

Quadro 40 – Resultado do fator 1/MIL (2003-2011): orientação estatal para o desenvolvimento de produtos de defesa

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	-	1 (presente)
	DDS/MRE	-	
	DEPROD/MD	1	
	SAE	1	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	1	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	1	
<b>Resultado para o fator 1/condições estratégico-militares (2003-2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.3.2 Fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa

Conforme a ABDI (2010, p. 30), do ponto de vista institucional, a END/2008 sugeriu a criação da Secretaria de Produtos de Defesa, vinculada ao Ministério da Defesa, com o objetivo de otimizar o dispêndio de recursos, assegurar que as compras obedeam às diretrizes da END e afirmar o compromisso com o desenvolvimento das capacidades tecnológicas da base industrial de defesa brasileira.

Entrevista com o DEPROD revelou que a criação do Ministério da Defesa foi um marco para a retomada do tema “defesa”. A Política de Defesa Nacional (2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (2008) representam o símbolo maior disso. A Indústria de Defesa Nacional faz parte deste contexto. Contudo, ainda não há garantias de investimentos permanentes. Nunca o setor de defesa teve tratamento privilegiado em termos orçamentários.

As respostas à pesquisa de campo, sistematizadas no Quadro 41, demonstraram que o fator “aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa junto às empresas nacionais” esteve “ausente” no período de 2003 a 2011.

Quadro 41 – Resultado do fator 2/MIL (2003-2011): aquisição planejada e permanente

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	
Empresas	ABIMDE	0	0 (ausente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	0	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 2/condições estratégico-militares (2003-2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.3.3 Fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade

A entrevista com o Departamento de Produtos de Defesa (DEPROD/MD) revelou que a sociedade brasileira nunca teve a percepção de possíveis ameaças, compartilhada por amplos setores. Contudo, é crescente o envolvimento do meio acadêmico com o tema “Defesa”, como pôde ser verificado na participação nos debates sobre o Livro Branco de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa.

Para a Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC/MRE), a preocupação da maior parte da sociedade brasileira ainda é com a sobrevivência (“o prato de cada dia”), apesar do crescente interesse por temas ligados à política externa e à defesa nacional. Ressalta-se que assuntos como Amazônia, Pré-Sal e espaço aéreo têm obtido inserção cada vez mais relevante na mídia.

Valendo-se de pesquisa conduzida pelo IPEA, no bojo de convênio firmado com a 7ª Subchefia/EME, o Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, General Menandro, asseverou que cerca de metade da população brasileira acredita em ameaças à segurança do país na Região Amazônica; na sequência, 45% creem em ameaça na região de exploração petrolífera no mar. Essas percepções foram colhidas por instituto civil de pesquisa.

Não obstante o esforço do Ministério da Defesa em sensibilizar a sociedade para o tema da “Defesa”, as respostas da pesquisa de campo ao serem sistematizadas (Quadro 42) sinalizaram que os três segmentos respondentes indicam que o fator “percepção de possíveis ameaças externas compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa)” esteve ausente no período de 2003 a 2011.

Quadro 42 – Resultado do fator 3/MIL (2003-2011): relevância do tema defesa nacional  
Continua

Público-alvo		Resposta	Minimização
Instituições do Estado	DOC/MRE	0	0 (ausente)
	DDS/MRE	0	
	DEPROD/MD	0	
	SAE	0	
	EME	0	
Meio acadêmico	IPEA	0	0 (ausente)
	UFF	0	
	UNB	1	
	UFSC	0	
	USP	0	

Quadro 42 – Resultado do fator 3/MIL (2003-2011): relevância do tema defesa nacional  
Conclusão

Público-alvo		Resposta	Minimização
Empresas	ABIMDE	1	1 (presente)
	EMGEPRON	0	
	AVIBRAS	1	
	HELIBRAS	1	
	IMBEL	0	
<b>Resultado para o fator 3/condições estratégico-militares (2003-2011)</b>			<b>0 (ausente)</b>

Fonte: o autor

#### 5.4.4 Conclusão parcial

O estudo dos fatores selecionados, neste trabalho, para caracterizar a condição estratégico-militar do ambiente geral das exportações permite concluir, de forma parcial que, em nenhum dos períodos recentes da história nacional, a condição em tela esteve “presente” (Quadro 43).

Quadro 43 – Condição estratégico-militar nos três paradigmas da PEB

Condição e fatores Paradigmas	Condição Estratégico-Militar (EM)			Resultado (Ragin, 1987)
	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Ausência/ Presença
1974/1989	0	0	0	0
1990/2002	0	0	0	0
2003/2011	0	0	0	0

Fonte: o autor

Pode-se ainda inferir que o Brasil, até o momento, não completou a estruturação de uma instituição federal, ligada ao Ministério da Defesa, que tenha participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as Forças Singulares (Fator 1), bem como as reais necessidades de defesa do país. Esse fator é evidenciado nos países mais desenvolvidos, há mais de três décadas.

A falta de uma política de aquisição planejada e permanente de produtos de defesa pelas Forças Armadas brasileiras, garantindo a previsibilidade necessária à indústria nacional, verifica-se que é uma constante na história nacional.

E, por fim, outra conclusão parcial, é que, mesmo no período da Guerra Fria, quando a possibilidade de um conflito era maior, a sociedade brasileira não

demonstrou compartilhar a percepção de possíveis ameaças. Portanto, a defesa nacional não é parte das preocupações da sociedade brasileira.

## 5.5 CONCLUSÃO SOBRE O AMBIENTE GERAL PARA AS EXPORTAÇÕES DE PRODUTOS DE DEFESA NO BRASIL

A conclusão do presente capítulo valer-se-á da “Tabela Verdade” preconizada por Ragin (1987). Esta tabela revela, na coluna à direita, as circunstâncias existentes em determinado ambiente, no presente estudo, o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa. Nas colunas internas, a tabela apresenta as possíveis condições causais para o resultado. Neste trabalho, as condições que caracterizam o ambiente geral foram consideradas como reflexos da política externa brasileira.

Assim, a Tabela 20 resume o estudo dos três paradigmas da política externa brasileira selecionados para esta análise qualitativa comparativa.

Tabela 20 - Casos e condições para o estudo comparativo – resultado

Condições Casos	Político- legais (POL)	Econômicas (ECO)	Científico- tecnológicas (C&T)	Estratégico- Militares (MIL)	Ambiente para as ex- portações (Amb)
PEB/ 1974-1989	1	1	1	0	1
PEB/ 1990-2002	0	0	0	0	0
PEB/ 2002-2010	1	0	1	0	0

Fonte: o autor, adaptado de Liñan (2008)

A tabela demonstra que, durante a vigência do paradigma do Estado Desenvolvimentista (1974 a 1989), o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa estava “presente” (1). Havia, à época, condições favoráveis à atividade, o que ficava caracterizado pela inserção no mercado internacional de armas convencionais, obtida pelo Brasil.

Nesse paradigma, verifica-se, as condições político-legal (POL), econômica (ECO) e científico-tecnológica (C&T) estavam “presentes” simultaneamente. A condição estratégico-militar (MIL), por sua vez, estava “ausente” (0). Dessa forma, à

luz da álgebra booleana, pôde-se estabelecer combinações entre as condições (variáveis de estudo) e organizar uma função que mostrasse essa circunstância.

A fórmula para o ambiente geral para as exportações de PRODE, no Paradigma Desenvolvimentista, foi  $Amb_{74/89}=POL*ECO*C&T*mil$ . A condição não observada (estratégico-militar) pode ser descartada, à luz da simplificação proposta por Ragin (1987), resultando a seguinte configuração de condições:  $Amb_{74/89}=POL*ECO*C&T$ .

A mesma tabela também torna notório que, durante a vigência do paradigma do Estado Liberal (1990 a 2002), o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa estava “ausente”, o que é corroborado pela perda de mercados e pela redução drástica das exportações brasileiras de sistemas de armas.

Com efeito, no período liberal, as condições elencadas para este estudo e que podem influenciar favoravelmente o ambiente para as exportações de produtos de defesa estiveram todas “ausentes”. Dessa forma, tendo por base a álgebra booleana, a configuração de condições para o paradigma do Estado Liberal em estudo foi  $Amb_{90/02}=pol*eco*c&t*mil$ . Como esta combinação de configurações não favoreceu o ambiente das exportações (resultado esperado), ela pode ser descartada para o teste da hipótese.

A Tabela 20 mostra, ainda, que o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa no período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico) foi considerado ausente (0), o que é corroborado pela reduzida participação no mercado internacional de PRODE e pela pequena diversificação da pauta exportadora de PRODE.

As iniciativas estabelecidas após a END (2008) ainda não trouxeram consequências práticas para o ambiente geral das exportações de PRODE, o qual permaneceu desfavorável. Os resultados revelam que, de um lado, as condições político-legal (POL) e científico-tecnológica (C&T) estiveram “presentes” (1) e, de outro, as condições econômica (ECO) e estratégico-militar (MIL) estiveram “ausentes” (0). Dessa forma, a configuração das condições para o paradigma ficou assim caracterizada  $Amb_{03/11}=POL*eco*C&T*mil$ , resultando, após a simplificação,  $Amb_{03/11}=POL*C&T$ .

Comparando-se as equações  $Amb_{74/89}=POL*ECO*C&T$  e  $Amb_{03/11}=POL*C&T$ , verifica-se que a diferença entre as configurações é a presença da condição

econômica (ECO) no ambiente geral das exportações de produtos de defesa, durante o Paradigma Desenvolvimentista, e sua ausência, durante o Paradigma Logístico.

Pela minimização lógica proposta por Ragin (1987), na combinação de condições que caracterizou o ambiente geral, no período de 1974 a 1989, quando o Brasil teve êxito em sua inserção no mercado de armas convencionais, verifica-se que a existência da condição econômica (ECO) foi necessária. Sem esta condição, entre 2003 e 2011, a configuração POL\*C&T não foi suficiente para criar um ambiente favorável. Neste estudo, para lembrar, a condição ECO, considerada necessária no caso brasileiro, foi caracterizada por três fatores: apoio estatal ao setor, participação da iniciativa privada e política de exportação específica para os PRODE.

## 6 DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo geral comparar as condições vigentes no ambiente geral de exportações de produtos de defesa nacionais, no período de 1974 a 2011, considerando os reflexos dos paradigmas da política externa brasileira. Os objetivos específicos foram descrever as teorias das relações internacionais e os pressupostos que influenciaram a formulação da política externa brasileira; descrever os paradigmas adotados pela política externa do país; estudar as condições necessárias e suficientes para a existência de um ambiente geral favorável às exportações de produtos de defesa, tendo por base a realidade dos cinco países que mais exportam esses produtos; e comparar as condições e o ambiente geral das exportações de produtos de defesa no Brasil, durante os três paradigmas estudados: desenvolvimentista (1974-1989), liberal (1990-2002) e logístico (2003-2011).

A hipótese que está sendo testada é a de que as condições *científico-tecnológica (C&T)* e *estratégico-militar (MIL)* constituem-se em reflexos da política externa que, ao se fazerem presentes, são suficientes para o êxito das exportações de produtos de defesa nacionais. A hipótese pressupõe que a linha mestra adotada pela política externa de um país condiciona o ambiente geral das exportações de produtos de defesa. O comportamento dos Estados nas suas relações internacionais, neste estudo, ganhou, pois, relevância.

Os Estados são considerados, em qualquer das teorias das relações internacionais, os principais atores. Convém lembrar, nessa discussão, o conceito contemporâneo de *Smart Power*, trazido no capítulo 3, em que o Estado, para atingir os objetivos de sua política externa, emprega meios militares e econômicos (*Hard Power*), complementados por grandes investimentos em *Soft Power* (meios ideológicos e culturais). O Brasil, como ficou caracterizado ao longo deste trabalho, é, ainda, uma potência média com interesses limitados e meios limitados para defender seus interesses. O país apresenta potencial para desenvolver seus recursos e alcançar a condição de polo de poder mundial, no entanto, vive um dilema: ser uma potência ou não ser?

A esse dilema subjaz uma questão essencial que é avaliar em que medida o país quer assumir os riscos e as responsabilidades de se tornar uma potência

mundial. Com efeito, o Brasil deixaria a situação atual relativamente cômoda, em que, ao lado dos países emergentes, reivindica e exige ações dos chamados “centros hegemônicos”, para adentrar em uma zona de desconforto, em que seria cobrado a agir e a dar respostas a problemas de toda ordem - militares, econômicos, sociais, científicos e políticos - que afetam a humanidade.

O Itamaraty, formulador da nossa política externa, orgulha-se de seu lema “a continuidade na mudança”, realçando as linhas mestras tradicionais do não-confrontacionismo, juridicionismo, multilateralismo e cordialidade. Dos três modelos clássicos de comportamento dos Estados sugeridos por Wight (1991), a política externa brasileira (PEB) se identifica melhor com o racionalismo. O Brasil percebe, pois, as relações internacionais de forma semelhante a uma sociedade definida pelo diálogo entre os Estados e pela regra da lei.

A PEB, ainda, apresenta alguns traços de realismo ao reconhecer que há interesses nacionais conflituosos; além disso, também revela traços de idealismo, demonstrando acreditar que a paz perpétua é possível.

O interesse brasileiro mais importante e tradicional é a busca pelo desenvolvimento econômico e social. A política externa nacional presta-se a apoiar a realização deste interesse nacional. Assim, à primeira vista, a indústria de defesa não tem lugar na equação dos interesses brasileiros, ao contrário, por ser deficitária e produzir tecnologias muito específicas e especializadas com pouca aplicação na área civil, seria uma atividade desnecessária.

Convencer a sociedade de que essa indústria é estratégica para o país representa um desafio permanente para as Forças Armadas, para as empresas que fazem parte da base industrial de defesa e para setores da sociedade que percebem as relações externas com viés predominantemente realista. Os argumentos de que o setor pode contribuir para desenvolver tecnologias de uso dual e proporcionar empregos para a sociedade são questionados por economistas de defesa, como, por exemplo, o professor Renato Dagnino, que sugere, inclusive, que o Brasil deveria se conformar a situação de importador e adquirir seus meios de defesa de países que já se consolidaram como grandes exportadores.

A consolidação da indústria de defesa, analisados os casos dos cinco países que mais exportam, foi mais efeito do que causa do desenvolvimento econômico e social. A experiência histórica desses países mostra que, à medida que o Brasil se

desenvolver, maiores serão seus interesses globais e maior será a necessidade de possuir recursos de poder para defendê-los. A inevitabilidade do desenvolvimento brasileiro indica, pois, a necessidade de que projetos estratégicos, em especial na área de defesa, sejam compartilhados pelos segmentos civil e militar da sociedade, afinal a defesa nacional pressupõe “o povo em armas”.

Os resultados obtidos com a pesquisa revelaram, conforme a Tabela 21, a presença ou ausência das condições elencadas (Quadro 1) para caracterizar o ambiente geral das exportações, tanto nos países que são os maiores exportadores; como no Brasil, em três períodos distintos da sua história recente.

Nesse trabalho, verificou-se que, enquanto a política para a indústria de defesa dos países que mais exportam indica que as exportações têm como finalidade, tão somente, reduzir os custos de produção; no Brasil, ao contrário, as exportações devem tornar o setor economicamente sustentável. Ou seja, no Brasil, além de cobrir todos os custos de produção, as exportações, em tese, devem proporcionar lucros e dividendos. Malgrado os objetivos específicos das exportações dos diferentes países, ambas as abordagens consideram-nas fundamentais para o setor.

Tabela 21 – Resumo dos resultados da pesquisa

Condições Casos	POL	ECO	C&T	MIL	Participação no mercado mundial (%)
PEB (74-89)	1	1	1	0	0,334
PEB (90-02)	0	0	0	0	0,162
PEB (03-11)	1	0	1	0	0,241
Estados Unidos, Rússia, França e Reino Unido	1	1	1	1	66,9
Alemanha	0	0	1	1	9,7

Fonte: o autor

A Tabela 21 revela informações importantes para a hipótese desta pesquisa. A configuração-controle que retrata o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa nos cinco países que mais exportam, conforme o item 4.7, foi caracterizada por duas equações, uma ideal em que as quatro condições aparecem simultaneamente ( $Amb = POL * ECO * C\&T * MIL$ ), observada nos Estados Unidos,

Rússia, França e Reino Unido, responsáveis por 66,9% de todas as exportações mundiais.

A outra equação referente aos países que mais exportam mostra a combinação necessária e suficiente que apresenta, simultaneamente, as condições científico-tecnológicas e militares ( $Amb=C&T*MIL$ ). Essa combinação foi observada no caso da Alemanha, onde o Estado coordena as iniciativas de uma base industrial consolidada, alicerçada em firmas privadas que desenvolvem produtos de defesa altamente competitivos. A participação deste país em quase 10% das exportações mundiais de produtos de defesa é muito significativa, afinal a Alemanha sofreu severas restrições aos seus meios militares, após a derrota na II Guerra Mundial. Hoje, apesar da sua capacidade militar, é considerada uma “potência civil” confiável.

Nos países que mais exportam, verificou-se, no Capítulo 4, que os programas militares são subsidiados pelos Estados, tanto com investimentos na pesquisa quanto na aquisição planejada de produtos de defesa nacionais pelo governo. Primeiro os países equipam suas Forças Armadas com os novos produtos de defesa e, somente em um segundo momento, incentivam e apoiam as exportações. As motivações que levam a exportar, como foi visto no capítulo 4, são distintas. As motivações políticas têm por objetivo influenciar o cenário internacional; as estratégicas, por sua vez, visam a garantir a autonomia nacional e o controle de tecnologias sensíveis; e, as econômicas, por fim, buscam reduzir os custos de produção e manter um setor industrial considerado estratégico.

O Brasil, de participação restrita neste mercado (última coluna da Tabela 21), tem procurado revitalizar sua indústria de defesa. O termo revitalizar remete ao período de 1974 a 1989, quando, embora o país não fosse um dos maiores exportadores (apenas 0,334% das exportações mundiais eram brasileiras), a indústria de defesa nacional apresentava diversificação de mercados internacionais (Tabela 4) e os produtos ofertados abrangiam desde armas e munições de pequeno porte até sistemas de armas, como veículos blindados, aeronaves, radares e sensores, navios e peças de artilharia.

A hipótese proposta – as condições C&T e MIL são necessárias e suficientes para um ambiente favorável às exportações de produtos de defesa - não se confirmou no caso brasileiro, em nenhum dos períodos comparados. Mesmo durante o paradigma desenvolvimentista, em que o volume de exportações de produtos de

defesa brasileiros teve significativo aumento, a hipótese não foi confirmada. Tão pouco se configurou no Brasil a configuração ideal, em que todas as condições aparecem simultaneamente, afetando decisivamente o ambiente geral das exportações de PRODE.

A hipótese, ao ser testada no caso brasileiro, contudo, não pode ser descartada. Como foi visto ao longo do trabalho e está retratado na Tabela 21, o Brasil nunca teve uma participação relevante nas exportações de produtos de defesa. Esse resultado contraria a maior parte das informações bibliográficas, revela que, mesmo nas décadas de 1970 e 1980, o ambiente geral das exportações de produtos de defesa, no Brasil, não era dos mais favoráveis, quando comparado àquele existente nos países que mais exportavam.

Conforme observado no item 5.5, durante o paradigma desenvolvimentista (1974 a 1989), a combinação de condições para gerar um ambiente “favorável” às exportações de produtos de defesa brasileiros pode ser resumida pela configuração  $Amb_{74/89}=POL*ECO*C\&T$ , em que a condição econômica (ECO) foi fundamental para que o ambiente fosse favorável. Essa combinação de condições é diferente daquela existente nos países que mais exportam.

Como justificar que, durante o paradigma desenvolvimentista, a condição econômica (ECO) tenha sido a mais importante para o ambiente geral de exportações de PRODE, proporcionando, ao Brasil, condições de ingressar no grupo de exportadores de sistemas de armas? Essa abordagem já foi estudada por alguns atores, mas ainda carece de maiores esclarecimentos.

Com efeito, não havia na política exterior brasileira, apesar de pragmática e focada em resultados, a vontade de influenciar o cenário internacional. Seu objetivo era o equilíbrio da balança comercial comprometido pelas importações de petróleo. A indústria de defesa brasileira subordinava-se, pois, durante o paradigma desenvolvimentista, à estratégia da busca pelo desenvolvimento e pela redução da dependência tecnológica externa. Essa estratégia de desenvolvimento caracterizou as condições político-legal (POL) e científico-tecnológica (C&T) do período, as quais coexistiram com a condição ECO.

A configuração ( $Amb_{74/89}=POL*ECO*C\&T$ ) não se sustentou. Assim que a intervenção estatal, característica do desenvolvimentismo, foi contestada pelo paradigma liberal (1990 a 2002), particularmente no final da década de 1980,

especialmente a condição econômica (em particular, os fatores apoio estatal e política de exportação) passou a estar ausente do ambiente geral brasileiro, tornando insustentável o setor que era altamente dependente de suas exportações para um mercado mundial que se tornava cada vez mais restrito e exigente.

Durante o paradigma liberal, a desregulamentação dos mercados tornou os produtos importados mais baratos que os nacionais, o que também aconteceu com os produtos de defesa. Além disso, a falta de incentivos e proteção aos projetos estratégicos contingenciou recursos escassos e freou pesquisas que andavam a passos lentos. Por fim, a crença na defesa coletiva desestimulou os investimentos nas Forças Armadas nacionais, uma vez que a segurança mundial estaria garantida por forças multinacionais, das quais o Brasil, com seus grandes problemas sociais e econômicos, não necessariamente precisaria participar. Assim, o paradigma liberal, que não evidenciou nenhuma das condições (Tabela 21) estudadas para o ambiente geral de exportações de PRODE, foi decisivo para que a indústria nacional entrasse em crise e perdesse participação no mercado internacional, especialmente no setor de veículos blindados.

Enquanto o Brasil subordinava-se ao paradigma liberal, os governos dos países maiores exportadores gerenciavam suas indústrias do setor de defesa de forma estratégica, redimensionando seu parque industrial, formando conglomerados mais competitivos, garantindo a proteção as suas indústrias essenciais e mantendo os níveis de participação no mercado mundial.

É preciso concordar, de certa forma, com a assertiva de Guimarães (2006), quando afirma que o comércio internacional de produtos de defesa prossegue como um dos segmentos mais lucrativos do comércio mundial, por esse motivo, aos principais países exportadores de armas não interessa e incomoda a concorrência da indústria de armamentos de produtores como o Brasil.

Em tempos recentes, mesmo com a tentativa de recuperação, após a Estratégia Nacional de Defesa (END/2008), o Brasil exporta para pouco mais da metade do número de países para os quais exportava na década 1980 e a sua pauta de exportações é predominantemente de aeronaves (86% das exportações de sistemas de armas), setor em que o país conseguiu manter a competitividade, graças, em grande medida, a tecnologias estrangeiras.

A propósito, a pesquisa indica que o Brasil apresenta fragilidade na condição científico-tecnológica (C&T), principalmente por que não alcançou a integração dos diversos centros nacionais de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. São duas as consequências desta realidade, a primeira é que sem coordenação de esforços ocorre, ao mesmo tempo, duplicidade e dispersão de forças. A segunda é que o país depende de parceiras e acordos com outros Estados para poder usufruir de tecnologias de ponta estrangeiras. O país continua, assim, dependente de novas tecnologias para o setor.

Além disso, a completa ausência da condição estratégico-militar (mil) tem sido decisiva para as dificuldades enfrentadas. O Brasil ainda não prioriza a produção de meios que possam ser empregados de forma conjunta pelas três forças singulares (interoperabilidade), o que torna seus produtos menos competitivos interna e externamente. Também, o país ainda não definiu uma política de aquisições permanentes e planejadas na indústria de defesa local, conforme fazem os países que mais exportam, o que deixa as empresas brasileiras sem a necessária previsibilidade. E, por fim e mais importante, a sociedade nacional não compartilha a percepção de possíveis ameaças externas e internas, o que restringe sobremaneira o projeto estatal de revitalização da indústria de defesa.

Este é um traço pueril da identidade nacional que merece ser melhor estudado em outra pesquisa, cuja hipótese a ser testada poderia ser: *a tradição cultural de potência média, de perfil baixo e dependente, dificulta o Estado brasileiro na sua busca pelo objetivo de alcançar a maturidade e desenvolver plenamente os seus recursos, tornando-se um dos polos do poder mundial.*

Para manter a capacidade doméstica de produção de armas, os países devem, lembrando Smith e col. (1989), introduzir várias barreiras formais e informais para proteger a indústria de armas nacional e pagar acima do preço mundial médio pelas armas e equipamentos nacionais que eles compram.

No Brasil, a ausência de cultura de defesa deslegitima as ações do Estado para fomentar as indústrias do setor. É compreensível que o argumento principal para justificar os investimentos públicos na indústria de defesa brasileira continua a ser a possibilidade do desenvolvimento de tecnologias de uso dual que, com efeito, deve ser uma consequência e não um fim em si mesmo, sob pena de o Brasil desenvolver produtos que não atendam suas reais necessidades de defesa.

O debate acerca do redimensionamento da base industrial de defesa implica, rememorando Deutch (2001), a definição das ameaças, bem como da natureza e da organização das forças necessárias para se contrapor a elas, garantindo a defesa nacional. Critérios financeiros e de mercado, segundo esse autor, não podem ser utilizados para definir a base industrial de defesa mais apropriada.

O quadro 44, a seguir, revela, de forma resumida, as principais condições para as exportações de PRODE vigentes nos países que mais exportam e no Brasil.

Quadro 44 – Condições para as exportações de PRODE

<b>NOS PAÍSES QUE MAIS EXPORTAM</b>	<b>NO BRASIL</b>
Exportações tem por objetivo reduzir os custos de produção.	Exportações visam a tornar o setor sustentável. Na Dec 1980, Balança Comercial deficitária (troca armas por petróleo)
Alemanha – “potência civil”: aquisição local planejada e esforço nas exportações	Brasil – esteve entre os maiores exportadores. Não há aquisição planejada.
Pauta e mercado diversificados	Já teve pauta e mercado diversificados. Hoje vende, principalmente, aeronaves e o mercado concentra-se na América do Sul.
Integração de centros de pesquisa e interoperabilidade	Não há integração de pesquisas e não há interoperabilidade (duplicidade e dispersão de esforços).
A proteção à indústria nacional de defesa traz custos para os países que, de maneira geral, são bem aceitos.	A ausência de uma cultura de defesa deslegitima as ações do Estado para fomentar as indústrias do setor.
Integração civil-militar para desenvolver produtos que atendam às necessidades de defesa do país.	Ênfase no emprego dual – não pode ser um fim em si mesmo. As reais ameaças à defesa é que devem orientar o desenvolvimento de PRODE.
Oferecem produtos no “Estado da arte”	Produtos com tecnologia intermediária.

Fonte: o autor

É a vontade política, pois, que determina a importância da indústria de defesa nacional. O viés racionalista adotado pela política externa brasileira é, ao mesmo tempo, uma consequência da falta de recursos de poder do Estado para demandar por seus interesses no cenário internacional e, também, um inibidor das iniciativas para a produção nacional de meios militares. Afinal, para os racionalistas, se os conflitos podem ser resolvidos por meio do diálogo e da negociação, por que instrumentalizar o poder militar dos Estados, correndo-se o risco de que as crises escalem para conflitos armados?

Esse dilema é resolvido, em princípio e em parte, com a posse de meios militares cujo objetivo é alcançar a dissuasão. Essa é a justificativa mais satisfatória

para os investimentos recentes do governo brasileiro na indústria de defesa. Contudo, a produção de meios de defesa traz elevados custos. A amortização destes custos só é possível por meio das exportações, as quais exigem competitividade e promoção comercial por parte do governo. Afinal, são os Estados os principais clientes neste mercado e as tratativas são feitas, especialmente, entre os governos.

Vale lembrar a crítica de Dagnino (2010, p. 65), para quem o Brasil, exportador de produtos de defesa com tecnologias intermediárias, dificilmente tem condições de ampliar o mercado para suas exportações. O melhor a fazer, segundo ele, é aceitar a hierarquização do poder mundial, leia-se: “Brasil: potência média, perfil baixo e dependente”. Para esse autor, lembremos, os países periféricos que se rebelam contra o estado de coisas são penalizados. Com relação aos países produtores de armas, não há muitas opções, segundo esse autor, senão acatar as preferências e exigências dos Estados Unidos, país que detém as tecnologias mais avançadas do setor, além de influência política e econômica, direta e indireta, no comércio e produção de armas.

Com efeito, o Brasil, ao adotar iniciativas de potência média, tem se autolimitado, em especial, ao formular e aderir a leis internacionais que visam a restringir a hegemonia das potências. Assim temos, de um lado, as potências que, na sua maioria, não ratificam e nem aderem a acordos e tratados que limitem seu poder; e, de outro, as potências médias que, ao se submeterem a algumas leis destinadas, em tese, a limitar as potências, abdicam, na prática, da possibilidade de obter os mesmos recursos de poder que tornaram as potências atores globais hegemônicos.

Entre o conformismo sugerido por Dagnino e a assertividade exposta na Política de Defesa Nacional (2005), o Estado brasileiro, ao que parece, elegeu a segunda, admitindo que o Brasil tem um papel maior a desempenhar no mundo, muito embora esse papel ainda esteja indefinido e seja pouco debatido, em face dos graves problemas sociais, políticos e econômicos que ainda afetam o país.

## 7 CONCLUSÃO

A pesquisa permitiu conhecer as condições existentes no ambiente geral de exportações de produtos de defesa nos países que mais exportam nesse setor e, particularmente, no Brasil, entre 1974 e 2011. Verificou-se que as condições vigentes naqueles países são diferentes daquelas do Brasil, potência média de limitados recursos de poder. Os resultados buscaram mostrar o ambiente geral para as exportações de produtos de defesa brasileiros, contribuindo para que ele possa ser aperfeiçoado com vistas ao desenvolvimento da Indústria de Defesa Nacional.

O trabalho mostrou que, nos cinco países que mais exportam produtos de defesa, o ambiente geral para as exportações desses produtos é favorável, sendo permeado pela existência das condições político-legal, econômica, científico-tecnológica e estratégico-militar. A política externa desses países tem como um de seus objetivos desenvolver a capacidade de influenciar os destinos da comunidade internacional. Por isso, o Estado, normalmente, apoia e subsidia projetos considerados estratégicos como, por exemplo, a indústria de defesa.

As condições científico-tecnológica e estratégico-militar, vigentes nesses países, são vetores essenciais de desenvolvimento e influência e se constituem em reflexos de uma política externa decidida, com objetivos nacionais de médio e longo prazo perfeitamente delineados. Ademais, na maioria desses países, predomina uma visão realista das relações entre os Estados, fundamentada na percepção conjunta de ameaças pela sociedade, o que justifica e legitima o esforço governamental em manter seu parque industrial de defesa, ainda que este seja, normalmente, deficitário.

A análise qualitativa comparativa permitiu concluir que, no Brasil, em nenhum dos períodos estudados, quer seja no desenvolvimentista (1974-1989), no liberal (1990-2002) ou no logístico (2003-2011), a condição estratégico-militar esteve presente no ambiente geral das exportações de produtos de defesa brasileiros. Ressalta-se que esta condição necessária é comum aos países que mais exportam no setor. E, no caso da Alemanha, ela aparece simultaneamente com a condição científico-tecnológica, uma combinação que se mostra necessária e suficiente para o sucesso exportador daquele país. Seria esta uma combinação aplicável ao Brasil?

No período do paradigma desenvolvimentista, o ambiente brasileiro era considerado favorável às exportações de PRODE. O governo brasileiro buscava a autonomia em tecnologias de defesa. Os sistemas de armas nacionais, de tecnologia intermediária, encontraram mercado nos países árabes, em especial no Iraque. O país precisava equilibrar a balança comercial que tinha na importação de petróleo um dos grandes responsáveis pelo déficit. Na década de 1980, a crise da dívida externa e o fim do conflito Irã-Iraque, entretanto, contribuíram para que a condição econômica que favorecia o ambiente deixasse de existir. O setor enfrentou, com isso, uma crise sem precedentes durante o período seguinte em que esteve vigente o paradigma liberal.

A Estratégia de Defesa Nacional (2008), aprovada durante o paradigma do Estado logístico, indicou a necessidade de revitalização da indústria de defesa brasileira. Algumas iniciativas para incentivar o setor estão sendo tomadas, a exemplo do regime especial tributário para a indústria de defesa, aprovado com a lei nº 12.598/2012, de 22 de março de 2012. No entanto, alguns fatores e condições fundamentais observados nos países que mais exportam encontram-se ausentes no caso brasileiro.

Ainda não se verifica o desenvolvimento de produtos de defesa nacionais com ênfase na interoperabilidade entre as três Forças singulares, estabelecendo-se requisitos operacionais conjuntos e em conformidade com as reais necessidades da defesa nacional. Nesse contexto, pode-se sugerir a criação, no âmbito do Ministério da Defesa, de uma agência responsável por direcionar os esforços de pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa brasileiros, nos moldes da DGA francesa ou da DARPA norteamericana.

Também, constatou-se que não há uma política de Estado permanente que vincule os diferentes governos e determine aquisições nacionais de médio e longo prazo, oferecendo previsibilidade às indústrias brasileiras. E, o mais importante, a sociedade brasileira demonstra pouco interesse no debate sobre a grande estratégia do país e os desafios de longo prazo, estabelecendo pouca prioridade para o tema da defesa nacional.

Com efeito, se por um lado, o discurso brasileiro afirma que o país quer e está em condições de assumir maiores responsabilidades no concerto das nações; por outro, as condições vigentes no ambiente geral das exportações de produtos de defesa

refletem uma política externa de potência média, de tradição pacifista, com perfil baixo e aversão a assumir riscos.

A Alemanha, considerada hoje uma “potência civil”, não abre mão de proporcionar as condições necessárias e suficientes para que a sua indústria de defesa seja viável, pois o setor é considerado estratégico. Não é razoável e nem racional, pois, que o Brasil, ator com interesses globais, ignore a possibilidade de que outros recursos de poder, além da negociação, possam vir a ser utilizados para proteger seus mais legítimos objetivos. Neste caso hipotético, mas não improvável, convém dispor de capacitação tecnológica e industrial que permita ao país desenvolver os produtos de defesa que necessita, sem depender da importação de componentes e tecnologias consideradas sensíveis.

As condições vigentes no ambiente brasileiro são, de fato, muito complexas. Esta pesquisa, com suas limitações, procurou sistematizar as condições que são reflexos da política externa brasileira. As informações coletadas revelam, no entanto, que as circunstâncias sociais e políticas internas também trazem reflexos importantes para o setor.

É necessário que as diferentes instituições, civis e militares, envolvidas direta e indiretamente com o desenvolvimento do setor, compreendam a dimensão política do tema. A Secretaria de Produtos de Defesa, recém-criada no âmbito do Ministério da Defesa, a exemplo do que ocorre nos países que mais exportam PRODE, tem papel relevante na orientação dos esforços para que condições favoráveis ao ambiente geral das exportações do setor sejam criadas e o Brasil possa ter uma indústria competitiva e que atenda às reais necessidades de defesa do país.

## REFERÊNCIAS

ABDI. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Estudos Setoriais de Inovação: Base Industrial de Defesa**. Brasília: ABDI/MDIC, 2010. Disponível em : [http://www.abdi.com.br/Estudo/Estudo\\_Setorial\\_Inovacao\\_Defesa.pdf](http://www.abdi.com.br/Estudo/Estudo_Setorial_Inovacao_Defesa.pdf). Acessado em 15 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira**. Campinas: ABDI, NEIT-IE-UNICAMP, 2011. 54p. Disponível em: [http://www.abdi.com.br/Estudo/relatorio\\_neit\\_04-defesa\\_01b.indd.pdf](http://www.abdi.com.br/Estudo/relatorio_neit_04-defesa_01b.indd.pdf). Acessado em 15 de novembro de 2011.

ADAMS, Gordon *et al.* **Europe's defence industry: a transatlantic future**. Centre for Europe Reform defence industry working group, [...], 1998. Disponível em: [http://www.cer.org.uk/pdf/p122\\_defence\\_industry.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/p122_defence_industry.pdf). Acessado em 29 de novembro de 2010.

ALEMANHA. **Bundesministerium der Verteidigung**. Weißbuch zur Sicherheitspolitik Deutschlands und zur Zukunft der Bundeswehr 2006. Berlin, 2006. Disponível em: [http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg!/ut/p/c4/NYzBCslwEETaLcVVPCmFFEoehJtb0m6pEubpCTb9uLHmx6cgWHgDYMtZnu1sFXCwasRP9gYPukVtFssJDY9xZ5Y0hRGFh5AeUs6CEEXhtmRz20ITknPpsf39tcRmOBJtpQ84Jw2KgkRphBl3MgcYybAHTZFWV2Ksvir\\_B5et6pud8f9\\_XF94uTc-Qejr8yc/](http://www.bmvg.de/portal/a/bmvg!/ut/p/c4/NYzBCslwEETaLcVVPCmFFEoehJtb0m6pEubpCTb9uLHmx6cgWHgDYMtZnu1sFXCwasRP9gYPukVtFssJDY9xZ5Y0hRGFh5AeUs6CEEXhtmRz20ITknPpsf39tcRmOBJtpQ84Jw2KgkRphBl3MgcYybAHTZFWV2Ksvir_B5et6pud8f9_XF94uTc-Qejr8yc/). Acessado em 30 de junho de 2011.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 52, nº 2. Brasília jul/dez 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200010&s\\_cript=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200010&s_cript=sci_arttext). Acessado em 30 de março de 2010.

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**. São Paulo: Ars poética, 1996.

AMARANTE, José Carlos Albano do. **Indústria de Defesa**. Ciclo de Debates promovido pelo Ministério da Defesa, 2004. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/Art%2056.htm>. Acessado em 27 de março de 2010.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora da UnB, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA (ABIMDE). **Medidas viabilizadoras para a indústria de defesa brasileira**. São Paulo, SP: 2011. Disponível em: [http://www.abimde.org.br/medidas\\_viabilizadoras.pdf](http://www.abimde.org.br/medidas_viabilizadoras.pdf). Acessado em 30 de dezembro de 2011.

BARROS, Sebastião do Rego. **Política Externa em Tempo Real**. Brasília:FUNAG, 1999.

BECKER, Bertha K. e EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIANCHERI, Boris. **Conciliar o mundo: a diplomacia da era global**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLANK, Stephen J. **Rosoboroneksport: arms sales and the structure of Russian defense industry**, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Carlisle, PA, 2007. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub749.pdf>. Acessado em 30 de julho de 2011.

BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 181 p.

BRANDS, Hal. **Dilemmas of Brazilian Grand Strategy**. Strategic Studies Institute Monograph. Carlisle, PA: U.S. War College, 2010. Disponível em <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1017>. Acessado em 30 de junho de 2011.

BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul. **Arms trade and economic development: theory, policy and cases in arms trade offsets**. TJ International Ltd. Cornwall. Great Britain, 2004. Disponível em <[http://www.4shared.com/office/kxynknrc/arms\\_trade\\_and\\_economic\\_develo.html](http://www.4shared.com/office/kxynknrc/arms_trade_and_economic_develo.html)>. Acessado em 21 de dezembro de 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 66 de 13 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. SIPLEX – 3: Sistema de Planejamento do Exército. **Política Militar Terrestre**. Brasília, DF, 2002.

\_\_\_\_\_. Exército. Estado-Maior. **C 124-1: Estratégia**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 5 484 de 30-06-2005: **Política de Defesa Nacional**. Brasília, 2005 a. Impresso no EGGCF. Também disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>.

\_\_\_\_\_. **Portaria MD nº 899, de 19 de julho de 2005**. Divulga a Política Nacional da Indústria de Defesa. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2005b, edição nº 138. Disponível em: < <http://www.defesanet.com.br/md/pnid.htm>>. Acesso em 27 de fevereiro de 2010

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. **Instruções Gerais à Base Industrial de Defesa Brasileira (IG 20-21)**. Instrução Complementar aos Adidos Militares. Brasília, DF: 2005c.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 6703, de 13-12-2008: **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia>. Acessado em 30 de março de 2010.

BRASIL. **Manual Básico: Elementos Fundamentais**. 1º volume. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Manual Básico: Elementos Fundamentais**. 2º volume. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2011b.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Medida Provisória nº 544**, de 29 de setembro de 2011. Brasília, 2011 c. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Mpv/544.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Mpv/544.htm)> . Acesso em 20 de outubro de 2011.

BRIGAGÃO, Clovis (Org.). **Brasil e o mundo : novas visões**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 2002.

BRZOSKA, Michael. "World military expenditures," Handbook of Defense Economics, 1995, in BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul. Arms trade and economic development: theory, policy and cases in arms trade offsets. TJ International Ltd. Cornwall. Great Britain, 2004.

\_\_\_\_\_. **Trends in Global Military and Civilian Research and development (R&D) and their Changing Interface**, 2007. Disponível em: [www.ifsh.de/pdf/aktuelles/india\\_brzoska.pdf](http://www.ifsh.de/pdf/aktuelles/india_brzoska.pdf). Acessado em 11 de agosto de 2011.

CAMPOS, Roberto de Oliveira, **A lanterna na popa - memórias**, 2 volumes, 4ª edição, Editora Topbooks, Rio de Janeiro, 2001.

CERVO, Amado Luiz. **Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina**. Revista Brasileira de Política Exterior. Vol. 43, nº 2. Brasília, DF: IBRI, Out 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a01.pdf>, acessado em 31 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 526 p.

\_\_\_\_\_. **Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008 b.

CHALMERS, Malcolm *et al.* **The economic costs and benefits of UK defense exports**. Research Monograph Series 13. Centre for Defence Economics, University of York, Novembro 2001. Disponível em: <http://www.caat.org.uk/issues/MoD-York-report-Nov01.pdf>. Acessado em 30 de junho de 2011.

COLLIER, Davi. **The comparative method**, 1993. In Ada W. Finifter. Political Science: The State of Discipline II. Washington, D.C.: American Political Science Association. Disponível em: <http://polisci.berkeley.edu/people/faculty/CollierD/APSA-TheComparativeMethod.pdf>. Acessado em 21 de março de 2010.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (Organizador). **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia de pesquisa**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

CURCHOD, Corentin. **La méthode comparative en sciences de gestion: Vers une approche quali-quantitative de la réalité managériale**. Centre de Recherche en Gestion de l'Ecole Polytechnique. Revue Finance Contrôle Stratégie – Vol 6, N° 2, p. 155 – 177, Paris, juin 2003. Disponível em <http://leg.u-bourgogne.fr/rev/062177.PDF>. Acessado em 21 de janeiro de 2011.

DEGL'IESPOSTI, Eduardo Henrique Becker. **A Indústria de Defesa Brasileira: o setor de carros de combate e a Engesa**. Dissertação (Mestrado em Economia). Unesp, Araraquara, 2006.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Ciência e Tecnologia no Brasil: o processo decisório e a comunidade de pesquisa**. Campinas: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **A indústria de defesa do governo Lula**. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

DEPARTAMENTO DE DEFESA DOS ESTADOS UNIDOS (US DoD). **Quadro de Organização, funções e atribuições, 2011**. Disponível em <http://www.defense.gov/orgchart/#96>

DEUTCH, John. **Consolidation of the U.S. defense industrial base**, Harvard Papers, 2001. Disponível em: <[http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic706688.files/Consolidation\\_of\\_the\\_US\\_Defense\\_Industrial\\_Base.pdf](http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic706688.files/Consolidation_of_the_US_Defense_Industrial_Base.pdf)>. Acessado em 30 de junho de 2011.

ERBER, F. S. **Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Política Externa**. In O Brasil no mundo que vem aí: I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília, 2007.

ESTADOS UNIDOS. **National Security Strategy**. The White House, Washington, May 2010. Disponível em: <[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>. Acessado em 30 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. U.S. Congress. Office of Technology and Assessment. **Lessons in Restructuring Defense Industry: The French Experience**. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, June 1992. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~ota/disk1/1992/9224/922401.PDF>. Acessado em 30 de dezembro de 2011.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Capacidade Tecnológica e Inovação em Organizações de Serviços Intensivos em Conhecimento: evidências de institutos de pesquisa em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação. v.5 n. 2. Brasília: FINEP, 2006. Disponível em:< [http://www.finep.gov.br/revista\\_brasileira\\_inovacao/decima\\_edicao.asp](http://www.finep.gov.br/revista_brasileira_inovacao/decima_edicao.asp)>. Acessado em 12 de novembro de 2011.

FONSECA JÚNIOR; Gelson e CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de. **Temas de Política Externa Brasileira II**. 2ª Ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

FONSECA Jr, Gelson. **A Legitimidade e outras Questões Internacionais**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRANÇA. Défense et Sécurité Nationale. **Le Livre Blanc**. Odile Jacob/La Documentation Française, Paris, juin 2008. Disponível em: [http://livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/information/les\\_dossiers\\_actualites\\_19/livre\\_blanc\\_sur\\_defense\\_875/index.html](http://livreblancdefenseetsecurite.gouv.fr/information/les_dossiers_actualites_19/livre_blanc_sur_defense_875/index.html). Acessado em 30 de novembro de 2011.

FRANKO-JONES, Patrice. **The Brazilian Defense Industry**. Boulder [CO/USA], Westview Press, 1992. 262 p. Disponível em: <http://afs.sagepub.com/content/20/3/506.extrac>; acessado em 30 Jul 2010.

FREEMAN, Sam Perlo. **Offsets and the development of the Brazilian arms industry** in BRAUER, Jurgen; DUNNE, J. Paul. Arms trade and economic development: theory, policy and cases in arms trade offsets. TJ International Ltd. Cornwall. Great Britain, 2004.

GANSLER, Jacques S. **US Defence Industrial Policy**, Security Challenges Review, Vol 3 Number 2, June 2007. Disponível em: [http://www.securitychallenges.org.au/Article PDFs/vol3no2Gansler.pdf](http://www.securitychallenges.org.au/Article%20PDFs/vol3no2Gansler.pdf).

GARCIA, Eugênio Vargas. **Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança**. RBPI, vol.41, p.99-120. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora daUNESP, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

GOFFREDO JUNIOR, Gustavo Sénéchal de. **Entre Poder e Direito: a Tradição Grotiana na Política Externa Brasileira**. Brasília, DF: FUNAG, 2005. Disponível em <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com\\_docman&task=search\\_result&Itemid=41](http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=search_result&Itemid=41)>. Acessado em 15 de janeiro de 2012.

GONÇALVES, Antonio Lisboa Mena. **O Sistema Brasileiro das Exportações de Material de Emprego Militar: origem, evolução e reflexões sobre possíveis aperfeiçoamentos**. Tese apresentada no Curso de Altos Estudos (CAE), Instituto Rio Branco, Brasília, 1989.

GONCHAR, Ksenia. **Russia's Defense Industry at the Turn of the Century**. Bonn International for Conversion. Brief 17. Bonn, Germany, 2000. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=16646>. Acessado em 17 de junho de 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETTO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.

GRIP (Groupe de Recherche et d'Information sur la Paix e Sécurité). Grupo de Pesquisa e Informação sobre a Paz e Segurança). **Valor financeiro do comércio internacional de armamentos convencionais**. Disponível em <<http://www.grip.org/fr/siteweb/dev.asp?N=simple&O=813>>. Acessado em 30 de maio de 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HARTLEY, Keith. **Defence Economics and the Industrial Base**. Centre for Defence Economics. York, England: University of York, 2001. Disponível em <<http://www.uoit.ca/sas/Military%20Expenditures/defence%2BIndustrial%20base.pdf>>. Acessado em 13 de julho de 2011.

HITT, M.; IRELAND, R.; HOSKISSON, R. **Administração Estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning: 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo Perspectiva, 2004.

LAMAZIERE, Georges. **Ordem, Hegemonia e Transgressão**. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998.

LAMPREIA, Luiz Felipe. **Exposição do Ministro de Estado das Relações Exteriores perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, 22 nov 1995**. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/discmin/1995/3036.pdf>. Acessado em 27 de março de 2010.

LIÑÁN, Aníbal Pérez. **El método comparativo: fundamentos e desarrollos recientes**. Documento de Trabajo, Universidad de Pittsburgh, 1 Jul 2008. Disponível em <http://americo.usal.es/iberoame/?q=node/107>. Acessado em 19 de maio de 2011.

LIJPHART, Arend. **Comparative Politics and the Comparative Method**. The American Political Science Review, Vol. 65, No. 3. Setembro, 1971, p. 682-693. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0003-0554%28197109%2965%3A3%3C682%3ACPATCM%3E2.0.CO%3B2>. Acessado em 24 de março de 2011.

MARKUSEN, A. **Arms trade as illiberal trade** in: J. Brauer and J.P. Dunne, eds., Arms Trade and Economic Development (Routledge, London), 66-88, 2004.

MATTAR, João. **Metodologia Científica na era da informática**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Modernidade: a geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, Resolução da Câmara de Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2001/rescamex017.pdf>. Último acesso em 17 de março de 2010.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Atos Internacionais. **Atos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil**. Brasília, DF: MRE. Disponível em: [http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa\\_ato\\_todos](http://dai-mre.serpro.gov.br/pesquisa_ato_todos). Acessado em 15 de janeiro de 2012.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. **Ascensão e Queda das Exportações Brasileiras de Equipamentos Militares**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 3, p. 59-70. Brasília: IPEA, Jul 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100709\\_boletim\\_internacional03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/100709_boletim_internacional03.pdf). Acessado em 30 de outubro de 2011.

MORGENTHAU, Hans. **Política entre as nações**. Brasília: Imprensa oficial/UnB/IPRI, SP/DF, 2003.

NEUMAN, STEPANIE G. **Arms Transfers, Military Assistance, and Defense Industries: Socioeconomic Burden or Opportunity?** Annals. New York: American Academy of Political and Social Science, 1994.

NYE Jr, Joseph. S. **Soft Power: the Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004. In ALSINA Jr, João Paulo Soares. **O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 52, n° 2. Brasília jul/dez 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292009000200010&script=sci_arttext). Acessado em 30 de abril de 2010.

O' DE ALMEIDA FILHO, Jorge Luiz Abreu do. **Uma Proposta de Estratégia Competitiva para a Indústria de Material de Defesa do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA). **The Global Reported Arms Transfer**. New York, NY, 2011. Disponível em: <http://www.un-register.org/Background/Index.aspx>. Acessado em 19 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes e recomendações**. Sítio da Comissão de Desarmamento da ONU. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/164/75/PDF/N9616475.pdf?OpenElement>. Acessado em 16 de março de 2010.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, autores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

PROENÇA JÚNIOR, Domício (Org.). **Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira: defesa, indústria e tecnologia**. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos / Fórum de Ciências e Cultura/ UFRJ, 1993.

RAGIN, Charles C. **The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies**. Berkeley: University of California Press, 1987.

\_\_\_\_\_. **Qualitative Comparative Analysis Using Fuzzy Sets (fsQCA)**. Department of Sociology, University of Arizona, 2007. Disponível em: [http://www.u.arizona.edu/~cragin/fsQCA/download/Chapter5\\_CCA.pdf](http://www.u.arizona.edu/~cragin/fsQCA/download/Chapter5_CCA.pdf). Acessado em 20 de agosto de 2011

REINO UNIDO. **Defense Industrial Policy**. The Ministry of Defense. Policy Papers. Londres, 2002. Disponível em: [http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/25726BCE-8DD6-4273-BE8D-6960738BEE0A/0/polpaper5\\_defence\\_industrial.pdf](http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/25726BCE-8DD6-4273-BE8D-6960738BEE0A/0/polpaper5_defence_industrial.pdf). Acessado em 12 de outubro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Defence Industrial Strategy. Defence White Paper**. Presented to Parliament by the Prime Minister by Command of Her Majesty, December 2005. [http://www.mod.uk/nr/rdonlyres/f530ed6c-f80c-4f24-84380b587cc4bf4d/0/def\\_industrial\\_strategy\\_wp\\_cm6697.pdf](http://www.mod.uk/nr/rdonlyres/f530ed6c-f80c-4f24-84380b587cc4bf4d/0/def_industrial_strategy_wp_cm6697.pdf). Acessado em 30 de novembro de 2011.

\_\_\_\_\_. **A Strong Britain in an Age of Uncertainty: The National Security Strategy**. Presented to Parliament by the Prime Minister by Command of Her Majesty, October 2010. Disponível em: [http://www.direct.gov.uk/prod/consum\\_dg/groups/dg\\_digitalassets/@dg/@en/documents/digitalasset/dg\\_191639.pdf](http://www.direct.gov.uk/prod/consum_dg/groups/dg_digitalassets/@dg/@en/documents/digitalasset/dg_191639.pdf). Acessado em 20 de dezembro de 2011.

RITZMANN, Alexander. **The benefits of reviving transatlantic armaments cooperation: German and American perspectives**, Washington, DC: The American Institute for Contemporary German Studies, 2010. Disponível em: <http://www.aicgs.org/documents/pubs/polrep46.pdf>. Acessado em 30 de outubro de 2011.

RODRIGUES, José de Souza. **A indústria de material bélico brasileira como formadora da base tecnológica, industrial e científica do Brasil**. In: PROENÇA JÚNIOR, Domício. Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira: defesa, indústria e tecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Grupo de Estudos Estratégicos /Fórum de Ciências e Cultura/ UFRJ, 1993.

RÚSSIA. **Russian military doctrine**. President of the Russian Federation website, Moscow, 5 Feb 2010. Disponível em: [http://merln.ndu.edu/whitepapers/Russia2010\\_English.pdf](http://merln.ndu.edu/whitepapers/Russia2010_English.pdf). Acessado em 19 de outubro de 2011.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. 14ª Ed. Alfragide, Portugal: Editora McGraw-Hill, 1993.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Brasília, IBRI: 2001.

SARTORI, Giovanni (1970). **Concept Misformation in Comparative Politics**. The American Political Science Review, Vol. 64, No. 4 (Dez., 1970), p. 1033-1053, APSA. Disponível no endereço: <http://www.jstor.org/stable/1958356>. Acessado em 10 de março de 2011.

SCHMOCH, Ulrich *et al.* **National Systems of Innovation in Comparison: Structure and Performance Indicators for Knowledge Societies**. Dordrecht: Springer, 2006. Disponível em: <<http://www.worldcat.org/title/national-systems-of-innovation-in-comparison-structure-and-performance-indicators-for-knowledge-societies>>

SCHNEIDER, Eduardo Rodrigues. **O Estado Brasileiro: a política externa e as questões de segurança e defesa entre 1964 e 2009**. Monografia do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2009.

SEIBERTZ, Jürgen *et all.* **Challenges for German defence industry**, Frankfurt, Germany: PricewaterhouseCoopers, 2010. Disponível em: [http://www.pwc.de/de\\_DE/de/industrielle-roduktion/assets/CEO\\_Agenda\\_for\\_2030.pdf](http://www.pwc.de/de_DE/de/industrielle-roduktion/assets/CEO_Agenda_for_2030.pdf). Acessado em 21 de setembro de 2011.

SIPRI. INSTITUTO ESTOCOLMO DE PESQUISA DA PAZ INTERNACIONAL. **Relatório sobre o comércio internacional de armas**. Disponível em: [http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade\\_register.php](http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php). Último acesso em 16 de março de 2010. Acessado em 30 de dezembro de 2011.

SIPRI. **Relatório sobre os gastos com armamento**. Disponível em: [http://www.sipri.org/research/armaments/production/resultoutput/arms\\_prod\\_companies](http://www.sipri.org/research/armaments/production/resultoutput/arms_prod_companies). Acessado em 16 de março de 2010.

SMITH, Ron; HUMM, Anthony; FONTANEL, Jacques. **The Economics of Exporting Arms**. Journal of Peace Research. V. 2 n. 3. London: Birkbeck College, 1989. Disponível em : <<http://jpr.sagepub.com/content/22/3/239>>. Acessado em 31 de outubro de 2011.

STOLBERG, Alan G. **The International System in the 21st century**. U.S. Army College Guide to National Security Issues, Volume II: National Security Policy and Strategy. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army Wa College, July 2010, p. 153-186. Disponível em <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1005>>. Acessado em 21 de outubro de 2010.

VALLADÃO, Alfredo da Gama e Abreu. **A autonomia pela responsabilidade: o Brasil frente ao uso legítimo da Força (p. 213-251)**. In: BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA Jr, Domício. Brasil e o mundo: novas visões. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1998.

WIGHT, Martin. **International Theory: the three traditions**. Londres: Leicester University Press, Royal Institute of International Affairs, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Política do Poder**. Tradução: Carlos Sérgio Duarte. 2 ed. Brasília: UNB/IPRI, 2002.

**APÊNDICE “A” – ROTEIRO DA PESQUISA SEMIESTRUTURADA  
(INSTITUIÇÕES DO ESTADO)  
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO  
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO  
PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU (PESQUISA DE CAMPO)  
(Requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares)**

Grupo de Pesquisa: Relações Internacionais.

Tema: “Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011”

Autor: Maj Inf GELSON de Souza

Esta pesquisa tem como finalidade subsidiar os estudos realizados para a elaboração da tese a ser apresentada, em 2012, como parte do Curso de Comando e Estado-Maior.

A pesquisa emprega o método comparativo para identificar as condicionantes que preponderavam no ambiente geral para a exportação de produtos de defesa no Brasil em três diferentes períodos da história nacional. O primeiro de 1974 a 1989, período em que predominou, de acordo com o Professor Amado Luiz Cervo, o paradigma do "Estado Desenvolvimentista"; o segundo, de 1990 a 2002, em que vigorou, conforme o referido autor, o paradigma do "Estado Liberal"; e o terceiro, de 2003 a 2011, denominado pelo autor de paradigma do "Estado Logístico". As condições selecionadas para o estudo comparativo no presente trabalho foram as político-legais, as econômicas, as científico-tecnológicas e as estratégico-militares vigentes em cada um dos períodos referenciados. A seguir, serão apresentados os conceitos propostos pelo Professor Amado Luiz Cervo.

O Estado Desenvolvimentista (1930-1989), segundo o professor, reforçou o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Esse paradigma encontra-se representado pelo Estado empresário, que arrasta a sociedade rumo ao desenvolvimento, por meio da superação de dependências econômicas estruturais e, também, pela autonomia da segurança. As exportações de produtos de defesa nacional de maior vulto tiveram início em meados da década de 1970. Cervo e Bueno (2002) destacam que o paradigma desenvolvimentista, na década de 1970, estabeleceu ações com vistas a alcançar a autonomia estratégica do país, dentre estas se encontrava a política nacional de exportação de material de emprego militar (PNEMEM-1974).

O Estado Liberal, de acordo com o professor, revela uma invenção latino-americana dos anos 1990. A experiência desse paradigma envolve três parâmetros de conduta: Estado subserviente, que se submete às coerções do centro hegemônico do capitalismo (Consenso de Washington); um Estado destrutivo, que dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda para o exterior (desnacionalização da produção e corte de subsídios estatais à indústria estratégica); e, como Estado regressivo, reserva para a nação as funções da infância social (subdesenvolvimento).

O Estado logístico (2003-2011), conforme o professor, fortalece o núcleo nacional. Para isso, transfere à sociedade responsabilidades empreendedoras e, ao mesmo tempo, apoia os investidores para que possam operar no exterior. Nesse paradigma, são recuperadas algumas estratégias de desenvolvimento: a) reforço à capacidade empresarial do país; b) a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; c) a abertura dos mercados do Norte em contrapartida ao nacional; d) mecanismos de proteção diante de capitais especulativos; e e) uma política de defesa nacional.

A contribuição das instituições que participam direta ou indiretamente do processo de elaboração de políticas de exportação de produtos de defesa é, pois, muito relevante para os resultados finais deste trabalho.

Assim é que, a partir dos conceitos apresentados e de sua experiência, solicito a gentileza de contribuir para com esta pesquisa, respondendo as perguntas a seguir.

Pelo que respeitosamente e antecipadamente agradeço.

**1. PERGUNTAS ABERTAS**

1.1 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

---

---

---

---

1.2 Pode-se considerar a transferência de produtos de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

---

---

---

---

1.3 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de produtos de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de produtos de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

---

---

---

---

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de produtos de defesa?

---

---

---

---

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

---

---

---

---

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

---

---

---

---

## **2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE DEFESA**

### **2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)
- Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

### **2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS**

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

## Continuação do Apêndice "A"

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

### 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

## Continuação do Apêndice “A”

- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

## 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

## **APÊNDICE “B” – FORMULÁRIO ELETRÔNICO REMETIDO PARA OS ADIDOS MILITARES**

### **ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU (PESQUISA DE CAMPO) (Requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares)**

Grupo de Pesquisa: Relações Internacionais.

Tema: “Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para a exportação de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011”

Autor: Maj Inf GELSON de Souza

Esta pesquisa tem como finalidade subsidiar os estudos realizados para a elaboração da tese a ser apresentada, em 2012, como parte do Curso de Comando e Estado-Maior.

A pesquisa emprega o método comparativo para identificar as condicionantes que preponderavam no ambiente geral para a produção e, especialmente, para a exportação de produtos de defesa no Brasil em três diferentes períodos da história nacional. O primeiro de 1974 a 1989, período em que predominou, de acordo com o Professor Luiz Amado Cervo, o paradigma do "Estado Desenvolvimentista"; o segundo, de 1990 a 2002, em que vigorou, conforme o referido autor, o paradigma do "Estado Liberal"; e o terceiro, de 2003 a 2011, denominado pelo autor de paradigma do "Estado Logístico".

Na elaboração do trabalho, identificou-se a necessidade de, inicialmente, conhecer as condicionantes que vigoram nos cinco países maiores exportadores de produtos de defesa (Estados Unidos, Rússia, Alemanha, França e Reino Unido). Com isso, busca-se estabelecer uma configuração de condicionantes necessárias ao êxito nas exportações de produtos de defesa. Esta configuração-referência se constitui em um controle a ser estabelecido no decorrer do estudo comparativo entre os reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais oriundos dos três paradigmas da política externa brasileira.

A contribuição dos adidos militares para esta pesquisa é, pois, muito relevante para os resultados finais.

Assim é que, a partir dos conceitos apresentados e de sua experiência, solicito a gentileza de contribuir para com esta pesquisa, respondendo as perguntas a seguir.

Pelo que respeitosamente agradeço.

#### **QUESTIONÁRIO:**

1. Qual a função que exerce no momento?

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

## Continuação do Apêndice “B”

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar).

O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

---

---

---

## **APÊNDICE “C” – FORMULÁRIO ELETRÔNICO REMETIDO ÀS EMPRESAS E AO MEIO ACADÊMICO**

### **ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU (PESQUISA DE CAMPO) (Requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares)**

Grupo de Pesquisa: Relações Internacionais.

Tema: “Os paradigmas da política externa brasileira e os seus reflexos para as exportações de produtos de defesa nacionais no período de 1974 a 2011”

Autor: Maj Inf GELSON de Souza

Esta pesquisa tem como finalidade subsidiar os estudos realizados para a elaboração da tese a ser apresentada, em 2012, como parte do Curso de Comando e Estado-Maior.

A pesquisa emprega o método comparativo para identificar as condicionantes que preponderavam no ambiente geral para a exportação de produtos de defesa no Brasil em três diferentes períodos da história nacional. O primeiro de 1974 a 1989, período em que predominou, de acordo com o Professor Amado Luiz Cervo, o paradigma do "Estado Desenvolvimentista"; o segundo, de 1990 a 2002, em que vigorou, conforme o referido autor, o paradigma do "Estado Liberal"; e o terceiro, de 2003 a 2011, denominado pelo autor de paradigma do "Estado Logístico". As condições selecionadas para o estudo comparativo no presente trabalho foram as político-legais, as econômicas, as científico-tecnológicas e as estratégico-militares vigentes em cada um dos períodos referenciados. A seguir, serão apresentados os conceitos propostos pelo Professor Amado Luiz Cervo.

O Estado Desenvolvimentista (1930-1989), segundo o professor, reforçou o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Esse paradigma encontra-se representado pelo Estado empresário, que arrasta a sociedade rumo ao desenvolvimento, por meio da superação de dependências econômicas estruturais e, também, pela autonomia da segurança. As exportações de produtos de defesa nacional de maior vulto tiveram início em meados da década de 1970. Cervo e Bueno (2002) destacam que o paradigma desenvolvimentista, na década de 1970, estabeleceu ações com vistas a alcançar a autonomia estratégica do país, dentre estas se encontrava a política nacional de exportação de material de emprego militar (PNEMEM-1974).

O Estado Liberal, de acordo com o professor, revela uma invenção latino-americana dos anos 1990. A experiência desse paradigma envolve três parâmetros de conduta: Estado subserviente, que se submete às coerções do centro hegemônico do capitalismo (Consenso de Washington); um Estado destrutivo, que dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda para o exterior (desnacionalização da produção e corte de subsídios estatais à indústria estratégica); e, como Estado regressivo, reserva para a nação as funções da infância social (subdesenvolvimento).

O Estado logístico (2003-2011), conforme o professor, fortalece o núcleo nacional. Para isso, transfere à sociedade responsabilidades empreendedoras e, ao mesmo tempo, apoia os investidores para que possam operar no exterior. Nesse paradigma, são recuperadas algumas estratégias de desenvolvimento: a) reforço à capacidade empresarial do país; b) a aplicação da ciência e da tecnologia assimiladas; c) a abertura dos mercados do norte em contrapartida ao nacional; d) mecanismos de proteção diante de capitais especulativos; e e) uma política de defesa nacional.

A contribuição das empresas que participaram do processo de exportação no período e do meio acadêmico relacionado ao setor é, pois, muito relevante para os resultados finais deste trabalho. Assim é que, a partir dos conceitos apresentados e de sua experiência, solicito a gentileza de contribuir para com esta pesquisa, respondendo as perguntas a seguir.

Pelo que respeitosamente e antecipadamente agradeço.

## 1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

## Continuação do Apêndice “C”

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais

## Continuação do Apêndice “C”

com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---



---



---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

## Continuação do Apêndice “C”

- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

## **Anexo “A” - ENTREVISTA NA DIVISÃO DE OPERAÇÕES COMERCIAIS DO DEPARTAMENTO DE DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DOC/DPR/MRE)**

(29/11/2011)

### 1. QUESTIONÁRIO ABERTO

1.1 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

Resposta do ex-Chefe DOC: Não. O País deve ter a capacidade de autodefesa e, portanto, ser detentor de tecnologia e capacidade industrial de defesa instalada e atualizada. Há que se considerar ainda a importância tecnológica do *spin-off* para a indústria civil. O discurso pacifista do Brasil será reforçado quanto mais sua capacidade de defesa se aprimore.

Resposta de funcionário atual: Não creio nisso. A implementação de uma indústria de defesa é uma decisão soberana dos países. Ademais, em termos de exportações de material de defesa, o Brasil trata as operações com extrema responsabilidade. Não se exporta qualquer coisa para qualquer país. As regras internacionais são observadas, bem como a conveniência política da negociação. Por exemplo, durante a crise em Honduras e, também, no decorrer da chamada “Primavera Árabe” as transferências de produtos de defesa para essas regiões foram tratadas com máxima cautela, devido à instabilidade política vivida à época.

O processo de exportação de material de defesa é muito complexo. As regras de controle encontram-se delineadas nas Diretrizes Gerais para a Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (DG/PNEMEM).

O primeiro passo a ser seguido pelas empresas que pretendem exportar material de defesa previsto na lista da PNEMEM é obter autorização do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para negociar a exportação.

O MRE, por intermédio do DPR, consulta a área política (departamento responsável pela área geográfica destinatária das exportações, bem como o Departamento de Organismos Internacionais, quando houver alguma resolução da ONU que trate do assunto no que tange a determinado país. Quando a exportação envolver produto de uso dual ou regulado pelo MCTR a Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis é consultada.

Há circunstâncias temporárias que podem levar a área política do MRE a denegar a autorização, o que inviabiliza temporariamente o processo de autorização para negociar as exportações.

A validade da autorização para negociar é de dois anos.

O segundo passo é o processo de exportação em si. A empresa deverá obter o Certificado de Usuário Final e a Licença de Importação junto ao país comprador. Além disso, deve-se buscar também a anuência para a exportação do material junto ao órgão federal responsável pela fiscalização e controle do produto, em especial o Comando do Exército, no que se refere aos produtos controlados, previstos no R 105 (Regulamento para Fiscalização de Produtos Controlados).

Obtida o parecer favorável do MRE, o processo é remetido ao Ministério da Defesa a fim de que seja concedida autorização final para exportar – Autorização para Exportação (AE). Por fim, a empresa poderá efetivar a atividade de exportação (Registro de Exportação – RE) por intermédio do Sistema de Comércio Exterior (SISCOMEx) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) para a execução dos procedimentos aduaneiros e cambiais.

*Em alguns casos, quando houver contradição entre o ponto de vista do MRE e do MD, caberá ao Presidente da República a decisão final.*

1.2 Pode-se considerar a transferência de material de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

Resposta do ex-Chefe DOC: As operações de exportação de produtos de defesa é essencialmente político e, por conseguinte, tem implicações na política externa para uma região. A venda de produtos para um determinado país, em função do seu grau de peso estratégico ou tático, poderá alterar significativamente o equilíbrio do poder de uma região.

As vendas autorizadas pelo Brasil levam em consideração o contexto regional do país que pretende importar produtos brasileiros e os interesses nacionais na região.

As exportações somente são autorizadas para Governos consolidados e, portanto, procura-se evitar permitir que as vendas tenham impacto na política interna do país comprador.

Resposta de funcionário atual: Não acredito que o Brasil tenha estes objetivos. Ademais, falta ao país inovações e produtos com alta tecnologia para poder influenciar.

1.3 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de material de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de material de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

Resposta do ex-Chefe DOC: A promoção comercial do Brasil atua em consonância com a Política Externa definida pela Presidente da República. Tendo em vista que vendas de produtos de defesa são operações com elevado conteúdo político, o Ministério das Relações Exteriores deve, como tem feito desde a criação da PNEMEM em 1974 - por inspiração do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima - apoiar as empresas da base industrial de defesa do Brasil.

Resposta de funcionário atual: além das atribuições tradicionais da diplomacia, como a representação do país e a negociação junto aos interlocutores internacionais, há, igualmente, a promoção comercial. O MRE procura contribuir para a ampliação das exportações, apoiando as empresas brasileiras a expandirem seus negócios junto ao mercado internacional, independentemente de ser produto civil ou militar. Tudo é feito pelo Ministério sem nenhum ônus para as empresas.

O Departamento de Promoção Comercial (DPR) possui uma página na internet (Brazilglobalnet – [www.brazilglobalnet.gov.br](http://www.brazilglobalnet.gov.br)) em que as empresas podem se cadastrar e divulgar seus produtos. Além disso, é normal que nas visitas oficiais das autoridades brasileiras, empresários sejam convidados a fazer parte da comitiva a fim de aproveitarem o momento propício da viagem de Estado para expandirem seus negócios. O DPR também prepara agenda de visitas, executa atividades de inteligência comercial e viabiliza a participação em feiras internacionais.

A promoção comercial de produtos de defesa é uma atividade muito peculiar. As autoridades oficiais (diplomatas e adidos militares) tendem a realizar um trabalho institucional, entretanto, as negociações e operações de marketing devem ser executadas pelas empresas, observando-se o previsto nas DG/PNEMEM.

Portanto, não acredito que a participação da diplomacia brasileira na promoção de produtos de defesa afete negativamente os objetivos brasileiros a fim de buscar posição de destaque como interlocutor e articulador de consensos.

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de material de defesa?

Resposta do ex-Chefe DOC: até a data de meu desligamento, em 30 de agosto de 2011, o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos - DPR, não foi consultado sobre a MP 544.

Resposta de funcionário atual:  
Não tenho esta informação.

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

Resposta do ex-Chefe DOC: sim, mas em outros setores do MRE.

Resposta de funcionário atual: As empresas nacionais buscam parcerias com empresas de outros países. Esta é uma atividade muito peculiar à iniciativa privada. A participação institucional do MRE raramente é solicitada e quando ocorre, o apoio se dá em bases institucionais, principalmente quando o assunto é de interesse nacional.

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

Resposta do ex-Chefe DOC: entendo que a sociedade brasileira ainda não tem plena consciência das ameaças externas que podem afetar o cotidiano nacional.

Resposta de funcionário atual: A primeira preocupação da população brasileira ainda é ter um prato de comida na mesa, não obstante se nota o crescente interesse nos assuntos ligados à política externa e à defesa nacional (Por exemplos: debate a respeito dos Direitos Humanos e/ou projeto FX-2).

## 2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE DEFESA.

### 2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: Creio que o Brasil não busca ser um polo de poder mundial. Percebe-se a preferência do país em influenciar o ambiente externo por meio do respeito às regras de direito internacional, bem como por exemplos positivos, que contribuam para a redução das assimetrias internacionais.*

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Acredito que a Indústria de Defesa faz parte da modernização do parque industrial brasileiro, porque pode contribuir para o salto tecnológico buscado.*

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: A década de 1990 foi de quitação das “hipotecas da política exterior: adesão do país aos tratados de direitos humanos, desarmamento e meio-ambiente”.*

## 2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o apoio estatal ao setor foi caracterizado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da

política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi caracterizado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi evidenciado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

### 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;

- fator 2: parcerias internacionais; e

- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o incentivo estatal ao setor foi caracterizado.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Em nenhum dos períodos foi evidenciado.*

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi caracterizado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de material de defesa de forma integrada e

coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi demonstrado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

#### 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos essa condução ministerial foi caracterizada.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Em nenhum dos períodos foi evidenciado.*

## **Anexo “B” - ENTREVISTA NA DIVISÃO DE DESARMAMENTO E TECNOLOGIAS SENSÍVEIS DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (DDS/MRE)**

**(29/11/2011)**

### 1. QUESTIONÁRIO ABERTO

1.4 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

*Não creio nisso. A indústria bélico-militar, ainda que tenha suas especificidades, insere-se no complexo industrial brasileiro que é bastante desenvolvido e diversificado. Ademais, outros países tidos como pacíficos também mantêm indústria de defesa nacional própria sem que isso os taxe de países belicosos ou coisas do gênero (por exemplo, Suécia, Alemanha, Canadá, dentre outros). Outro aspecto relacionado à indústria de defesa é o fato de seus produtos terem não necessariamente uma destinação para o emprego bélico, mas para a segurança interna e, mesmo, o lazer.*

*Ressalta-se que o Brasil não tem objetivo de se tornar um polo de poder. O interesse do país é se tornar um interlocutor que seja ouvido e tenha participação efetiva do processo decisório mundial.*

1.5 Pode-se considerar a transferência de material de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

*Depende do grau de maturidade institucional dos países envolvidos.*

1.6 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de material de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de material de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

*A diplomacia brasileira sempre atuou de forma ativa na promoção dos interesses comerciais nacionais. Com os produtos de defesa nossa atuação não se mostrou diferente.*

*A promoção do comércio de bens mais sensíveis, controlados e/ou de defesa não foge à regra.*

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de material de defesa?

*Da nossa Divisão, nenhuma. Não poderia falar a respeito de outras unidades.*

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

*O MRE sim, mas o assunto é de competência da Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa da Secretaria-Geral de Relações Exteriores e do Departamento de Promoção Comercial.*

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

*Não creio que haja a percepção de possíveis ameaças à segurança do país. Não obstante, temas como Amazônia, pré-sal, espaço aéreo e veículo lançador de satélite têm obtido inserção relevante na mídia nacional.*

*Ressalta-se que tráfico de drogas e de armas são os temas que talvez mais estejam próximos da população e, possivelmente, são percebidos como relacionados mais com a Polícia Federal do que com as Forças Armadas.*

## 2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE DEFESA.

### 2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: Creio que em nenhum momento da história, o Brasil buscou se estabelecer como polo de poder.*

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Acredito que o termo "autonomia" no desenvolvimento de material de defesa seja mais adequado que o termo "independência".*

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

## 2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o apoio estatal ao setor foi caracterizado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi caracterizado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi evidenciado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

## 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;

- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o incentivo estatal ao setor foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de material de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi demonstrado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

#### 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos essa condução ministerial foi caracterizada.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

## **Anexo “C” - ENTREVISTA NO DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA (DEPROD) / MINISTÉRIO DA DEFESA**

**(30/11/2011)**

### **1. QUESTIONÁRIO ABERTO**

1.1 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

*O MD ratifica a opinião do MRE de que qualquer país do mundo pode exportar material de defesa. É a soberania do país. Países pacíficos também exportam produtos de defesa.*

*Com relação às exportações brasileiras de material de defesa quem decide é o MD, por delegação da Presidência da República. O processo de autorização passa, também, inicialmente pelo MRE, que analisa a viabilidade política da venda dos respectivos materiais de defesa. Com a análise do MRE, o MD decide pela autorização ou não da exportação.*

*Quanto à imagem do país, podemos afirmar que há uma avaliação rigorosa das exportações. A DG/PNEMEM é ainda a referência para se avaliar e controlar o processo de exportação, entretanto a DG/PNEMEM nunca existiu de direito. Ainda, assim ela funcionou de fato e ainda funciona, orientando as vendas internacionais.*

*A DG/PNEMEM será substituída pela Política Nacional de Exportação de Produtos de Defesa (PNEPROD - já há uma minuta pronta, elaborada pelo MD e pelo MRE). Esta norma contém a Diretriz de Controle de Exportação de Produto de Defesa (DECEPRODE) e o Programa de Apoio às Exportações de Produto de Defesa (PEXPRODE). Em princípio, a PNEPRODE não será confidencial.*

1.2 Pode-se considerar a transferência de material de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

*Não há dúvida que há essa influência, mas acredito que este não seja o objetivo brasileiro que tem um “perfil baixo” em suas relações externas.*

1.3 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de material de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de material de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

*Esta é uma das funções que o MRE desempenha. Acredito que tenha ocorrido uma maior interação entre o MD e o MRE nos últimos tempos. A promoção das exportações de produtos de defesa é um dos temas que nos aproximam, em especial pela preparação dos adidos militares que servem junto às embaixadas brasileiras.*

*Os adidos têm palestras no MRE e também na SEPROD para tratar sobre este assunto.*

*Na verdade, esta é uma atividade bastante comum para as representações diplomáticas. A DEPROD recebe muitas visitas de diplomatas e de adidos militares estrangeiros que acompanham os empresários de seus países.*

*Em adição, o MD promove encontros com os Adidos Militares estrangeiros no Brasil onde são divulgadas as indústrias de defesa brasileiras e é apresentado a Secretaria de Produtos de Defesa.*

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de material de defesa?

*A MP nº 544 originou-se com um trabalho interministerial, conduzido pelo MD.*

*Institucionalmente houve a participação do Ministério da Defesa, do Ministério da Indústria e Comércio e do Ministério da Fazenda.*

*A Medida Provisória encontra-se inserida no Plano Brasil Maior e apresenta 03 (três) vertentes:*

*- desonerar a cadeia produtiva das empresas estratégicas, reduzindo impostos por um prazo limitado de tempo. A FIAT vai produzir o Guarani, ela não será desonerada por não ser empresa estratégica, pois é italiana.*

*- a segunda vertente é a das aquisições, ela permite dar prioridade aos produtos nacionais – o produto brasileiro, com inovação local, componente ou insumo nacional terá tratamento diferenciado. Ou seja, o MD pode privilegiar a indústria nacional nas compras governamentais; e*

*- a terceira vertente é o financiamento. Ele é que vai ser a grande alavanca às exportações. O BNDS está tratando de especificar novas linhas de financiamento para apoiar as exportações de material de defesa.*

*Atualmente, a MP 544 encontra-se em tramitação no Congresso Nacional para se constituir em lei.*

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

*Inicialmente, cabe destacar que os requisitos operacionais conjuntos são estabelecidos pelo EMCFA. A DPROD tem participação posterior para definir a empresa responsável pelo fornecimento do material ou pelo seu desenvolvimento e produção.*

*O normal é a formação de parcerias no âmbito das empresas. Há, também, coordenação entre os centros de tecnologia específicos das forças singulares com os centros de pesquisa de universidades e empresas.*

*O MD tem participado de algumas negociações dos chamados contratos de “offset”, em que as grandes empresas estrangeiras fornecedoras de produtos de defesa para as Forças Armadas brasileiras se comprometem em compartilhar certas tecnologias consideradas fundamentais para o desenvolvimento de nossa indústria de defesa.*

*Ressalta-se, por fim, que a indústria de defesa ganhou relevância no planejamento político nacional, desde 2008, quando o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) elencou-a como um de seus projetos estratégicos. Tal situação manteve-se com o novo governo e o Plano Brasil Maior.*

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

*O pensamento de Estado, em termos estratégico-militares, é voltado para possuir capacidade operacional. Os Estados possuem necessidades, dentre elas dispor de algum*

*poder militar, isso leva os países a adquirirem material de defesa. Essa capacitação tem um custo. A sociedade nacional, acredito, percebe e compreende isso.*

*Ainda que haja críticas de intelectuais afirmando que a indústria militar não produziu nada para fins civis e é deficitária, temos de considerar o simples fato de que se comprarmos os produtos de defesa de que necessitamos no nosso próprio país, sem a necessidade de importar, estamos gerando, automaticamente, fomento à atividade produtiva autóctone e deixando de enviar divisas para fora do país.*

*Ademais, não há como deixar de considerar que, historicamente, o “esforço de guerra” gerou efeitos positivos para a industrialização nacional. No pós-revolução de 1932, houve incremento na produção nacional de vagões, veículos e motores; no Pós Segunda Guerra tivemos a Companhia Siderúrgica Nacional.*

*Ressalta-se ainda, por exemplo, que a indústria automobilística não produz equipamentos militares, contudo, inúmeras inovações que ela disponibiliza à sociedade foram pesquisadas e desenvolvidas por iniciativa e por necessidade do setor militar. Outro exemplo é o propelente para lançar satélites, por certo ele tem emprego civil. Portanto, a indústria de defesa traz inúmeros benefícios indiretos para a sociedade, os quais dificilmente fazem parte da contabilidade dos economistas.*

*Por fim, quero destacar que a unidade de pensamento político é que garante investimentos de médio e longo prazo. Os embates partidários, normalmente, dificultam as decisões estratégicas e a continuidade das políticas públicas. Hoje, com efeito, temos pouca ou nenhuma oposição ao governo. Essa situação foi observada durante o governo de D. João VI, na Era Vargas, nos governos militares e, finalmente, no governo atual. Isso tem permitido que a vontade política e as decisões do Executivo sejam efetivamente implementadas, privilegiando algumas ações de médio e de longo prazo, como é o caso da Indústria de Defesa.*

## 2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE DEFESA.

### 2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: O Brasil é um país grande, mas não definiu ainda qual o papel que quer exercer no mundo, mantendo um “perfil baixo” em muitos temas.*

*Caso o Brasil queira assumir uma posição de maior projeção, ocupando um espaço no cenário internacional, acredito que terá de possuir forças armadas preparadas e equipadas para apoiar as ações multinacionais destinadas a manter a segurança e a paz internacional.*

*Com efeito, o Brasil, desde a década de 1970, não priorizou o aparelhamento de suas Forças Armadas, bem como não definiu qual o grau de protagonismo que pretende exercer.*

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: A transição do governo militar para o governo civil trouxe como uma das consequências a redução do prestígio do pensamento militar nas decisões estratégicas do país. Além disso, a crise econômica que afetava o Brasil reduziu a capacidade de barganha internacional do país. Ainda, o fim da Guerra Fria deu novos contornos ao mundo. Esse cenário peculiar foi decisivo para que a indústria de defesa brasileira encontrasse dificuldades e não tivesse o apoio governamental.*

*A criação do MD foi um marco para a retomada do tema “defesa”. A Política de Defesa Nacional e a Estratégia Nacional de Defesa representam o símbolo maior disso. A Indústria de Defesa Nacional faz parte deste contexto. Contudo, ainda não há garantia de investimentos permanentes. Nunca o setor de defesa teve tratamento privilegiado em termos orçamentários.*

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: O Ministério da Defesa participa com o MRE do estudo de acordos internacionais que envolvem produtos de defesa. A intenção é defender o interesse nacional.*

*Há fortes pressões internas para que o Brasil aceite algumas limitações internacionais, por exemplo, emendas têm tentado impor, no processo de regulamentação da MP 544, restrições ao uso das chamadas bombas “cluster”. A pressão internacional é para proteger os habitantes urbanos, contudo pode haver alvos na Amazônia que só poderão ser batidos por bombas “clusters” sem efeitos colaterais à população civil. Este é o tipo de arma que interessa ao país.*

*O DEPROD, por sua vez, participa dando informações à CAE (Chefia de Assuntos Internacionais) e tomando parte de reuniões.*

## 2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o apoio estatal ao setor foi caracterizado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Na década de 1970, havia a política de substituição de importações que privilegiava a aquisição de bens nacionais.*

*É mais barato, atualmente, em função dos tributos, comprar produtos de fora do país do que comprar produtos de defesa brasileiros.*

*A MP 544 tenta mudar esta realidade. Ela tem por objetivo desonerar a cadeia produtiva e tornar o produto nacional mais barato. A MP já está em vigor, mas precisa ser regulamentada.*

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi caracterizado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: No Brasil, ainda há algumas estatais, mas o predomínio é da iniciativa privada. O MDIC, por exemplo, intermediou acordos de “off set” para transferência de tecnologias à indústria nacional.*

*O projeto HXBR (helicóptero nacional para as três forças) teve um acordo de cooperação com “off set”, dentre os tópicos do acordo encontra-se a transferência de tecnologias para a indústria, para isso haverá a participação da Universidade de Itajubá.*

*Ressalta-se que a coordenação no âmbito do MD (EMCFA – SEPROD) ainda é muito incipiente. As atividades de ciência e tecnologia ainda estão muito no âmbito das Forças singulares e de seus centros de tecnologia. A Marinha mantém contato com a USP, o IME com a UFRJ.*

*A SEPROD tende, no longo prazo, ter uma participação mais relevante neste processo.*

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi evidenciado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: A MP 544 vem para preencher esta lacuna.*

*A DG/PNEMEM existia de fato, mas não era um instrumento de incentivo. O objetivo maior era o controle das exportações.*

*Os financiamentos para produtos de defesa dependem de garantias que muitas vezes as empresas não conseguem junto ao BNDS. Atualmente, não há privilégios para as indústrias de defesa.*

*Faço referência, ainda, à passagem dos futuros Adidos militares pela SEPROD para receber informações do MD (Adidos de Defesa da FAB e do EB já fazem). Eles devem se integrar ao trabalho dos diplomatas, conforme as atividades do Departamento Comercial do MRE.*

### 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o incentivo estatal ao setor foi caracterizado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: As Forças Armadas atuam, tradicionalmente, de forma singular nesta área – a Marinha é responsável pelo gerador nuclear; Exército pelo “tanque de guerra” e a FAB pelo VLS e o caça. As forças mantiveram os projetos, nas décadas de 1970 e 1980, com orçamentos próprios.*

*Atualmente, podemos afirmar que a FINEP/MCT tem consultado o MD para saber se alguns dos projetos que estavam sendo apresentados pelas empresas eram do interesse da defesa.*

*Ressalto que a participação do MD para definir os produtos é fundamental, muitas vezes as empresas vêm com soluções para problemas que o MD e as forças não têm.*

*É preciso ter muita serenidade para enfrentar o “lobby” das empresas junto ao governo federal. Não há como negar que existe esta influência.*

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi caracterizado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Acredito que um exemplo desta busca por parcerias seja a própria UNASUL e o Conselho de Defesa Sul-Americano que preconizam a busca pela integração da indústria de*

*defesa regional, por meio do compartilhamento de tecnologias. Entretanto, sabemos que muitos países da AS poderiam apoiar esse processo, enquanto outros não dispõem de capacitação industrial e tecnológica para tal.*

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de material de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi demonstrado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*A produção local de produtos de defesa é uma decisão nacional. Ela envolve 03 (três) elementos – governo, universidade e empresa - e exige investimentos. E não há dúvidas que isso traz retorno, por exemplo, o A1 (AMX) permitiu o “boom” da Embraer.*

*Obs: Ver acima, especialmente no item 2.2 b.*

#### 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos essa condução ministerial foi caracterizada.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Centralizar demais significa perder o controle. Além disso, falta estrutura para que a SEPROD desempenhe um papel como faz a DGA francesa.*

*A SEPROD é uma estrutura incipiente, criada no final de 2010. O Secretário de Produtos de Defesa/MD faz parte do grupo de trabalho do Programa Brasil-Maior. Dentre as atribuições da secretaria encontra-se a “compra” de produtos de defesa, a intenção, na verdade, é “aquisição” de produtos, que se constitui num conceito mais amplo, envolvendo a pesquisa e desenvolvimento, a produção e a comercialização.*

*O objetivo-fim é, pois, a inovação.*

*Quanto à interoperabilidade, este ainda é um tema novo. Há alguns projetos conjuntos HXBR (helicóptero) e o VANT.*

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Isso não ocorre. Sempre houve contingenciamentos orçamentários, a prioridade não é o investimento no setor de defesa que, em geral, sofre cortes para reduzir as despesas públicas.*

*Projetos de aquisição de médio prazo, por vezes, sofrem contingenciamentos ao longo do processo, devido a cortes orçamentários ocorridos em determinados anos em que o contrato previa o repasse de recursos. Não há garantias.*

*Contrato em vigor, não é garantia de recebimento de recursos.*

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: A sociedade brasileira nunca teve esta percepção. Acredito, contudo, que é crescente o envolvimento da Universidade com o tema "Defesa". O Livro Branco de Defesa e a END são prova disso.*

*Hoje, por exemplo, há a guerra cibernética, que é uma ameaça para toda a população.*

## **Anexo “D” - ENTREVISTA NA ASSESSORIA MILITAR DA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SEA)**

**(29/11/2011)**

### **1. QUESTIONÁRIO ABERTO**

1.1 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

*O fato de ser pacífico não quer dizer que não teremos capacidade de dissuasão.*

*O Professor Ramalho, que trabalhou na SAE e era especialista em relações internacionais, costumava afirmar: “ser pacífico não significa ser inocente e acreditar que não há interesses contrários de outros países”.*

*O Barão do Rio Branco, tradicionalmente, defendia a importância de se ter uma força militar adequada para dar respaldo às ações políticas externas.*

*Quanto à situação de potência civil, o Brasil ainda está distante desta condição. Não temos desenvolvimento tecnológico e econômico, atualmente, para alcançar este patamar.*

*Creio que o Brasil, pelas suas potencialidades e pela necessidade de manter a vigilância sobre suas extensas fronteiras, precisa mostrar à comunidade internacional que pode defender e preservar suas riquezas. Naturalmente, para isso, as Forças Armadas devem dispor de meios para cumprir sua missão constitucional e defender o país. Assim é que estão sendo aperfeiçoados ou implementados o SISFRON, o SISGAAZ e o SISDABRA.*

*Como é de conhecimento, as tecnologias que são necessárias para desenvolver estes sistemas são sensíveis e, portanto, não são transferidas. Se o Brasil não investir nestas novas tecnologias e dominá-las, as Forças Armadas não poderão dar as respostas aos desafios vindouros, especialmente em caso de um conflito.*

1.2 Pode-se considerar a transferência de material de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

*O TNP é um exemplo emblemático da influência que os países mais desenvolvidos exercem sobre os menos desenvolvidos.*

*A negociação internacional ocorre normalmente entre governos. As reuniões entre os governantes são precedidas de intensas agendas de assessores, quando são acertados os temas a serem debatidos.*

*Os assuntos, defesa e produtos de defesa, fazem parte desta agenda. Muitos acordos de “offset” são negociados nestas reuniões, pois envolvem outros campos do poder nacional.*

*Além disso, ressalta-se que o Estado é o principal cliente da indústria de defesa, tanto o próprio Estado, onde a indústria de defesa está instalada, quanto o Estado importador.*

*A indústria de defesa, dessa forma, atende primeiramente as necessidades do próprio Estado onde está instalada. Não tenho dúvidas que são as vendas internas que demonstram a viabilidade e aplicabilidade do produto. Elas abrem o mercado externo para os produtos nacionais.*

1.3 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de material de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de material de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

*As exportações de material de defesa dependem, conforme afirmei na pergunta anterior, da participação do Estado. As compras locais são a melhor e mais eficiente forma de divulgar os produtos de defesa. Se o próprio país compra é porque é bom. O Estado, por meio de sua diplomacia comercial, consegue, assim, melhor divulgar e apoiar à Indústria Nacional. A indústria por si só dificilmente consegue promover suas exportações.*

*Quanto a afetar os objetivos da nossa política exterior, acredito que a indústria de defesa é um tema estratégico e que deve ser tratado pelo Estado com a devida atenção porque pode trazer, para o país, repercussões tanto positivas como negativas no cenário internacional.*

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de material de defesa?

*A SAE não teve participação direta na elaboração da MP, porém participa da sua regulamentação que está em curso.*

*O MD coordenou a elaboração com a participação também do Ministério da Fazenda (MF), MPOG e MDIC.*

*Ressalto que a regulamentação tem, atualmente, 30 (trinta) emendas o que dificulta a sua aprovação definitiva. São muitos interesses em jogo.*

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

*Não há participação da SAE na orientação das ações de intermediação do Estado para buscar parcerias para as empresas nacionais.*

*O PDP (Plano Desenvolvimento Produtivo - 2008) inseriu dentro dos seus projetos estratégicos a Indústria de Defesa, por ingerência do MD. Na SAE propriamente dita, o tema indústria de defesa passou a ser tratado recentemente.*

*O Plano Brasil Maior, do governo atual, é uma atualização do PDP e manteve a indústria de defesa como um dos vetores estratégicos.*

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

*Acredito que ainda são os militares aqueles que mais se preocupam com a defesa. Entretanto, há várias iniciativas para mostrar à sociedade as possíveis ameaças ao país. Por exemplo, os cursos da Escola Superior de Guerra para civis integrantes dos diversos ministérios, acontece, agora, em Brasília. Em 2011, ocorreu o primeiro curso do Campus Brasília da ESG. No momento, a ESG mantém dois campus, um no Rio de Janeiro, com foco no campo militar, e outro, em Brasília, com foco no campo político.*

*Surgiram várias críticas durante o curso, principalmente, a falta de divulgação do pensamento militar e das ações militares executadas no país.*

*Um exemplo é o Programa Espacial brasileiro que não é de conhecimento da sociedade.*

## 2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE DEFESA.

### 2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: Os governos Collor e FHC procuraram mostrar o Brasil ao mundo como um país que acreditava nas instituições internacionais que iria, em função disso, se desarmar e abandonar projetos de ampliação do poder militar.*

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: A visão de uma defesa autônoma foi trazida à tona, novamente, pela END/2008. O Livro Branco de defesa, em elaboração, também traz este assunto. Entretanto, o Livro Branco não prevê nenhum capítulo específico que trate da indústria de defesa nacional.*

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

*Obs: este é um assunto mais afeto ao MRE.*

## 2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o apoio estatal ao setor foi caracterizado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Acredito que na época dos governos militares houve esse apoio. Atualmente, ainda não temos nada, a MP 544 está começando a oficializar isso.*

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi caracterizado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Muitas empresas eram privadas, a ENGESA e a AVIBRAS, são os exemplos mais emblemáticos. Contudo, estas empresas tinham um forte vínculo com as Forças Armadas, a Engesa com o Exército e a Avibras com a Força Aérea.*

*A Embraer, após ter sido privatizada, manteve um vínculo forte com a Força Aérea até se posicionar no mercado mundial de aeronaves.*

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi evidenciado.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Acredito que o incentivo às exportações no período dos governos militares tinha objetivos macroeconômicos, no sentido de reduzir o déficit da balança comercial brasileira que, à época, sofria pressão das importações de petróleo.*

*A proposta de apoiar as exportações com o objetivo de desenvolver a Indústria é recente, particularmente a partir de 2008, com a Estratégia Nacional de Defesa (END).*

### 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o incentivo estatal ao setor foi caracterizado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi caracterizado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Há exemplos de parcerias com outros países desde a década de 1970. A Embraer é uma referência.*

*Ressalta-se, contudo, que a Embraer não desenvolve tecnologia, ela é uma integradora. A tecnologia da Embraer é para integrar diferentes sistemas, na sua grande maioria importados.*

*Além disso, as tecnologias sensíveis, conforme já explorado, não são repassadas ou compartilhadas.*

*As parcerias são mais para integrar conhecimentos e recursos em projetos específicos.*

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de material de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi demonstrado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: A SEPROD, creio eu, esteja dando início a esta atividade de forma mais abrangente.*

*Em alguns setores houve coordenação, em especial na área espacial, que possui um complexo integrado atuando na região de São José dos Campos. Atualmente, temos o exemplo do projeto do VANT que tem sido coordenado desde o início. Os requisitos do VANT devem atender as necessidades das três forças.*

*Outro aspecto a ser levantado é que muitos dos componentes utilizados pelas indústrias de defesa brasileiras são importados. O Brasil ainda não possui a tecnologia.*

#### 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos essa condução ministerial foi caracterizada.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: O complexo industrial militar é muito organizado. Há forte influência deste setor junto aos governos federais. Nem sempre, as diretrizes do Ministério da Defesa são observadas. Há um forte componente político que orienta as aquisições de produtos de defesa.*

*Uma das preocupações que a SEPROD deve ter é evitar que as empresas façam surgir uma demanda governamental por produtos que muitas vezes não atendem as necessidades das Forças.*

*O projeto do VANT, como explorado anteriormente, é um exemplo de projeto integrado que visa a atender as três Forças Armadas.*

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Isso não ocorreu e não ocorre. Mesmo no período dos governos militares a prioridade era o desenvolvimento e não a defesa/segurança. Acredito, contudo, que esta tenha sido uma boa opção.*

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs:*

*O período da Guerra Fria apresentava outra realidade. À época, creio que havia uma maior percepção, mas se restringia aos quadros governamentais.*

*Há um esforço do MD, atualmente, para desenvolver esta mentalidade. Entretanto, ainda não se tem uma resposta da sociedade.*

*Esta é uma tarefa que não pode se restringir ao MD, é preciso o envolvimento da academia (especialmente da área de humanas: ciência política, direito e relações internacionais) e dos empresários.*

## **Anexo “E” – FORMULÁRIO ELETRÔNICO RESPONDIDO PELO VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (EME)**

**17/12/2011**

### **1. QUESTIONÁRIO ABERTO**

1.1 O Brasil tem sido considerado uma "potência civil emergente", civil por que se projeta no concerto das nações por seu grande poderio econômico e restrito poder militar. A retomada da indústria de defesa nacional pode comprometer esta imagem pacífica e de articulador de consensos obtida pelo país?

*A retomada da Ind Def Nac, por si só, pode ser bem assimilada no cenário mundial e até regional. Essa assertiva fundamenta-se no crescimento projetado do Brasil (amplamente noticiado em âmbito internacional) que, naturalmente, facilita a compreensão de o País buscar um Poder Militar compatível com o novo status e sem pretensões hegemônicas. Se a retomada, contudo, for acompanhada de uma política de exportações mais agressiva, o País ficaria mais suscetível ao estereótipo de "potência militarista" e, em algum momento, dificultaria a condição de articulador, pois poderia estar vendendo a somente uma das partes de um contencioso. É quase impossível não haver, em futuro próximo, embates diplomáticos, decorrentes do novo status do Brasil. Neste caso, uma indústria de defesa mais forte é valioso instrumento de dissuasão. No entorno regional, contudo, a estratégia de cooperação, se bem conduzida, pode reforçar, ainda mais, a presença brasileira na área.*

1.2 Pode-se considerar a transferência de material de defesa entre países como uma forma do país fornecedor influenciar a política externa e, por vezes, interna, do país comprador?

*Sim. A relação com a política externa é muito clara, pois os próprios países exportadores impõem cláusulas de "end user", por exemplo. Na dimensão interna também poderá ser verdadeiro e existem exemplos históricos recentes, de países menos desenvolvidos cujos governantes se ampararam no poder, dentre outros motivos, pelo poderio bélico de suas leis Forças Armadas, equipadas com Mat Def importado.*

1.3 A Estratégia de Defesa Nacional considera que a exportação de material de defesa depende da promoção comercial por parte do Estado. De que maneira, a participação da diplomacia brasileira na promoção do comércio de material de defesa pode afetar a consecução dos objetivos de nossa política exterior?

*Acredito que a nossa Diplomacia pode participar de maneira similar à de outros países tradicionalmente exportadores de Mat Def. Não é tarefa fácil, especialmente pela postura recente de nossa Diplomacia e o conseqüente posicionamento que vem adotando nos grandes temas da agenda mundial, no Comitê de Desarmamento da ONU, na AIEA etc*

*O tema requer aproximação maior / íntimo relacionamento dos segmentos diplomático e militar, com total transparência e visão estratégica.*

1.4 Qual foi a participação deste Ministério/Secretaria na elaboração da Medida Provisória nº 544, aprovada em 29 de setembro de 2011, que formaliza o apoio governamental à indústria de defesa brasileira, em especial no que se refere à exportação de material de defesa?

*No que se refere ao EME, o ODG expediu parecer favorável aos incentivos a esse segmento estratégico para a Defesa e para a Nação, constatada a impossibilidade de*

*manter encomendas que propiciassem produção em escala e a própria sobrevivência do setor.*

1.5 Este Ministério/Secretaria participa das negociações para o estabelecimento de parcerias com outros países e com a iniciativa privada, particularmente para a pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias ligadas ao setor de defesa? Se participa, qual a orientação principal que determina a seleção das parcerias?

*Existem parcerias e, especialmente em Conferências Bilaterais de Estado-Maior (CBEM), esse tema surge nas discussões. As diretrizes que o EME expediu às delegações do EB a respeito são, em síntese, de respeito aos Acordos e Tratados que o Brasil é signatário; de não repassar conhecimento ou tecnologia que possa conduzir ao enfraquecimento do ambiente de confiança mútua e respeito no cenário regional; e de transparência em relação a todos os demais parceiros regionais.*

1.6 No seu ponto de vista, existe uma percepção de possíveis ameaças externas ou internas à segurança do país que seja compartilhada por parcela significativa da sociedade brasileira? Se esta percepção existir, ela justificaria o investimento do Estado na retomada da indústria de defesa, uma vez que muitos economistas criticam esta indústria por ser deficitária?

*Para a resposta, valho-me de pesquisa conduzida pelo IPEA, no bojo de Convênio firmado com o EME / 7ª S Ch, cujos primeiros resultados foram difundidos no último dia 16 DEZ: cerca de 50 % da população brasileira acreditam em ameaças à segurança do País na região amazônica; na sequência, 45% creem em ameaça na região de exploração petrolífera no mar. Essas são as percepções de maior relevância. Tais percepções foram colhidas por instituto civil de pesquisa e ocorrem, não obstante a inexpressiva mentalidade de defesa ou engajamento da sociedade, como um todo, nessa temática. É justificado, portanto, o investimento do Estado na retomada da Indústria de Defesa. Recomendo consulta a essa pesquisa: contactar o Cel Furlan, da 7ª S Ch / EME.*

## 2. QUESTIONÁRIO FECHADO - CONDICIONANTES DO AMBIENTE GERAL DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAL DE DEFESA.

### 2.1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

2.1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

2.1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi observado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

## 2.2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.2a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o apoio estatal ao setor foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o fator foi evidenciado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

### 2.3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicos que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

2.3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos o incentivo estatal ao setor foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

*Obs: Não tenho informações suficientes para responder.*

2.3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi caracterizado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de material de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos tal fator foi demonstrado.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

#### 2.4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de material de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

2.4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos essa condução ministerial foi caracterizada.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

2.4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que em nenhum destes períodos esse fator foi caracterizado.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Normal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

## **Anexo “F” - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS PELO MEIO ACADÊMICO (IPEA, UFF, UNB, UFSC E USP)**

### **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**

Data/hora da resposta: 19/11/2011 19:19:17

Função exercida: Pesquisador de Economia de Defesa

#### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;

- fator 2: política de defesa autônoma; e

- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( X ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( X ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

## 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

- ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
( x ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

## **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)**

Data/hora da resposta: 25/11/2011 10:26:43

Função exercida: Professor Curso de Relações Internacionais

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---



---



---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*Questão 2b: A indústria privada praticamente não investe em CT&I no Brasil*

### **3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS**

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## UNB

Data/hora da resposta: 10/12/2011 11:46:39

Função exercida: Programa de Pós-graduação em relações internacionais

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;

- fator 2: política de defesa autônoma; e

- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

(x) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

(x) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

(x) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

(x) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

(x) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos

a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*Não creio que a retomada da indústria de defesa nacional pode de alguma forma comprometer a imagem pacífica e a condição de articulador de consensos obtida pelo Brasil. O que pode limitar essa identidade seria a busca de elementos de dissuasão tradicionais e o fortalecimento de elementos de poder tradicional na política externa, o que, aparentemente, está descartado.*

### **PROFESSOR ANTÔNIO CARLOS LESSA - UNB**

Data/hora da resposta: 12/12/2011 14:35:52

Função exercida: professor emérito da UNB

#### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;

- fator 2: participação da iniciativa privada; e

- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países

foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças

externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*Não creio que a retomada da indústria de defesa nacional pode de alguma forma comprometer a imagem pacífica e a condição de articulador de consensos obtida pelo Brasil. Mas as motivações para essa retomada devem ser cuidadosamente apreciadas. Realisticamente, fortalecer a indústria de defesa nacional sem uma demanda explícita (ameaça externa) forja situações inapropriadas ao ambiente doméstico, tendo em vista a carência de recursos públicos, e internacionalmente pode estabelecer cenários imprevisíveis à política externa brasileira, aos olhos dos nossos parceiros internacionais.*

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**

Data/hora da resposta: 19/12/2011 08:09:21

Função exercida: Curso de Relações Internacionais

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*Não creio que a retomada da indústria de defesa nacional pode de alguma forma comprometer a imagem pacífica e a condição de articulador de consensos obtida pelo Brasil. Penso que deveria haver uma política de Estado, aliás, para o desenvolvimento de tecnologias modernas de defesa nacional. O fortalecimento de uma indústria de armamentos e o desenvolvimento científico e tecnológico no setor de defesa deveriam ser uma prioridade, inclusive orçamentária, do Estado Brasileiro. Embora conheça muito pouco sobre a situação atual, intuo que estamos muito defasados em termos de equipamentos (armas, veículos, navios, aviões) para nossas forças armadas.*

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)**

Data/hora da resposta: 12/12/2011 09:28:00

Função exercida: Departamento de Ciência Política

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

### **2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS**

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;

- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---



---



---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais

com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( x ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

**Anexo “G” - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS  
PELAS EMPRESAS/ASSOCIAÇÕES (ABIMDE, EMGEPRON, AVIBRAS,  
HELIBRAS E IMBEL)**

**ABIMDE**

Data/hora da resposta: 12/10/2011 8:23:28

Função exercida: Diretor e consultor da ABIMDE

**1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;

- fator 2: política de defesa autônoma; e

- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( X ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( X ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( X ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( X ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

( X ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

## 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*O item anterior somente passou a ser caracterizado nos últimos anos do Governo Lula, com as ações desenvolvidas pelo Ministro Jobim.*

#### **4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES**

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*O item anterior também somente passou a ser caracterizado nos últimos anos do Governo Lula, com as ações desenvolvidas pelo Ministro Jobim.*

## EMGEPRON

Data/hora da resposta: 12/16/2011 10:28:20

Função exercida: Diretor técnico-comercial

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## **AVIBRAS**

Data/hora da resposta: 12/18/2011 17:53:28

Função exercida: Diretor Presidente

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;

- fator 2: política de defesa autônoma; e

- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### **2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS**

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais

com emprego dual ( civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

## **HELIBRAS**

Data/hora da resposta: 12/21/2011 11:25:01

Função exercida: Diretor de Inovação

### **1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS**

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;

- fator 2: política de defesa autônoma; e

- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).

Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).

Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).

Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no

desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*Entendo que as bases para as conquistas do terceiro período foram sedimentadas no final do segundo.*

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi

evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

#### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( x ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( x ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( x ) Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- ( ) Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).  
 ( ) Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).  
 ( ) Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).  
 ( x ) Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*A cultura de defesa ainda me parece incipiente na indústria e principalmente na sociedade brasileira.*

## IMBEL

Data/hora da resposta: 1/15/2012 0:16:00  
 Função exercida: Advogado Geral da IMBEL

### 1. CONDICIONANTES POLÍTICO-LEGAIS

Considerar os seguintes fatores político-legais que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: adoção de política externa realista;
- fator 2: política de defesa autônoma; e
- fator 3: apresentação de reservas a acordos internacionais assimétricos para o setor.

1a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política externa realista, em que um dos objetivos nacionais é se estabelecer como um dos polos do poder mundial em um cenário internacional multipolar. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que esse viés realista é demonstrado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrado.

1b. O segundo fator estudado que caracteriza o ambiente político-legal é a adoção pelo Estado de uma política de defesa de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de produtos de defesa. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que uma política de defesa de cunho nacional é evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1c. O terceiro fator que caracteriza o ambiente político-legal é a apresentação, pelo Estado, de objeções ou de reservas a acordos internacionais assimétricos que constringem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que a objeção a acordos assimétricos para o setor foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico)
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

1.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*No meu Livro "200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil, publicado pela Cabral Editora e Livraria Universitária, Taubaté, 2008, sustento a tese que a criação da IMBEL e o apogeu da indústria de Defesa, com AVIBRÁS, ENGESA, e EMBRAER, foi em decorrência do rompimento do Acordo de Cooperação Militar Brasil x EUA, firmado durante a 2ª Guerra Mundial. Caso interesse, pode acessar: [www.ambito-juridico.com.br](http://www.ambito-juridico.com.br), link Outros, Rio Grande, RS, Artigo:"200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil", Autor René Dellagnezze.*

*Por outro lado, após muitos anos, finalmente foi aprovada a Estratégica Nacional de Defesa, por intermédio do Decreto nº 6.708, de Dezembro de 2008, que valoriza a produção de material de emprego militar pela indústria nacional, evitando a dependência externa. Bom, pelo menos o Ministro e o Professor de Harvard, Mangabeira Unguer, colocou no papel aquilo que era só teoria. O que falta agora é implementar as premissas do Dec. 6.708/2008.*

## 2. CONDICIONANTES ECONÔMICAS

Considerar os seguintes fatores econômicos que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: apoio estatal ao setor;
- fator 2: participação da iniciativa privada; e
- fator 3: política de exportação para o setor.

2.a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a adoção pelo Estado de uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor. Marque o(s) período(s) - paradigma(s) da política externa brasileira em que o apoio estatal à indústria de defesa foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

2b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é a participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a participação da iniciativa privada na indústria de defesa nacional foi demonstrada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi demonstrada.

2c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente econômico do setor é o estabelecimento pelo Estado de uma política de exportação específica para os produtos de defesa nacionais, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada uma política de exportação para os produtos de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

2.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

---

---

### 3. CONDICIONANTES CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS

Considerar os seguintes fatores científico-tecnológicas que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: incentivo estatal à inovação;
- fator 2: parcerias internacionais; e
- fator 3: integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

3a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o incentivo oferecido pelo Estado à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciado o incentivo estatal à inovação tecnológica de componentes e produtos relacionados à indústria de defesa. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é o estabelecimento, por intermédio do Estado, de parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis no setor de defesa. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que o estabelecimento de parcerias com outros países foi evidenciado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciado.

3c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o ambiente científico-tecnológico do setor é a realização de atividades de pesquisa de produtos de defesa de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que a integração das instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi evidenciada. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

3.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

---

### 4. CONDICIONANTES ESTRATÉGICO-MILITARES

Considerar os seguintes fatores estratégico-militares que afetam o comércio exterior de produtos de defesa:

- fator 1: desenvolvimento coordenado de produtos nacionais de defesa;
- fator 2: aquisição governamental planejada e permanente de produtos de defesa; e
- fator 3: relevância do tema Defesa Nacional para a sociedade.

4a. O primeiro fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a participação predominante do Ministério da Defesa ou assemelhado na definição dos novos produtos

a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, os quais devem privilegiar a interoperabilidade entre as forças singulares. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada a condução do processo de desenvolvimento de novos produtos de defesa pelo Ministério da Defesa ou assemelhado. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4b. O segundo fator selecionado para caracterizar o ambiente estratégico-militar do setor é a aquisição de produtos da indústria de defesa nacionais pelo governo de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial. Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que foi evidenciada esta previsibilidade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi evidenciada.

4c. O terceiro fator selecionado para caracterizar o o ambiente estratégico-militar do setor é a constatação de que amplos setores da sociedade compartilham a percepção de possíveis ameaças externas (cultura de defesa). Marque o(s) período(s)-paradigma(s) da política externa brasileira em que esta percepção de possíveis ameaças foi compartilhada pela sociedade. Deixar em branco, se considerar que não dispõe de informações suficientes para responder.

- Período de 1974 a 1989 (Paradigma do Estado Desenvolvimentista).
- Período de 1990 a 2002 (Paradigma do Estado Liberal).
- Período de 2003 a 2011 (Paradigma do Estado Logístico).
- Em nenhum dos períodos foi compartilhada.

4.d Se julgar necessário comentar alguma de suas opções, utilizar o espaço a seguir.

*A ameaça externa não é imediata. Mas observando a Estratégia Nacional de Defesa, (Decreto 6.708/2008), há uma preocupação do Estado brasileiro em fortalecer os mecanismos de defesa, no espaço aéreo, terrestre e marítimo, notadamente em defesa da Amazônia Legal e da Amazônia Azul (Espaço Marítimo), em face das jazidas de petróleo localizadas na denominada camada Pré-Sal. Fortalecer a indústria nacional de defesa, firmar parcerias com outros países para complementação tecnológica é fundamental no desenvolvimento de produtos e serviços de natureza militar, notadamente agora que o Brasil já se identifica com a 6ª maior Economia do Mundo. Sucintamente, acho que é isto. Espero que as respostas e as observações possam contribuir para a tua análise de estudos.*

## **Anexo “H” – RESPOSTAS AO FORMULÁRIO ELETRÔNICO FORNECIDAS PELAS ADITÂNCIAS MILITARES**

### **ADIDO DE DEFESA E AERONÁUTICO NOS EUA E NO CANADÁ**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 30/01/2012 12:16:08

- Adido de Defesa e Aeronáutico nos EUA e no Canadá

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa , marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( X ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( X ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa , marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( X ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar).

( ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( X ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( X ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( X ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( X ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

*O governo dos EUA está revisando o processo de transferência de armamento e liberação de tecnologia. Diretriz básica para esse assunto pode ser encontrada em <http://www.dtic.mil/whs/directives/corres/pdf/DTM-11-053.pdf>*

### **ADJUNTO AO ADIDO NA RÚSSIA**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 22/12/2011 08:46:15

- Adjunto ao Adido na Rússia

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( X ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar).

( ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( X ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( X ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

*Questão 3 (condições econômicas)*

*Não consegui confirmar se há incentivos fiscais e subsídios ao setor. Segundo a nossa secretária, não há! (item a)*

*Questão 4 (condições científico-tecnológicas).*

*Nenhuma das alternativas desse item é absolutamente verdadeira. Porém, cabe um comentário:*

*A Rússia, no campo científico-tecnológico está passando por uma transição do item c para o item a, com elementos do item b. Explico essa confusão: a pesquisa de material de defesa realizada de forma integrada entre governo/empresas/universidades era bem sucedida na época da URSS. Hoje, nem tanto! Não se percebe, por exemplo, o engajamento das universidades (isso segundo a nossa secretária aqui da Aditância, OK?). Quanto ao item a, os russos só agora estão começando a enxergar a importância do emprego dual. Sob a égide soviética, via-se equipamentos militares sofisticados e a população sem ter acesso aos "confortos tecnológicos modernos". Hoje, o sistema de navegação russo GLONASS pode ser considerado um exemplo dessa tentativa de se fazer tecnologias de emprego dual. Quanto ao item b, não se observa parcerias em larga escala. Há parcerias na venda e aquisição de equipamentos, mas não no desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias. Essa é a nossa leitura! Mas, é sabido que muitos assuntos da área de defesa são tratados de forma velada e não são noticiados - herança ainda dos tempos da Guerra Fria. Entretanto, foi noticiado aqui no dia 9 de novembro que a Rússia e a China poderiam fazer parceria no setor aeroespacial.*

*Questão 5 (condições estratégico-militares).*

*O Ministério da Defesa russo possui o Serviço Federal de Encomenda Estatal, cuja função é justamente definir o quê se pretende adquirir para as Forças Armadas russas. (itens a e b)*

*Segundo a nossa secretária (que é russa!), a cultura de defesa não é compartilhada por amplos setores da sociedade. Entretanto, percebo esta cultura e a relevância do tema na imprensa russa. (item c)*

## **ADIDO DO EXÉRCITO E AERONÁUTICO NA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 20/11/2011 - 13:54:33

- Adido do Exército e Aeronáutico na República Federal da Alemanha

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( X ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( X ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar).

( x ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( x ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( x ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( x ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

*A indústria alemã tem uma política agressiva de exportação de material de defesa, ainda mais agora que se vê o esvaziamento do setor militar europeu com redução das forças armadas de diversos países comunitários. Na contramão de fabricantes, existe forte pressão da sociedade civil para restringir a exportação de armas, em particular para nações que não sejam consideradas democráticas.*

*O país é participante de todos os tratados internacionais para redução de armas, tanto com relação à armamento pesado como com relação a armamentos leves. Vez por outra aparece na imprensa participação de empresas alemãs na venda de armamentos não autorizados para nações não democráticas.*

*O governo situa-se de forma pendular, de acordo com a coalizão dominante. O governo atual, de centro direita, tende a ser mais condescendente com essas exportações*

### **ADIDO DO EXÉRCITO NA FRANÇA E NA BÉLGICA**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 26/11/2011 19:38:39

- Adido do Exército na França e na Bélgica

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( X ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar).

( X ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( X ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( X ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( X ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( X ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

---



---

### **ADIDO DE DEFESA E NAVAL NA INGLATERRA, NA SUÉCIA E NA NORUEGA**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 21/11/2011 09:11:36

- Adido de Defesa e Naval na Inglaterra, na Suécia e na Noruega

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa , marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( x ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( x ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa , marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( X ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual ( civil e militar).

( X ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( X ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( X ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( X ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( X ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

*O Reino Unido, de forma integrada, gerencia a produção de material de defesa por meio de uma política planejada e de acordo com os objetivos nacionais. Estes são previamente analisados e divulgados mediante a elaboração de estudos individuais ou coletivos promovidos pelo Estado em consonância com o nível político e coordenado pelo Secretário de Defesa. O MoD, como órgão integrador do poder militar, coordena a produção da força necessária ao atendimento do uso do poder bélico nas sua três vertentes (terra, mar e ar). Todo o processo é precedido de acurado estudo cientificamente embasado, conduzido pelas universidades e órgãos privados de promoção de conhecimento, com o devido acompanhamento do setor público.*

### **ADIDO AERONÁUTICO NO REINO UNIDO**

1. Qual a função que exerce no momento?

- 21/11/2011 11:14:37

- Adido Aeronáutico no Reino Unido

2. Em termos de condições POLÍTICO-LEGAIS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m) no país em que o senhor trabalha. Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições POLÍTICO-LEGAIS referem-se aos objetivos nacionais, às estratégias e às leis em vigor que podem, direta ou indiretamente, afetar a indústria de defesa, em particular a exportação de produtos de defesa.

( X ) O Estado adota uma política externa realista (busca pelo poder), tendo como um de seus objetivos se estabelecer como um dos polos do poder mundial.

( ) A Estratégia de Defesa adotada pelo Estado é de cunho nacional (autônoma), buscando a independência no desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado apresenta objeções ou reservas aos acordos internacionais que constroem a produção de material de defesa convencional e a transferência deste material entre países.

3. Em termos de condições ECONÔMICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado adota uma política de apoio à indústria nacional de defesa e às indústrias correlatas, estabelecendo, por exemplo, incentivos fiscais e subsídios ao setor.

( ) Há uma participação predominante da iniciativa privada nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de material de defesa.

( X ) O Estado estabelece uma política de exportação específica para os produtos de defesa, incluindo a promoção comercial internacional por parte do governo federal e dos seus ministérios.

4. Em termos de condições CIENTÍFICO-TECNOLÓGICAS que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada.

( X ) O Estado oferece incentivo à inovação, à melhoria e à competitividade das tecnologias nacionais com emprego dual (civil e militar).

( X ) O Estado estabelece parcerias com outros países para o desenvolvimento compartilhado de novas tecnologias aplicáveis ao setor de defesa.

( X ) As atividades de pesquisa de produtos de defesa são realizadas de forma integrada e coordenada por ministérios, empresas e universidades.

5. Em termos de condições ESTRATÉGICO-MILITARES que caracterizam o ambiente geral de produção e exportação de produtos de defesa, marque a(s) opção(ões) que vigora(m). Deixar em branco, se considerar que nenhuma das condições é observada. As condições estratégico-militares dizem respeito à demanda interna por produtos de defesa nacionais e à relevância da expressão militar sob o ponto de vista da sociedade nacional.

( ) O Ministério da Defesa tem participação decisiva na definição dos novos produtos a serem desenvolvidos pela indústria de defesa nacional, privilegiando a interoperabilidade entre as forças singulares.

( X ) O governo adquire produtos de defesa da indústria local de forma planejada e permanente, proporcionando certa previsibilidade ao setor industrial.

( X ) Verifica-se que a percepção de possíveis ameaças externas é compartilhada por amplos setores da sociedade (cultura de defesa).

6. Caso deseje fazer algum comentário, favor utilizar o espaço a seguir:

*De acordo com o parecer do Adido de Defesa e Naval no Reino Unido, acrescentando-se que o Estado mantém a indústria de Defesa, mantendo contratos de terceirização (substituição) de serviços militares para as Forças Armadas, quer seja em arsenais quer seja em oficinas de manutenção. O Estado e as Forças Armadas são patrocinadoras das indústrias de defesa.*